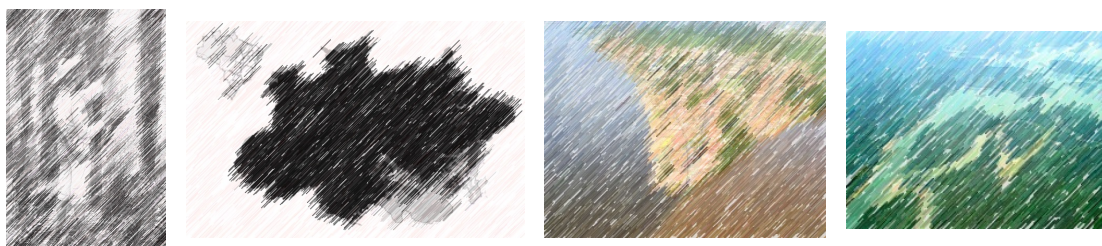
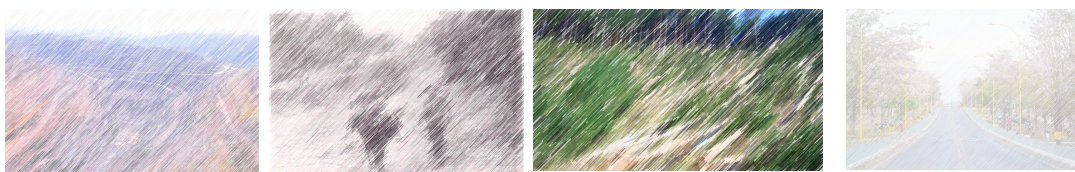


Mateus Monteiro Lobato



CAPITAL, TERRITÓRIO E MONOPÓLIO NO *EL DORADO*
DE CARAJÁS: UMA ANÁLISE DA FRONTEIRA DO
SUDESTE PARAENSE



Presidente Prudente – SP
Janeiro de 2018

Mateus Monteiro Lobato

CAPITAL, TERRITÓRIO E MONOPÓLIO NO *EL DORADO*
DE CARAJÁS: UMA ANÁLISE DA FRONTEIRA DO
SUDESTE PARAENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp – Campus de Presidente Prudente, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Presidente Prudente – SP
Janeiro de 2018

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica
de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente

L778c Lobato, Mateus Monteiro.
Capital, território e monopólio no *El Dorado* de Carajás : uma análise da
fronteira do sudeste paraense / Mateus Monteiro Lobato. - 2018
235 f. : il.

Orientador: Eduardo Paulon Girardi
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências
e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018
Inclui bibliografia

1. Amazônia. 2. Sudeste paraense. 3. Capital. 4. Território. 5. Monopólio.
I. Girardi, Eduardo Paulon. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Ciências e Tecnologia. III. Título.

Alessandra Kuba Oshiro Assunção
CRB-8/9013



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

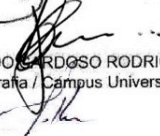
TÍTULO DA TESE: CAPITAL, TERRITÓRIO E MONOPÓLIO NO EL DORADO DE CARAJÁS: UMA ANÁLISE DA FRONTEIRA DO SUDESTE PARAENSE

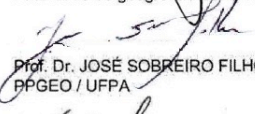
AUTOR: MATEUS MONTEIRO LOBATO

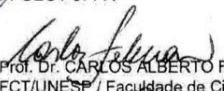
ORIENTADOR: EDUARDO PAULON GIRARDI

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. JOVENILDO CARDOSO RODRIGUES
Faculdade de geografia / Câmpus Universitário de Ananindeua/UFGA


Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO
PPGEO / UFGA


Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
FCT/UNESP / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA
Departamento de Geografia / FCT/UNESP

Presidente Prudente, 17 de janeiro de 2018

“Os homens fazem sua própria história, mas não fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo [...]”.

KARL MARX – O 18 de Brumário de Luís Bonaparte

DEDICATÓRIA

*À memória do grande professor Thomas Peter
Hurtienne, que, como todos os revolucionários,
sempre estiveram na linha de frente do movimento!*

AGRADECIMENTOS

Muito Obrigado!

Poderia parar esses agradecimentos com essa única frase desse período, já ela serve para mostrar a quem irá ler que esse trabalho é, primeiro, coletivo, mas por outro lado também explicita a necessidade de agradecer a todos. Por obrigações burocráticas o nome do autor é único, mas o coração da tese é múltiplo e comporta contribuições multidimensionais e multiescalares.

Por isso mesmo essa tarefa de agradecer será extensa, mas espero não esquecer ou injustiçar ninguém...

Começarei com as prioridades legais, ou seja, os mais velhos ou, mais especificamente, os mortos... Lógico que Karl Marx e Friedrich Engels são os primeiros da lista, pois a eles devo meus sinceros agradecimentos pelo legado teórico, filosófico e metodológico construído.

Por tabela também meus agradecimentos aos clássicos e membros fundamentais da Revolução Russa: Lenin e Stálin, os dois camaradas que deixaram um legado “prático” do pensamento marxista, muito obrigado.

No âmbito da ciência geográfica o geógrafo militante da esquerda brasileira e mundial, que procurou a todo momento refinar o debate das bases fundamentais do pensamento geográfico: muito obrigado Milton Santos.

Aos meus avós e antepassados, pessoas “comuns” como tantos os outros proletários, mas fundamentais para construir o mundo como hoje está, enquanto a revolução não se completa.

Em nome desses finados estendo meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para o engrandecimento da sociedade.

Agora aos vivos: minha Mãe (Raimunda) e meu Pai (Roberto), por tudo, aos meus irmãos (Bruce e Juliana) pela convivência, aos meus tios (em nome de Ronaldo Lobato) pelo suporte, aos meus primos pelas histórias, aos meus outros parentes pelas experiências, muito obrigado.

À minha esposa Diana Guedes Kobayashi e sua família (Romão, Graça, Lilian e Júlia) por me acolherem e fazerem parte do seu círculo familiar muito obrigado.

Aos meus amigos pela amizade!

Primeiramente agradecimentos sinceros aos amigos do grupo de pesquisa, debate e socialização LUTE: Giovane Mota, Cledson Nahum, Madson Quaresma, Mauro Pantoja,

Denise Carla e Daniel Sombra, que contribuíram sobremaneira no desenvolvimento dessa tese. Sendo que o último foi fundamental para dar forma final ao último capítulo presente nesse trabalho. A todos muito obrigado!

Da UFPA aos amigos que me ajudam enormemente: Clay Chagas, Franciney, João Márcio, Christian, Mário Arnaud, Jovenildo Rodrigues, Carlos Bordalo, Ana Paula, Adolfo Oliveira, Jacilino Estumano, Gilberto Rocha, Marília Emmi (pela orientação marcante no mestrado), Márcio Douglas, João Nahum e os outros professores da Faculdade de Geografia. Aos amigos que fiz pelo caminho institucional, tais como o mestrado, na pessoa de Fauze Chelala, este por mostrar os caminhos corretos do legado marxista.

Para os meus amigos companheiros de sala de aula: Luciano Rocha, José Guilherme, Fernando Santos, Diego Barros, Daniel Lamela, Frank Campos e todos do UNIGEO, grande agremiação futebolística e cultural.

Aos meus amigos da Unesp por me acolherem nesse caminho, principalmente da minha turma: Raphael Diniz (mineiro), José Sobreiro (Nino), Cláudio Smalley, José Maria Langa, Baltazar Casagrande, Paulo Zangalli, Guilherme Whitacker, Claudinei Pereira (Paçoca), Roberta Fonseca, Fernando Heck, César Hoyos, Luisa Montes, Bárbara Cardoso, Carlos Maximiliano, Aurélio Amaro, Carla Hentz, Cláudia Yolima, Robinzon Lizarazo, Danilo Alcântara, Lindberg Junior, Elienai Constantino, Flávio Saron, Gabriela Calderon, Rita de Cássia e Tássio Barreto.

Aos professores pela valiosa contribuição teórica e metodológica: Eduardo Girardi, Eliseu Sposito, Maria Encarnação (Carminha), Nécio Turra, Marcos Saquet, Edson Piroli, Carlos Alberto (Cacá), Nivaldo Hespanhol, Bernardo Mançano, João Lima e Margarete Amorim.

Para os amigos da fronteira marabaense que contribuíram na minha estada no campo de pesquisa: Pedrão, Luciano, Viviane Cunha, Tabila Verena, Adriano (Badaba), José Augusto (Higuita) e Estéfano Monteiro.

Para o pessoal das escolas por onde passei: Áurea Andrezza, Jardeson, Izabel, Reginaldo, Nazaré, Irlane, Lena Hashiguti, Edilson Moreira, Rafael, Socorro, Thais Palha, muito obrigado pelas ajudas valiosas.

Aos meus amigos de convivência social: Ronaldo Anjos, Arthur Rosas, Gilber Ricardo (Balrog) e Odimar Melo (que está nesse momento coalescente), em nome de vocês agradeço aos demais. E a todos que não foram citados mas que com certeza contribuíram para que eu conseguisse terminar esse trabalho: MUITO OBRIGADO!

Sumário

Lista de Siglas	11
Lista de Mapas e Pranchas	12
Lista de Quadros e Gráficos	13
Lista de Tabelas	14
Lista de Mosaicos e Figuras	15
Resumo	16
Abstract	17
INTRODUÇÃO	18
Procedimentos metodológicos	22
CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DO “PAÍS DAS AMAZONAS”: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA E DE MARABÁ	36
1.1 A ocupação pós-cabralina da Amazônia	36
1.1.1. O período colonial e início do império	36
1.1.2 O “início” com o “Burgo” Itacayúnas, a economia do caucho e a oligarquia dos castanhais	43
1.1.3 Reocupação da fronteira e a expansão das frentes agropecuária e mineral na Amazônia.	49
1.1.3.1 O processo de formação da “nova” frente agropecuária	49
1.1.3.2 A constituição da atividade mineral em grande escala na Amazônia	59
CAPÍTULO 2 – AS ATIVIDADES NA HILÉIA MARABAENSE: CAUCHO, CASTANHA, PECUÁRIA, MADEIRA E MINÉRIO DE FERRO	67
2.1 As redefinições territoriais	67
2.2 As mudanças demográficas	72
2.3 As oligarquias regionais	76
2.4 As principais atividades econômicas regionais	79
2.4.1 Atividade econômica da borracha/caucho	80
2.4.2 Atividade econômica da castanha	83
2.4.3 As atividades econômicas da mineração de diamante e de extração dos cristais de rocha	90
2.4.4 Atividades pecuária e madeireira.	91
2.4.5. A extração do minério de ferro de Carajás	99
CAPÍTULO 3 – O MITO DA NATUREZA SELVAGEM OU A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA?	103
3.1 Espaço Geográfico, Território, Configuração Territorial e Monopólio	103
3.2 A síntese da reprodução capitalista na Amazônia	125
CAPÍTULO 4 – OS NEXOS DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA: PECUÁRIA, EXTRAÇÃO MADEIREIRA E MINERAÇÃO, SUAS CONEXÕES, SEUS DESDOBRAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DELAS PARA O SUDESTE PARAENSE MAIS RECENTEMENTE	133
4.1 A caracterização da pecuária e madeira: o binômio da fronteira	133
4.2 A atividade de exploração mineral (minério de ferro): o dínamo da fronteira	147
4.3 As atividades e seus “benefícios” à sociedade	157
CAPÍTULO 5 – A ERA DA GLOBALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: TÉCNICA, NEOLIBERALISMO E TERRITORIALIDADE A PARTIR DE MARABÁ	169
5.1 A reprodução do modo capitalista no tempo presente e a globalização	169

5.2 A globalização na Amazônia	176
CAPÍTULO 6 – A MODELIZAÇÃO GRÁFICA DA AMAZÔNIA E UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DA FRONTEIRA	182
6.1 Modelização gráfica da Amazônia	182
6.1.1 Modelização gráfica do primeiro período: Colônia/República (até o final do século XIX e início do século XX)	183
6.1.2 Modelização gráfica da exploração do caucho (do início do século XX até 1920)	187
6.1.3 Modelização gráfica da castanha (1920-1960)	190
6.1.4 Modelização gráfica da pecuária e da extração madeireira (1960-1990)	192
6.1.5 Modelização gráfica da exploração mineral a partir do minério de ferro (1990 até recentemente)	194
6.2 A dinâmica da fronteira amazônica	197
6.2.1 A tese da fronteira e seus desdobramentos no Brasil	197
6.2.2 O movimento da fronteira sob as determinações do capital	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225

Lista de Siglas

ACIM – Associação Comercial e Industrial de Marabá
ADEPARÁ – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
AMZA – Amazônia Mineração S.A.
BASA – Banco da Amazônia
BEP – Brazilian Exploration Program
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração Mineral
CMM – Companhia Meridional de Mineração
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DTT – Divisão Territorial do Trabalho
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EUA – Estados Unidos da América
FBC – Fundação Brasil Central
GEBAM – Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IPS – Índice de Progresso Social
MA – Maranhão
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PEA – População Economicamente Ativa
PGC – Programa Grande Carajás
PIB – Produto Interno Bruto
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RI – Região de Integração
SE – Sergipe
SEMAS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará

Lista de Mapas e Pranchas

Mapa 01: Localização da área de estudo atualmente.	20
Mapa 02: Municípios que compõe a Região de Integração de Carajás.	28
Mapa 03: Presença religiosa, Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e ameaças estrangeiras na Amazônia até 1750.	37
Mapa 04: Território de produção do caucho (1910).	45
Mapa 05: Território de produção da castanha (1960).	48
Mapa 06: Território de atuação e frentes de expansão da FBC (1950).	51
Mapa 07: Limites da Amazônia para fins de planejamento Segundo Soares (1948).	52
Mapa 08: Densidade demográfica do Brasil em 1920.	53
Mapa 09: Densidade demográfica do Brasil em 1940.	54
Mapa 10: Distribuição dos rebanhos bovinos brasileiros em 1939 (SOARES, 1948).	55
Mapa 11: Território do PGC com destaque para infraestrutura e a exploração de minério de ferro.	61
Mapa 12: Desmatamento da Amazônia, área de ocupação e atividade madeireira e pecuária (1983).	96
Mapa 13: Regiões de Integração do Pará (2008).	134
Prancha 01: Divisão municipal de 1900 e 1911.	68
Prancha 02: Divisão municipal de 1920 e 1933.	69
Prancha 03: Divisão municipal de 1950 e 1970.	70
Prancha 04: Divisão municipal de 1991 e atual.	71
Prancha 05: Fluxo de migrantes nos períodos de entressafra (1) e safra (2) do caucho e da castanha.	73
Prancha 06: Violência no campo no Brasil.	165
Prancha 07: Periodização da fronteira a partir modelos gráficos.	198

Lista de Quadros e Gráficos

Quadro 01: Fases de ocupação da Fronteira	21
Quadro 02: Presença estrangeira na Amazônia (1872-1912).	72
Quadro 03: Imigração estrangeira no quadriênio (1908-1911).	72
Quadro 04: Proprietários de terras do município de Marabá (1920).	78
Quadro 05: Empresas inglesas presentes na Amazônia na virada do séc. XIX e XX.	81
Quadro 06: Algumas empresas estrangeiras presentes na Amazônia no início do séc. XX.	82
Quadro 07: Síntese teórica das atividades do caucho, castanha e Fordlândia.	130
Quadro 08: Esquema de reprodução do Capital na Fronteira	214
Gráfico 01: Evolução em reais do PIB da RI Carajás (1999-2011).	151

Lista de Tabelas

Tabela 01: Evolução demográfica de Marabá 1897-2015.	74
Tabela 02: Migração em Marabá segundo a origem dos migrantes (1940-2010).	75
Tabela 03: Produção de caucho e castanha do Município de Marabá (1913-1919).	82
Tabela 04: Principais áreas da Bacia Amazônica fornecedoras de castanha 1908-1919 (Hectolitros).	84
Tabela 05: Principais áreas da Bacia Amazônica fornecedoras de castanha 1925-1928 (Hectolitros).	84
Tabela 06: Produção por unidade da federação por produtos principais (1957-1961).	87
Tabela 07: Apropriação dos castanhais por famílias e empresas em Marabá e S. J. do Araguaia (1960-1980).	90
Tabela 08: Tamanho do rebanho bovino (1980-2006).	93
Tabela 09: Rebanho Bovino de Marabá e Conceição do Araguaia (1974-1990).	94
Tabela 10: Vínculos empregatícios da atividade madeireira no Pará (1982).	97
Tabela 11: Produção de Caucho e Castanha do Pará (1987-1990).	98
Tabela 12: Produção ligada à atividade madeireira (1987-1990).	98
Tabela 13: Orçamento do trabalho de pesquisa de Carajás (1970).	100
Tabela 14: Síntese da produção Mineral dos Estados do Pará, Minas Gerais e do Brasil.	100
Tabela 15: Produção de minério de ferro (toneladas).	101
Tabela 16: Rebanho Bovino dos Municípios desmembrados de Marabá (1991-2013).	135
Tabela 17: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Água Azul do Norte (PA) (1991-2013).	139
Tabela 18: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Canaã dos Carajás (PA) (1991-2013).	140
Tabela 19: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Curionópolis (PA) (1991-2013).	141
Tabela 20: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Eldorado dos Carajás (PA) (1991-2013).	142
Tabela 21: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Marabá (PA) (1991-2013).	143
Tabela 22: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Parauapebas (PA) (1991-2013).	145
Tabela 23: Produção de minério de Ferro do Pará e do Brasil (1991-2012).	148
Tabela 24: Valores concedidos pelo BNDS para empresas atuantes no sudeste paraense (2008-2014).	149
Tabela 25: Valor Adicionado Agropecuário, Indústria e Serviços (R\$ 1.000,00) segundo Região de integração Carajás - 1999/2011.	151
Tabela 26: Vínculos empregatícios da RI Carajás (2000-2012).	158
Tabela 27: CFEM de Parauapebas a partir do Minério de Ferro (1996-2012).	158

Lista de Mosaicos e Figuras

Mosaico 01: Imagens do trem de passageiros e carga da Vale.	155
Mosaico 02: Imagens do trem de passageiros e carga da Vale.	155
Mosaico 03: Imagens do navio mineraleiro da Vale.	156
Mosaico 04: Imagens das atividades na mina de ferro da Vale.	156
Figura 01: Cartão de IPS do município de Parauapebas (2014).	159
Figura 02: Cartão de IPS do município de Ananindeua/PA (2014).	160
Figura 03: Cartão de IPS do município de Belém/PA (2014).	161
Figura 04: Cartão de IPS do município de Magalhães Barata/PA (2014).	161
Figura 05: Cartão de IPS do município de Santa Cruz do Arari/PA (2014).	162
Figura 06: Cartão de IPS do município de Santarém/PA (2014).	162
Figura 07: Cartão de IPS do município de Soure/PA (2014).	163
Figura 08: Cartão de IPS do município de Canaã dos Carajás (2014).	165
Figura 09: Cartão de IPS do município de Curionópolis (2014).	165
Figura 10: Cartão de IPS do município de Eldorado dos Carajás (2014).	166
Figura 11: Cartão de IPS do município de Marabá (2014).	167
Figura 12: Modelização gráfica até o início da exploração do caucho.	184
Figura 13: Modelização gráfica da exploração do caucho.	188
Figura 14: Modelização gráfica da exploração da castanha.	191
Figura 15: Modelização gráfica das atividades madeireira e pecuária.	193
Figura 16: Modelização gráfica da exploração mineral.	195
Figura 17: Estágios de ocupação da Amazônia segundo Bertha Becker.	207

Resumo

A incidência de processos naturais milenares em seu território forjaram, na Amazônia, características ambientais ímpares e essas características são responsáveis por um ambiente diversificado do ponto de vista dos recursos naturais. Por isso, a Amazônia sempre figurou no centro de qualquer debate sobre o tema. Nos últimos cento e cinquenta anos, com a expansão e a consolidação, em nível mundial, do modo capitalista de produção, esse debate ganha ainda mais relevância, pois significa dizer que a formação histórica e geográfica da região está permeada de relações, processos e determinações originadas desse modo de produção. Então, para se compreender a Amazônia, é imprescindível buscar entendê-la a partir da sua inserção na reprodução capitalista. Logo, esta pesquisa tem como objetivo principal investigar a atuação dos sujeitos hegemônicos na economia regional amazônica, especificamente no sudeste paraense, a partir da dinâmica do modo capitalista de produção. A hipótese que guiou essa pesquisa é a de que *os sujeitos hegemônicos do capital presentes na região sudeste paraense (produtores de commodities do agronegócio, pecuaristas, madeireiros e empresas ligadas à mineração) podem ser considerados sujeitos integrantes ou à serviço do capital mundializado, que se materializa na fronteira amazônica. Neste espaço geográfico, esses sujeitos criam seus territórios de forma conflituosa e direcionam os processos da fronteira agropecuária, de maneira que toda a dinâmica da fronteira e os sujeitos não hegemônicos estão submissos à lógica dos sujeitos capitalistas hegemônicos.*

Palavras-chave: Amazônia; Sudeste Paraense; Capital; Território; Monopólio.

Abstract

The incidence of millenarian natural processes in its territory have forged in Amazon unique environmental characteristics and these characteristics are responsible for a diversified environment from the natural resources standpoint. Because that, Amazon was at the center of any natural resources' debate. However, in the last hundred and fifty years, with capitalist mode of production worldwide expansion and consolidation, this debate becomes even more relevant. This means that the region's historical and geographical formation are permeated by relations, processes and determinations originated from the capitalism. So, to understand Amazon, it is essential to seek to understand it from its insertion in capitalist reproduction. My research aims to investigate the performance of hegemonic subjects in the regional Amazon economy, specifically in Southeast Pará, from the capitalist mode of production dynamics. The hypothesis guiding this research is that: *the hegemonic subjects of capital present in the Southeast Pará region (producers of agribusiness commodities, cattle ranchers, loggers and mining companies) may be considered as members or at the service of globalized capital, which is materialized in the Amazonian border. In this geographic space, these subjects create their territories in a conflictive way and direct the agricultural frontier process, so that all frontier dynamics and the non-hegemonic subjects are submissive to the logic of the hegemonic capitalist subjects.*

Keywords: Amazon; Southeastern of Pará; Capital; Territory; Monopoly.

INTRODUÇÃO

“[...] O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência [...]” (MARX, 2008, p. 47). Essa frase retirada do prefácio do livro “Contribuição à crítica da economia política” faz um excelente prelúdio a essa tese.

Isso porque essa frase funciona como uma epígrafe do pensamento marxista e da crítica ao método idealista dos hegelianos. Marx expande ali as bases do método materialista, em que a realidade concreta e as relações nela estabelecidas são o que determina as bases da reprodução social. Logo, essa frase pode servir como termo introdutório dos pressupostos do materialismo histórico e dialético. Dentro da Geografia essa perspectiva abriu um cabedal de análise e interpretação do espaço pautado na produção do espaço¹.

De maneira muito particular, comecei a pensar essa proposta de trabalho para estudar o fenômeno da fronteira. Por certo que busquei me aprofundar no estado da arte desse tema no intuito de entender a reprodução social inerente a esse espaço.

Observei que a literatura voltada para o estudo e a reflexão sobre a fronteira, de maneira geral e a amazônica, vem ao longo do tempo mostrando que o processo de ocupação tem se dado a partir de fases ou períodos. Vários autores se debruçaram para entender a lógica interna de reprodução dessas fases de ocupação, cujas principais referências para este trabalho são Becker (1974; 1985; 1988; 1991; 2001; 2004; 2005); Costa (2000); Hebette (2004); Léna (1988); Martins (1997); Monbeig (1984); Reboratti (1990); Velho (1981).

Por conseguinte, busquei dar continuidade nos estudos desenvolvidos nesse âmbito da fronteira a partir do curso de mestrado, quando estudei os fluxos migratórios desencadeados pelo processo de ocupação da fronteira, mas especificamente no município de Marabá. Pude identificar uma lacuna de estudos da fronteira com o enfoque a partir da reprodução do modo capitalista de produção. Por isso, apoiado nesses e em outros autores, minha intenção nessa tese é contribuir no estudo da dinâmica da fronteira, tomando como referência o processo de reprodução do capital de maneira mais ampla.

¹ Desse exemplo posso destacar o livro de Henri Lefebvre: “La production de l’espace”, que até agora não tem uma tradução oficial para o português, onde o autor procura avançar nas reflexões de Marx sobre o circuito do capital deixando um legado muito importante nessa área para a Geografia.

Minha pesquisa tem como objetivo investigar a atuação dos sujeitos hegemônicos na economia regional amazônica a partir da dinâmica do modo capitalista de produção. A hipótese que conduziu essa pesquisa é a de que: *os sujeitos hegemônicos do capital presentes na região sudeste paraense (produtores de commodities do agronegócio, pecuaristas, madeireiros e empresas ligadas à mineração) podem ser considerados sujeitos integrantes ou à serviço do capital mundializado, que se materializam na fronteira amazônica. Neste espaço geográfico, esses sujeitos criam seus territórios de forma conflituosa e direcionam os processos da fronteira agropecuária, de maneira que toda a dinâmica da fronteira e os sujeitos não hegemônicos estão submissos à lógica dos sujeitos capitalistas hegemônicos.*

A escolha de Marabá se faz oportuna por dois motivos: primeiro, ela foi uma cidade importante para estabelecer essas dinâmicas econômicas que foram se constituindo ao longo do tempo e logo – e aqui o segundo motivo – ela funciona como ponto de articulação das dinâmicas e dos fluxos em virtude da sua centralidade urbana construída ao longo do século XX (RODRIGUES, 2010).

Entretanto, a cidade de Parauapebas também aparecerá na tese porque sua importância econômica e política cresceu conforme o desenvolvimento das atividades nela presentes. Por isso darei algum destaque a esta cidade nas partes finais do trabalho, justamente porque na hierarquia urbana paraense se tornou imprescindível levá-la em consideração.

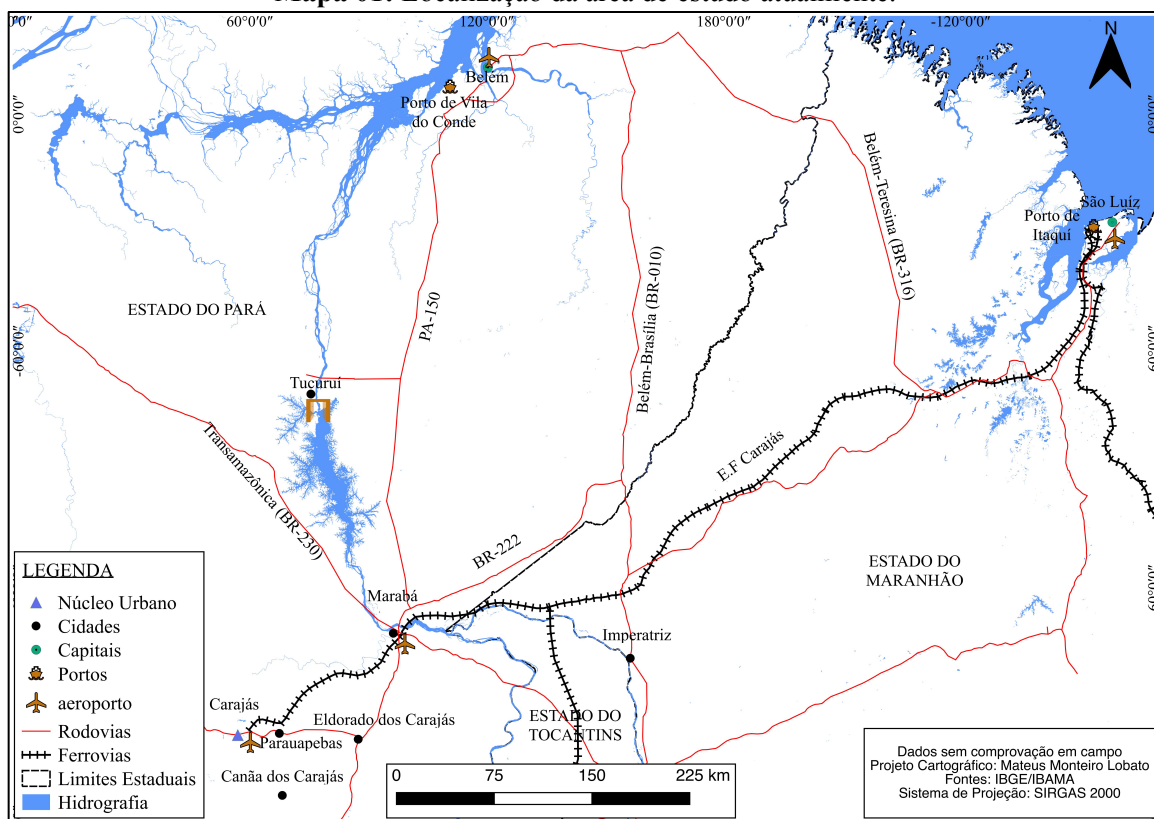
O mapa 01 mostra as principais vias de circulação (hidroviária, rodoviária, ferroviária e aeroviária) disponíveis para Marabá. Além disso, destaca também pontos importantes para a reprodução econômica atual: cidades, portos, aeroportos e hidrelétricas; também servem para contextualizar a área de estudo em questão.

A abordagem inicial se deu no sentido de identificar os principais circuitos produtivos existentes, ao longo do período recente, a partir de Marabá. Esse esforço me permitiu identificar a origem da economia regional e agrupá-la a partir de grandes atividades hegemônicas.

Logo, para cada fase da ocupação da fronteira, uma lógica produtiva se estabelece e, daí, uma reorganização socioespacial. Porquanto, cada fase subsumi uma reorganização espacial dos circuitos produtivos já existentes. Esse esforço mostrou que, ao longo do século XX e início do século XXI, a constituição de espaços produtivos foi uma constante na formação histórica de Marabá: Caucho, Castanha, Pecuária, Madeireira e Minérios.

Essas atividades deram origem aos sujeitos que atuaram e ainda atuam na fronteira, como por exemplo a oligarquia castanheira, os pecuaristas, os madeireiros e a mineradora. Essa primeira aproximação com os estudos geraram uma sistematização inicial presente no Quadro 01.

Mapa 01: Localização da área de estudo atualmente.



Esse quadro foi compilado a partir das reflexões sobre a fronteira e representa uma síntese histórica da ocupação da mesma nas fases de revisão bibliográfica da literatura. A periodização não representa precisamente a ascensão e declínio das determinações incidentes, mas apenas a indicação e o momento das coexistências.

Em face disso, pude distinguir quatro grandes fases de ocupação da fronteira, as quais representam cada uma delas algumas determinações gerais. A partir disso as colunas à esquerda deste quadro são os desdobramentos e processos mais importantes que serão materializados em cada fase, em especial as atividades econômicas.

Quadro 01: Fases de ocupação da Fronteira

Períodos da Fronteira	Contexto socioeconômico e Político	Atividade Econômica	Sujeitos Sociais	Atuação Hegemônica	Circulação/Infraestrutura	Territórios	Espaços da Produção	Organização Produtiva
Formação da colônia, Império e República Velha (até o final do século XIX e início do XX)	Ocupação esparsa e baixo aproveitamento econômico e produtivo	Extração e coleta de Drogas do Sertão	Populações Pré-Colombianas; Coroa Portuguesa; Expedições Oficiais e Missionários	Populações Pré-Colombianas e a Coroa Portuguesa	Principalmente Hidrográfica	Reprodução/Simbólico	Aldeias/Colônia	Mão de obra escrava (índios e negros) e mão de obra livre (migrantes)
	Ascensão da economia da borracha (caucho)	Caucho	Populações Pré-Colombianas; Expedições Oficiais; Seringalistas, Casas Aviadoras e Seringueiros	Seringalistas e Casas Aviadoras		Seringais	Bacia do Tocantins/Itacaiúnas	
Economia primária de exportação (do início do sec. XX até 1960)	Economia da Castanha e do Caucho	Caucho; Castanha; Cristais de Rocha	Famílias Tradicionais e Seringueiros	Famílias Tradicionais	Principalmente Hidrográfica e Aeroviária	Castanhais	Polígono dos Castanhais	Mão de obra livre; Aviamento
Planejamento Estatal (de 1960 até o final da década de 1980)	Ditadura Militar; Planos de Integração Nacional; Construção de eixos rodoviários	Terra; Pecuária; Madeira	Famílias Tradicionais; “Novos” Fazendeiros, Camponeses e Estado	Famílias Tradicionais; “Novos” Fazendeiros e Estado	Rodoviária e Hidroviária	Latifúndio; Jazidas; Assentamentos	Amazônia Legal/GETAT/PGC/PFC/Assentamentos	Mão de obra livre; Incentivos Fiscais; Investimentos do Governo Federal
Exportação de produtos Agro-Minero-Florestais (do final da década de 1980 até recentemente)	Ampliação dos incentivos fiscais; Grandes projetos		Famílias Tradicionais; “Novos” Fazendeiros, Camponeses e Estado	Famílias Tradicionais; “Novos” Fazendeiros; Estado e CVRD (Vale)				
	Redemocratização Política; Globalização	Pecuária; Madeira; Minérios; Laticínios e verduras	Famílias Tradicionais; “Novos” Fazendeiros; Estado, Movimentos Sociais e Vale	Vale	Rodoviária; Hidroviária, Aeroviária e Ferroviária	Latifúndio/Agronegócio; Jazidas; Assentamentos; Áreas Protegidas	Amazônia Legal: Latifúndios/Assentamentos/Áreas Protegidas/Jazidas Minerais	Assalariamento; novas formas de escravidão; Incentivos Fiscais; Investimentos; Financiamentos
	Crise Ambiental e Econômica							

Fonte: Becker (1991); Costa (2000); Dias (1958); Lagenest (1958); Velho (1981).

Por se constituírem em atividades historicamente instituídas e, por isso, tão caras à economia regional, elas têm participação importante nos números da economia regional, bem como os sujeitos hegemônicos por trás dessas atividades.

Destarte, tendo em vista as atividades, os sujeitos hegemônicos e o processo de reprodução da economia, entendi que era necessário elaborar mais alguns objetivos auxiliares para ajudar na condução da tese: 1) *identificar, ao longo do tempo, as principais atividades e sujeitos responsáveis nesse processo de reprodução da economia regional*; 2) *investigar o desenvolvimento da economia regional de Marabá a fim de entender a formação de territórios e a construção da configuração territorial*; 3) *analisar as principais transformações socioespaciais ocorridas com a reprodução dessas atividades*; e 4) *elaborar uma cartografia de síntese que mostre a atuação desses sujeitos sociais e seus desdobramentos socioespaciais*.

Procedimentos Metodológicos

A elaboração de qualquer trabalho científico parte de procedimentos racionais e encadeados logicamente para alcançar os objetivos traçados. Por conseguinte, a relação entre procedimentos metodológicos e os objetivos é a linha mestra de condução da elaboração dessa tese. Então, técnicas de produção de informação, tipos de fontes, pesquisa de campo e elaboração de mapas foram minuciosamente pensados a partir do que me propus a investigar. Tendo em vista essa diretriz, as linhas a seguir servirão para descrever, pormenorizadamente, os procedimentos metodológicos seguidos, além de que, também me permitirão justificar algumas escolhas.

Como passo inicial, busquei por referências teóricas variadas sobre o recorte espacial estudado, mas tal etapa, também conhecida como revisão bibliográfica, é processual e indivisível das demais etapas, pois ela está sempre em curso e se constitui também numa forma de renovação do conhecimento científico. Esta etapa ganhou dois focos: 1) entender quais determinações influenciaram na formação das atividades principais de Marabá e 2) como tais atividades foram se materializando no espaço, ou seja, seus territórios e suas configurações territoriais.

Antes de tudo, para entender o sentido do conceito de *determinação* dentro do pensamento de Marx (2011), é preciso de antemão compreender as filigranas do seu método materialista de entender a realidade. Para ele:

[...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto [...] (MARX, 2011, p. 54-55).

O concreto apreendido pelo pensamento em forma de categorias: população, trabalho, dinheiro, por exemplo, são abstrações. Essas abstrações são, como visto acima, resultados de múltiplas determinações que atuam no âmbito geral. Isso quer dizer que para entender essas categorias do real é necessário entender as determinações que estão por detrás das suas manifestações concretas.

Karl Marx faz uma explicação dessas modificações no livro “Formações econômicas pré-capitalistas”, ao discutir as determinações da categoria propriedade. Neste livro Marx (1977) vai mostrar que, a despeito da categoria propriedade existir nas diferentes sociedades: germana, romana, asiática e burguesa, ela não tem o mesmo significado, ou seja, não compartilham das mesmas determinações.

Nas sociedades pré-capitalistas:

[...] *propriedade* significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como *pré-requisito de sua própria existência*; sua atitude em relação a elas como *pré-requisitos naturais* de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos de seu próprio corpo (MARX, 1977, p. 85, grifos do autor).

Como se pode perceber, para ele o termo propriedade não significa apenas a posse de algo ou alguma coisa, que nesse caso é a terra, mas remete a um pertencimento. A propriedade é mediada, portanto, pela posse da terra, esse meio de produção essencial para a reprodução, mas depende sumariamente do pertencimento a alguma comunidade. Essa é a condição natural primordial na qual ele se depara antes mesmo de se tornar um indivíduo produtor de valores de uso.

Por outro lado, a instauração da sociedade burguesa destrói sumariamente essa relação de propriedade em que os trabalhadores eram proprietários dos meios de produção. Um processo histórico que transformou as massas de indivíduos de “[...] *trabalhadores genuinamente livres, imediatamente, em trabalhadores potencialmente livres [...]*” (MARX, 1977, p. 97). Tais trabalhadores têm apenas uma propriedade: a sua força de trabalho, na qual eles podem trocá-la por valores. Esses indivíduos/trabalhadores estão sendo colocados em um cenário em que todas as condições objetivas de produção são alheias a ele, ou seja, não são de sua propriedade.

Em suma, como se percebe claramente a categoria propriedade está presente nas diversas formações sociais, mas não pode ser entendida apartada de suas determinações gerais. A mesma coisa pode ser dita de outras determinações, como população, dinheiro, trabalho, capital e, neste caso aqui, a categoria monopólio.

Marx (2011, p. 58) vai chamar atenção para isso quando fala da categoria trabalho:

Esse exemplo do trabalho mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas.

Então, a palavra determinação, no pensamento marxista, aponta para uma relação entre os processos mais gerais de reprodução social (capitalista) e as manifestações das categorias abstratas. Em última instância “[...] *as determinações universais abstratas [...]* correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade [...]” (MARX, 2011, p. 61).

Explorando essa senda teórica, aberta por Marx (2011), um dos meus esforços foi desvelar algumas das determinações que interagem com o espaço geográfico amazônico. Por isso que um dos produtos dessa etapa inicial da tese e que permeia todo o trabalho foi uma *síntese histórica da formação espacial e configuração territorial amazônica e marabaense referenciada na ação dos principais sujeitos hegemônicos e ciclos econômicos* pautada na geo-história. Para contribuir com as reflexões presentes na tese utilizei a linguagem cartográfica para mostrar os territórios e a configuração territorial resultante. Os resultados desse primeiro esforço estão sistematizados principalmente no primeiro e segundo capítulos, em que para cada uma das atividades procurei elaborar alguns mapas.

Para facilitar o debate da formação inicial regional, eu dividi o primeiro capítulo em duas partes: a primeira utilizei uma visão mais geral, onde ocorreram apenas iniciativas isoladas de ocupação do recorte espacial aqui estudado e a segunda mais específica, onde as frentes de ocupação da fronteira já incidem mais fortemente e criam uma dinâmica socioespacial relevante.

Entretanto, essa divisão vai ser a linha de condução apenas do primeiro capítulo, já que o segundo vai ser estruturado a partir de cada tema desenvolvido no primeiro: atividades, sujeitos e relações. Assim se poderá entender os dois primeiros capítulos, comumente denominados históricos, os quais contém a base para entender a formação socioespacial da tese.

Para elaborar os produtos cartográficos desses dois capítulos, algumas iniciativas precisaram ser tomadas. Isso porque, apesar de algumas bases cartográficas usadas para compor os mapas estarem disponíveis nas páginas virtuais dos principais órgãos federais e estaduais, tais como malha municipal, sedes municipais e etc., outros arquivos precisaram ser construídos ao longo da produção da tese, principalmente aqueles em que a particularidade é o seu símbolo, como, por exemplo, o espaço da produção do caucho e da castanha e certas rotas de circulação, onde algumas delas foram construídas a partir da digitalização de mapas analógicos, como a localização das missões, porém outras foram inferidas a partir da documentação disponível nas fontes consultadas. Aqui me apoio nas considerações de Harley (1989; 1991) sobre o caráter “científico” da cartografia, pois ele sinaliza para a desvinculação da automação da cartografia com a produção de mapas. Para esse autor, os mapas não podem ser validados apenas porque foram construídos a partir de uma matriz científica positivista, a qual atualmente incorpora o uso das tecnologias da informação, como: computador, satélites, drones e etc.

Segundo ele:

[...] O objetivo é sugerir uma alternativa epistemológica, enraizada no social mais do que no positivismo científico é mais apropriado à história da cartografia. Ela irá mostrar que esses mapas ‘científicos’ não são um produto apenas de “regras da geometria ou da razão”, mas também de “normas e valores de ordem social... da tradição” [...]. (HARLEY, 1989, p. 2, tradução nossa).²

² [...] The objective is to suggest that an alternative epistemology, rooted in social theory rather than in scientific positivism, is more appropriate to the history of cartography. It will be shown that even ‘scientific’ maps are a product not only of “the rules of the order of geometry and reason” but also of the “norms and values of the order of social... tradition.” [...]. (HARLEY, 1989, p. 2).

No segundo capítulo, além dos mapas em cada item tentando sintetizar cada determinação, também passei a dialogar com informações secundárias de natureza estatística. Por se tratarem de informações históricas, que a maioria dos órgãos oficiais ainda não tinham formado ou uniformizado seus bancos de dados, ou mesmo nem existiam – como o IBGE – a origem e como eu as trabalhei merecem um comentário mais detido.

As informações secundárias são divididas em dois grupos principais: as elaboradas por algum pesquisador de referência e aquelas de órgãos ou instituições. Esse segundo grupo também está dividido em dois subgrupos: o primeiro se refere a órgãos ou instituições que já existiam e realizaram algum levantamento mais específico, por exemplo, os dados oficiais do Ministério da Agricultura sobre a produção de castanha e aquelas informações oficiais do IBGE sobre o rebanho bovino.

Como a produção de informações estatísticas no Brasil continha várias limitações no final do século XIX começo do XX, tanto que Santos (1980) e Emmi (1999) procuraram advertir sobre esse fato, as tabelas e quadros relacionadas à produção do caucho e da castanha foram construídas indiretamente, por meio dos autores que estudaram esses temas (primeiro grupo de fontes estatísticas).

Da década de 1970 em diante, quando a metodologia do IBGE foi reformulada, as tabelas passaram a contar com mais informações compiladas por esse órgão – principalmente dos censos e das pesquisas específicas. Isso nos períodos antes da década de 1980, após essa data as tabelas também foram compiladas a partir das informações disponibilizadas pelo órgão paraense IDESP. Na atividade mineral, as informações tanto do IBGE quanto do IDESP deixaram de ser as principais fontes e passaram a ser auxiliares ao banco de dados disponível no DNPM. Essa modificação foi feita pelo caráter mais específico desse órgão. O segundo capítulo é o que reúne esses dois tipos de informações secundárias até aqui destacadas e, por isso, ele é uma síntese de ambas: tanto de órgãos oficiais, quanto de pesquisadores de referência da época.

No capítulo quatro, a produção bruta, o valor da produção, os investimentos no setor mineral e empregos foram articulados a partir dos dados do DNPM com base nos investimentos feitos no ano apenas nas áreas de concessão de lavra. O rebanho bovino e a produção madeireira e seus derivados diretos foram organizados a partir do banco de dados do IBGE.

Para mostrar a importância da mineração junto a outras atividades, também fiz um quadro mostrando a distribuição dos financiamentos concedidos pelo BNDES. Tais informações foram retiradas diretamente dos arquivos digitais do referido banco.

Essas informações secundárias também foram produzidas a partir dos trabalhos de campo, já que foram coletadas nas bibliotecas tanto de Belém quanto como de Marabá. Logo, os trabalhos de campo serviram como ferramentas exploratórias, ou seja, permitiram entender a dinâmica regional. Contudo, esses trabalhos de campo configuraram instrumento secundário na produção da informação da tese, já que grande parte do trabalho está baseado na perspectiva da da geo-história, a qual tratarei mais adiante.

Nos dois trabalhos de campo realizados (agosto de 2015 e outubro de 2016) fiz o levantamento da bibliografia nas bibliotecas e acervos da cidade de Marabá: UNIFESSPA, Casa da Cultura, ACIM e Jornal Correio do Tocantins. Nos acervos de Belém: IBGE, UFPA (NAEA), IDEFLOR e SEMAS, as visitas foram de fluxo constante ao longo do período de elaboração da tese.

No tocante às informações primárias, elas foram produzidas a partir de entrevistas abertas, realizadas durante os trabalhos de campo exploratórios. Com essa técnica interagi no campo de pesquisa para produzir informações a partir de alguns entrevistados (COLOGNESE; MÉLO, 1998).

As entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos: a primeira etapa em agosto de 2015 e a segunda em outubro de 2016. As entrevistas de sondagem foram realizadas na primeira etapa. Todas as entrevistas realizadas foram de natureza oral, ou seja, foram feitas a partir de diálogos verbais com os entrevistados. Todas também foram não diretivas ou não estruturadas, e tinham como objetivo produzir informações sobre o objetivo traçado na tese.

Essas entrevistas foram realizadas de duas maneiras nas idas ao campo. No primeiro contato em 2015, as entrevistas foram gravadas e transcritas. Essas entrevistas do primeiro momento foram realizadas com o secretário de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de Marabá, com o secretário Agrícola e de Meio Ambiente e com o diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Marabá.

Já as segundas entrevistas foram realizadas no segundo período, em 2016, de permanência no campo. Porém, essas entrevistas não puderam ser gravadas³, apenas foram

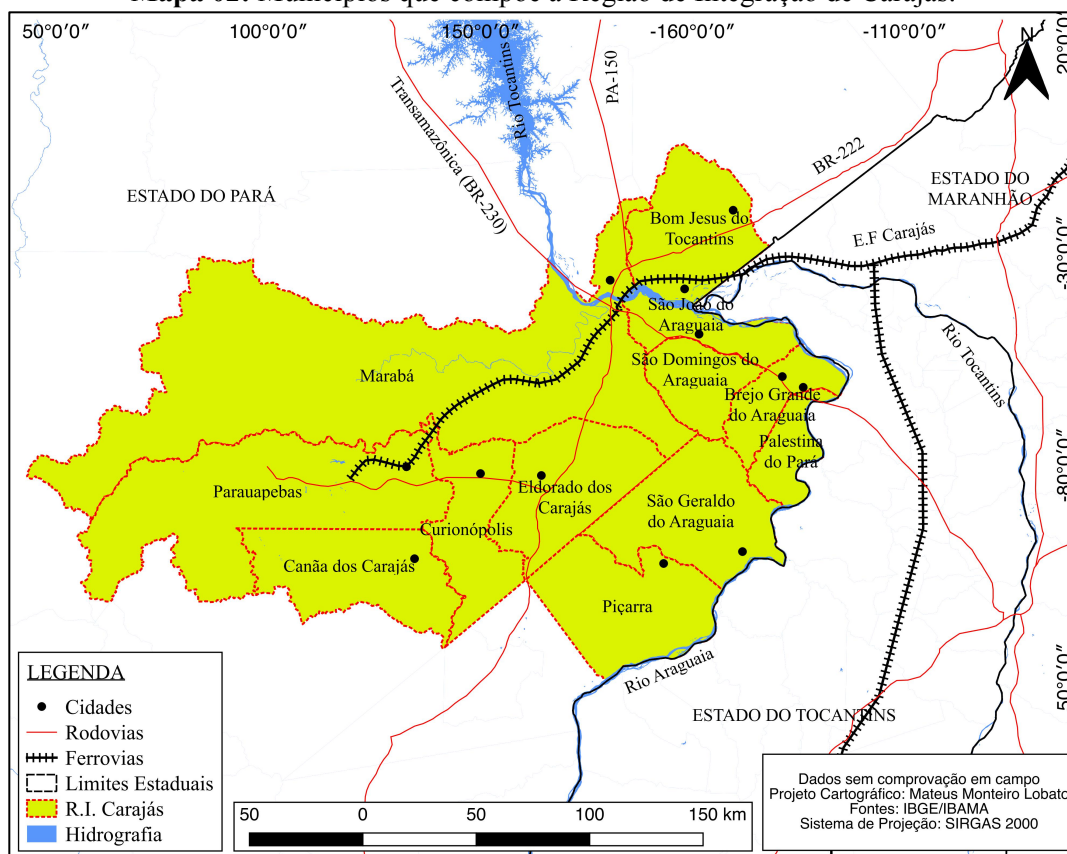
³ Dentre outras coisas, os assuntos em questão surgiram no último dia de campo e o aparelho usado para gravar as entrevistas estava descarregado.

anotados os assuntos abordados no caderno de campo. Essas entrevistas e as informações secundárias específicas formam a base de sustentação das argumentações do quarto capítulo da tese, cujo escopo principal é fornecer o panorama geral das três principais atividades econômicas de Marabá. Para elaborar esse capítulo, precisei realizar algumas aproximações importantes, as quais tecerei comentários a seguir.

A evolução da malha municipal paraense foi acompanhada de sucessivos desmembramentos, os quais só ocorreram intensamente após a década de 1980. Nesse sentido, por exemplo, o território do município de Marabá esteve quase que intacto desde sua fundação até o final da década de 1980. Daí em diante ele é desmembrado em vários outros municípios.

Esta reconfiguração se faz num dado período e abruptamente, para tentar dar continuidade nas estatísticas e aproximar as análises de um momento com outro, utilizei como recurso metodológico em determinados momentos as informações das regiões de integração propostas pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP).

Mapa 02: Municípios que compõe a Região de Integração de Carajás.



Em virtude do anteriormente dito sobre a redefinição territorial de Marabá, para fazer um esboço comparativo das atividades econômicas, precisei recorrer à regionalização usada pelo IDESP, onde Marabá está inserida na Região de Integração de Carajás (RI Carajás) junto com mais onze municípios. São eles: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia. Contudo, dentro dessa RI apenas Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás representam maioria absoluta da região inteira em qualquer indicador demográfico e econômico (mapa 02).

A atividade mineral, por ter maior importância na dinâmica econômica regional, será mais detidamente abordada, especificamente a Vale, pois ela detém o monopólio da atividade que é a mais importante de todas: a exploração do minério de ferro. Para tanto, imagens retiradas da própria página virtual da companhia serão usadas para ilustrar essa atividade em questão. Ao final do capítulo, procurei discutir os benefícios que essas atividades econômicas trouxeram ou provocaram à sociedade. Para trabalhar esse tema usei os dados do Ministério do Trabalho e do IDESP para os vínculos empregatícios de cada uma delas.

Para contrapor o discurso economicista de crescimento econômico procurei ir além dessas informações de caráter eminentemente econômico. A alternativa foi utilizar os dados do Índice de Progresso Social (IPS) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). Esse índice compilado pelo IMAZON tem a vantagem de buscar outras formas de avaliar as condições sociais sem ter que recorrer apenas às variáveis econômicas:

Além disso, índices como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) usados para medir o desempenho social na região têm atualização pouco frequente na escala municipal (a cada 10 anos) e sofrem forte influência de indicadores econômicos. Felizmente, atualmente existe um novo índice com potencial de capturar de forma mais abrangente o status social da Amazônia e influenciar positivamente o debate sobre as políticas públicas: o Índice de Progresso Social (IPS) (IPS, 2014, p. 12).

Para entender o índice o trecho a seguir faz um resumo:

Os indicadores utilizados para a elaboração do IPS são agrupados em três dimensões e doze componentes. A Dimensão 1, “Necessidades Humanas Básicas”, contém os seguintes componentes: Nutrição e cuidados

médicos básicos, Água e saneamento, Moradia e Segurança pessoal. Por sua vez, a Dimensão 2, “Fundamentos para o Bem-estar”, tem os seguintes componentes: Acesso ao conhecimento básico, Acesso à informação e comunicação, Saúde e bem-estar e Sustentabilidade dos ecossistemas. E, por fim, a Dimensão 3, “Oportunidades”, inclui os componentes: Direitos individuais, Liberdade individual e de escolha, Tolerância e inclusão e Acesso à educação superior (IPS, 2014, p. 12-13).

Porém, entre os dois primeiros capítulos que abordam os processos históricos de formação e o quarto, em que se observa a consolidação dessa formação, inseri um capítulo que me permitisse entender teoricamente essas determinações da formação da Amazônia e de Marabá. Por isso o terceiro capítulo é onde se encontra a discussão teórica dos conceitos usados na pesquisa. Por ser uma pesquisa que se modificou ao longo do tempo, os conceitos foram elencados conforme a aproximação inicial feita em campo. Tais conceitos e categorias são: espaço geográfico, território, configuração territorial e monopólio. Nesse capítulo também reservo um momento para identificar e diferenciar o que é conceito e o que é categoria.

Por fim, na parte final deste capítulo tento fazer um diálogo reflexivo entre os dois capítulos anteriores. Como forma de auxiliar o entendimento dessa relação trago à luz o exemplo da vila de Fordlândia (município de Aveiro-PA) na primeira metade do século XX e comparo com Marabá.

O mesmo raciocínio conduziu o capítulo cinco, que foi elaborado a partir de uma dúvida surgida ao longo do quarto. Essa dúvida está relacionada ao caráter internacional da produção das atividades econômicas analisadas. Portanto, tal qual o terceiro, o quinto capítulo tem uma parte de reflexões teóricas e outra com o relacionamento dessa teoria com a empiria.

O capítulo final sintetiza um esforço de entendimento da realidade da fronteira a partir da modelização gráfica. Mas, essa modelização está atrelada a uma reflexão crítica do pensamento da fronteira que me permitiu identificar três elementos organizativos do estado da arte desse tema.

Essa crítica dá lastro para construir uma nova proposta de interpretação da fronteira: ela como um espaço relacional em que o capital produz os valores com a menor quantidade de trabalho necessário. Por isso que as formas nela presentes divergem dos outros espaços ditos “consolidados”, já que a “função” da fronteira é produzir valores para apropriação do sistema como um todo, isso independente das formas nela presente.

A justificativa para a disposição dos capítulos faz parte do processo de construção dessa tese, que foi feita a partir da perspectiva de Marx (2011). Em primeiro lugar ele vai mostrar o curso do pensamento a partir da abstração, que é uma representação caótica. Dessa abstração inicial vão se interpondo várias determinações mais simples.

Já com essa síntese do pensamento realizada se faz o caminho inverso para se chegar novamente à abstração antes proposta “[...] *mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações [...]*” (MARX, 2011, p. 54). Portanto, como enunciado anteriormente, se conclui que o concreto não significa a realidade em si, mas o concreto do pensamento.

Esse processo de construção do pensamento científico foi mais tarde refinado por Marre (1991), que procurou contribuir para a construção de um objeto científico a partir de dois processos dialéticos: ascendente e descendente.

Sugere-se aqui que essa construção procede a partir de uma dupla dialética: a) **dialética ascendente**, que vai da apreensão do tema empírico para sua construção, dentro de um quadro de hipóteses teóricas não somente válidas, mas igualmente relevantes; b) **dialética descendente** que, partindo da elaboração teórica efetuada no primeiro processo da dialética ascendente, tenta pelo contrário torná-lo não somente operacional mas suscetível de uma demonstração ou de uma verificação empírica. É a descrição desses dois processos dialéticos, ascendente e descendente, que nos permitirá tentar dar conta da melhor maneira possível do modo pelo qual o processo de construção do objeto funciona ou pelo menos se configura, dentro do conhecimento científico, distinto e diferente do conhecimento vulgar ou do senso comum (MARRE, 1993, p. 9, grifos do autor).

A dialética ascendente se faz prioritariamente através da escolha de um tema de pesquisa, o qual nasce a partir de dois passos básicos: escolha propriamente dita, onde se vai eleger um tema relevante para a ciência e a necessidade de se distanciar das abordagens dadas pelo senso comum, mídia ou partidos políticos.

Um outro passo nessa dialética é a construção de uma teorização ao fenômeno a ser estudado. A teorização do fenômeno é a constituição de uma qualificação desse fenômeno, permitindo observar além da simples aparência. O estabelecimento dessa qualificação do objeto tem algumas consequências: uma é que você estará estabelecendo relações para esse objeto que vão além do visível, logicamente a partir dessas teorias; outra é que essa teoria vai mostrar ao pesquisador uma trama de outras relações dadas com esse objeto, para

construir o cenário empírico-teórico. Toda essa construção teórica permitirá finalmente que seja avaliada à relevância da pesquisa.

Na elaboração cartográfica optei por trabalhar com a matriz teórica e metodológica da modelização gráfica, que sugere, entre outras coisas interessantes, ir além do mapa ao estimular o raciocínio e a reflexão dos processos e relações socioespaciais. Isso quer dizer que, ao entender o espaço, essa nova cartografia abstrai a realidade e propõe em seu lugar um modelo (GIRARDI, 2008; THÉRY, 2004).

O que interessa à modelização gráfica não é estabelecer um modelo de espaço, mas sim identificar as suas estruturas e representá-las através de um modelo gráfico; uma forma sucinta que compreenda os fenômenos geográficos estruturais de interesse do autor. A partir das elaborações teóricas e práticas da modelização gráfica é possível lançar mão de argumentos para explicar o espaço geográfico e, ao mesmo tempo, elaborar questões com base nas configurações verificadas. Além de servir à análise regional, a modelização gráfica é destacadamente um instrumento de comunicação da informação espacial. A coremática constitui a etapa mais avançada da análise espacial por meio do mapa, pois, embora o resultado final do exercício não seja um mapa, a elaboração dos modelos só é possível a partir do entendimento das estruturais verificadas em conjuntos de mapas anteriormente analisados pelo pesquisador. Para a elaboração dos modelos é necessário que o autor trabalhe com a semiologia gráfica e a visualização cartográfica. Modelos e mapas não substituem uns aos outros; eles são complementares. Subjetividade e intencionalidade são cruciais na elaboração dos modelos. É com a modelização gráfica que o discurso geográfico sobre o espaço - e isso inclui o discurso crítico - atinge seu auge. Por isso a importância da modelização gráfica para a proposta de uma Cartografia Geográfica Crítica (GIRARDI, 2008, p. 77).

Ao permitir representar o espaço a partir de modelos abstratamente definidos, a modelização vem ao encontro da minha proposta de estudo. Isso porque, ao elucidar os processos fundamentais da reprodução socioespacial da Amazônia, pude abstrair as determinações do modo capitalista de produção que incidiram diretamente na região. E foram essas determinações, por seu turno, que estabeleceram a formação dos territórios e a configuração territorial no Sudeste Paraense ao longo do tempo.

Então, os modelos aqui propostos seguem no limite da reprodução do capital na Amazônia. Em tempo, tais modelos espaciais são resultados da reprodução capitalista travadas na escala mundial, nacional, regional e local, a partir de relações de poder, onde o monopólio da configuração territorial é indispensável para garantir a produção do valor na Amazônia.

Entretanto, para facilitar meu debate sobre a modelização proponho dividi-la em cinco modelos: da colonização até próximo ao final do século XIX, da borracha/caucho, da castanha, da pecuária/extração madeireira e da mineração.

Para finalizar a discussão dos procedimentos metodológicos lembro do viés adotado para essa pesquisa. Como já adverti, devido ao andamento da pesquisa, este trabalho tem o caráter voltado para a geo-história, já que me chamou muito atenção, ao longo do percurso, a persistência histórica de certas características regionais, dentre elas, por exemplo, a centralidade urbana, o destaque econômico e os sujeitos atuantes.

Logo, se tais elementos perduram fortemente ao longo do tempo, principalmente durante o século XX, era necessário voltar as atenções para a formação histórica regional. Daí porque a geo-história passa a ser aqui o elo fundamental para compreender tais questões prementes da região.

Brunet; Ferras; Théry (1992) ao tratarem da geografia histórica afirmam que:

A geografia histórica é um tratamento geográfico de situações do passado. Ela ensaia reconstruir, representar e interpretar os sistemas e configurações geográficas desaparecidas, principalmente para descrever o ambiente de fenômenos históricos determinados. Ela deve por isso empregar métodos da geografia moderna [...] ⁴ (BRUNET; FERRAS; THÉRY, 1992, p. 258, tradução nossa).

Embora muito utilizada na Geografia, a abordagem geo-histórica teve origem com Braudel (2015), quando explica que um fato social deve vir acompanhado também por um argumento geográfico.

De fato, não existe problema social que não esteja situado em seu quadro geográfico, quer dizer, exposto no espaço, confrontado a esse espaço. Não há realidade social que não ocupe um lugar no solo. Esse ou aquele lugar: eis já todo um problema! Situar os fatos a serem estudados: eis mesmo a primeira *démarche* de toda pesquisa social séria (BRAUDEL, 2015, p. 618).

Então, esse é o mote da geo-história para Braudel (2015): se ocupar das relações históricas entre sociedade x natureza para contribuir com a explicação da realidade processual. Contudo, por maior que seja o esforço de Braudel (2015) para consolidar a

⁴ La géographie historique est un traitement géographique de situations du passé. Elle essaie de reconstruire, de représenter et interpréter les systèmes et configurations géographiques disparus, surtout pour décrire l'environnement de phénomènes historiques déterminés [...] (BRUNET; FERRAS; THÉRY, 1992, p. 258)

geo-história como uma ferramenta de análise social, sua limitação para mim é considerar a geografia como uma ferramenta auxiliar desse método. Nesta tese a lógica desse historiador está invertida, ou seja, a geografia é central, onde o método da geo-história serviu para entender a formação espacial produzida e transformada a partir das determinações capitalistas.

Castro (1981) utilizou essa abordagem para entender a formação histórica e geográfica da África. Segundo essa autora as diferenças atuais entre tribos e sociedades no interior do continente africano só podem ser explicadas à luz de núcleos geo-históricos de população. A mesma perspectiva foi trilhada por Santos (2008), mas usando a geo-história para entender por que estão presentes as características atuais do município de Porto de Folha/SE. Para ele, tanto a localização da cidade, quanto a sua vocação para o cultivo do arroz só podem ser explicados a partir de uma análise geo-histórica. Já Droulers (2001), no livro: *Brésil: une géohistoire*, se preocupa com o que ela chama de tempo longo, ou seja, o tempo de formação do país: da colônia até os dias recentes. Nesse livro a autora vai elencar alguns aspectos concernentes às bases teóricas da geo-história.

Para a autora a evolução espaço temporal do Brasil só pode ser abordada se forem considerados os fatores e os sujeitos históricos responsáveis durante esse tempo longo. Sua preocupação nesse livro é responder algumas perguntas que são candentes e estão em evidência durante esse tempo longo.

O objetivo de Droulers (2001, p. 10, tradução nossa) é, dessa feita, “[...] *incorporar a uma racionalidade geográfica os elementos da formação territorial desse país-continent*”⁵. Assim, “[...] *a construção progressiva de uma formação socioespacial dada e as estruturas espaciais duráveis que daí resultam são a matéria-prima da abordagem geo-histórica*”⁶ (DROULERS, 2001, p. 273, tradução nossa).

Machado (1989) também elaborou um trabalho de fôlego nesse viés quando se preocupou em esclarecer o processo de construção da unidade territorial brasileira. Nesse trabalho, que na verdade é sua tese de doutoramento, a autora tenta responder justamente sobre como se deu essa formação da unidade nacional. E para responder esse questionamento, Machado (1989) recorreu a geo-história para construir sua linha de raciocínio.

⁵ “[...] *d’incorporer dans un raisonnement géographique les éléments de la formation territoriale de ce pays-continent*” (DROULERS, 2001, p. 10).

⁶ “[...] *la construction progressive d’une formation sociospatiale donnée et les structures spatiales durables qui en résultent constituent la matière première de l’approche géohistorique*” (DROULERS, 2001, p. 273)

De fato, ao longo de sua tese a autora trouxe várias informações históricas que serviram de argumento para corroborar a sua hipótese de formação tardia da unidade nacional. Ao fazer um debate no âmbito histórico processual, mostrando argumentos de cada momento da formação brasileira para ratificar sua tese, sem dúvidas Machado (1989) elaborou uma geo-história.

Logo, para entender aqueles aspectos candentes na formação regional paraense em tela era necessário recorrer a esse ramo da geografia. Dessa forma, o meu trabalho resultou numa tese estruturada em oito partes concatenadas: uma introdução, uma “conclusão” – denominada de considerações finais – e seis capítulos assim dispostos:

O **Capítulo 1**, nominados de *“A história do País das Amazonas: uma breve reflexão sobre a formação territorial da Amazônia e de Marabá”* e o **Capítulo 2** *“As atividades na Hiléia marabaense: caucho, castanha, gado, madeira e minério de ferro”* contendo a síntese do processo histórico. O **Capítulo 3**: *“O mito da natureza selvagem ou a reprodução do capital na fronteira?”* apresentando as primeiras reflexões teóricas da tese. O **Capítulo 4**: *“O que “restou”? A pecuária, a extração madeireira e a mineração: suas conexões, seus desdobramentos e a importância delas para o Sudeste Paraense mais recentemente”* analisando o tempo mais recente das atividades em questão. O **Capítulo 5**: *“A era da globalização na Amazônia: técnica, neoliberalismo e territorialidade a partir de Marabá”* com uma nova reflexão teórica. Por último o **Capítulo 6**: *“A modelização gráfica da Amazônia e uma proposta de interpretação da fronteira”* trabalhando com a modelização gráfica para sintetizar o conhecimento e propor uma nova interpretação da fronteira.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DO “PAÍS DAS AMAZONAS”: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA E DE MARABÁ

Nesta parte do trabalho minha preocupação é construir o cenário da formação geográfica e histórica, priorizando a constituição dos espaços de produção das atividades econômicas marabaense. No decorrer do capítulo darei ênfase em alguns elementos importantes que compõe cada espaço de produção. É preciso ressaltar que o sudeste paraense foi transpassado por processos de formação social que remontam o período colonial, ou seja, do século XVII em diante. No entanto, o período de mais intensidade foi a partir do final do século XIX e ao longo do século XX.

Por conta desse fato, para facilitar a compreensão, dividi o histórico em duas grandes partes: a primeira abrange desde o início da colonização amazônica até as últimas décadas do século XIX. A segunda vai do final do século XIX até o início da década 1990.

A primeira parte, por abranger um período temporal grande e de ocupação mais pontual, sem muita expressão na ocupação do recorte espacial aqui priorizado, será mais sintética e generalizante, apenas apontando elementos relevantes ao que foi priorizado. Entretanto, a segunda, por ter uma ocupação regional mais efusiva, o histórico será mais pormenorizado, inclusive dividido em duas seções: uma compreende a chegada da frente nordestina e goiana até o declínio da economia castanheira (final do século XIX até quase a década de 1960), e a outra abrange desde a nova expansão da ocupação da fronteira na década de 1960 até quase o início da década de 1990.

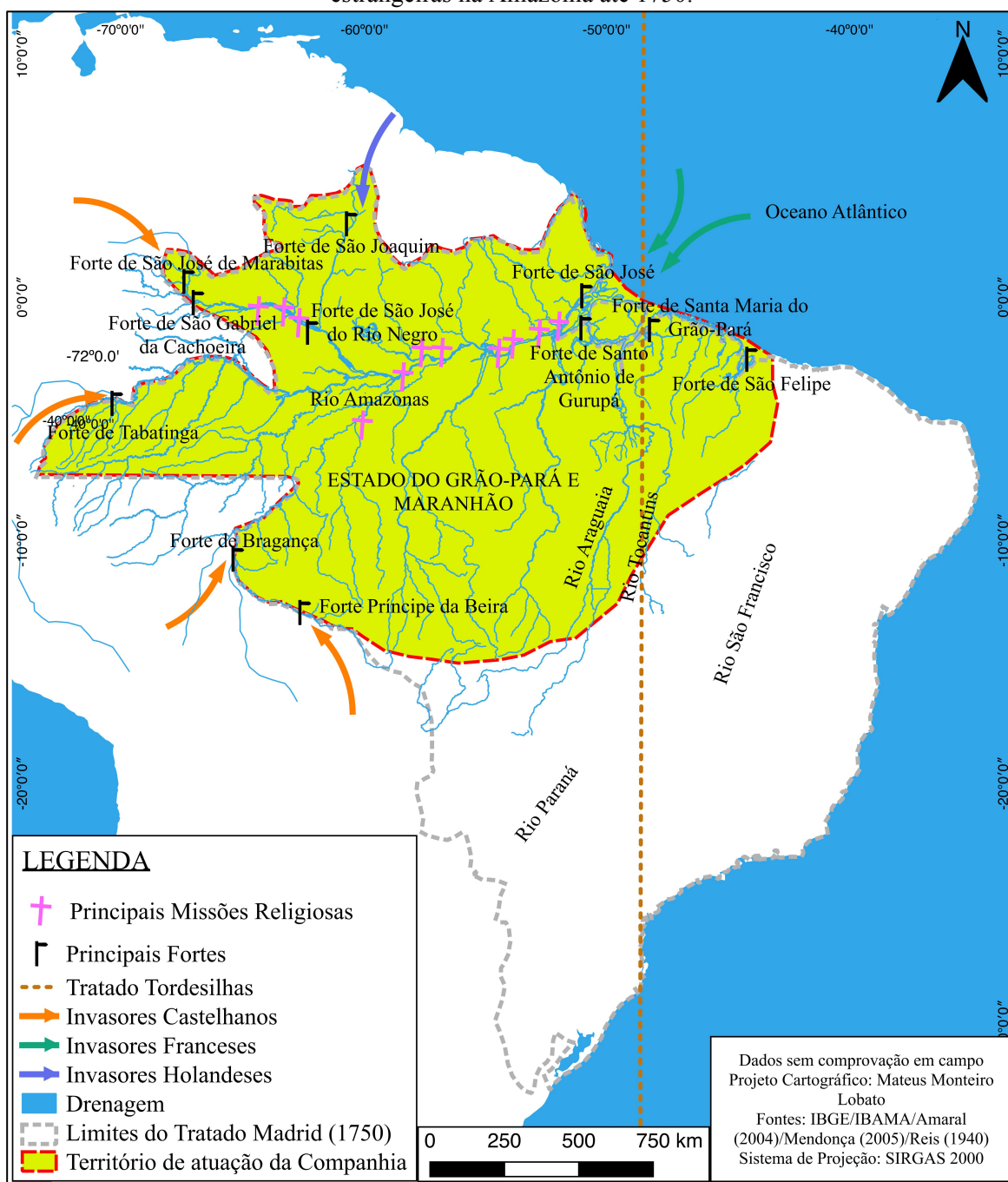
1.1 A ocupação amazônica

1.1.1 O período colonial e o início do império

Por sua condição exótica, seja pelo seu povo, seja pela sua natureza, o território amazônico representou fascínio e cobiça ao mundo europeu, por isso serviu de combustível para alimentar as mais diversas empreitadas. Países, empresas, religiões e indivíduos lançaram-se em busca das riquezas amazônicas, sem muitas vezes nem diferenciar se era um simples mito ou uma lenda: essa cobiça ou desejo de se apropriar dos recursos

regionais amazônicos estabeleceu uma verdadeira corrida ao *el dorado* (MACHADO, 1980).

Mapa 03: Presença religiosa, Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e ameaças estrangeiras na Amazônia até 1750.



Todavia, para efetivar a exploração dessa riqueza colonial, a Metrópole precisou construir um sistema logístico que, pelas enormes limitações que Portugal tinha, precisou contar com a ajuda das ordens religiosas. Portanto, buscando duplamente explorar e manter

a posse da colônia, foi organizado aqui na Amazônia um sistema territorial onde predominavam fortes e missões religiosas.

No mapa 03 está um esforço de sintetização cartográfica desse cenário de presença estrangeira ainda nos primeiros séculos da história colonial da Amazônia. Também estão nesse mapa os fortes e as missões instaladas no território colonial para garantir a coleta das Drogas do Sertão (cacau, castanha, canela, cravo, salsaparrilha e pimenta) e o próprio controle do território.

Mais tarde, a partir de 1750, no reinado de D. José I, com a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado – o meio-irmão de Sebastião Carvalho de Melo e Silva (Marquês de Pombal) – para o cargo de governador do Grão Pará e Maranhão, começa com mais veemência o processo de expulsão das ameaças à soberania da coroa: os alvos do momento eram os estrangeiros e missionários religiosos estabelecidos de alguma forma aqui na Amazônia. Isso porque o sistema colonial como um todo vinha apresentando problemas, que eram decorrentes de uma série de fatores, sejam eles teóricos, como o crescimento da crítica do pensamento liberal à monarquia, ou mesmo a concorrência com outras formas produtivas (FAUSTO, 2015; SIMONSEN, 2016).

A título de esclarecimento da situação política da colônia, um pouco antes da nomeação de Mendonça Furtado, forçado pelas dificuldades impostas pelas correntes marinhas e regimes de vento da costa nordeste do Brasil, visto que o trajeto de volta de Belém para a capital Olinda era muito mais penoso e demorado do que se fosse realizado o trajeto de Belém para Lisboa, por isso a Corte Portuguesa estabeleceu um “Estado independente” aqui na Amazônia: surgindo o então Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede primeiramente em São Luís e depois em Belém (AMARAL, 2004).

Então Mendonça Furtado pôs em prática um ambicioso plano de reestruturação da ocupação portuguesa na Amazônia, que dentre outras coisas visava aproveitar mais efetivamente os produtos econômicos da região e garantir a posse das terras coloniais. Duas medidas em particular chamam atenção: a expulsão dos missionários religiosos e a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Os missionários religiosos, especialmente os Jesuítas, chegaram junto com os europeus e a eles coube a missão de ter os primeiros contatos com os índios. Acontece que, com o passar dos anos, os missionários passaram a controlar os gentios e eles, em dado momento, se negavam a ceder os mesmos e alguns materiais aos colonos e nobres, daí surgiram animosidades entre colonos, nobres e jesuítas. Esses conflitos foram se agravando

e à medida que a economia extrativa inicial das Drogas do Sertão foi definhando, consolidou-se um quadro de crise social naquela época (ARAÚJO, 2003; MACHADO, 1989; REIS, 1940).

O conflito entre portugueses, colonos e missionários e mais as lições aprendidas pelos portugueses nas disputas territoriais com os espanhóis modificaram a maneira de conceber o território, pois, para efetivar a posse da terra, os portugueses deveriam entender que ela:

[...] Não mais se baseasse numa suposição de domínio político mas que se concretizasse de facto pelo poder da intervenção. E era evidente que tal poder precisava estar fundamentado em duas vertentes que se mostravam incontornáveis: o conhecimento concreto da região e a aliança com os seus habitantes naturais [...] (ARAÚJO, 2003, p. 156).

Começava a se formar no imaginário colonial daquela época a necessidade de efetivar a reconquista e o controle do território. Entretanto, era necessário expulsar as ameaças estrangeiras que estavam presentes na Amazônia. Por isso que um campo bastante incidente da política pombalina fora a demarcação de fronteiras incumbidas ao seu meio-irmão, governador da província. Para defender o território, era necessário conhecer plenamente o terreno, daí a imprescindível atuação de cartógrafos e outros profissionais que, aliados aos índios (profundos conhecedores da região), promoveram uma varredura no espaço, esquadrinharam cada caminho possível para uma invasão estrangeira e montaram uma linha de defesa com fortes e pontos de controle. Essa empreitada foi essencial para observar e traduzir a natureza com seus caminhos no intuito de conquistá-la e dominá-la (ARAÚJO, 2003; MACHADO, 1989; REIS, 1940).

A segunda medida pombalina foi fundar uma companhia de comércio para cuidar das transações comerciais da província. É importante frisar que essa companhia passou a ter o controle absoluto do comércio e da navegação na Amazônia (ARAÚJO, 2003). Fica muito claro que, com essa iniciativa, a metrópole estava tentando estabelecer um território voltado à exploração comercial aqui na Amazônia. Entrar nos méritos alcançados com essa medida não está nos objetivos propostos por este trabalho inicialmente, entretanto, segundo Araújo (2003), a Companhia provocou um verdadeiro avanço nas condições de navegação e comércio da província, Chambouleyron (2010) afirma que a Companhia também foi a responsável pelo dinamismo do comércio da província, principalmente do cacau, que contribuiu para a ocupação da região. Mesma opinião de Costa (2010), que entende que no

período colonial, a província do Grão-Pará obteve um desempenho além da média, contrariando o pensamento da historiografia frequente.

Como se pode observar, pelas fontes bibliográficas e pelo mapa, as intervenções da Coroa Portuguesa serviram para consolidar o território a partir do espaço amazônico garantindo sua posse e a exploração comercial da colônia. O cenário dessa época está descrito cartograficamente no mapa 03, onde procurei destacar principalmente a atuação dos padres e missionários jesuítas, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e do próprio Estado.

Sendo as iniciativas da Coroa sucessivas ou não, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão contribuiu nas bases produtivas regionais que, ao final do século XVIII, giravam em torno do cacau, fumo, couro, algodão e arroz. No Maranhão se produzia esses dois últimos; já no Pará, no baixo Amazonas, no vale do rio Acará e na foz do Tocantins, o cacau; e na ilha de Marajó, o couro. Assim estava composta a pauta econômica amazônica até por volta da metade do século XIX (SANTOS, 1980).

É fácil notar que a atividade amazônica bastante conhecida: a extração da borracha, ainda era pouco expressiva na Amazônia nesse período, representando apenas 10% da produção regional. O que vai se modificar com a descoberta da vulcanização a partir do século XIX, que torna a borracha mais resistente e maleável (SANTOS, 1980).

O crescimento da economia extrativa da borracha, evidentemente ligada à expansão da industrialização nos Estados Unidos e na Europa, vai iniciar um capítulo particular da história regional. O interesse internacional (particularmente EUA e Inglaterra) vai ser decisivo para o aumento da pressão sobre o governo brasileiro para abrir a circulação na bacia amazônica⁷ (MACHADO, 1989). Como argumentou Lênin (2012), paulatinamente o capitalismo vai se expandindo pelo mundo e capturando as várias esferas econômicas em outros países. Não coincidentemente, é desse momento em diante que a presença estrangeira na economia amazônica vai aumentar, nas empresas de navegação, nos bancos,

⁷ Um dos mitos da Amazônia frequentemente reproduzidos, talvez até com algum fundamento, é o de que por ter um farto sistema hidrográfico a circulação por este modal deveria ser fácil ou no mínimo não ser um problema. No entanto, pensar dessa forma nada mais é do que um grande erro. Uma rápida revisão bibliográfica das fontes clássicas da história amazônica – Machado (1980); Emmi (1999) e Santos (1980), mostra que na verdade a navegação fluvial na Amazônia era um problema muito sério, que esse episódio da pressão internacional para a abertura dos portos regionais não é, senão, apenas um capítulo. Fretes caros, longo tempo de ligação entre dois pontos, perda de mercadorias e embarcações, muitos equipamentos obsoletos para época, recrutamento de mão de obra e diferenças no calado dos rios por conta dos períodos de estiagem, são alguns dos pontos que tornavam a navegação na Amazônia numa verdadeira epopeia. Voltarei a essa discussão no capítulo 2.

nas casas de comércio e no incipiente ramo industrial. A esse momento do capitalismo Marx (2011) chamou de formação de um mercado mundial.

A exportação de capitais à América e, por conseguinte, à Amazônia, vai ser uma outra face dessa expansão capitalista inicial, em forma do mercado mundial (HOBSBAWN, 2016; MARX, 2011). Evidentemente essa exportação de capitais é a face mais visível e mais importante para a dinâmica socioespacial, contudo não se pode esquecer também a construção das ferrovias nesse período.

Com o aumento da demanda da borracha no mercado internacional, ficou evidente a escassez de mão de obra para essa atividade, por isso que uma das faces dessa presença estrangeira na Amazônia foi a imigração internacional, que junto com a imigração nordestina, compuseram o quadro de mão de obra para a crescente economia gomífera. Tais fluxos foram sendo assentados junto com a criação de colônias agrícolas (MACHADO, 1989; SANTOS, 1980).

Economicamente falando, a expansão da economia de extração da borracha precisou de investimentos primitivos, os quais vieram dos primeiros exportadores de borracha, provavelmente estadunidenses e ingleses, que bem depois ganharam a concorrência do capital nacional. Santos (1980, p. 152, grifos do autor) descreve assim o cenário:

Comunidade econômica de renda muito baixa em 1850, a Amazônia só pôde corresponder à demanda externa que se intensificava graças ao subsídios de poupanças extra-regionais. A julgar por vários indícios e hipóteses, essas poupanças provieram: (a) *do exterior*, sob a forma de financiamento às importações; sob a forma de investimentos diretos de origem britânica, norte-americana, francesa e, em menor vulto, belga, investimentos esses que iam desde a viação fluvial e ferroviária até portos e serviços urbanos; e sob a forma de empréstimos aos governos locais: (b) *de outras regiões do país*, sob a forma de crédito às importações de cabotagem; sob a forma de investimentos diretos de particulares e, mais tarde, despesas de capital da União, salientando-se no segundo grupo o empreendimento de Mauá e, no terceiro, a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Sobre esses capitais externos investidos na Amazônia, Santos (1980, p. 133) faz a seguinte divisão: “*I – financiamento privado de importações; II – investimentos diretos, ou capital de risco; III – empréstimos a governos locais*”. A primeira divisão foi constituída pelos primeiros exportadores de borracha, que eram ao mesmo tempo também

importadores de mercadorias. Já o segundo, vale a pena esclarecer a participação deles na dinâmica regional:

Quanto aos capitais de risco, seu ingresso foi muitas vezes acompanhado de uma soma de conhecimentos técnicos e administrativos que resultam em alguma inovação ou utilidade especial. Dentre eles, os britânicos se caracterizavam pela maior diversidade de aplicações, que iam desde serviços urbanos até portos e navegação. [...] Afora essa lista, outras organizações inglesas operavam. Salientando-se no setor bancário as sucursais de Belém e Manaus do London and Brazilian Bank, Ltd., que fora autorizado a funcionar no país em 1862. Da mesma forma, The London and River Plate Bank, Ltd., autorizado a operar em 1891 no país, estabeleceu sucursais em Manaus e Belém. No setor gomífero, The Brazilian Rubber Trust, sediado em Londres e com o capital de £ 37.500, instalou seringais em 150.000 acres no Município de Anajás; tinha sido autorizado a funcionar em 1901 e dele nos dá notícia o Governo Montenegro, do Pará, em documento de 1908 (SANTOS, 1980, p. 134)

Apesar do autor fazer menção explícita aos capitais ingleses, os capitais franceses, alemães, estadunidenses e belgas também tinham papel destacado na dinâmica econômica regional. Tal como os ingleses, que também atuavam nas mais variadas atividades e ramos, seja na própria atividade gomífera ou no setor de fornecimento de energia elétrica.

Sobre o item III apontado por Santos (1980), os capitais estrangeiros também estiveram disponíveis aos governos locais e regionais. Esses capitais, concedidos em forma de empréstimos, foram convertidos em obras viárias: saneamento, habitação e embelezamento das capitais, por exemplo.

Alguns outros elementos chamam atenção nesse primeiro momento de ocupação amazônica e merecem ser recapitulados. O primeiro é que os limites do Tratado de Tordesilhas foram simplesmente ignorados pelos portugueses, que avançaram em direção ao oeste. Isso incluiu boa parte das terras que hoje compreende o recorte espacial estudado aqui. Esse processo de construção das fronteiras contou com a visão estratégica do governo português e com a presença das ordens religiosas.

O segundo, indica a penetração pelo alto rio Tocantins foi efetuada apenas por alguns missionários e pelos franceses. Esses últimos subiram o rio Tocantins com Charles Des Vaux, Daniel de La Touche e La Blanartier. La Touche chega até a confluência do Tocantins com o Araguaia, onde seu companheiro ainda permaneceu por três anos (VELHO, 1981).

Por conta disso, e também pela presença, na margem esquerda do rio, da poderosa nação indígena dos Gaviões, a ocupação no vale do Tocantins se deu, sobretudo, pela margem esquerda. Essa nação indígena que era conhecida pela violência que tratava com os desconhecidos. Tal fato será um dos fatores que influenciará para definir a localização da futura cidade de Marabá (CONDREAU, 1980).

Em terceiro, a expansão e o surgimento da economia regional de uma atividade baseada na extração do látex da seringueira, vai desencadear uma nova corrida estrangeira para a Amazônia, onde a presença do capital internacional foi fundamental. Porém, diferentemente dos períodos precedentes, essa nova fase vai se estabelecer a partir do modo capitalista e suas determinações de expansão.

Este foi o primeiro momento da ocupação regional. No item a seguir procurarei dar continuidade na reconstituição do cenário de formação regional, desenvolvendo a partir da atividade econômica predominante: a borracha, salientando suas consequências daí em diante para o recorte.

1.1.2 O “início” com o “Burgo” Itacayúnas, a economia do caucho e a oligarquia dos castanhais

Se não houve movimentações importantes antes do final do século XIX no âmbito da área estudada, como mostrei no item anterior, daquele momento em diante é que o sudeste paraense vai ser de fato perscrutado pelas frentes pecuaristas do nordeste do Brasil e norte do Estado de Goyás. Essas frentes foram efetivando a ocupação e criaram os inúmeros núcleos populacionais que existem hoje no Pará, Maranhão e Tocantins, como Marabá, Riachão, Carolina, Imperatriz e Araguatins (EMMI, 1999; LAGENEST, 1958; VELHO, 1981).

A fundação de Marabá fez parte de um esforço do governo do Pará para ratificar as suas fronteiras com o vizinho Maranhão. Pois, além de financiar pessoas para na ocupação do vale do Tocantins, a exemplo de Carlos Gomes Leitão, também investia dinheiro em expedições científicas pelos rios da região, como é o caso das viagens do explorador francês Henri Condreau e do engenheiro Ignácio Baptista de Moura, ambas no final do século XIX (EMMI, 1999; LAGENEST; CONDREAU, 1980; MOURA, 1989).

Lauro Sodré era o então governador do Pará à época e foi ele quem deu incentivos financeiros para a criação de um burgo⁸, nas margens do rio Tocantins, que servirá como uma iniciativa de demarcação de domínios pelo governo paraense do que propriamente populacional. Essa colônia agrícola não conseguiu prosperar e logo deu lugar a exploração do caucho nas bacias do rio Tocantins e Itacaiúnas (EMMI, 1999).

O caucho é uma variante do látex que é extraído da seringueira, contendo as mesmas propriedades, porém de qualidade inferior aquela. Contudo, o caucho esteve intimamente ligado ao período de exploração da borracha enquanto durou, inclusive, como exporei mais a frente, usou as mesmas estruturas sociais, políticas e econômicas que foram disponibilizadas à borracha.

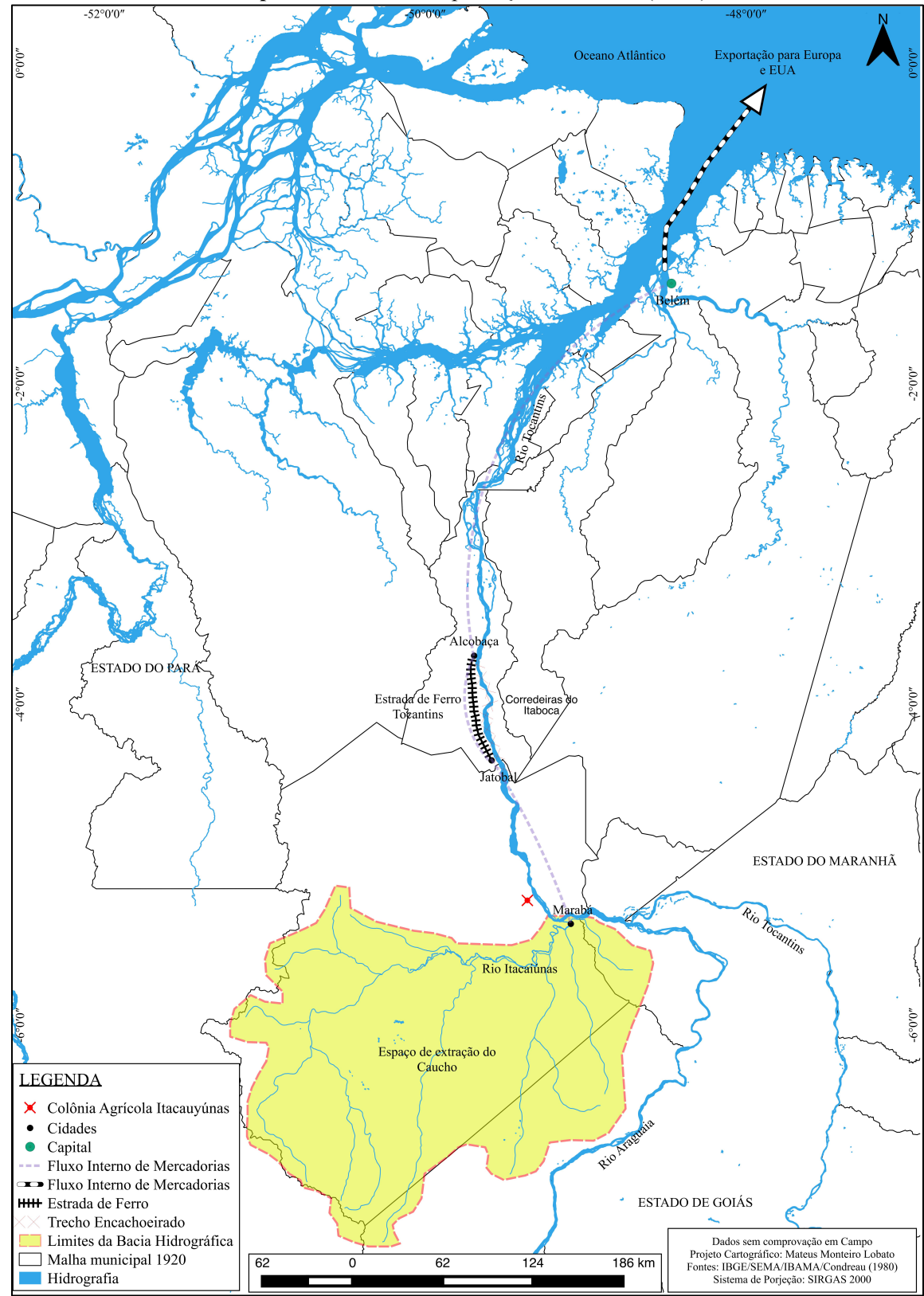
Essa atividade estruturou um espaço da produção peculiar na Amazônia, com a configuração territorial voltada à concretização da mesma. O sistema de exploração da mão de obra era o aviamento, que consistia basicamente na arregimentação dos trabalhadores (geralmente nordestinos no início do processo) ao adiantarem mercadorias em troca da venda da produção. Porém, as mercadorias eram adiantadas – ou aviadas como era conhecido o processo, daí a origem do nome – a preços totalmente aviltantes que inviabilizava o trabalhador saldar a dívida e para que não restasse qualquer possibilidade de auferir algum ganho aos trabalhadores, esses métodos de medição eram flagrantemente adulterados em favor dos donos dos barracões (EMMI, 1999).

Além do sistema de aviamento, a atividade de exploração do caucho consolidou uma rede de circulação para viabilizar o processo de exploração. O mapa 04 procura sintetizar a atividade econômica do caucho daquela época e nele estão os elementos da produção envolvidos na exploração do caucho no final do século XIX e início do século XX. Destaque para as bacias hidrográfica dos rios Itacaiúnas-Araguaia-Tocantins, que serviam como vias de circulação e escoamento da produção. No entanto, cada um desses rios tinham, na época, uma funcionalidade diferente para a circulação. Pelo rio Itacaiúnas era escoada a produção das bolas defumadas até os barracões, os quais ficavam geralmente no entroncamento dos igarapés e córregos. Essas bolas eram transportadas em canoas ou pentas (barcos movidos à motor de marca Penta e de pequeno calado), mas também

⁸ A palavra burgo não tem, ou tem muito pouco potencial heurístico, se for usado dentro da realidade regional, pois se refere a um fenômeno europeu da idade antiga e medieval. Portanto, apesar de ser a maneira como as autoridades e a população se referiam ao que fora criado nas margens do Tocantins no final do século XIX, passarei a substituí-la pela palavra Colônia Agrícola, por entender ser um termo mais apropriado para a finalidade do empreendimento e também pelo contexto.

podiam ser amarradas em grandes quantidades e simplesmente jogadas na água para que o fluxo da água transportasse até os barracões (DIAS, 1958, LAGENEST, 1958).

Mapa 04: Território de produção do caucho (1910)



Ab'Saber (2003, p. 72) faz uma descrição sucinta sobre essa utilização da rede hidroviária:

Nas vastas hinterlândias da Amazônia, durante o ciclo da borracha, a boca dos igarapés eram sítios estratégicos para a instalação de barracões de seringais. Funcionava também como retiros para a vigilância, quando da entrada de forasteiros nos domínios dessas “fazendas das selvas”; e, ainda, se comportavam como miniportos de beira-rio, freqüentados por regatões – os mascates fluviais do mundo amazônico.

Depois de levadas aos barracões para sofrerem um processo de defumação, a produção era novamente transportada e reunida na cidade de Marabá onde embarcavam novamente para serem levadas até a cidade de Belém com parada importante em Alcobaça. Esse primeiro trecho, que compreendia de Marabá até Alcobaça, era extremamente difícil de transpor, pois consistia num trecho encachoeirado do rio Tocantins, com destaque para as corredeiras do Itaboca. Por isso era necessário usar embarcações de médio porte: os batelões, pois facilitavam a transposição desse trecho (DIAS, 1958; CONDREAU, 1980).

Para auxiliar na transposição das perigosas corredeiras do Itaboca uma estrada de ferro foi planejada e chegou até ser finalizada. Ela ligava as localidades de Alcobaça e Jatobal, tal ferrovia ficou conhecida como Estrada de Ferro Tocantins. Porém, as dificuldades para finalizar e mesmo o estado de conservação da infraestrutura precário não conseguiram torná-la uma opção totalmente confiável (DIAS, 1958). Como o trecho Alcobaça-Belém é tranquilo e sem sobressaltos, a localidade de Alcobaça servia como entreposto de transbordo das embarcações menores para as maiores: as “Gaiolas”, que seguiriam até a cidade de Belém, de onde eram exportadas principalmente para a Inglaterra e Estados Unidos. Em Belém estavam também as sedes dos principais bancos e casas aviadoras da Amazônia.

Como se pode observar, a produção e exploração do caucho consolidou uma dinâmica produtiva que mobilizou um espaço da produção e um fluxo de circulação. Enquanto atividade econômica, o caucho foi preponderante para a dinâmica regional, ao passo de determinar até o fim da Colônia Agrícola do Itacayúna, criada inicialmente para produção de gêneros agrícolas de primeira necessidade.

Os capitais e a estrutura para exploração do caucho eram basicamente os mesmos que estavam disponíveis à exploração da borracha. Portanto, as casas e comércios

exportadores internacionais, os estabelecimentos importadores e aviadores nacionais, os bancos o capital de risco, ou seja, aquela estrutura econômica na qual Santos (1980) descreveu, foram disponibilizadas também ao caucho.

No entanto, a introdução da produção racional na Malásia e no Ceilão provocaram um colapso na exploração de borracha amazônica, fazendo com que a atividade econômica desse produto (caucho do sudeste paraense) não resistisse. Uma vantagem dos plantios asiáticos era a possibilidade de maior nível de extração do mais valor e controle da mão de obra (MACHADO, 1989).

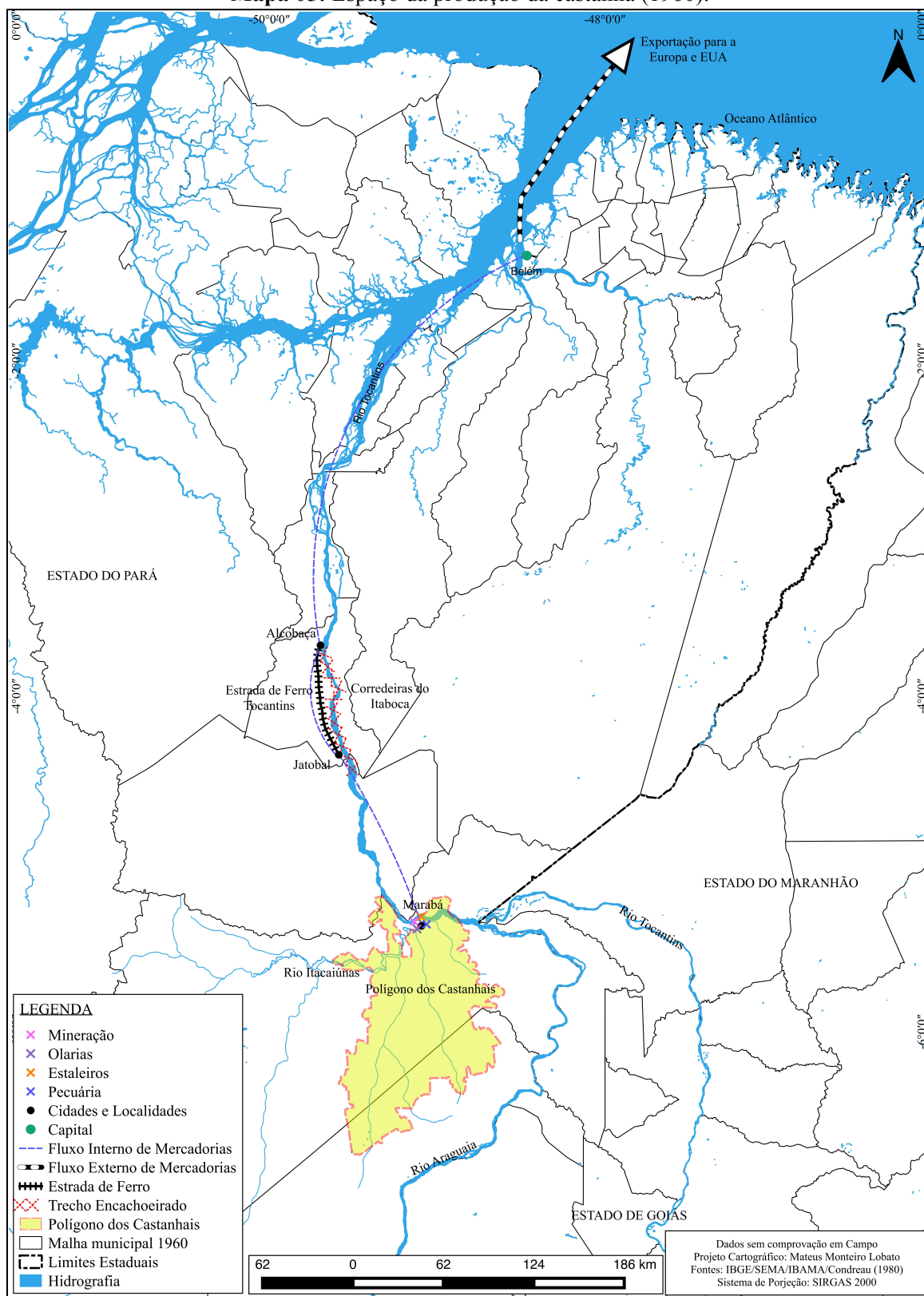
O colapso da produção em larga escala da borracha/caucho permitiu que a castanha fosse explorada em seu lugar, fazendo com que Marabá e o sudeste paraense conhecessem um de seus períodos de maior dinamismo econômico até então. De imediato a atividade de exploração da castanha aproveitou muito da estrutura montada para a extração do caucho, o aviamento foi um deles que seguiu sem ter praticamente alteração nenhuma. O mesmo aconteceu com a circulação e comercialização, que usou a estrutura já montada no início do século com o caucho (Mapa 05).

Como se pode visualizar no mapa 05, a atividade de extração da castanha aproveitou muitos elementos que foram elaborados e utilizados pela extração do caucho. No entanto, a área onde era extraída a castanha difere bastante da atividade anterior, pois as árvores de castanha se concentravam numa área bastante peculiar conhecida como Polígono dos Castanhais.

Essa área, rica em árvores de castanheiras, se localizava ao sul da cidade de Marabá e era monopolizada por uma oligarquia através de arrendamentos e aforamentos, conseguidos com conchavos e articulações políticas. Nesse polígono dos castanhais existiam aqueles de serventia pública, onde era permitida a retirada livre, porém, as famílias oligarcas também usaram mecanismos para acabar com o acesso a esses castanhais do povo e colocá-los sob seus domínios (EMMI, 1999).

Ambas, caucho e castanha, foram atividades econômicas muito semelhantes no que tange a estrutura socioprodutiva e por isso compartilharem muitos elementos socioespaciais que efetivaram seu ciclo produtivo. A extração da castanha se diferenciou do caucho no âmbito político, porque a castanha permitiu a consolidação de uma oligarquia agrária regional (EMMI, 1999).

Mapa 05: Espaço da produção da castanha (1960).



Essas duas atividades compõem a segunda fase histórica e por isso encerraram o primeiro período produtivo regional, mas suas contribuições ainda estão vigentes no

cenário socioespacial de Marabá. Importaria reter dessa parte a atuação das elites econômicas regionais nas atividades em questão: caucho e castanha, mas também a estrutura econômica, política e social montada para a efetivação dessas atividades, elementos esses que procurarei desenvolver melhor no capítulo 2.

No próximo recorte temporal apresento os processos que irão redefinir mais uma vez a vocação produtiva regional ao trazer novos sujeitos para o cenário regional, criando novos espaços da produção e outros fluxos de circulação.

1.1.3 Reocupação da fronteira e a expansão das frentes agropecuária e mineral na Amazônia.

Como apresentei anteriormente, tanto a exploração do caucho quanto da castanha estabeleceram uma dinâmica socioespacial relevante. Porém, com a redefinição do papel que a Amazônia desempenharia na Divisão Territorial do Trabalho, a partir de 1960, a dinâmica de produção e exploração da castanha sofre uma ruptura e novas dinâmicas são construídas desde então. Todavia, como essas novas dinâmicas irão surgir na Amazônia? Mostrarei a trajetória da extração madeireira, da pecuária e da mineração, que passaram a ser também atividades econômicas predominantes na Amazônia.

1.1.3.1 O processo de formação da “nova” frente agropecuária

Esse processo começa na verdade em 1930, com o fim do pacto político da República Velha, que culminou com a chegada ao poder de Getúlio Vargas. O primeiro mandato de Vargas também vai marcar um novo modelo de ocupação da Amazônia, agora essencialmente baseado na ciência e no planejamento estatal (D'ARAÚJO, 1999).

Ocupar a Amazônia tornou-se uma meta ao Estado de Vargas em diante. Dois fatos merecem destaque: o primeiro, já na era varguista do Estado Novo, foi a criação de um órgão responsável para desenvolver a Amazônia: a Fundação Brasil Central (FBC), que tinha entre outras coisas o objetivo de contribuir para o povoamento e desenvolvimento da Amazônia (FERNANDES, 1999; MACIEL, 2011).

A FBC vai ser importante, até por volta de 1950, pois as terras na Amazônia tinham um caráter particular de propriedade⁹. A estrutura fundiária não comportava ainda a propriedade jurídica da terra, valia muito mais a posse efetiva. A ausência dessa propriedade jurídica permitiu que várias posses fossem surgindo em meio aos antigos seringais (EMMI, 1997; FERNANDES, 1999).

O Governo Brasileiro a partir de então vai tentar integrar a região e dinamizar a “estagnada” economia regional. Para isso, colocou em funcionamento a estrutura tecnoburocrática da FBC. Esta fundação recebeu muitos hectares de terras e passou a distribuí-las principalmente a colonos do sul brasileiro. Não é demais frisar que as terras não foram ocupadas de fato por esses novos colonos, todavia, a confusão sobre a posse da terra estava criada, já que a fundação concedeu a propriedade jurídica de áreas anteriormente ocupadas por posseiros (FERNANDES, 1999).

A FBC foi criada no mesmo contexto da Expedição Roncador-Xingu para efetuar uma rede de comunicação entre a capital federal (Rio de Janeiro àquela época) e Manaus. Para realizar a tarefa ela foi dotada de empresas subsidiárias e se inseriu em vários outros negócios. Quatro empresas se destacam: Entrepósitos Comerciais FBC Ltda., Transportadora Amazonas Ltda., Usina Central Sul-Goiana S/A e Usina Fronteira S/A. Nos negócios ela trabalhou com mercadorias, usinas, extração de produtos florestais e logística (MACIEL, 2011).

A FBC explorou, ainda, uma grande variedade de outros negócios. No setor primário da economia, atuou em: hortifruticultura, pecuária (bovina e suína), apicultura, extração de madeiras, etc. Em ramos dos serviços, atuou em: hotelaria, bar, restaurante, etc.; transportes – de cargas e de passageiros; diversões – cinema, por exemplo – e serviços hospitalares. Em atividades industriais, explorou: serrarias, beneficiamento de cereais, cerâmicas, fábrica de formicida (preparado químico para eliminar formigas, então, a pior “praga” para a agricultura), etc (MACIEL, 2011, n.p.).

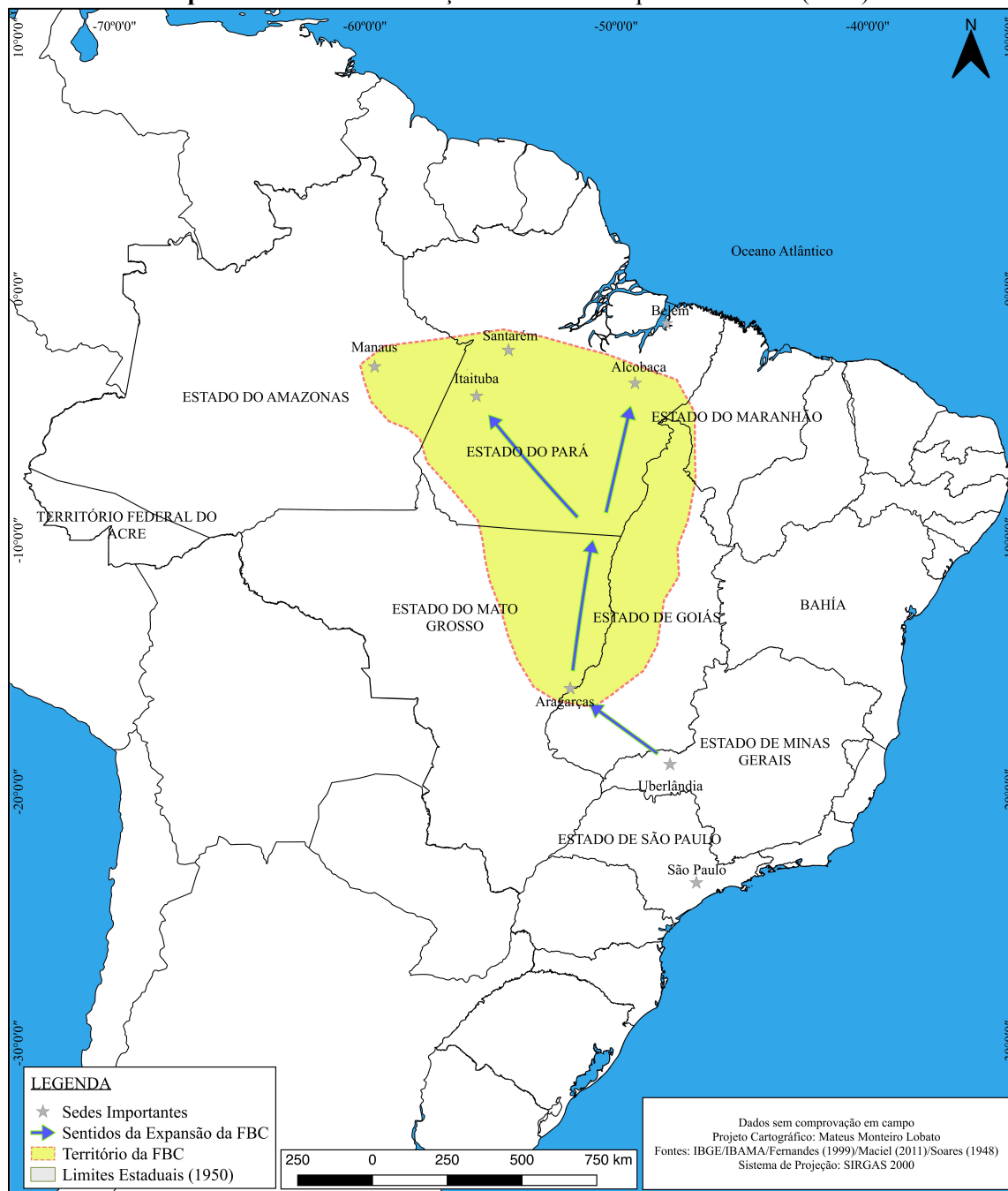
Em suma, a criação da FBC representou um elo do esforço maior de integração e dinamização econômica da Amazônia. Para as terras “livres” o diferencial foi a construção da BR-010, que as incorporou no mercado de terras nacional (FERNANDES, 1999). O projeto de integração da rede começou na cidade de Uberlândia/MG e expandiu a logística

⁹ Cabe lembrar o que Marília Emmi (1999) diz sobre o caráter da propriedade da terra na Amazônia. Segundo ela, já haviam regimes de propriedade naquela época: como aforamentos e arrendamentos. No entanto, os donos de castanhais não estavam interessados na terra, mas sim na concentração de árvores de castanheira: os castanhais. A propriedade da terra, portanto, era só uma maneira de controlar os castanhais.

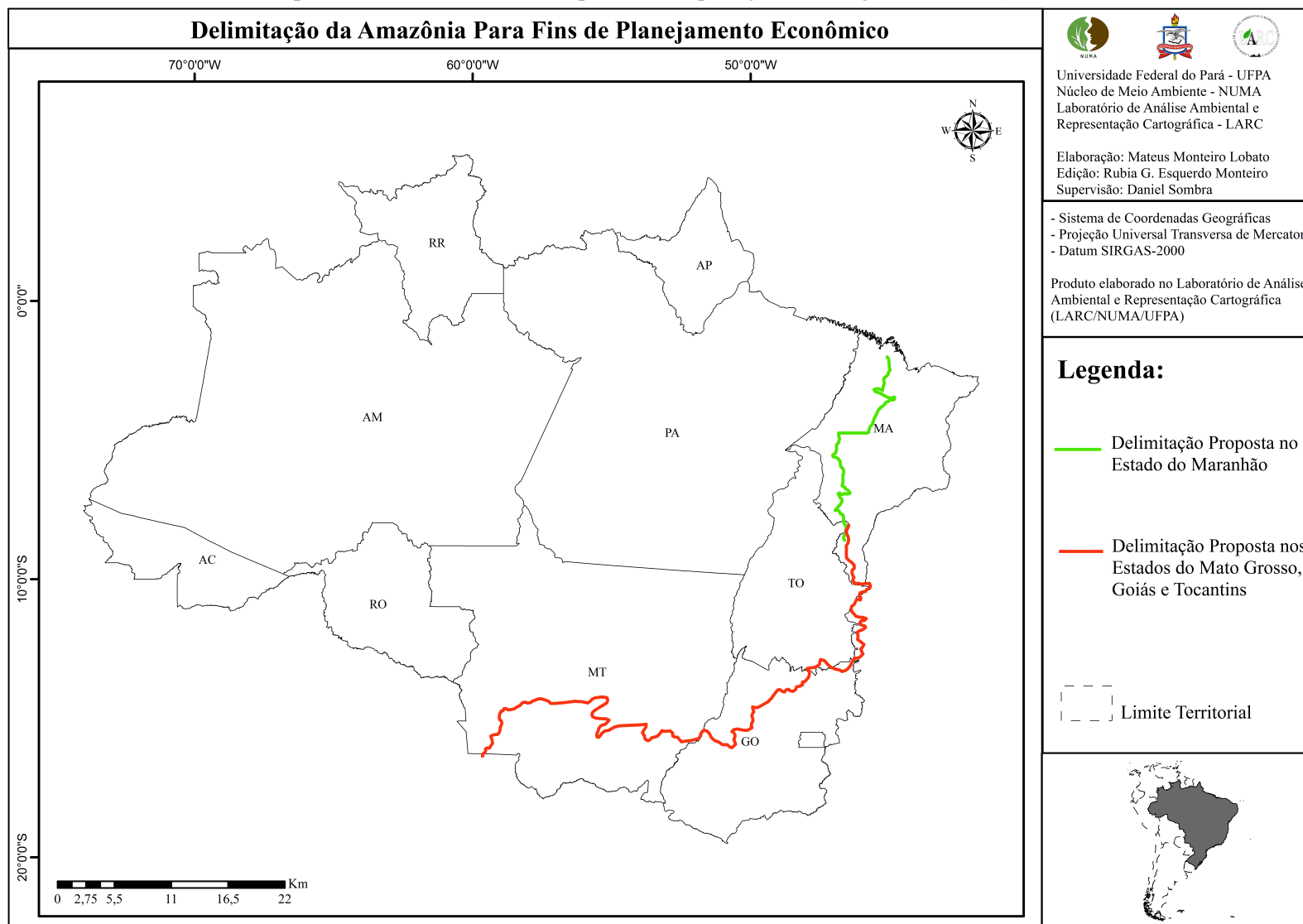
para as cidades de Aragarças, Itaituba, Alcobaça (atual Tucuruí), Santarém e Manaus e as outras sedes importantes do projeto e das empresas: Belém e São Paulo.

A inversão das características da estrutura fundiária do sudeste paraense vai se fazendo progressivamente. Nesse toque, grupos são atraídos pelas potencialidades das terras amazônicas. São grupos das regiões do sul brasileiro, formado por indivíduos de vários grupos econômicos: industriais ou rurais (FERNANDES, 1999).

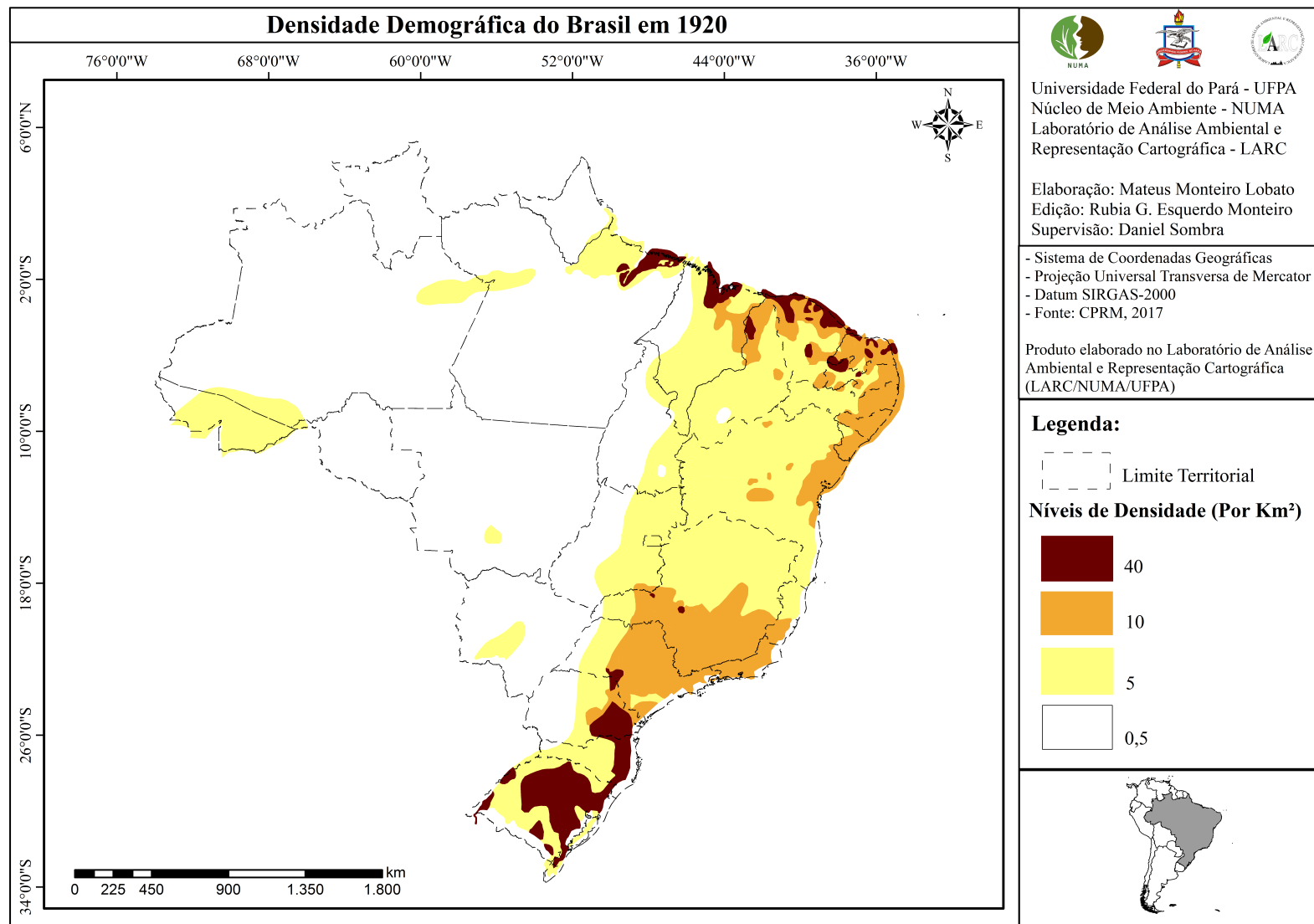
Mapa 06: Território de atuação e frentes de expansão da FBC (1950).



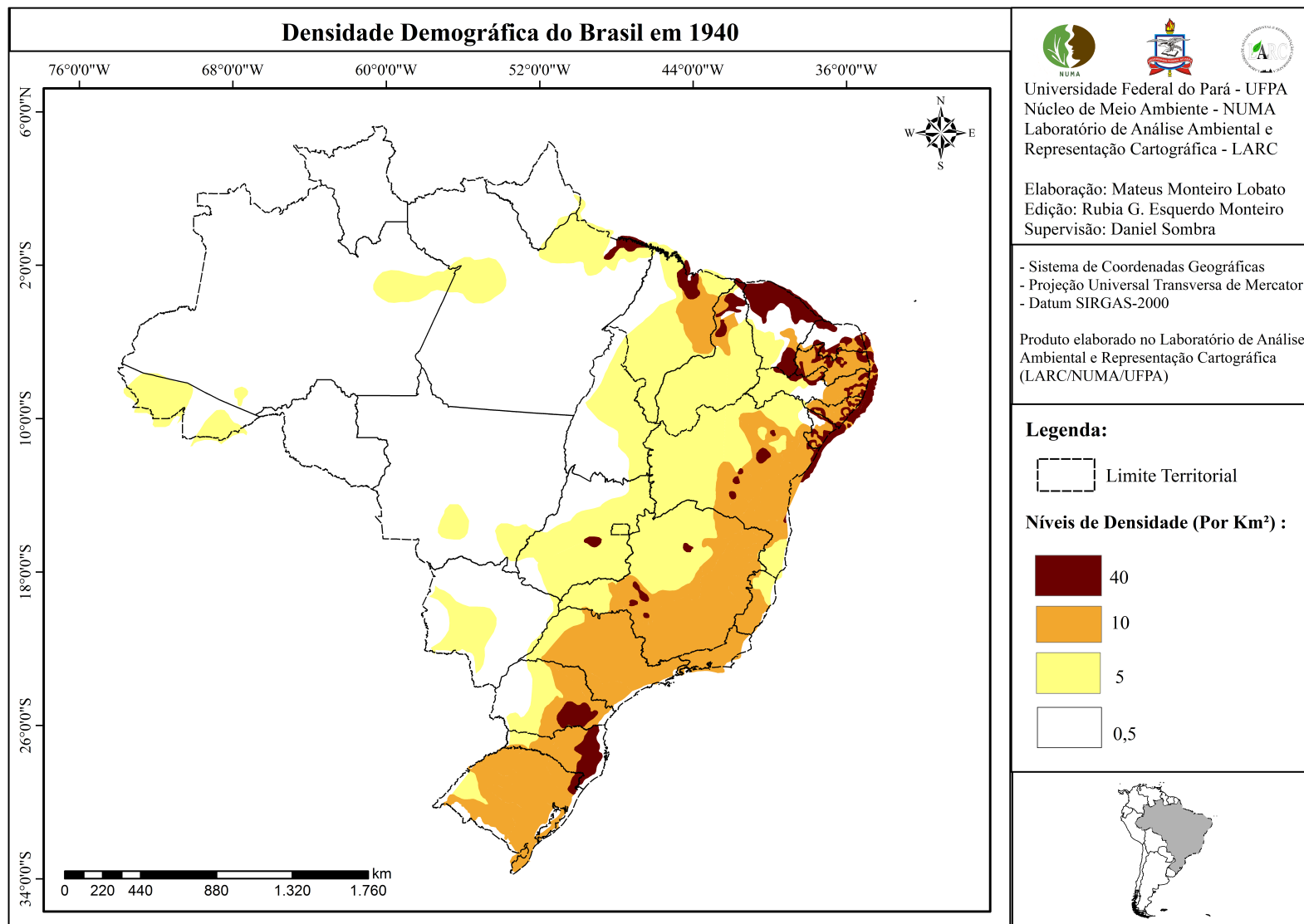
Mapa 07: Limites da Amazônia para fins de planejamento Segundo Soares (1948).



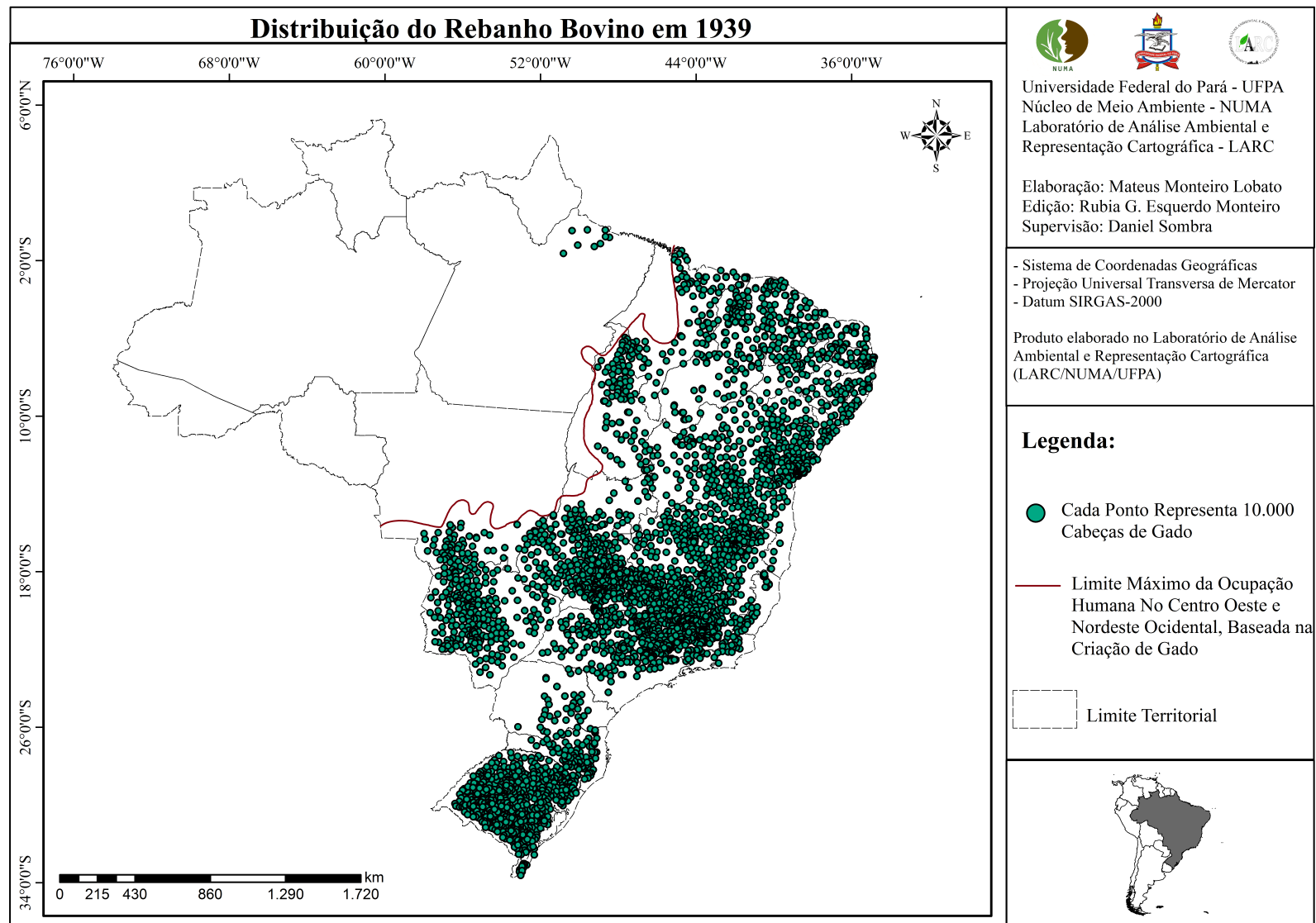
Mapa 08: Densidade demográfica do Brasil em 1920 (SOARES, 1948).



Mapa 09: Densidade demográfica do Brasil em 1940 (SOARES, 1948).



Mapa 10: Distribuição dos rebanhos bovinos brasileiros em 1939 (SOARES, 1948).



Rotulando-se de desbravadores, eles vão se apropriando de imensas somas de terras, logicamente algumas vezes por meios fraudulentos, gerando conflitos com os posseiros que já habitavam as terras do sul e sudeste do Pará. O mapa 06 mostra o território de atuação da FBC na Amazônia.

Mais tarde toma forma o segundo fato marcante do novo modelo de ocupação regional além da criação da FBC. Este segundo surgiu a partir do diagnóstico burocrático estatal que apontava para uma gritante disparidade de renda entre as regiões Nordeste e Norte e a região Sudeste. O Estado então vai se voltar para a questão regional criando as agências de desenvolvimento: a SUDENE para o Nordeste e a SUDAM¹⁰ para o Norte (DINIZ, 2001; OLIVEIRA, 1993).

Para dar início à atuação da SUDAM era necessário efetuar primeiramente a delimitação da área que serviria de referência para a atuação dessa agência de desenvolvimento regional. Tarefa esta colocada a cargo de Soares (1948), que ao realizar um minucioso estudo vai delimitar a Amazônia Legal, ou boa parte do que viria a se tornar hoje Amazônia Legal:

Partindo dêsse princípio verdadeiro sugerimos que, *unicamente para fins de planejamento econômico, deva ser considerada como região amazônica em território nacional, todas as terras situadas ao norte e a oeste da frente pioneira do Planalto Central Brasileiro* (SOARES, 1948, p. 20, grifos do autor).

Os critérios usados por ele para delimitação da região amazônica chamam bastante atenção, pois segundo ele a delimitação iria marcar justamente a fronteira com o mundo selvagem e o civilizado, ou seja, áreas com desenvolvimento e sem desenvolvimento:

Partindo do princípio de que à Amazônia – numa delimitação para fins de planejamento econômico – devam ser incluídas as terras ainda não ocupadas da faixa pioneira, ou, ainda fracamente ocupadas (*vide* fig. 13), bem como as terras de ocupação antiga, porém, atualmente sem desenvolvimento, a linha divisória passaria, a rigor, mais à jusante dos afluentes da margem direita do rio Araguaia, e não pelo divisor entre as suas águas e as do rio das Almas. Passando, entretanto, pelo divisor, tal limite coincide, quase inteiramente, com as divisas municipais e distritais, e representaria assim uma adaptação da linha proposta às divisões

¹⁰ Para que não haja confusão é bom esclarecer que a SUDAM (Superintendência da Amazônia) é na verdade originária da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia). A SPVEA foi criada em 1953, pelo então presidente Getúlio Vargas e teve como primeiro superintendente Arthur César Ferreira Reis e só em 1966, ela foi renomeada para SUDAM. Por opção, mas também para evitar confusão, o nome que será adotado a partir daqui é SUDAM.

administrativas (SOARES, 1948, p. 30, grifos do autor).

De princípio quero destacar que os mapas que eles omitem muitos aspectos do povoamento e da ocupação amazônica, por exemplo, as cidades e sua influência, pois em todos os mapas não existem praticamente cidades além da delimitação na qual ele traçou. Esse é o caso também dos mapas de densidade demográfica (0,5; 5; 10 hab/km²) e distribuição do rebanho bovino, que argumentam em favor do vazio demográfico e da estagnação econômica na qual vive a região amazônica.

Esse ideário de vazio demográfico e produtivo vai sustentar a política de ocupação e planejamento regional da Amazônia dos governos militares a partir da década de 1960. Foi daí em diante que se deu a expansão da ocupação da porção oriental da Amazônia, principalmente com a construção de estradas e os projetos de colonização e Grandes Projetos. Os mapas 07, 08, 09 e 10 vão mostrar a área de atuação da Sudam, bem como alguns dos critérios usados por Soares (1948) para delimitar a Amazônia Legal. A continuidade da política de integração regional vai ganhar novo fôlego em 1964, com o Golpe Militar¹¹, que manteve o mesmo foco: a necessidade de ocupação e desenvolvimento da Amazônia.

No entanto, dado o caráter político instaurado pelos governos militares, a ocupação regional ainda deveria ajudar a solucionar um problema de dupla dimensão: arrefecer os conflitos pela terra no Nordeste e Centro-Sul e fornecer mão de obra para o capital na região. O avanço da fronteira agropecuária na Amazônia trouxe duas consequências: primeiro, confrontou essa forma produtiva atrelada diretamente ao capital – dentro de toda a sua lógica, técnica, instrumentos e ideologias – com as que aqui já existiam. E por fim, atrelou outras grandes frações do capital e instaurou definitivamente a lógica mercantil de acesso à terra e apropriação dos recursos naturais vigentes no Brasil (COSTA, 2000).

Nos governos militares a SUDAM ganhou mais dinamismo e passou a intervir mais incisivamente na Amazônia. Ela ficou encarregada de fomentar estímulos aos setores produtivos (agropecuária e indústria) e na infraestrutura (estradas, portos, energia, etc.). A partir da criação da SUDAM, foram colocadas em práticas iniciativas importantes para a

¹¹ O termo Golpe Militar está sendo empregado para designar os acontecimentos históricos ocorridos nos primeiros meses de 1964, quando o presidente João Goulart foi deposto do cargo. Como tal processo é até hoje controverso na historiografia, faço a opção por referenciá-lo sob o prisma econômico e político. Isso porque a partir do esquema analítico deixado por Marx (2011; 2012) é possível articular essas duas dimensões de forma bastante coerente, mostrando que as transformações em âmbito político, tal qual esse golpe, podem ser explicadas à luz do movimento do capital em escala planetária.

formação espacial regional, dentre elas a construção dos eixos rodoviários de penetração: Belém-Brasília (BR-010), Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163) e a concessão de incentivos fiscais para projetos agropecuários.

Para Costa (2000), a fronteira amazônica fez parte de um sistema de incorporação de terras ao grande capital nacional e internacional através dos incentivos fiscais, sendo que a principal forma de apropriação dos recursos naturais foram as grandes propriedades agropastoris. Dessa forma, os incentivos fiscais atraíram muitos fazendeiros e empresas para a Amazônia, que se apropriaram de enormes porções de terra.

Portanto, a partir de um levantamento bibliográfico pude notar que o projeto de ocupação dos governos militares estava baseado na ocupação formal da terra, através de títulos (legais ou não) de terra. Nesse sentido a SUDAM foi essencial para formar enormes latifúndios na Amazônia, pois estimulou a apropriação de terras para serem revertidas em redução de impostos. Então, ambas – FBC e SUDAM, cada uma, de maneiras definidas, são personagens importantes para se entender a formação territorial da região. Porém, os projetos contemplados pela SUDAM tinham inicialmente sua estrutura voltada para a atividade industrial, mas os projetos agropecuários, notadamente formados por latifúndios, passaram a ser dominantes na agenda da superintendência. No primeiro momento eles serviam muito mais como reserva de valor, mas paulatinamente foram sendo transformados em uma atividade muito mais rentável: a pecuária extensiva (COSTA, 2000).

Nos interstícios do crescimento da pecuária foi se intensificando a atividade madeireira na Amazônia, transformando ambas num lucrativo consórcio econômico-produtivo. Essa vai ser a fórmula da expansão da fronteira nessa área da Amazônia: frente madeireira seguida pela frente pecuarista, sendo aquela funcionando como “limpadora da floresta” para a pecuária (MARGULIS, 2003).

Pelo conjunto dessas iniciativas foi formado no interior da Amazônia uma frente econômica baseada na pecuária extensiva e na exploração madeireira. Tanto uma quanto a outra formaram, por muito tempo, um consórcio altamente rentável de expansão da fronteira agropecuária no Pará, tornando o sudeste do Estado um dos espaços da produção mais importantes da Amazônia.

Essa é sucintamente as origens da atividade econômica, baseada na pecuária e na exploração madeireira, que fez surgir na Amazônia Oriental uma elite agrária de duplo perfil: os antigos e os novos fazendeiros. No âmago desse processo de ocupação estiveram

sendo gestados conflitos sociais entre essa nova elite, a antiga e os camponeses. Para dar continuidade, no próximo item tentarei elencar os aspectos principais do surgimento do circuito da atividade de extração mineral.

1.1.3.2 A constituição da atividade mineral em grande escala na Amazônia

Um pouco depois da pecuária extensiva na Amazônia, surgiu a mineração de larga escala. Esta designação empregada para definir a atividade mineral mais recente faz uma ponderação importante, já que houveram outras frentes minerárias na Amazônia, principalmente no sudeste do Pará¹² (LAGENEST, 1958; VELHO, 1981).

Contudo, tais frentes como a mineração de diamantes e de cristais de rocha, eram muito mais auxiliares da castanha, porém foram importantes no sentido de complementar a atividade castanheira, mas não a ponto de evidenciar processos incisivos de formação socioespacial, tais como foi a própria castanha e o caucho, por exemplo.

A descoberta da província mineral de Carajás ocorreu num momento em que a corrida para descobrir novas fontes de matéria prima se intensificou. Naquela época as reservas de minério de ferro mundiais disponíveis já mostravam nítidos sinais de esgotamento. Assim surge o Brazilian Exploration Program (BEP), que junto ao interesse do governo ditatorial, pós-1964, converge esforços para novas áreas, tais como a Amazônia devido a sua peculiar formação geológica e geomorfológica.

Após o golpe militar de 1964, o setor de mineração passou a ser considerado como uma das peças fundamentais para o desenvolvimento nacional, sendo então estabelecidas novas diretrizes para melhor conhecimento do subsolo brasileiro. Tais diretrizes visavam ao aumento e diversificação de bens minerais exportáveis e à revisão e modernização da legislação pertinente com ênfase na participação das empresas privadas (nacionais e estrangeiras) (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006, p. 148).

As pesquisas empreendidas passaram a buscar vestígios de reservas minerais pela Amazônia e uma empresa merece destaque pela sua importância, a subsidiária da gigante estadunidense U.S. Steel: a Companhia Meridional de Mineração (CMM). Essas pesquisas

¹² É importante lembrar que surtos minerários na Amazônia são antigos, que datam do período colonial. Mesmo o projeto Carajás desenvolvido no sudeste, foco desta pesquisa, também não foi o primeiro em larga escala, já que o primeiro grande projeto mineral na Amazônia foi o de exploração do Manganês na Serra do Navio, no Amapá.

eram empreendidas em caráter particular, pois diante das dificuldades de logística na Amazônia, os sobrevoos eram realizados com intervalos para reabastecimento do helicóptero. Num desses sobrevoos a aeronave na qual estava o piloto José Aguiar e o geólogo Breno Augusto dos Santos fez um pouso numa clareira (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006; PINTO, 1982). O "acidental" pouso forçado teria revelado uma história natural de bilhões de anos, responsável pela formação de uma das maiores e mais peculiares províncias minerais do mundo: a serra dos Carajás (AB'SABER, 2003, 2004; SANTOS, 2002).

Entre as áreas pré-cambrianas da Amazônia, destaca-se a “província mineral de Carajás”. Sua evolução foi beneficiada por uma série de eventos geológicos, desde a consolidação de sua crosta até os tempos mais recentes, todos bastante favoráveis à formação de depósitos minerais. A conjunção de fatores, tais como tectonismo, vulcanismo, plutonismo, intemperismo e erosão, ocorrida numa área relativamente limitada – da ordem de 40 mil quilômetros quadrados – deu origem a um conjunto expressivo de jazimentos minerais de interesse econômico (SANTOS, 2002, p. 135-136).

Sendo tão especial do ponto de vista mineral, fica inegável sua condição estruturante do espaço geográfico, notadamente por políticas públicas de ocupação. Já na época de requerer os direitos sobre a área se constituiu a maior operação legal da história do Brasil envolvendo uma empresa estrangeira (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006). Para a primeira fase, que compreende a fase de instalação da extração dos primeiros minerais, fora lançado o Projeto Amazônia Oriental – Plano Preliminar de Desenvolvimento, o que mais tarde vai se tornar o Projeto Grande Carajás (PGC). Esse projeto, que englobou uma área enorme dos Estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão, traçou um rumo na ocupação da região na qual ele foi criado.

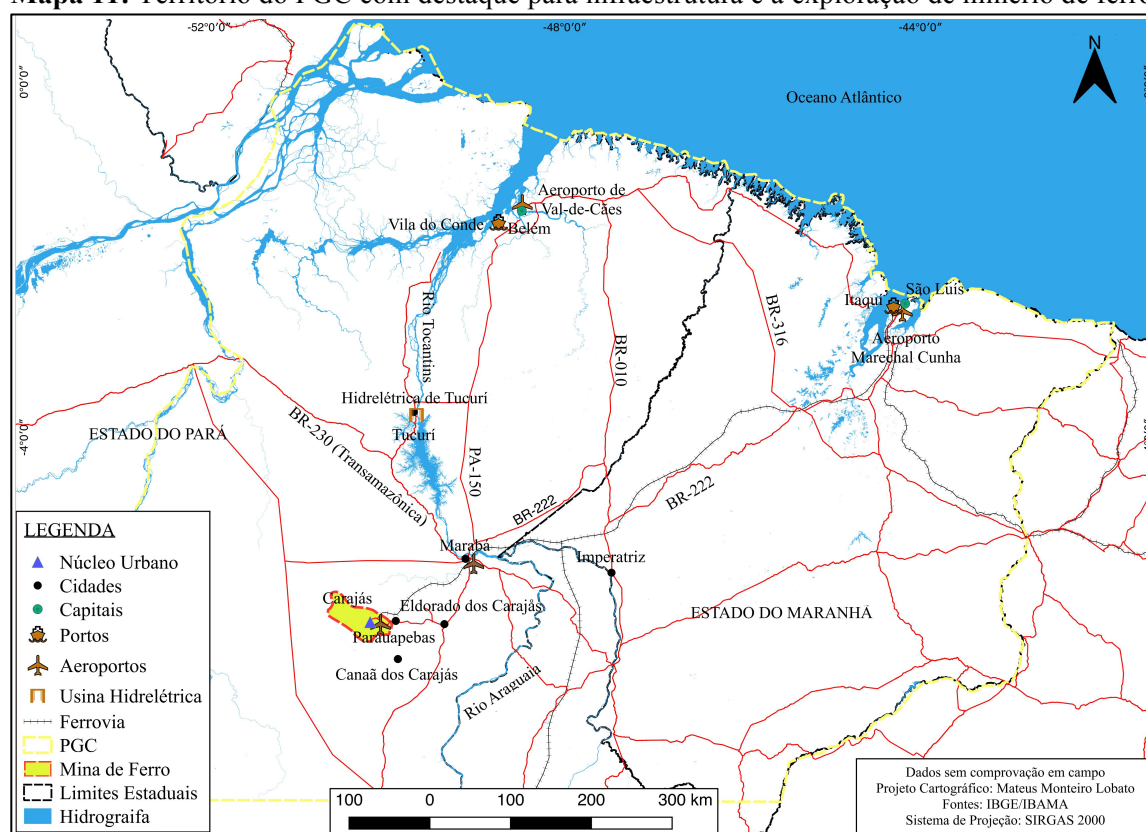
Dado o seu caráter grandioso, tal projeto foi encampado também pelo governo brasileiro que designou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)¹³, que junto com a U.S. Steel, criaram a Amazônia Mineração S.A. (AMZA). Esta parceria foi mais tarde dissolvida por acusações de postergação da empresa estadunidense, principalmente no

¹³ A empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942 pelo então presidente Getúlio Vargas, mas privatizada em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Desde lá, a companhia ficou conhecida pela sua sigla: CVRD, mas também simplesmente por Vale. Depois da privatização ela passou a se chamar apenas Vale, abandonando as antigas designações. Para evitar confusões, preferi usar o termo Vale pois remete tanto ao período como estatal, como também ao momento mais recente enquanto multinacional privada.

episódio envolvendo a construção da Estrada de Ferro (BUNKER, 2003; TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006).

Após as fases de pesquisas e estudos de viabilidade, foi implantado um grande projeto para explorar as riquezas minerais disponíveis em Carajás. Esse grande projeto contou com estradas (ferroviárias e rodoviárias), cidades, instalações da mina e uma hidrelétrica, que foram construídas para garantir a logística de extração mineral da província do Carajás. Todas essas iniciativas juntas concorreram para criar uma formação socioespacial particular que é o sudeste paraense. O mapa 11 mostra o território do PGC, as principais obras de infraestrutura presentes juntamente com a jazida da Serra dos Carajás, tudo isso voltado à extração e exportação do minério de ferro para a Europa, EUA, Japão e China.

Mapa 11: Território do PGC com destaque para infraestrutura e a exploração de minério de ferro.



A implantação desse megaprojeto foi orçado em torno de 62 bilhões de dólares, com a estimativa de retorno de 17 bilhões por ano. O grande montante de dinheiro a ser investido justifica-se pelo enorme potencial que tem a área delimitada pelo projeto, não só do ponto de vista mineral, mas também agropecuário e florestal. A melhor estratégia então

foi diluir esses enormes investimentos pelos diversos setores presentes e futuros do projeto, tais como: mineração, pecuária, agricultura e florestal (PINTO, 1982).

No entanto, para compreender a consolidação dessa mineração em larga escala é preciso lembrar que a partir da década de 1960, a experiência militar de ocupação da Amazônia não esteve totalmente no controle, na verdade, em muitos aspectos a intervenção armada foi estritamente necessária, como por exemplo, para “combater” a Guerrilha do Araguaia.

A tentativa dos militares de fomentar o crescimento regional através de incentivos fiscais gerou uma situação fundiária caótica. A formação de grandes latifúndios expulsava os agricultores camponeses e posseiros e ia instaurando um verdadeiro cenário conflitual. Foi assim que fez os conflitos agrários atingirem níveis totalmente alarmantes no final da década de 1970. Mesmo contando com o domínio do comando nacional, pois os militares nomeavam interventores estaduais e municipais, a situação social não era totalmente pacífica, fazendo com que os militares usassem das mais variadas estratégias para tentar manter o controle do território.

Dentre essas estratégias posso destacar a criação de grupos executivos para gerir os constantes conflitos pela posse da terra na Amazônia paraense. Foram basicamente dois: o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o do Baixo Amazonas (GEBAM). Como o sudeste era uma área de alta prioridade, por seu caráter estratégico, o GETAT foi um importante expediente para “acalmar” os ânimos na fronteira. O sudeste paraense passou a ter um "novo dono", com as atribuições plenas para controlar e dirimir qualquer situação, o GETAT inferia total poder sobre o âmbito agrário (FERNANDES, 1999).

O GETAT vem atender a dois objetivos. O primeiro, é dar garantias à política de terras em curso. **O segundo, é garantir o próprio PGC.** O Estado, que vinha intervindo na região por meio de medidas de política econômica, frente ao vulto das contradições que se estabeleceram no processo de privatização de terras, é levado a intervir a partir de mecanismos político-militares. Visava-se assegurar a grande propriedade frente ao processo de complexificações das relações sociais, em desenvolvimento na região a partir de forças econômicas externas, como é o caso do Programa Grande Carajás, situado na região do Araguaia-Tocantins [...] (FERNANDES, 1999, p. 74, grifos nosso).

Subordinado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, que respondia diretamente à presidência da república, nomeando, por exemplo, o seu diretor, o GETAT

tinha poderes políticos de desapropriação, alienação, discriminação, regulação fundiária, etc e militares de expulsões, reintegração de posse e prisões (BRASIL, 1980).

Mesmo tendo como foco a “regularização” fundiária e o ordenamento no campo, o GETAT não foi só uma solução radical para resolver os ferrenhos conflitos agrários ocorridos na região e garantir a “paz” no campo. Ele também serviu como anteato do Programa Grande Carajás, ao qual se voltava para efetivar a extração de minérios da então rica Serra dos Carajás, garantindo receitas financeiras num momento de dificuldade econômica ao país.

Com a consolidação do PGC, o minério de ferro se tornou o principal produto na pauta de exploração da Vale, tendo como principais mercados consumidores a Europa, EUA e China. Desde a consolidação da mineração no sudeste paraense, as antigas oligarquias regionais deixaram de ter a hegemonia do poder regional, para dar lugar a uma grande multinacional estatal como um centro hegemônico de poder.

Uma das primeiras evidências da indiferença com as oligarquias regionais foi dado pela Vale no episódio de decisão da forma de transporte do minério e do local de construção do porto para embarcar esse produto. A despeito da pressão existente na sociedade paraense pela escolha do modal hidroviário, este por contemplar a hidrovía já existente e fomentar o crescimento do setor naval do estado, e do porto no nordeste paraense a companhia optou pela construção da ferrovia e do porto de Itaqui, no Estado do Maranhão (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006).

Mas, ao falar da história de instalação da Vale na Amazônia, é possível associá-la ao rastro de conflitos sociais que foram desencadeados no e pelo território. Já que as décadas de instalação da companhia foram as mais conturbadas em se tratando de conflitos sociais, contudo, a instalação do maior projeto mineral da Amazônia fomentou uma onda de movimentações e repressões bem mais sérias. Pois a descoberta de grandes reservas auríferas provocou uma intensa migração para Carajás, que junto com outras situações causaram um cenário de conflito social muito intenso. Tal processo começa a se intensificar quando os garimpeiros são impedidos de atuar em Serra Pelada/PA, gerando uma celeuma entre estes e a Vale, resumida em dois momentos.

O primeiro ocorreu nos anos iniciais da descoberta de Serra Pelada/PA, pois a migração intensa provocou um conturbado emaranhado de pessoas em busca da riqueza. As atividades de garimpagem criaram um enorme buraco, que posteriormente foi submerso por um lago de 20 metros de profundidade. Diante dessa dificuldade a companhia recebeu

o direito de lavra mecanizada, excluindo outras formas usadas pelos garimpeiros (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006).

Eles então se organizaram e passaram a atuar nos arredores da serra, fazendo bloqueios, sequestros, mortes e várias outras ações, inclusive ameaçando ocupar o Núcleo Urbano de Carajás. Porém, mesmo sendo um momento tenso, não ocorreram incidentes de maior gravidade nesse momento, diferentemente do segundo (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006).

Na década de 1990, quando os direitos sobre as reservas auríferas foram assegurados à Vale, ela passa a iniciar o processo de pesquisa e prospecção. Essa nova operação da Vale culmina no anúncio de uma jazida de 150 toneladas de ouro. Isso provocou um novo capítulo na história, pois novamente os fluxos migratórios recrudescentes e os garimpeiros passaram a reivindicar novamente o direito sobre a área de Serra Pelada (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006).

A situação ficou caótica no entorno da mina, principalmente pela lembrança do primeiro capítulo, justamente por isso a companhia e os garimpeiros passaram a se confrontarem. Aqui cabe uma observação importante, pois nesse segundo momento de tensão, decorrente do anúncio da reserva aurífera, ocorreu um dos piores conflitos sociais do Estado do Pará, o massacre de Eldorado dos Carajás (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006).

Com os índios a situação conflitual também foi desencadeada pela instalação do projeto. Os índios que habitavam a reserva Mãe Maria foram diretamente afetados pois a estrada de ferro cortou suas terras. Também 290 Xikrins do Cateté foram bastante prejudicados, pois suas terras estão nos limites das reservas minerais da Vale.

Contudo, as palavras de Pinto (1982, p. 104) exemplificam muito bem como estavam tratando a questão indígena:

A atitude do planejador diante dos índios pode ser muito bem exemplificada com o Plano de Desenvolvimento Integrado de Área da Bacia do Tocantins, elaborada sob encomenda da Sudam em 1973: como as comunidades indígenas estivessem dispersas, ocupando uma área expressiva como conjunto, a empresa consultora que elaborou o estudo sugeriu juntar todas as tribos numa reserva única, com 800 mil hectares, coincidindo parcialmente com a área dos Xikrin do Cateté. Mas, houve protesto geral dos antropólogos contra a idéia, que esquecia da diversidade cultural das tribos e seu relacionamento com a área específica que ocupam [...].

Com o fim da década de 1980, após o processo de redemocratização nacional, a Amazônia já está estruturada enquanto um macro espaço de produção e Marabá está inserida neste. As atividades consolidadas a partir da cidade de Marabá irão incluir então: uma elite regional, com peso político, relevante e uma multinacional, além das atividades da pecuária, madeireira e mineral como as principais e uma estrutura fundiária altamente concentradora e potencialmente conflituosa.

Ao longo desta seção procurei elaborar uma construção que mostrasse os principais processos formadores e as atividades econômicas que se desenvolveram no sudeste paraense. Desde a primeira atividade econômica regional de destaque até a década de 1980 e as consequências socioespaciais desses processos.

Minha principal preocupação nesse capítulo foi mostrar como os processos foram sendo desenvolvidos e quais as determinações que eles receberam. Por isso, meu destaque nesse final de capítulo aponta para alguns elementos: 1) consolidação de uma região fornecedora de matérias-primas para o capitalismo; 2) organização produtiva regional baseada no modo capitalista de produção onde o destino é o mercado externo; e 3) ascensão de sujeitos protagonistas nesse processo.

Avançando nas discussões, apresento uma síntese do processo de ocupação, a partir de Marabá, dando ênfase na construção de um espaço da produção, nos territórios e a configuração territorial estabelecidos a partir das atividades desenvolvidas.

Desde 1900 até o final da década de 1980, ocorreram duas fases da exploração dos recursos naturais regionais. A primeira, que compreende a exploração do caucho e da castanha (1900-1980), onde a rota de circulação é pelos rios Itacaiúnas/Tocantins. Essa primeira fase tem três pontos centrais de articulação dos fluxos: Marabá, Alcobaça/Jatobal e Belém.

Na primeira fase o domínio da exploração e circulação era monopolizado pela oligarquia regional caucheira e mais tarde castanheira, que detinha o controle da extração, da circulação e do comércio, mas não tinha o monopólio financeiro da produção da borracha e da castanha. A segunda começa em 1985 e tem como produto principal o minério de ferro explorado na Serra dos Carajás. Nessa fase a rota é pela ferrovia Carajás-Itaqui. Essa fase tem quatro pontos: o Núcleo Urbano de Carajás, Parauapebas, Marabá e São Luís. Nessa fase o domínio vai ser consolidado pela Vale, que tem o monopólio da exploração do minério de ferro e do transporte, tanto ferroviário quanto fluvial. Aqui,

diferente do período predecessor, a Vale já conta com inserção pesada no âmbito do financiamento interno e externo da produção.

Nos interstícios dessas duas fases se desenrola o período mais atribulado da área, pois os sujeitos em atuação tem seus interesses ainda bastante difusos. Nesse momento os conflitos sociais são a marca indelével e o Estado passa a ser o protagonista e detentor do monopólio.

Em suma, a construção desse capítulo foi direcionada à compreensão da ocupação do entorno de Marabá, mas, serviu como um panorama geral dessa ocupação. É por isso que na seção seguinte farei uma reflexão sobre as atividades na tentativa de mostrar e ratificar, primeiro, a importância de cada uma delas na economia regional e, por fim, mais pormenorizadamente, como elas foram sendo constituídas e sua situação até o final da década de 1980.

CAPÍTULO 2 – AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA HILÉIA MARABAENSE: CAUCHO, CASTANHA, GADO, MADEIRA E MINÉRIO DE FERRO.

No capítulo anterior procurei mostrar sucintamente o contexto geral da formação histórica da área. Estive preocupado em dar ênfase principalmente aos aspectos políticos, territoriais e às principais atividades econômicas regionais. As atividades que tiveram maior destaque nesse recorte temporal foram: a extração do caucho, da castanha e de madeira; a pecuária e a mineração. Com relação a essas cinco atividades, meu esforço foi mostrar resumidamente os aspectos mais gerais de cada uma ao longo do tempo.

Neste capítulo continuarei tratando dessas atividades econômicas incidentes em Marabá e em seu entorno, mas agora com o objetivo de elencar as características pormenorizadas de cada uma delas. Aqui procurarei fazer ainda um apanhado geral das principais mudanças ocorridas no contexto político, econômico e social do recorte espacial, também a partir de cada uma delas.

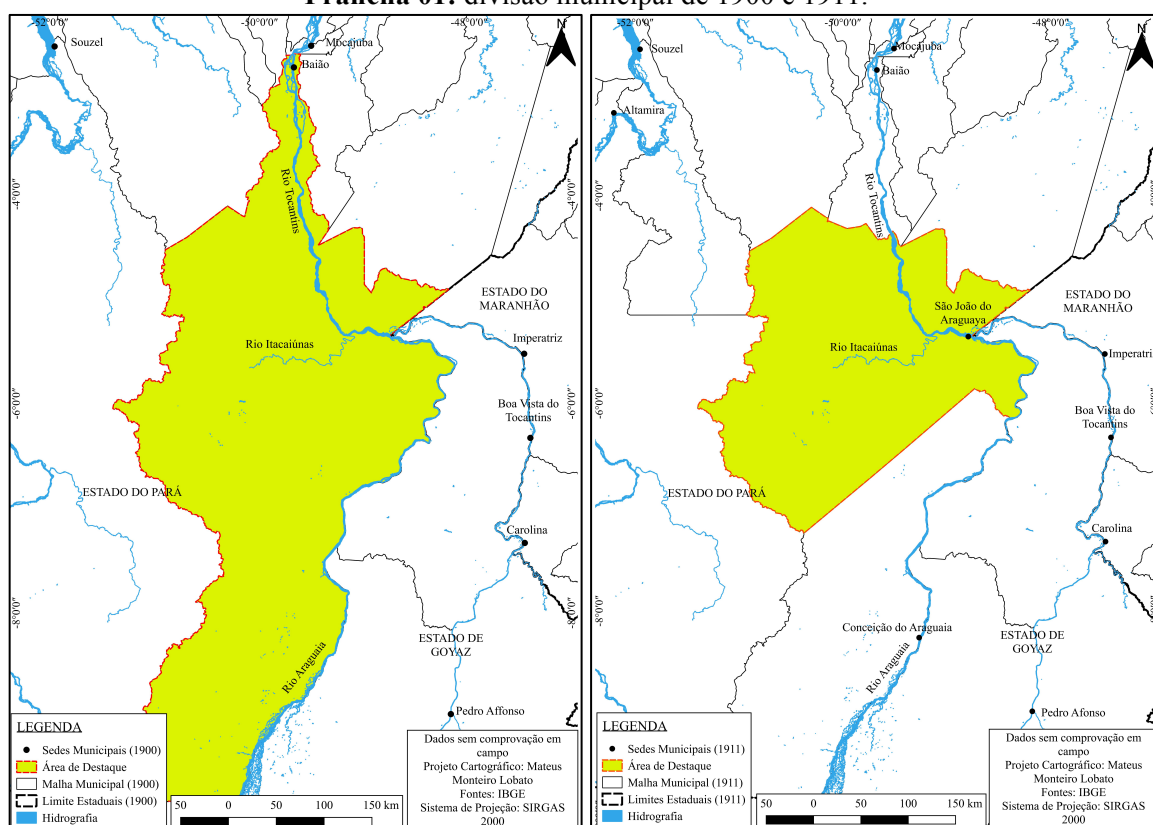
2.1 As redefinições territoriais

O processo de redefinição dos limites territoriais será considerado apenas a partir da chegada de Carlos Gomes Leitão, ou seja, do final do século XIX em diante. Adiantando uma primeira constatação, desde esse momento até hoje, as alterações nos limites territoriais dos municípios foram significativas.

Apesar de sua gênese ser do final do século XIX, o município de Marabá só se emancipa em 1913, desmembrado do município de Baião/PA. Portanto, ele ainda não aparecerá na divisão municipal oficial do Brasil de 1900. Não é demais lembrar que o núcleo que deu origem a Marabá remonta ao ano de 1895, derivado da colônia agrícola de Itacayúnas de Carlos Gomes Leitão. Portanto, na prancha 01, ainda não se pode visualizar o município nem a cidade de Marabá nas duas configurações territoriais (1900 e 1911).

Já na divisão municipal de 1911 há uma modificação que merece ser destacada, pois o enorme município de Baião é desmembrado e dá origem a dois: Conceição e São João do Araguaia. Este último novo município foi formado a partir do antigo núcleo militar de São João do Araguaia, o qual ocorrerá um fato importante mais tarde.

Prancha 01: divisão municipal de 1900 e 1911.



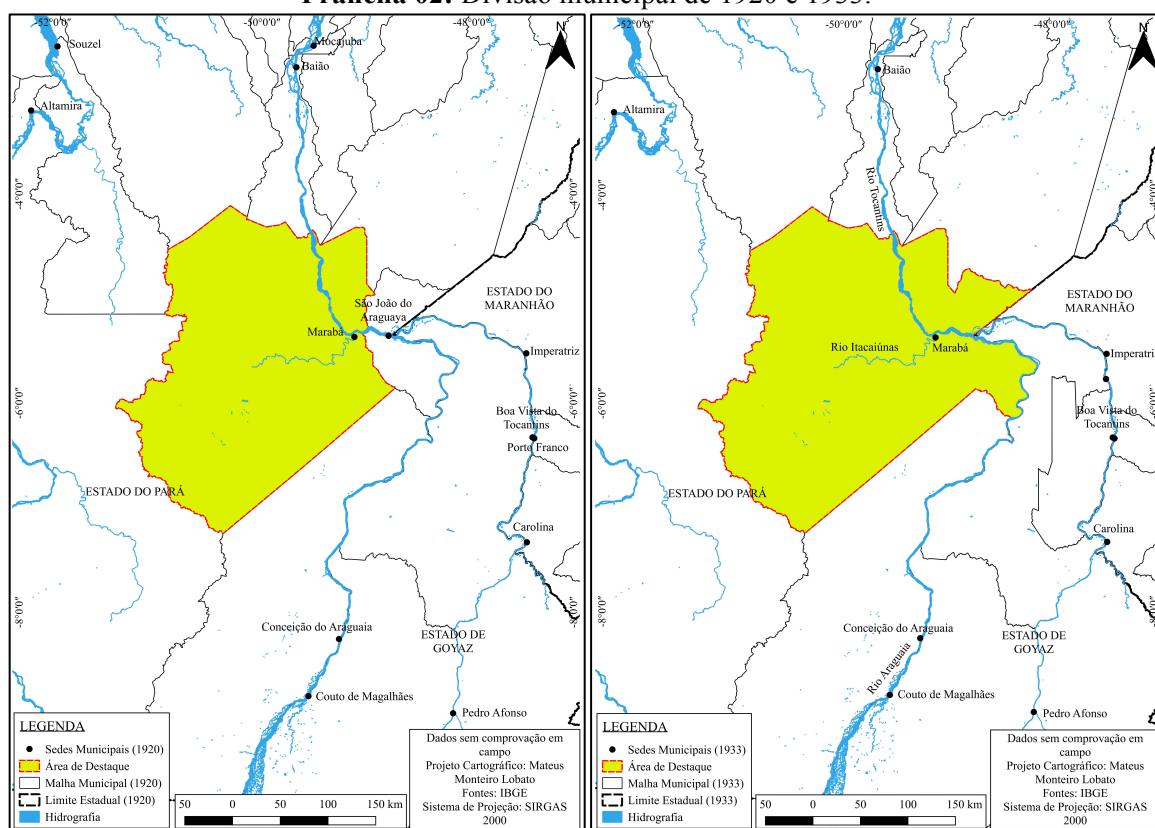
Além desses núcleos [Itacayúnas, Mocajuba e Alcobaça] e já na confluência com o rio Araguaia, aparecia S. João do Araguaia, uma antiga colônia militar fundada em 1850 pelo governo provincial do Pará com a finalidade de impedir os extravios de ouro e a fuga de escravos de Cametá para Goiás, bem como assegurar a tranquilidade de seu trânsito agressor no meio das terras dos índios Timbiras, Carajás e Apinagés (EMMI, 1999, p. 28).

Porém, como mencionei, mesmo na década de 1900 com a intensa dinâmica de extração do caucho já consolidada em Marabá, esse município ainda não se emancipa, pois ele ainda é parte de São João do Araguaia. O que não quer dizer que os clamores pela criação do município não tenham existido naquela época. Marabá surge peremptoriamente da extração do caucho e com a participação efetiva de comerciantes. Isso era diferente da formação dos outros locais naquela época. A cidade de Conceição do Araguaia, por exemplo, foi fundada por religiosos dominicanos inimigos do fundador de Marabá. Esta cidade, por seu turno, estava fora da influência da igreja católica daquela época e foi resultado das incursões dos religiosos no período colonial (EMMI, 1999).

Nesses dois mapas destaco também a cidade de Boa Vista do Tocantins, no então município de Goyaz. Dessa cidade que partiu a comitiva de Carlos Gomes Leitão que

fundou Marabá, rio abaixo. Como sua emancipação só acontece de fato em 1913, só na malha territorial de 1920 é que Marabá irá aparecer, derivada de São João do Araguaia (prancha 02). A dinâmica de extração do caucho surtiu algum efeito e colocou peso político na elite municipal, que pressionou o poder regional para a emancipação. Mesmo já com a economia extrativa da borracha em decadência, os grupos regionais já exerciam influência no contexto em questão. Essa influência se mostrou em dois eventos complementares: a pressão por emancipação do Estado do Pará e a própria criação do município de Marabá (EMMI, 1999). É a partir de então que progressivamente vai surgir uma oligarquia que comandará o poder local marabaense. Essa oligarquia estava imiscuída na dimensão política e econômica, comandando o poder local e a produção regional (EMMI, 1999).

Prancha 02: Divisão municipal de 1920 e 1933.

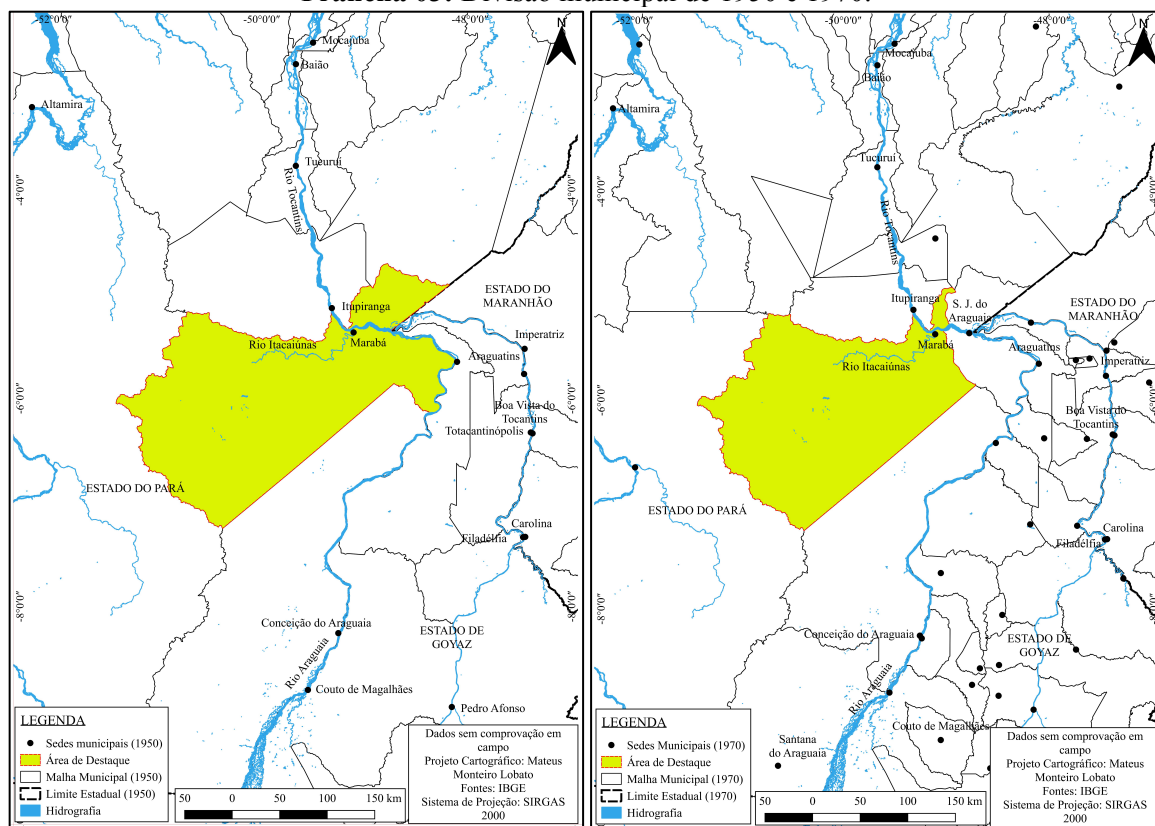


A próxima malha territorial, estabelecido em 1933 (prancha 02), apresenta uma importante modificação, mostrando o papel que Marabá e seus grupos sociais tiveram. O município de São João do Araguaia desaparece porque foi incorporado ao município de Marabá. Devido as dificuldades encontradas com o declínio da economia da borracha e a

dispersão da população cativa por esta atividade, os fluxos migratórios de trabalhadores se reduziram drasticamente. Logo, essa redução da migração vai resultar numa retração demográfica dos núcleos populacionais dessa região, como São João do Araguaia e propriamente Marabá. Porém, em 1920 a exploração da castanha começa a crescer bastante, como a cidade de Marabá vai canalizar mais essa atividade, ela sentiu menos que São João do Araguaia essa retração demográfica. Dessa forma, em 1922 o município de São João do Araguaia é extinto e incorporado à Marabá.

A próxima mudança significativa só vai aparecer no registro de 1950 (prancha 03), que apresenta o município de Itupiranga, o qual foi desmembrado do município de Marabá. Esse município continha algumas árvores de caucho e por isso foi um povoado formado por caucheiros e seringueiros. Entretanto, seu processo de emancipação está também bastante ligado à construção da Estrada de Ferro do Tocantins (VELHO, 1981).

Prancha 03: Divisão municipal de 1950 e 1970.



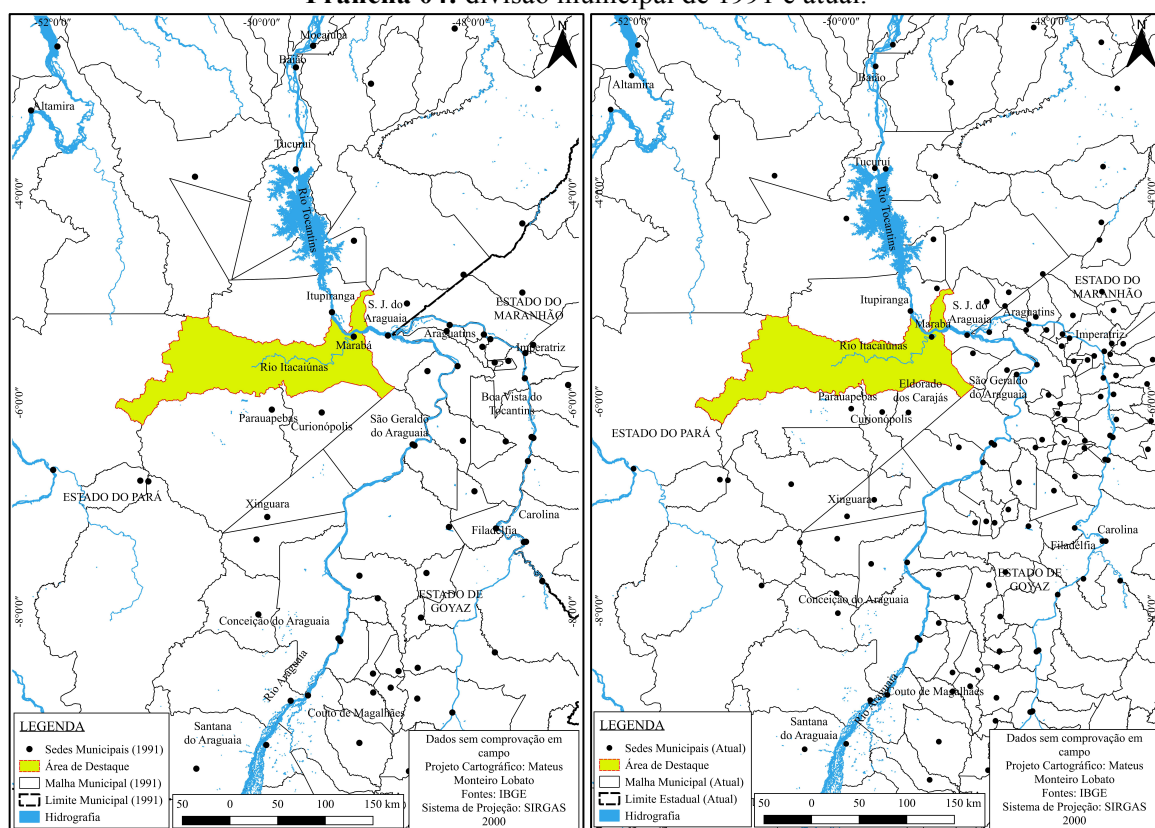
Na base cartográfica de 1970 (prancha 03) o município de São João do Araguaia volta a ser independente, retomando o território que foi incorporado por Marabá. Vale

destacar que também ocorre a emancipação do município de Santana do Araguaia a partir de Conceição do Araguaia.

A base seguinte, de 1991 (prancha 04), já mostra as consequências dos grandes projetos, implementados na região sudeste do Pará, que forçaram uma visível redefinição da malha territorial nessa região. Marabá, tinha 38.228,871 km², da origem a mais cinco municípios, que são: Água Azul do Norte, Canãa dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Parauapebas. Todos esses municípios hoje tem projetos minerais importantes da Vale em seus perímetros. Porém, é Parauapebas que abriga o projeto mais importante e de maior dimensão, que é o da mina de ferro de Carajás.

A malha municipal atual sofreu algumas modificações significativas da anterior, a de 1991. Contudo, a aprovação em 1996 de dispositivos legais inibiu a criação de mais municípios, já que a partir daí qualquer desmembramento deveria estar acompanhado de um Estudo de Viabilidade Municipal, justamente para evitar a criação de municípios com viabilidade duvidosa (ROCHA, 2013).

Prancha 04: divisão municipal de 1991 e atual.



Consideradas as distâncias, o modal de transporte utilizado e as dinâmicas incididas no recorte, as transformações na malha territorial foram visivelmente importantes e significativas. Principalmente nos períodos de tempo em que as atividades econômicas hegemônicas estavam em consolidação.

2.2 As mudanças demográficas

O perfil demográfico de Marabá acompanha as atividades nela desenvolvidas, já que essas atividades se apresentam como um componente fundamental, decidindo num fluxo menor ou maior de pessoas ou mesmo na quantidade final de pessoas residentes (LOBATO, 2012).

Quadro 02: Presença estrangeira na Amazônia (1872-1912).		
Anos	Número de estrangeiros	Participação sobre a população total
1872	8.728	2,6%
1890	7.316	1,5%
1900	7.709	1,1%
1920	39.723	2,9%
Fonte: Santos (1980)/adaptado pelo autor.		

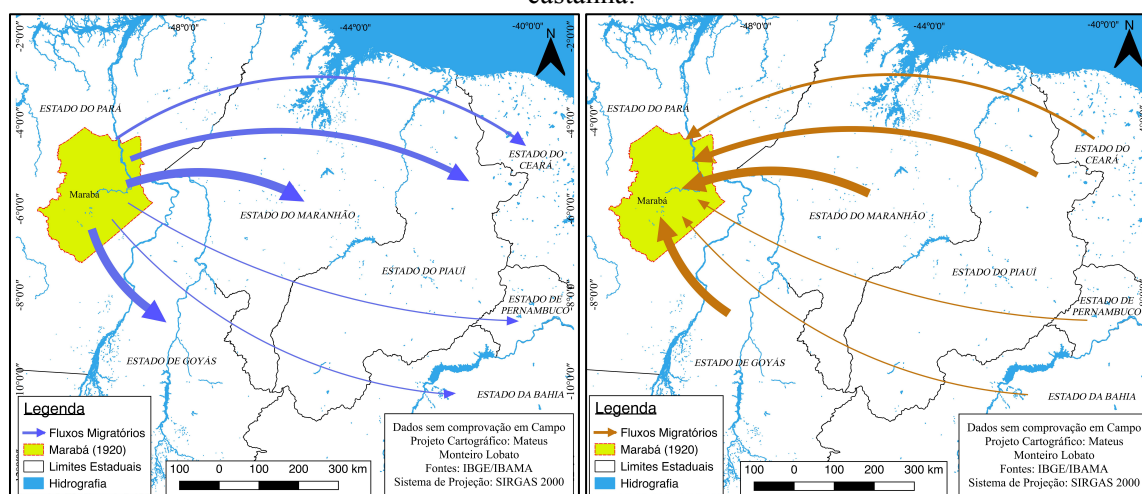
Quadro 03: Imigração estrangeira no quadriênio (1908-1911).		
Nacionalidade	Imigrantes	Participação no total
Portugueses	9.008	46,3%
Espanhóis	2.809	14,4%
Inglese	1.294	6,6%
Turco-árabes	974	5,0%
Franceses e alemães	907	4,7%
Italianos	830	4,3%
Norte-americanos	564	2,9%
Outros	3.081	15,8%
Total	19.467	100,0%
Fonte: Santos (1980)/adaptado pelo autor.		

As atividades econômicas, associadas aos grandes projetos, funcionaram como um atrativo demográfico muito forte para Amazônia, portanto, o componente demográfico também funcionou como vetor de articulação e desarticulação das estruturas políticas regionais (ROCHA, 2005; ROCHA, 2013; ROCHA; LIMA, 2009). O primeiro registro a

fazer é sobre a migração internacional que foi atraída pela exploração da borracha e do caucho na Amazônia. Os quadros 02 e 03 mostram um panorama da presença estrangeira na Amazônia e sua participação na população total.

Nos primeiros anos da colônia agrícola até os primeiros anos de emancipação o perfil demográfico era extremamente flutuante. Obedecendo a temporalidade de coleta do caucho e da castanha, época de safra, a população aumentava consideravelmente, e em períodos de estiagem, essa população diminuía (EMMI, 1999; LAGENEST, 1958; MOURA, 1980; VELHO, 1981). Velho (1981) descreve Marabá na época de sua emancipação como um grande acampamento. Normalmente sua população era por volta de 500 habitantes, mas em períodos de intensa extração do caucho essa população passava para 1.500 habitantes. A população flutuante era formada principalmente por trabalhadores envolvidos na extração do caucho, em sua maioria maranhenses, goianos e cearenses (prancha 05). Ao diminuir a oferta de postos de trabalho retornavam para suas cidades e estados de origem (LAGENEST, 1950; VELHO, 1981).

Prancha 05: Fluxo de migrantes nos períodos de entressafra (1) e safra (2) do caucho e da castanha.



O tempo vai consolidando a extração da castanha e a dinâmica demográfica do município vai se distanciando daquela flutuação sazonal, passando a apresentar uma curva crescente. A tabela 01 mostra a evolução da população marabaense ao longo do século XX desde as primeiras contagens até atualmente.

Como se pode observar, a população do município vem crescendo ao longo do tempo, mesmo depois dos sucessivos desmembramentos ocorridos, principalmente entre 1980 e 1991. Esse crescimento demográfico foi ocasionado pela dinâmica de fronteira na

qual Marabá está submetida, derivado das atividades econômicas regionais que o município concentra: extração do caucho e da castanha e da exploração mineral. No entanto, o perfil desses fluxos migratórios não será o mesmo ao longo do tempo, justamente porque os estímulos incidentes serão diferentes. (LOBATO, 2012).

Tabela 01: Evolução demográfica de Marabá 1897-2015						
Marabá	1897*	1913*	1926*	1940	1950	1960
	200	500	2.000	4.473	7.767	20.089
	1970	1980	1991	2000	2010	2015*
	24.474	59.881	123.668	168.020	233.462	262.085
Fonte: IBGE/Lagenest (1958) – Elaboração do autor.						
* População estimada						

Se nos primeiros momentos, marcados tanto pela extração do caucho quanto da castanha, a origem e o perfil migratório era basicamente dos estados próximos: Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Pernambuco (esses três últimos com menor importância), os migrantes também tinham um perfil bem característicos, pois eram aqueles que trabalhavam na atividade em questão: castanheiros e comerciantes (LOBATO, 2012).

Outra característica marcante desses períodos em questão eram as vias de circulação usadas para alcançar Marabá. O padre francês Lagenest (1958, p. 27-28) define bem essa situação:

Tudo se passa como se fosse o rio Tocantins o dreno que levasse para Marabá populações do Maranhão, de Goiás e do Piauí. Com efeito, o Tocantins é a grande artéria de comunicação de toda a região. As populações dos estados que beiram (Maranhão e Goiás) ou que lhe ficam perto (Piauí), quando querem viajar, por prazer ou por necessidade, muito espontaneamente o utilizam, rio abaixo de preferência, pois para descer “todo os santos ajudam”. Pelo contrário, o cearense quer viajar – e viaja muito – mais facilmente utiliza o mar, que o leva até Belém, o Rio de Janeiro, ou mais longe ainda.

A mudança na organização da fronteira, bem como a mudança na Nova Divisão do Trabalho Internacional, impuseram uma modificação no perfil demográfico. A partir da consolidação do modal de transporte baseado nas estradas, os estados de origem dos migrantes passam a ser outros: Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo (LOBATO, 2012).

Tabela 02: Migração em Marabá segundo a origem dos migrantes (1940-2010).														
Posição	Origem/Ano	1970	Situação	Origem/Ano	1980	Situação	Origem/Ano	1991	Situação	Origem/Ano	2000	Situação	Origem/Ano	2010
1	Pará	13.608	-	Pará	29.515	-	Pará	63.078	-	Pará	97.340	-	Pará	146.512
2	Maranhão	6.435	-	Maranhão	13.065	-	Maranhão	29.085	-	Maranhão	33.535	-	Maranhão	45.171
3	Goiás	2.201	-	Goiás	5.911	-	Goiás	6.087	-	Goiás	7.278	2	Tocantins	7.779
4	Piauí	1.076	-	Piauí	2.576	-	Piauí	5.236	-	Piauí	5.246	1	Goiás	6.330
5	Ceará	514	-	Ceará	1.892	-	Ceará	3.910	1	Tocantins	4.915	1	Piauí	5.489
6	Pernambuco	123	3	Minas Gerais	1.499	-	Tocantins	3.094	1	Ceará	4.388	-	Ceará	3.676
7	Paraíba	90	1	Bahia	1.480	1	Minas Gerais	2.881	1	Bahia	3.490	1	Minas Gerais	3.456
8	Bahia	81	7	Espírito Santo	591	1	Bahia	2.611	1	Minas Gerais	3.231	1	Bahia	2.900
9	Minas Gerais	65	3	Pernambuco	562	1	Espírito Santo	1.373	-	Espírito Santo	1.618	1	Pernambuco	1.402
10	Rio Grande do Norte	51	10	Paraná	459	1	Pernambuco	1.267	-	Pernambuco	1.269	1	São Paulo	1.352
11	Amazonas	27	5	São Paulo	437	1	Paraíba	924	1	São Paulo	947	2	Espírito Santo	1.324
12	Mato Grosso	24	5	Paraíba	370	1	São Paulo	772	1	Paraná	699	1	Rio Grande do Sul	1.038
13	Amapá	17	9	Rio Grande do Sul	252	3	Paraná	499	3	Rio Grande do Sul	600	1	Paraná	928
14	Guanabara	16	4	Rio Grande do Norte	250	3	Rio de Janeiro	495	-	Rio de Janeiro	561	2	Paraíba	866
15	Espírito Santo	14	4	Amazonas	194	1	Rio Grande do Norte	458	-	Rio Grande do Norte	557	1	Rio de Janeiro	750
16	São Paulo	14	4	Mato Grosso	133	3	Rio Grande do Sul	377	5	Paraíba	410	3	Mato Grosso	564
17	Alagoas	14	1	Rio de Janeiro	119	2	Amazonas	204	-	Amazonas	380	-	Amazonas	386
18	Rio de Janeiro	13	1	Alagoas	108	2	Distrito Federal	179	4	Santa Catarina	290	3	Rio Grande do Norte	450
19	Acre	10	7	Santa Catarina	90	3	Mato Grosso	166	-	Mato Grosso	273	2	Distrito Federal	425
20	Paraná	7	-	Distrito Federal	84	5	Mato Grosso do Sul	156	3	Alagoas	265	-	Alagoas	375
21	Sergipe	7	2	Acre	58	3	Sergipe	130	3	Distrito Federal	210	2	Rondônia	243
22	Rio Grande do Sul	5	3	Rondônia	42	3	Santa Catarina	123	2	Mato Grosso do Sul	201	6	Amapá	237
23	Fernando de Noronha	4	-	Amapá	37	5	Alagoas	115	3	Rondônia	86	5	Santa Catarina	234
24	Roraima	3	3	Sergipe	17	3	Acre	58	1	País estrangeiro	54	2	Mato Grosso do Sul	167
25	Rondônia	2	-	Mato Grosso do Sul	16	-	País estrangeiro	48	3	Roraima	53	1	Sergipe	94
26	Santa Catarina	2	2	Roraima	12	4	Rondônia	37	5	Sergipe	49	2	País estrangeiro	89
27						4	Amapá	32	3	Acre	41	-	Acre	76
28						1	Roraima	18	1	Amapá	37	3	Roraima	31
Fonte: IBGE/Adaptado pelo autor.														

Na tabela 02 procurei organizar os dados demográficos a partir das origens dos migrantes para tentar mostrar essa modificação do perfil demográfico dos migrantes que chegaram à Marabá. Até a década de 1970, com exceção do Estado do Pará, os migrantes vinham proeminentemente dos estados vizinhos ou do nordeste. Esses migrantes eram do Maranhão, Goiás (parte do que é hoje o Estado do Tocantins), Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia. Necessariamente corroborando a tese de Lagenest (1958) da proximidade dos estados e do modal hidrográfico para compor o perfil dos migrantes

Na década de 1980, aqueles estados mais distantes, como Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, já passam a ocupar posições mais acima nas origens dos migrantes marabaenses. O maior crescimento foi do Estado do Paraná, com 10 posições, do Rio Grande do Sul, que subiu 9 posições, seguido do Espírito Santo e Santa Catarina com 7 posições acima, São Paulo subiu 5 e Minas Gerais 3 posições.

Como disse anteriormente, o modal hidroviário determinava bastante as origens dos migrantes que chegavam ao Estado do Pará. Mas, esses crescimentos nas origens dos migrantes de estados, que estão distantes geograficamente do Pará em detrimento daqueles tradicionalmente do Nordeste, já pode ser um ilustrativo dos resultados das políticas de reocupação da fronteira, tais como a construção das rodovias.

No Censo seguinte, o registro da criação do Estado do Tocantins e o desmembramento dos migrantes do Estado de Goiás revela mais ainda o resultado dessas políticas. Além de que destaco a ascensão do Rio de Janeiro às posições acima, para além da proximidade geográfica.

Como parte da minha argumentação que desenvolverei mais a frente, gostaria de introduzir que a presença maior desses migrantes de outros estados brasileiros irá estimular os conflitos fundiários pela posse da terra em Marabá. Tais conflitos serão um indicativo de perda da hegemonia daquela oligarquia tradicional regional, seja porque ela vai passar a ser questionada pelos camponeses, seja por parte de outros proprietários rurais, ou ainda por profissionais liberais.

2.3 As oligarquias regionais

Desde sua criação, no final do século XIX, Marabá viu a hegemonia de grupos sociais atuando nas dimensões política e econômica. Esses sujeitos hegemônicos estavam intimamente atrelados às atividades desenvolvidas no âmbito regional. Alguns elementos

podem nos mostrar a presença e a atuação desses sujeitos hegemônicos, que Emmi (1999, p. 42) chamou de Oligarquia. No primeiro período, o que tinha o caucho como produto central, alguns grupos já atuavam no cenário econômico e político da época:

Assim, na composição da junta governativa temos o tenente-coronel Antonio da Rocha Maia, o Major Quirino Franco de Castro, o Capitão Afro Sampaio, o Coronel João Anastácio de Queiroz, Melchiades Fontenelle e Cândido Raposo. É desse grupo restrito de personalidades que surgiria uma oligarquia local que iria se afirmar durante o período subsequente, nos quinze primeiros anos de vida municipal até 1930.

No segundo momento os primeiros troncos oligárquicos são substituídos por novos, derivados de imigrantes que atuaram na Amazônia. Essa segunda fase da oligarquia regional se dá na fase de expansão da economia da castanha, a partir da década de 1950.

Uma pesquisa nos registros de terra do período dá uma ideia mais aproximada da estrutura fundiária do município de Marabá. No quadro 04 estão todos os proprietários e suas respectivas propriedades rurais recenseados em 1920, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no município. No município inteiro, ou seja, numa área de pouco mais de 38 mil km² existem apenas 15 proprietários registrados. Para efeito de comparação, municípios em que o processo de ocupação teve presença maior da pequena propriedade, como Igarapé-Açú/PA, São Miguel do Guamá/PA e Belém (que englobava os municípios de Castanhal/PA e Santa Izabel/PA), tinham: 2.508,777 km² e 4.116 propriedades rurais; 1.180,906 km² e 371 propriedades; 4.610,815 km² e 4.514 propriedades, respectivamente. Juntos, esses municípios não somam a área de Marabá, no entanto, este último contém apenas 15 propriedades rurais cadastradas e algumas são propriedades registradas nos nomes das pessoas que Emmi (1999) elencou como o núcleo da oligarquia regional de Marabá

Como o município de Marabá tem sua origem apenas no final do século XIX e como Emmi (1999) já assinalou que a propriedade das terras não era importante naquela altura, mas sim a propriedade dos castanhais, é certo supor que essas oligarquias se formam e se consolidam a partir da exploração do caucho. E essas oligarquias formadas nesse período, que vão dominar o cenário político e econômico, terão um papel importante no sudeste paraense, inclusive nos dias atuais.

Com os novos rumos da política econômica, a estrutura do poder local apoiada no comércio e na exportação da castanha vai ser incomodada.

Mudanças se processam no nível da terra, das relações de trabalho, condicionando nova estrutura de poder (EMMI, 1999, p. 102).

Quadro 04: Proprietários de terras do município de Marabá (1920).

Imóveis Rurais Recenseados	
Nome do Proprietário	Nome do Imóvel
Cândido Raposo	Aldeia
Manoel Bandeira	Porto Alegre
Pedro F. Pimenteira	Jatobá
Felix Valois dos Santos	Deus-me-livre
João Gualberto Dias	Ponta da Serra
Vasconcelos & Ribeiro	Aquiry
Juvenal da Rocha Ribeiro	Ilha do Tucum
Martinho Motta	Santa Cruz
João Emygdio de Souza	Alegre
Antonio da R. Maia	Santo Antonio da Floresta
Antonio da M. Lima	Cupù
Francisco Soares de Mello	Santa Rosa
Melchiades Fontenelle	São Pedro
Uady Maussalém	Quindangues
João Anastacio de Queiroz	Burgo
Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1927)/adaptado pelo autor.	

Como já pude aventar no item anterior que a migração se diversifica, agora posso fazer um contraponto com a diluição do poder da oligarquia castanheira. Este é sem dúvida apenas um lado do processo, pois o outro foi a atuação direta do Estado Ditatorial nacional, que vai “[...] *interferir profundamente numa estrutura social e política oligárquica do tipo de Marabá [...]*” (EMMI, 1999, p. 107).

A desarticulação das oligarquias, pelo Estado nessa época, se deu a partir de três vetores ligados a sua atuação regional. No primeiro, as opções de emprego aos castanheiros, dada pela diversificação da economia, vai minar a grande oferta de mão de obra que tinham os oligarcas. Por outro lado, a diversificação de formas de uso da terra (mineração, agricultura e pecuária) vai romper com o controle da terra a partir dos

castanhais. Por fim, o Estado vai retirar quase que completamente a autonomia política de Marabá, colocando-a como área prioritária à Segurança Nacional (EMMI, 1999).

A conjuntura social, política e econômica marabaense apontava para um verdadeiro cenário de conflito social, onde a violência e a pistolagem eram frequentes. Esses conflitos são, portanto, uma face da perda da hegemonia das oligarquias castanheiras marabaense, pois as opõe a novos sujeitos.

Os conflitos pela posse da terra na região de Marabá ganham maior evidência a partir da década de 1970 e recrudescem nos fins desta, tendo se acentuado não só em número como em manifestações de violência no início da década de 1980. Esses conflitos opõem: grupos trabalhadores rurais recém-chegados à área, ou de moradores antigos e grupos indígenas aos representantes da oligarquia da castanha e componentes da empresa capitalista que se expande na área: pecuaristas do Centro-Sul e grupos ligados ao capital financeiro [...] (EMMI, 1999, p. 123).

Se num primeiro momento as reações dessa oligarquia foram baseadas na violência, ela mais tarde vão procurar se distanciar desses novos sujeitos a partir de um discurso ideológico de valorização do local. Tal discurso estava alinhado em diretrizes que apontavam para a preservação dos castanhais, do valor econômico que essa atividade tinha regionalmente e na concreta contribuição social que a exploração da castanha teve, que na verdade se enquadravam prontamente na defesa de seus interesses enquanto sujeitos (BUNKER, 2003; EMMI, 1999).

Nesse fim de período, isto é, na aurora da década de 1990, Marabá vê basicamente a formação de quatro sujeitos sociais: os camponeses, os oligarcas tradicionais, os novos fazendeiros e os profissionais liberais ou ligados a outras atividades geradas pela nova fase de re-expansão do capitalismo na Amazônia. Alguns desses sujeitos não são grupos opositores, porém mais tarde vão deslindar na verdade até interesses convergentes.

Assim se sucedeu a formação e a consolidação da oligarquia castanheira marabaense. No item a seguir meu esforço é de pontuar cada uma das atividades mais importantes incidentes no âmbito regional. Tais atividades já foram elucidadas no capítulo anterior, mas aqui procurarei oferecer uma visão mais específica do seu funcionamento e suas articulações.

2.4 As principais atividades econômicas regionais

2.4.1 Atividade econômica da borracha/caucho

Sobre a extração da borracha na Amazônia, Machado (1989, p. 223-224) assinala o seguinte:

Desde finais do século XVIII, comerciantes ingleses e norte-americanos, através de Portugal, se interessaram pela borracha crua, importando-a sob a forma de garrafas (*seringas*). À partir de 1820, negociantes de Boston começaram a importar com certa regularidade sapatos de borracha manufaturados em Belém com moldes de madeira fornecidos pelos norte americanos⁹. A participação da borracha no valor total das exportações se limitava a cerca de 17% em 1838, e em 24% em 1848, assim permanecendo até 1850. Não existem maiores informações sobre essa manufatura mas os mesmos Spix e Martius (1819) já chamavam atenção para seu uso em capas e agasalhos, utilizados pelos soldados da policia de Belem. Mesmo não sendo o principal produto de exportação, seu valor foi ascendente, atenuando os efeitos da baixa das cotações dos produtos tropicais tradicionais nos mercados europeu no periodo de 1805-1850 (fase de baixa no mercado mundial, segundo o ciclo de Kondratieff) [...].

Esse excerto mostra explicitamente que tanto os ingleses quanto os estadunidenses já tinham interesse na exploração da borracha amazônica mesmo antes de seu período de maior expansão. Lógico que com o aumento da demanda pelo produto no cenário internacional os ingleses passaram a ter muito mais presença na Amazônia. Benchimol (1966, p. 127, grifos nosso) fala sobre essa relação estabelecida pelos ingleses aqui na Amazônia:

Os ingleses foram atraídos para a Amazônia ao findar o século XIX e durante o “boom” da borracha, no auge de seu prestígio imperial, nela realizando a mais importante tarefa cultural que se traduziu no aparelhamento de sua infra-estrutura econômica. **Desempenhando o papel de transmissores da tecnologia ocidental, criada a partir da Revolução Industrial, os investimentos ingleses nas empresas concessionárias de serviço público, criaram condições estruturais para todo o processo de desenvolvimento ulterior pela formação das economias externas, nos setores de navegação, portos, energia, telefonia, telegrafia, transportes, distribuição de água, rede de esgotos e outras facilidades construídas nos polos urbanos dominantes de Manaus e Belém.**

Tendo em vista essa presença efetiva na Amazônia, ele ainda faz a seguinte recomendação sobre a presença dessa nação aqui:

Analisar as suas contribuições em termos de apoio logístico à economia de exportação vinculada aos interesses dos mercados londrino e europeu, bem como em função do desenvolvimento social e econômico do mercado interno e do bem estar regional (BENCHIMOL, 1966, p. 128).

Ele mesmo aponta sua contribuição nesse sentido listando os empreendimentos britânicos presentes nesse período no quadro 05. Além da presença comercial, econômica e financeira dos ingleses aqui na Amazônia, Benchimol (1966) também registra a presença de outras nacionalidades: portugueses, franceses, alemães e estadunidenses. Todos eles tinham negócios na fase de exploração da borracha silvestre (quadro 06).

Quadro 05: Empresas inglesas presentes na Amazônia na virada do séc. XIX e XX

1. Port of Pará
2. Pará Electric Co.
3. Pará Telephone Co.
4. Amazon River Steam Navigation Co.
5. Booth Line Co.
6. Amazon Telegraph Co.
7. Amazon Wireless Telegraph e Telephone Co. Ltd.
8. Manaus Harbour Ltd.
9. The Manaus Tramways & Light Co. Ltd.
10. Manaus Improvements Ltd.
11. Manaus Markets Co.
12. Amazon Engineering Co.
13. Bank of London & South America Ltd. (Ag. Belém e Manaus)

Fonte: Benchimol (1966)/Adaptado pelo autor.

A partir do cenário apresentado pelos autores seria lúcido afirmar a grande presença europeia e estadunidense na economia amazônica, controlando principalmente os financiamentos voltados à exploração da borracha que eram contraídos pelos comerciantes e produtores paraenses. Os bancos ingleses com sede nas duas principais cidades: Belém e Manaus exemplificam muito bem essa relação ou dependência econômica.

Contudo, como procurei delinear no capítulo anterior elencando elementos processuais, a produção da borracha no sudeste do Pará foi desenvolvida a partir da extração de uma variante: o caucho. As fontes divergem sobre a qualidade desse produto, mas o que interessa assinalar são duas coisas a cerca dele: 1) bom ou não, a partir dele é

que a dinâmica marabaense começou a se intensificar e 2) a exploração da borracha/caucho já era registrada antes da metade do século XIX.

Quadro 06: Algumas empresas estrangeiras presentes na Amazônia no início do séc. XX.

1. Ahlers & Co.	17. Gordon & Co.
2. A. de la Rivière & Cie.	18. H. A. Astlett & Co.
3. Albert H. Alden Limited	19. Higson & Co.
4. Armazens Andresen	20. I. Serfaty & Cia.
5. A. Meirelles & Cia	21. J. G. Araujo & Cia.
6. A. A. Antunes & Cia.	22. Leite & Cia.
7. Barbosa & Tocantins	23. Mesquita & Cia.
8. Braga Sobrinho & Cia.	24. Neale & Straats
9. B. Levy & Cia.	25. Pires Teixeira & Cia.
10. Coutinho & Cia.	26. Pereira Lemos & Cia.
11. Cunock Schrader & Co.	27. R. Suarez & Cia.
12. De Lagotellerie & Cie.	28. Semper & Co.
13. D. Costa & Cia.	29. Scholtz Hartze & Co.
14. E. Kingdon & Co.	30. Sluglehurst Brocklehurst & Co.
15. General Rubber Co. Of Brazil	31. Theodor Levy & Cia.
16. Gruner & Co.	32. Zarges Ohlinger & Co.

Fonte: Benchimol (1966)/Adaptado pelo autor.

Tabela 03: Produção de caucho e castanha do Município de Marabá (1913-1919).

Ano	Caucho (toneladas)	Castanha (hectolitros)	Ano	Caucho (toneladas)	Castanha (hectolitros)
1913	327,9	20	1920	228,9	17.878
1914	462,5	2.502	1921	92,0	27.965
1915	418,4	2.711	1922	61,4	27.020
1916	261,1	1.899	1923	42,3	61.705
1917	250,2	1.708	1924	26,9	77.548
1918	203,2	1.508	1925	15,2	84.595
1919	354,7	5.396	1926	21,3	120.417

Fonte: Emmi (1999) e Petit (2003)/Adaptado pelo autor.

As estatísticas de exploração dessa atividade são muito escassas ou esparsas, mas Petit (2003) e Emmi (1999) auxiliam na contagem da produção de caucho e castanha (Tabela 03). A atividade do caucho, apesar de ser importante para a economia regional, teve um período de vigência muito curto. Dois foram os motivos para isso: a atividade altamente predatória das árvores do caucho, que obrigava a destruição das plantas (EMMI, 1999) e a entrada da exploração racional nas colônias britânicas do Ceilão e da Malásia (SILVA, S.D.).

A partir desta tabela posso confirmar o que já disse anteriormente, se considerar só a quantidade de produto, a castanha não era a principal atividade de Marabá no começo da década de 1910, mas sim o caucho. Mais tarde, no decorrer da década de 1920, o caucho dá lugar à exploração da castanha, fato do qual me ocuparei mais adiante.

Evidentemente que essa análise ficaria bem mais amarrada se houvessem mais informações sobre cada uma dessas atividades, tais como o valor da produção. Pois, com outras variáveis a suposição da decadência do caucho e substituição da castanha seria mais direta e bem diferente do que estou colocando aqui.

Entretanto, para além desse pequeno problema metodológico, um dado muito importante a acrescentar era que, mesmo sendo uma atividade secundária em relação a borracha, o governo do Pará tinha total interesse no seu desenvolvimento. Pois isso provocava, diretamente ou indiretamente, a colonização de uma área extremamente contestada pelos governos do Maranhão e de Goiás (CONDREAU, 1980; EMMI, 1999; MOURA, 1989; VELHO, 1981).

Porém, é muito importante mencionar que mesmo não sendo o produto principal, o caucho também foi financiado pelos empreendimentos europeus, exatamente os mesmos que serviam a economia principal da borracha. Isso posto, permite inferir que o sistema econômico que dava suporte à exploração do caucho era idêntico ao da borracha. Dado as indicações sobre a dinâmica produtiva do caucho, base para a sua sucessora, a castanha, a seguir meu esforço será voltará para ela.

2.4.2 Atividade econômica da castanha

Logo após a década de 1910, com a entrada do plantio racional das colônias inglesas no continente asiático, a economia amazônica baseada na exploração da

borracha/caucho vai entrar em declínio. A Amazônia inteira vai sentir os efeitos da estagnação desse ramo da economia, sejam eles positivos ou negativos.

As primeiras áreas que se destacaram na extração da castanha ainda nesse começo do século foram o entorno dos municípios de Manaus e Itacoatiara, no Estado do Amazonas, e Óbidos e Alenquer no Pará. Marabá ainda não era importante centro produtor de castanha no começo do século XX, inclusive nem aparece nas estatísticas, pois está implícita sua presença na área chamada de Tocantins (tabela 04).

Tabela 04: Principais áreas da Bacia Amazônica fornecedoras de castanha 1908-1919 (Hectolitros).

Procedência	Anos			
	1908	1912	1914	1919
Alenquer	42.324	1.224	20.725	52.239
Jary e Mazagão	7.142	7.604	11.740	21.974
Tocantins	1.505	10.475	17.475	21.619
Cajary	2.998	6.362	8.993	
Faro-Trombetas	21.255	53.419	57.334	1.979
Anapu	469	862	2.530	1.029
Acará	1.276	1.700	1.558	2.954
Óbidos	9.682	37.219	25.997	32.149
Itacoatiara	10.123	60.307	50.175	31.242
Manaus	67.226	148.371	159.852	246.821
Total	164.000	327.543	356.379	412.006

Fonte: Emmi (1999)/Adaptado pelo autor.

Tabela 05: Principais áreas da Bacia Amazônica fornecedoras de castanha 1925-1928 (Hectolitros).

Procedência	Anos			
	1925	1926	1927	1928
Ilhas e Acará	2.419	4.841	1.183	3.055
Anapu	2.260	21.535	1.614	3.714
Tocantins	98.114	155.039	88.730	65.564
Marabá	10.553	12.334	7.598	15.304
Jary	27.021	46.491	20.661	39.686
Tapajós	880	13.616	224	3.943
Alenquer	12.539	72.096	5.630	40.766
Trombetas e Óbidos	15.999	81.398	3.104	47.060
Xingu	245	3.132	287	1.083
Total	170.030	410.482	129.031	220.175

Fonte: Emmi (1999)/Adaptado pelo autor.

No entanto, com o desenrolar da década de 1920, a área no entorno do município de Marabá vai se voltar intensamente à exploração da castanha, tornando-se o principal polo dessa atividade. Aproveitando-se da estrutura financeira, logística e de exploração do trabalho deixada pelo caucho, Marabá vai passar a comandar esse ramo a partir do ano de 1928, como se pode inferir também a partir da leitura da tabela 05.

O crescimento da atividade de extração da castanha está associado a certos fatores; o primeiro deles, já dito, foi o aproveitamento das bases deixadas pelo caucho (aviamento), o segundo foi, sem dúvida, a atuação das oligarquias castanheiras, pois as mesmas foram responsáveis por constituir um arranjo econômico e político que as permitiu quebrar o sistema de extração livre da castanha (EMMI, 1999). Contudo, como venho tentando mostrar, a consolidação dessa oligarquia não foi algo natural ou fortuito, mas sim uma construção. Ao se referir aos oligarcas daquela época Emmi (1999, p. 79) faz uma interessante periodização:

A oligarquia de Marabá, entendida como grupo controlador do poder político, econômico e social local conserva na gênese de seu poder a propriedade da terra, associada aos interesses comerciais de exportação da castanha. Historicamente, ela tem-se apresentado constituída por grupos familiares, os quais em diferentes épocas vêm exercendo o poder local. Assim, nos anos 1920 até mais ou menos o fim da década de 1940, esta dominação foi exercida pelo comerciante da castanha e secretário do governo, Deodoro de Mendonça, e sua parentela. Já da década de 1950 em diante, por um grupo de comerciantes, fazendeiros e exportadores da castanha, entre os quais se evidencia o tronco familiar Mutran.

E sobre os métodos que esses oligarcas tinham para exercer o poder ela afirma o seguinte:

Alguns dos grupos locais que não eram apenas comerciantes-financiadores e que passaram também a “donos” ou “arrendatários” de castanhais, detinham também o controle das comunicações por meio dos rios. Eram, na maioria dos casos, proprietários dos barcos usados no transporte da castanha; controlavam não só o comércio da castanha, como também grande parte do comércio de gêneros alimentícios. Por meio da apropriação da terra, passaram a controlar toda a atividade produtiva. Tendo a seu dispor os meios que os capacitavam a controlar a atividade produtiva desde a extração da castanha lá na mata, o transporte para Marabá, até a entrega para o exportador, estavam dadas as condições iniciais para que alguns desses grupos exercessem a dominação política local (EMMI, 1999, p. 75).

Sobre isso é importante retomar um ponto já levantado sobre o transporte na Amazônia, visto que, pelas suas paisagens serem dominadas por grandes e pequenos cursos d'água, a conclusão mais lógica, do ponto de vista do próprio transporte, é que ele era abundante ou seus custos eram baixos. Na verdade, isso está muito longe de ser colocado dessa forma, ou seja, por uma simples associação lógica, já que a realidade era muito diferente disso, como mostrou Machado (1989, p. 230, grifos do autor):

Uma das frases mais repetidas nas descrições sobre a região é a de que os rios eram as vias de comunicação 'natural', seguido de observações à respeito de sua abundância, dando a entender que, por ser natural, o preço do transporte era barato. Não parecia ser essa a opinião dos habitantes locais. Se recordarmos as observações do jesuíta missioneiro João Daniel, não precisamos de novo citar as avaliações dos homens do século XIX, que viam na *dificuldade* da comunicação um elemento 'unificador' de pequenos ou grandes proprietários, sitiantes ou foreiros. Todos eram vulneráveis ao alto custo do transporte, que era, além disso, lento e pobre. As grandes distâncias em vez de baratearem encareciam o frete, graças à dispersão das áreas povoadas e ao pequeno volume transportada. Poucos eram os produtores, cujas unidades de produção se localizavam obrigatoriamente à margem de uma via fluvial, fosse rio, *furo* ou *igarapé*, que podiam manter uma frota de canoas disponível para o escoamento da produção, seja devido ao pequeno volume da produção, o baixo preço dos produtos exportados ou a irregularidade das colheitas.

Nesse excerto que destaquei se pode perceber que era imprescindível também ter não só o controle da produção, mas também da circulação, pois as dificuldades impostas ao transporte eram grandes. Não é sem sentido, por exemplo, que outra autora nos lembra que eram ferrenhas as competições por áreas próximas aos rios e igarapés na hora de concedê-las aos apadrinhados:

[...] Havia uma diferença muito grande em relação ao acesso aos rios, às estradas e também quanto ao potencial produtivo. Todas as vantagens, os diferenciais de produção e localização certamente não foram ignorados quando se pretendeu a conversão do arrendamento em aforamento. (EMMI, 1999, p. 101).

Como já mencionei no início do tópico, ao exercerem um amplo controle na extração da castanha essas oligarquias conseguiram elevar a produção da castanha do estado e torná-la um dos principais produtos da economia regional. A tabela 06 mostra esse cenário produtivo regional ao final da década de 1950 e início da 1960.

Tabela 06: Produção por unidade da federação por produtos principais (1957-1961)

Produtos	Quantidade (t)					Valor (Cr\$ 1.000)				
	1957	1958	1959	1960	1961	1957	1958	1959	1960	1961
ESTADO DO PARÁ										
Babaçu	71	40	44	76	129	762	440	1.071	2.208	3.892
Borrachas	6.469	6.822	6.377	6.756	6.557	165.689	177.292	254.564	359.242	412.115
Castanha do Pará	13.603	19.887	6.255	12.228	17.974	189.300	288.630	156.978	667.903	875.989
Gomas n/elast.	1.201	792	1.295	1.174	1.760	29.529	27.493	111.036	286.417	291.116
Guaxima/malva	17.173	15.811	12.980	9.767	11.647	203.250	192.324	207.947	251.985	480.523
Murumurú	1.124	841	785	723	735	562	421	1.455	2.370	2.115
Timbó	243	199	135	134	71	1.549	1.766	1.187	1.659	724
ESTADO DO AMAZONAS										
Borrachas	7.138	5.908	7.386	6.141	6.143	314.333	233.697	393.419	486.040	760.850
Castanha do Pará	14.487	12.541	5.290	11.855	14.752	171.644	143.355	81.631	586.299	774.906
Gomas n/elast.	3.193	1.686	1.041	1.476	3.911	47.776	27.424	22.502	42.588	225.226
Guaraná	282	202	135	178	185	25.689	17.791	6.528	9.762	27.225
Piaçava	2.478	1.566	2.930	2.009	2.512	16.537	15.864	31.035	29.322	27.234
Timbó (raiz)		4	25	42	13		7	76	198	91
ESTADO DO ACRE (EX-TERRITÓRIO)										
Borrachas	10.270	10.093	10.427	9.947	11.075	428.748	489.748	803.762	928.740	1.266.783
Castanha do Pará	5.331	2.660	6.974	11.451	12.401	61.368	47.888	124.141	299.569	279.470
TERRITÓRIO DO AMAPÁ										
Borrachas	803	414	280	218	297	22.167	11.340	9.016	9.792	18.028
Castanha do Pará	1268	1.732	723	2.416	2.916	11.412	38.446	26.836	152.122	123.492
Gomas n/elast.	12	13	57	16	22	205	261	1.938	578	8.769
Murumurú	72	103	110	128	893	78	363	320	475	4.380
TERRITÓRIO DE RONDÔNIA (EX-GUAPORÉ)										
Borrachas	5942	4.932	4.888	5.719	5.565	271.272	271.255	483.606	669.119	975.466
Castanha do Pará	1620	1.168	2.247	1.205	2.884	17.519	13.477	77.899	42.468	85.033
Gomas n/elast.			227	183	179			4.601	7.746	12.388
Ipecacoanha (Poaia)	4	2	5	2	3	3.521	1.988	7.925	3.937	8.750
TERRITÓRIO DE RORAIMA (EX-RIO BRANCO)										
Borrachas	16	51	67	61	34	903	2.923	5.303	4.841	4.031
Castanha do Pará	841	927	202	227	786	10.936	18.939	7.480	11.734	30.911
Gomas n/elast.	118	238	121	90	101	2.452	4.610	3.990	5.815	8.659

Fonte: Almeida (1963)/Adaptado pelo autor.

Nessa tabela estão os principais dados econômicos das unidades da federação daquela época (estados e territórios), indicando a quantidade e o valor dos produtos principais. No entanto, antes de fazer uma análise pormenorizada desses dados, não é demais lembrar que as atividades econômicas da borracha e da castanha não tinham graus elevados de racionalização. Portanto, havia baixíssima, ou nenhuma, introdução de inovação nos processos produtivos em questão.

Machado (1989, p. 401-402) se referindo ao período de valorização da borracha no mercado internacional auxilia a reflexão sobre essa relação inovação x produtividade:

[...] Quando a valorização e a demanda de borracha deram um salto (1890), a pressão para aumentar a produção também. Em vez da introdução de técnicas para melhorar a produtividade, ocorreu o contrário. Para aumentar a produção, a forma de extrair o látex foi se tornando predatória. A técnica rudimentar tradicional, mas que preservava a árvore, consistia em fazer pequenos cortes na parte cortical. Com a valorização, queria-se extrair a maior quantidade possível de látex em menos tempo. Passou-se, então, ao emprego de instrumentos mais cortantes que comprometiam os vasos de circulação da seiva, provocando rapidamente seu esgotamento. Esse foi o motivo pelo qual as áreas de produção foram se deslocando para os altos vales dos afluentes do Amazonas, como o Purus, o Juruá e o Madeira.

Mesmo se referindo a extração da borracha, que tinha sua particularidade, posso supor que a introdução de inovações no processo de extração da castanha também não diferia muito dessa relação posta à borracha. Já que na atividade castanheira, onde a coleta dependia da queda do ouriço das árvores, os pesquisadores que se debruçaram nesse assunto (ALMEIDA, 1963; CONDREAU, 1980; DIAS, 1959; EMMI, 1999; LAGENEST, 1958; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1976) não registram muita coisa sobre a introdução de inovação no processo produtivo. Pelo contrário, com sérios problemas em sua cadeia produtiva a castanha não conseguiu se expandir, ademais de seu potencial, como adverte Dias (1959, p. 88-89):

Existe realmente em relação ao comércio da castanha-do-pará uma série de fatores, quer de ordem interna, quer de ordem externa, que funcionam como verdadeiros obstáculos ao seu desenvolvimento. As atuais condições da estrutura agrária, os sistemas de exploração, os transportes regionais, a falta de mais amplo beneficiamento do produto são dificuldades opostas ao comércio regional.

Por isso, que se observa nos registros oficiais uma considerável variação de ano para ano na produção e, conseqüentemente, no valor produzido em cada atividade. Pois, como procurei chamar atenção, essa produção sofria muito mais com os obstáculos naturais e a disponibilidade desse produto na natureza.

Ao evidenciar essa oscilação da produtividade causada pelas intempéries naturais não estou ao ponto de levantar qualquer possibilidade de determinismo ambiental. Na verdade, essa condição rústica ou mesmo artesanal da produção amazônica era plenamente deliberada¹⁴.

Voltando à tabela 06, quero destacar duas coisas para em seguida levantar uma pequena conclusão: a primeira é que já na metade do século XX a castanha era importante na pauta paraense – algo que já disse anteriormente. Passando de longe, tanto em quantidade como em valor, produtos como: o murumuré, o timbó, as gomas não elásticas e o babaçu, e com estreita vantagem a borracha e o guaixima/malva. E como se pode supor, já que desde o final da década de 1920 isso vinha ocorrendo, Marabá tinha a dianteira da produção.

A segunda coisa é a comparação do Pará com o Estado do Amazonas e os territórios. Excluído a borracha extraída no Acre e no Guaporé (que eram visivelmente a maior produção e valor da Amazônia), os territórios têm pouca ou ínfima participação na extração da castanha. Restando ao Pará e ao Amazonas, com ligeira vantagem ao primeiro, como os principais produtores de castanha.

De certa forma, a partir desses dois pontos, quero mostrar que a atividade de extração da castanha além de ser importante no Pará, também era importante regionalmente. Logo, perante essa constatação, venho reforçar a importância política e econômica que Marabá gozava nessa época a partir dessa atividade, além também de sua oligarquia.

Sobre o perfil do comércio desse produto, as fontes mostram que ele era eminentemente externo, ou seja, a castanha era exportada, na relação de 80% externo e 20% interno. E os principais destinos da produção regional eram os EUA, a Europa (Inglaterra, França e Alemanha – depois da guerra, a Ocidental) e a África do Sul (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1976).

¹⁴ Esse mito da natureza feroz na Amazônia não surgiu na exploração da borracha, mas talvez tenha tido um reforço na difusão da explicação que o declínio da exploração foi por causa do ataque de pragas nas árvores. Todavia, Costa (2012) mostra enfaticamente que as técnicas e procedimentos para debelar a praga eram conhecidas, mas se preferiu não colocá-las em prática diante da inviabilidade que era de mobilizar a força de trabalho para o plantio racional.

Com a modificação do perfil da fronteira a partir da década de 1960, ocorreu a chegada de novos grupos que passaram a questionar o poder das oligarquias regionais marabaenses. Emmi (1999) fez uma interessante caracterização desse cenário pós-1960, inclusive mostrando a concorrência que essas oligarquias sofreram no próprio ramo da castanha (tabela 07).

Tabela 07: Apropriação dos castanhais por famílias e empresas em Marabá e S. J. do Araguaia (1960-1980)

Foreiro	1960		1965		1970		1975		1980	
	Tamanho (ha)	Participação no total	Tamanho (ha)	Participação no total	Tamanho (ha)	Participação no total	Tamanho (ha)	Participação no total	Tamanho (ha)	Participação no total
Mutran	45.135	80,7%	78.599	58,0%	108.800	50,9%	127.732	39,1%	131.332	39,4%
Bamerindus							51.561	15,8%	55.161	16,5%
CIB			3.600	2,7%	14.400	6,7%	52.800	16,2%	49.200	14,8%
Almeida	3.600	6,4%	35.200	26,0%	61.740	28,9%	47.300	14,5%	47.340	14,2%
Azevedo			7.200	53,0%	14.400	6,7%	28.800	8,8%	28.800	8,6%
Moraes	7.200	12,9%	10.800	8,0%	14.514	6,8%	18.114	5,6%	21.714	6,5%
Total	55.935	100,0%	135.399	100,0%	213.854	100,0%	326.347	100,0%	333.547	100,0%

Fonte: Emmi (1999)/adaptado pelo autor.

Um dos maiores grupos ligados a exploração da castanha: a família Mutran – viu sua participação na apropriação dos castanhais decrescer de 80,7%, na década de 1960, para 39,4%, em 1980. Enquanto isso, o grupo ligado ao grande banco nacional Bamerindus, que não tinha nenhuma propriedade em 1960, vai deter 16,5% da participação na década de 1980. Como se percebe a partir dessa tabela, a redefinição da estrutura agrária da Amazônia atingiu fortemente as oligarquias agrárias marabaenses, pois outros grupos passaram a atuar também no comércio do principal produto: a castanha.

2.4.3 As atividades econômicas da mineração de diamante e de extração dos cristais de rocha

A atividade da mineração do diamante surge basicamente no final da década de 1930, e foi um dos principais componentes fixadores da população oscilante de Marabá. O período de extração dos cristais de rocha em Marabá foi, por conseguinte, concomitante ao de extração da castanha, aliás, em alguns momentos era seu complemento. Por se dar na época de poucas chuvas (julho, agosto e setembro), quando os rios estavam no seu leito

menor, a mão de obra empregada na coleta da castanha era empregada também na prospecção. Octávio Velho (1981, p. 64) dá um panorama sobre essa atividade:

A exploração do diamante, a não ser no que diz respeito àqueles que trabalham por conta própria no seco, acaba por fixar-se numa organização que consiste num barco com 6 a 15 homens que descem ao fundo dos rios em escafandros em busca do cascalho. Há um patrão, que fornece a equipagem (canoa, bomba de ar e escafandro) e a alimentação, e fica com 50 a 60% dos lucros. Isso exige uma certa aplicação de capital, que veio a interessar, muitas vezes, aos próprios comerciantes e arrendatários de castanhal como aplicação de seus lucros, criando outro vínculo entre as duas atividades. Muitas vezes, os pequenos arrendatários de castanhal dedicavam-se pessoalmente à atividade de mineração. Assim, surge, além da oportunidade de fixação da mão de obra, uma certa fixação local dos lucros da castanha. Todavia, isso apenas em parte, e por sua vez o diamante é todo exportado, e seguidamente contrabandeado, o que torna pequena a sua contribuição aos cofres públicos locais e praticamente impossível uma avaliação razoável da produção.

Já a atividade do cristal de rocha se compreende nos anos da II Grande Guerra, principalmente entre 1944 e 1945. Esse cristal era componente importante das indústrias bélicas estadunidenses, mas os fornecedores tradicionais estavam bloqueados pelo conflito.

Como se pode perceber, ambas as atividades foram de grande importância para a dinâmica marabaense por dois motivos bem próximos. Primeiramente, porque elas complementavam a atividade da castanha, que juntas modificaram a população e a estrutura urbana da cidade, antes altamente oscilante e provisória, para um perfil mais estável, além de que foram importantes para complementar as baixas na exportação da castanha, já que os mercados europeus estavam parcialmente fechados. Também serviam como alternativa aos capitais oriundos da castanha mas que estavam, de certa forma, imobilizados.

2.4.4 Atividades da pecuária e madeireira.

Tanto a atividade da pecuária quanto a exploração madeireira na Amazônia se vinculam ao período da colonização portuguesa. A pecuária já havia sido de certa forma importante no Pará, principalmente na Ilha de Marajó, onde se localizava o maior rebanho do estado. Porém, diferentemente, a extração de madeireira, que mesmo sendo realizada também desde o período colonial, não se constituiu como uma atividade relevante todo esse tempo. O que só vai passar a acontecer após a FBC, isso porque sua atuação se deu

também no ramo da extração madeireira, que aliás, também influenciou mais tarde o crescimento da pecuária no sul e sudeste do Pará.

O certo é que, tanto a pecuária, como a extração madeireira, não eram atividades importantes na pauta de exportação econômica regional marabaense até a década de 1950. Ambas tinham vinculação estreita ao mercado local, tanto a exploração de madeira, que era voltada ao consumo local da movelaria e da incipiente indústria naval, quanto a pecuária, que fornecia carne e animais ao transporte (DIAS, 1958).

Contudo, se é possível estabelecer um marco da “aparição” da atividade pecuária em Marabá e entorno, este está colocado com a chegada das frentes pecuaristas de Goiás e Bahia (VELHO, 1980). Porém, mesmo tendo rebanhos e pessoas ligadas a essa atividade, desde o início do século XX, o abastecimento era garantido quase que totalmente pelo gado vindo de Goiás (DIAS, 1958).

Como o papel da FBC era, dentre outros, o de “desbravação” amazônica, o crescimento de ambas atividades está ligado num primeiro momento a atuação do Estado, que promoveu os desmatamentos em grande escala para a construção das rodovias. Mas também ela foi o anteato que esquadrinhou a Amazônia e deu informações necessárias aos governos militares subsidiarem suas estratégias mais tarde.

Tais governos passaram a tocar seu projeto desenvolvimentista baseado numa nova expansão em direção à Amazônia, onde a opção pelo grande latifúndio era evidente e um dos instrumentos para efetivar esse modelo de empreendimento foram os incentivos fiscais (COSTA, 2000). Nesse processo de ocupação da fronteira pelos militares é que se forja um binômio de negócios muito rentável: gado/madeira, pois uma passou a franquear o crescimento e expansão da outra (MARGULIS, 2003).

Essa tabela 08, compilada a partir do Anuário Estatístico e do Censo Agropecuário, mostra a série histórica do rebanho bovino, comparando com três níveis escalares. Nessa tabela é possível perceber o crescimento do rebanho bovino em alguns estados da Amazônia, pois só o Estado do Pará, em especial a Ilha de Marajó, detinha 830 mil cabeças das pouco mais de 1 milhão da região Norte em 1950. Após quarenta anos, como resultado das políticas públicas de ocupação da fronteira, o rebanho cresceu para 32,5 milhões de cabeças na região norte e quase 14 milhões no Estado do Pará.

Logo, a pecuária em Marabá e em grande parte do Pará, não era uma atividade da mais alta importância. Isso vai se modificar plenamente com o período de vigência da SUDAM, como se depreende parcialmente a partir da leitura da tabela, porque muitos dos

projetos agropecuários aprovados após a década de 1970 (para receber incentivos fiscais) eram voltados à essa atividade ou tinham-na como elemento central (COSTA, 2000).

Tabela 08: Tamanho do rebanho bovino (1980-2006)

Escalas territoriais	Ano			
	1950	1960	1970	1975
Brasil	50.178.160	73.962.000	78.562.250	101.673.753
Norte	1.181.780	1.403.000	1.706.177	2.129.609
Pará	830.370	923.000	1.043.648	1.441.851
	1980	1985	1995	2006
Brasil	118.085.872	128.041.757	153.058.275	176.147.501
Norte	3.989.113	8.965.609	17.276.621	32.564.287
Pará	2.729.796	3.478.875	6.080.431	13.933.883

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil-Censo Agropecuário/Adaptado pelo autor.

No sudeste paraense esse binômio contribuiu também para a desarticulação daquela oligarquia regional, tão expressiva nos períodos de exploração da castanha. Decorrente disso que o poder dessa oligarquia regional vai passar a ser questionado e esses grupos passam a perder o controle da hegemonia local/regional (EMMI, 1999).

Contudo, voltando à discussão da pecuária regional, a tabela 09 mostra o efetivo bovino do município de Marabá e de Conceição do Araguaia (município próximo mas com maior importância¹⁵ do que Marabá na atividade pecuária) desde 1974 até 1990, recorte temporal delimitado.

Antes de comentar qualquer coisa a cerca dessa comparação, serve ponderar uma coisa importante. Como mostrei no item 2.1, do ano de 1980 em diante houveram sucessivas redefinições territoriais, onde o município de Conceição do Araguaia perdeu boa parte de sua área territorial já no início dessa década. Isso explica a redução drástica no rebanho bovino a partir desse momento em Conceição do Araguaia. Algo que só vai acontecer em Marabá a partir do final da década de 1980, por isso a redução do rebanho de Marabá só ocorre nos anos de 1989 e 1990.

¹⁵ A referência é apenas no número de animais, pois para afirmar categoricamente que uma é mais importante que a outra seria preciso um estudo mais criterioso, isso porque Marabá mesmo com menor rebanho concentra atividades correlatas à pecuária em função de sua centralidade urbana.

Tabela 09: Rebanho Bovino de Marabá e Conceição do Araguaia (1974-1990)

Ano	Marabá	Conceição do Araguaia	Ano	Marabá	Conceição do Araguaia
1974	50.103	29.554	1983	187.000	107.600
1975	43.748	140.362	1984	210.000	122.400
1976	44.299	144.241	1985	151.497	106.672
1977	45.485	163.090	1986	157.500	133.337
1978	52.214	185.550	1987	163.800	147.797
1979	60.046	187.000	1988	173.100	354.813
1980	124.997	323.750	1989	63.950	378.775
1981	143.000	408.907	1990	68.400	369.610
1982	167.000	483.100			

Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro-PPM/Adaptado pelo autor.

A tabela 9 pode ajudar a entender que mesmo após a expansão da pecuária na Amazônia, Marabá ainda assim não detém o maior rebanho bovino. Na verdade, outros municípios da região como Redenção e o Conceição do Araguaia, possuem maior rebanho que Marabá.

No entanto, a pecuária serviu indiretamente para Marabá, pois sua centralidade histórica na rede urbana regional fez com que as atividades relacionadas e os processos decorrentes tenham rebatimentos nos seus centros urbanos municipal (RODRIGUES, 2010). Logo, mesmo não sendo o maior ou o mais importante centro pecuário regional, por concentrar as elites regionais, as agências bancárias, as sedes das principais instituições estatais e outros elementos, mesmo assim a pecuária contribuiu para aumentar a dinâmica urbana de Marabá. Consequência que também ocorreu com a outra atividade em questão, a extração madeireira.

Deixando um pouco de lado a pecuária e tratando da exploração madeireira, Queiroz Filho (1983) apontou que esse crescimento está também ligado ao estímulo que essa atividade recebeu do mercado interno. O autor fornece alguns parâmetros para analisar a atividade madeireira no estado que me servem para levantar algumas considerações.

Em 1967, segundo ele, existiam apenas três serrarias em funcionamento no estado. Situação completamente diversa do ano de 1981, quando ele contabilizou 1046 estabelecimentos ligados a essa atividade. Isso porque:

A expansão da indústria madeireira no Estado, deu-se após 1973, pois apenas 5% das serrarias em funcionamento em 1981 haviam sido estabelecidas antes daquele ano, 45% começou a funcionar entre 1974 e 1978, e cerca de 50% se estabeleceram após 1978 (QUEIROZ FILHO, 1983, p. 33).

Em seguida, ele fornece a localização por regiões dessas pouco mais de mil serrarias, que é uma informação interessante para relacionar esse crescimento com o objetivo aqui desenvolvido. *“A região Tocantina possui 351 serrarias, e, é a que mais concentra serrarias no Estado. A seguir vem a região Guajarina com 283 serrarias, a Bragantina com 197 serrarias, e a região do Marajó com 141 serrarias”* (QUEIROZ FILHO, 1983, p. 31-33, grifos nosso).

Essa região Tocantina, na qual ele se refere, está associada ao rio de mesmo nome: o Tocantins, que revela uma relação espacial com a área de Marabá. Evidentemente que só com essa informação ainda não posso inferir que a grandeza da atividade madeireira na região Tocantina esteja associada indiretamente apenas com o município de Marabá.

Seguindo, ele vai indicar outra importante informação, dentre as regiões analisadas, a Guajarina é a que mais concentra serrarias de pequeno porte, por outro lado, a Tocantina é a que mais concentra estabelecimentos de médio e grande porte. Essa informação é complementada da seguinte maneira:

Em 1976, os proprietários de 164 serrarias relataram a BRUCE¹, que as toras para serraria provinham do leste do Pará, principalmente da área limitada pela Ilha do Marajó, pelo rio Xingu, pela rodovia Belém-Brasília e pela rodovia Transamazônica (QUEIROZ FILHO, 1983, p. 11).

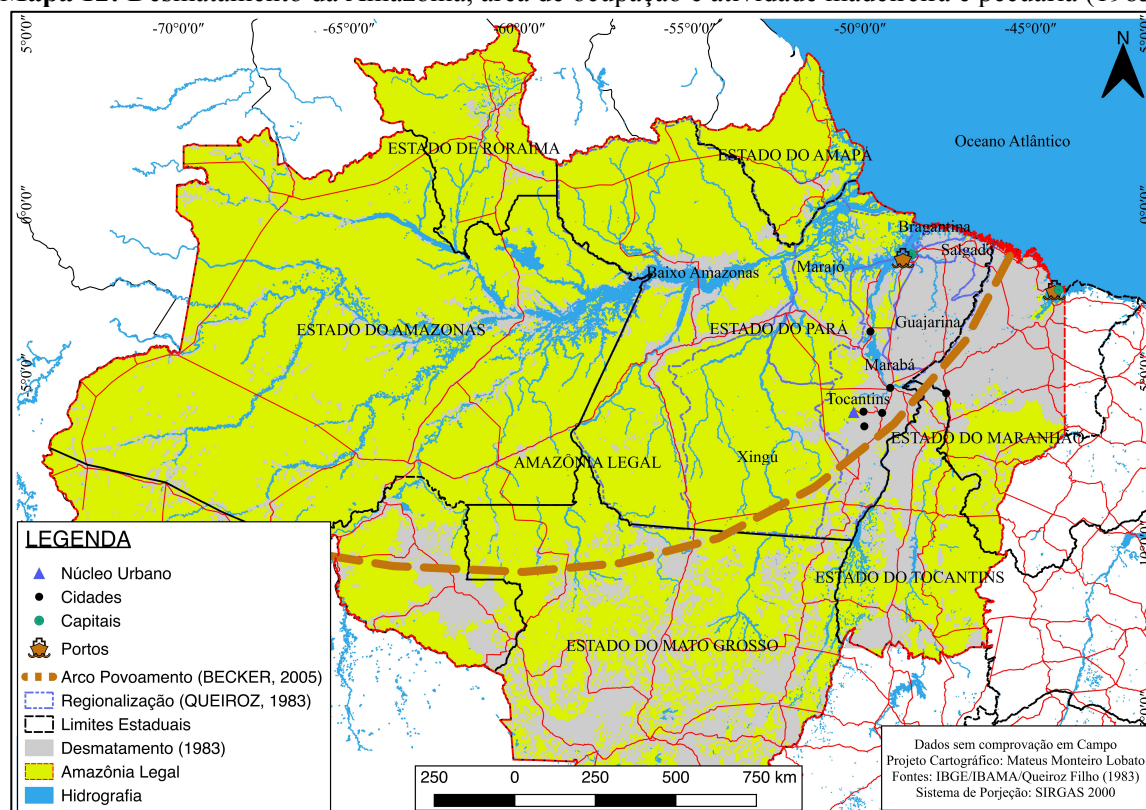
No quesito madeira produção autorizada, a região Tocantina novamente é a primeira, assim demonstra o autor:

A região Tocantina é a que tem maior participação nesta produção, com aproximadamente 32%, seguida pelas regiões Guajarina e Bragantina, com cada uma delas participando com cerca de 26% e 23% da produção do Estado, respectivamente (QUEIROZ FILHO, 1983, p. 44).

Além disso, ele vai mencionar a participação do Estado do Pará no contexto amazônico. “Para a região Amazônica como um todo, o Estado do Pará é responsável por 65% da produção madeireira e detém mais de 50% do parque industrial madeireiro” (QUEIROZ FILHO, 1983, p. 44).

Queiroz Filho (1983, p. 35) ainda faz uma distinção da origem dessa produção a partir dos ambientes amazônicos: várzea e terra-firme. “As fontes de madeira de terra firme, atualmente, são as seguintes: a) projetos agropecuários; b) projetos de colonização; c) construção de hidrelétricas; d) projetos de exploração econômica”. Esses pontos nada mais são que manifestações do plano de ocupação da Amazônia, elaborado e realizado pelos governos militares.

Mapa 12: Desmatamento da Amazônia, área de ocupação e atividade madeireira e pecuária (1983).



No mapa 12 procurei fazer uma síntese das informações trabalhadas nessas duas atividades, aliando às reflexões de Becker (2005) sobre a ocupação da fronteira Amazônia, pós década de 1960. Como argumentei nesse item, a relação entre a reocupação da fronteira e o crescimento da pecuária e da extração madeireira é direta. Portanto, nesse mapa, está a regionalização do Estado do Pará presente na monografia de Queiroz Filho (1983): Baixo Amazonas, Xingu, Tocantina, Marajó, Guajarina, Salgado e Bragantina e a

relação com esse processo de reocupação da fronteira a partir da variável desmatamento. Apesar de todas regiões coincidirem com a faixa de desmatamento, a linha de ocupação da fronteira que é chamada de arco do povoamento (BECKER, 2005) espacializa melhor esse processo.

Meu argumento sobre o crescimento de ambas atividades está embasado na reocupação da fronteira, a partir da década de 1960. Portanto, a faixa ao redor do arco do povoamento especificado por Becker (2005) representa necessariamente também as áreas de maior avanço dessas duas atividades: a pecuária e a madeireira.

Outro elemento fundamental, nas minhas argumentações, é referente ao papel que a cidade de Marabá teve em ambas. Apesar de não ser o centro produtivo efetivamente delas, devido sua centralidade (RODRIGUES, 2010), ela se beneficiou bastante da expansão dessas duas atividades.

Os vínculos empregatícios da atividade madeireira compilados na tabela 10, feita por Queiroz Filho (1983) ajuda a entender o cenário dessa atividade. Com mais de 40% de participação na População Economicamente Ativa (PEA), a região Tocantina, em que Marabá está inserida, é de longe a que mais tem empregados ligados a esse setor.

Tabela 10: Vínculos empregatícios da atividade madeireira no Pará (1982).

Região	Empregos diretos	% da PEA
Baixo Amazonas	562	3,1%
Xingú	505	10,1%
Marajó	3.552	13,1%
Tocantins	8.628	40,3%
Guajarina	6.142	18,1%
Bragantina	4.130	4,9%
Salgado	88	0,2%
Total	23.607	-

Fonte: Queiroz Filho (1983)/adaptado pelo autor.

Entretanto, essa é a contextualização do crescimento da atividade madeireira desde a década de 1960 até o final da década de 1970. Os anos posteriores até o final da década de 1980, que é o marco histórico que estipulei na tese, as tabelas 11 e 12 mostram como

está a situação de cada uma das atividade até aqui analisadas: caucho, castanha, pecuária e madeireira.

Tabela 11: Produção de Caucho e Castanha do Pará (1987-90)

Castanha-do-Pará								
Escala Territorial	1987		1988		1989		1990	
	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000)
Brasil	36.241	376.056	29.391	1.351.852	25.672	39.647	51.195	492.681
Pará	17.954	154.907	12.899	523.216	8.465	9.679	16.235	141.972
Caucho								
Escala Territorial	1987		1988		1989		1990	
	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000)
Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário Estatístico (1989-92)/Adaptado pelo autor.

Tabela 12: Produção ligada à atividade madeireira (1987-90)

Escala Territorial	Produção (m3)								
	Madeira em Tora			Carvão Vegetal			Lenha		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Brasil	52.172.243	65.850.417	97.514.108	3.726.555	3.590.990	2.792.941	118.012.732	115.251.924	108.549.219
Norte	32.007.973	47.466.251	80.825.803	49.325	81.478	76.270	10.305.945	12.666.236	11.149.157
Pará	28.427.617	43.138.701	39.865.963	45.556	75.752	71.600	7.502.626	7.738.286	6.925.760
Escala Territorial	Valor (Cr\$ 1.000)								
	Madeira em Tora			Carvão Vegetal			Lenha		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Brasil	426.350.155	16.848.399	245.926.143	84.540.860	3.769.378	21.625.984	94.759.510	3.426.509	26.106.219
Norte	229.322.536	10.306.783	198.652.168	1.320.969	104.538	756.798	8.402.916	310.775	2.011.356
Pará	205.227.483	9.012.547		1.101.893	95.275	703.110	5.545.362	177.644	1.124.216

Fonte: Anuário Estatístico (1989-92)/Adaptado pelo autor.

Pela tabela 11 a quantidade de caucho extraída no estado foi zero, apontando que não existe mais essa atividade no estado. A quantidade de castanha-do-pará produzida foi de 51.195 toneladas, mas para o Estado do Pará inteiro, não só no município de Marabá.

Já na tabela 12 a atividade madeireira é o foco, mostrando a sua produção a partir dos principais subprodutos: madeira em tora, carvão vegetal e lenha, também no intervalo de 1987 até 1990. Como se pode perceber, levando em consideração que a rudeza da atividade provoca uma oscilação da produção ao longo do tempo, existe uma tendência de crescimento, significativa nessa atividade, induzida logicamente pelas políticas públicas de reocupação da fronteira a partir da década de 1960, já indicada por Queiroz Filho (1983).

Evidentemente que esses números apenas indicam o cenário, que pode ser reforçado com os autores que trabalharam com esse período, tais como Emmi (1999). Para ela, um novo grupo político em Marabá, não mais ligado apenas à exploração da castanha, provocou a rearticulação dos blocos de poder existentes regionalmente. Tendência essa que tentei apontar no item 2.4.3, ao discutir os blocos de poder regional.

No bojo desse processo histórico, essas atividades econômicas como a pecuária e a madeireira foram essenciais para garantir a inserção desses novos sujeitos sociais em Marabá. Contudo, mesmo não sendo o grande centro produtor dessas duas atividades, a cidade já contava com uma centralidade importante na rede urbana amazônica (RODRIGUES, 2010).

É nesse sentido, o da centralidade urbana, que Marabá pode se desenvolver como um centro de convergência dessas novas forças sociais. Isso porque Marabá está inserida na área de expansão da fronteira Amazônica, logo, os processos de reocupação e expansão da fronteira foram essenciais para induzir o crescimento das duas atividades em questão: pecuária e madeireira.

No item a seguir procurarei pormenorizar a atividade mineral no entorno de Marabá, tal atividade ao se constituir vai se tornar altamente importante para a pauta econômica do período atual.

2.4.5. A extração do minério de ferro de Carajás

A atividade de exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás foi iniciada oficialmente no ano 1985, quando o primeiro carregamento deixou a mina em direção ao porto de Itaqui/MA. Porém, antes de iniciar as operações de lavra, ela contou com uma

enorme operação de legalização, pesquisa e planejamento, já que o local onde se encontra a mina só era acessível por meio aéreo. A tabela 13 mostra como estava organizado o orçamento inicial das pesquisa para levantar o potencial mineral de Carajás.

Tabela 13: Orçamento do trabalho de pesquisa de Carajás (1970)		
Atividade	US\$	%
Sondagem	1.711.000	13,5
Aluguel e operação de aeronaves (incluindo 2 helicópteros Bell 206 da CMM)	1.663.000	13,1
Administração geral e pessoal em Carajás	947.000	7,5
Administração central no RJ	837.000	6,6
Administração regional em Belém	678.000	5,4
Aquisição de helicóptero de carga (Bell205A)	624.000	4,9
Exploração e mapeamento geológico	584.000	4,6
Total	7.044.000	100
Fonte: Teixeira; Beisiegel (2006)/adaptado pelo autor.		

Tabela 14: Síntese da produção Mineral dos Estados do Pará, Minas Gerais e do Brasil						
Escala Territorial	1970			1975		
	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção
Pará	41	177	1.313	11	100	13.832
Minas Gerais	583	17.381	544.197	527	18.037	4.453.515
Brasil	3.906	65.339	1.912.018	3.414	64.509	10.947.149
Escala Territorial	1980			1985		
	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção
Pará	13	1.863	2.836.510	4.321	63.302	7.063
Minas Gerais	422	22.105	37.583.321	23.643	22.105	37.583.321
Brasil	2.276	83.739	141.760.121	2.276	83.739	141.760.121
Fonte: DNPM/adaptado pelo autor.						

Devido às dificuldades de logística e do tamanho das reservas em questão, o orçamento da fase de pesquisa ficou acima de 7 milhões de dólares e da fase de implantação 61,7 bilhões (esse valor representava 21% do PIB do Brasil na época). Contudo, esse investimento se concentra numa reserva em que tem o maior percentual de minério de ferro do mundo, algo em torno de 67%, e com mais de 1 trilhão de toneladas, que segundo os estudos iriam gerar 17 bilhões de dólares por ano (PINTO, 1982).

Um projeto tão grandioso iria modificar a estrutura econômica do estado, já que com a implantação do PGC o Pará vai modificar substancialmente sua participação na produção mineral. A tabela 14 mostra a síntese da produção mineral paraense em relação ao país e ao Estado de Minas Gerais, até então maior província mineral brasileira.

A comparação do Pará com Minas Gerais e o Brasil permite inferir a situação do primeiro na economia mineral antes do início das atividades em Carajás. No Censo de 1970, o Pará tinha em relação a Minas Gerais, 7,03% dos estabelecimentos, e 1,04% em relação ao Brasil. O pessoal ocupado do Pará era 1,01% em relação a Minas Gerais em relação 0,27% ao país. O valor da produção do Pará representava 0,24% de Minas Gerais e 0,06% nacional.

Na contagem de 1975 caíram quase todos os indicadores, com exceção do valor da produção, que passou a corresponder 0,31% da mineira e 0,12% da nacional. Em todos os outros itens houve redução da participação paraense em relação a Minas Gerais e ao Brasil, com: 2,08% e 0,32%, 0,55% e 0,15%, para estabelecimentos e pessoal ocupado respectivamente.

Em 1980 a participação do Estado do Pará cresceu significativamente, pois passa a ser de 3,08% e 0,57% nos estabelecimentos, 8,42% e 2,22% do pessoal ocupado e 7,54% e 2,00% do valor da produção. Nos dois últimos quesitos o Pará aumentou soberbamente sua participação no total em relação a Minas Gerais e ao Brasil tanto por conta do início das operações nas outras reservas, quanto também pelos vários pedidos de pesquisa e lavra de Carajás. No que se refere especificamente ao minério de ferro, a tabela 15 contém a evolução da produção dele, novamente comparando o Estado do Pará, com Minas Gerais e o Brasil.

Tabela 15: Produção de minério de ferro (toneladas)

Ano/Nível Territorial	1973		1979		1982		1986		1990	
	Bruta	Beneficiado	Bruta	Beneficiado	Bruta	Beneficiado	Bruta	Beneficiado	Bruta	Beneficiado
Pará	-	-	-	-	17.493	-	18.663.591	14.102.324	42.686.076	32.848.180
Minas Gerais	55.928.344	95.237.951	117.258.341	95.237.951	118.304.146	93.098.273	156.522.971	114.413.477	168.727.405	118.652.040
Brasil	55.019.458	95.457.384	117.502.304	95.457.384	119.939.149	129.054.420	175.725.380	129.054.420	213.078.805	154.242.923

Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro (IBGE)/Adaptado pelo autor.

Desde 1973, o Pará não tem absolutamente nenhuma produção, pois ela só se inicia em 1985. O que está registrado em 1982 é possivelmente o que foi retirado e mandado para

análise nos laboratórios e também como material de divulgação do potencial da mina, tanto que a quantidade beneficiada é zero.

Em 1986, quando a operação em Carajás já tinha sido iniciada há mais de um ano, os primeiros registros mostrados na tabela começam a aparecer, com a produção bruta paraense de 11,92% da mineira e 10,62% da brasileira. Essa participação salta para 25,29% em relação ao observado no estado mineiro e 20,03% em relação a nação.

Os primeiros cinco anos da exploração mineral paraense mostram seu potencial de crescimento devido a grandeza das reservas minerais de Carajás, contudo, esse é só um indicativo muito leve do que mais tarde representará a exploração mineral no âmbito regional, além de que consolidará a CVRD como importante sujeito regional.

Neste capítulo continuei trabalhando os desdobramentos que a dinâmica de ocupação da fronteira ocasionou na escala regional priorizada na tese. Pude fazer, sucintamente, um apanhado econômico (a partir das atividades), político (com ênfase na malha política e estruturas de poder) e demográfica (população e migrações). Todavia, esse capítulo serviu como complemento do primeiro que visava mostrar o panorama histórico, mas completando com as informações secundárias. No capítulo seguinte minha preocupação será montar um esquema analítico e teórico que possa sustentar as argumentações, reflexões e apontamentos constituídos até aqui nesses dois capítulos iniciais.

CAPÍTULO 3 – O MITO DA NATUREZA SELVAGEM OU A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA?

Nos capítulos precedentes me esforcei no sentido de realizar uma síntese do cenário econômico regional, dando ênfase às atividades econômicas regionais mais importantes e aos sujeitos que delas se constituem. Agora, neste capítulo, vou montar um quadro analítico que me possibilite entender a realidade a partir de uma perspectiva geográfica, ou seja, mostrarei quais categorias e conceitos serão usados para entender a realidade em tela.

Para isso, vou elencar um conjunto de ferramentas teóricas e metodológicas que me permitirão refletir as dinâmicas socioespaciais na Amazônia. Em minha análise utilizarei os conceitos de espaço geográfico e de território e também as categorias configuração territorial e monopólio¹⁶.

3.1 Espaço Geográfico, Território, Configuração Territorial e Monopólio

Espaço geográfico e território são conceitos angulares para a ciência geográfica. Não por acaso uma legião de pesquisadores das mais diferentes matizes de pensamento se reúnem em torno dos conceitos de espaço geográfico e território – esses são conceitos angulares para a Geografia contemporânea. O uso correto desses conceitos permite efetuar uma leitura da realidade geográfica muito apurada e consistente. Todavia, para usá-los como ferramentas é imprescindível delimitar exatamente qual vertente conceitual será adotada.

Na Geografia, o espaço vai ser usado como conceito chave apenas da metade da década de 1950 em diante. Desse momento, especialmente com a renovação da Geografia, surgiram vertentes de interpretação do espaço dentro da Geografia de cunho radical, influenciada pelo marxismo, pois estavam interessados em ir fundo nos problemas sociais.

¹⁶ A decisão de classificar as palavras como conceito ou categoria parte de uma reflexão baseada no uso estipulados dessas palavras aqui nesta tese. Baseado em autores como Japiassú; Marcondes (2008) e Abbagnano (2000) o termo categoria quer determinar algo geral e qualquer coisa a partir dele, ou seja, não há nele uma preocupação com a definição precisa, apenas indica: estado, modo, qualidade ou uma propriedade, por exemplo, para em seguida ser definido: estado: molhado ou seco; modo: automático ou manual. Por outro lado, já o termo conceito prima pela sua utilidade imediata, pois ele é formado por uma maturação resultante de uma reflexão.

Como cada ciência possui seus conceitos principais para estudar a realidade, a Geografia procura trabalhar a partir do espaço, da paisagem, do território, do lugar e da região. Por conta disso esses são para essa ciência conceitos, e tudo que está para além deles se trata como categorias, tal como as aqui propostas: a configuração territorial e o monopólio (CORRÊA, 1996).

As ideias de Karl Marx tinham o mérito de explicar muito bem a organização da sociedade – consequentemente a produção do espaço – na perspectiva de um modo de produção (CAPEL, 1981).

Nesta senda, surgiram correntes de interpretação que puderam acrescentar à Geografia uma leitura referenciada pelo materialismo histórico e pelo materialismo dialético, rompendo com o domínio positivista. Um dos autores destacados nesse processo de renovação da Geografia, que se vincula a essa matriz, é Milton Santos.

Para Capel (1981), o esforço colocado ali naquele momento era de renovar a ciência geográfica perante o novo paradigma que se mostrava, principalmente a partir da crítica ao discurso científico. *"O espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço [...]"* (SANTOS, 2002a, p. 151). Esse trecho é bem ilustrativo sobre o perfil a ser trabalhado, pois procura amarrar a palavra espaço à presença histórica e diversificada dos seres humanos.

Em um primeiro momento, Milton Santos elabora uma definição de espaço baseada na forma e função:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual [...] (SANTOS, 2002a, p. 153).

Dando continuidade à sua teorização do espaço, Santos (2002a) vai procurar avançar no que ele entende ser o papel que este tem na sociedade. Partindo de alguns autores que o entendem como uma mera percepção do ser, passando por Hegel e seu espaço produto do espírito, ou até aqueles que o veem como um reflexo da sociedade, ele vai rechaçar todas essas posturas em que o espaço é passivo às ações dos seres humanos. Diferentemente dessas posturas filosóficas, para Santos (2002a, p. 163) *"[...] o espaço é um fato social, um fator social é uma instância social"*. Apesar de esclarecedora, cabe elaborar uma explicação mais refinada desta maneira de ler e interpretar o espaço. Primeiro postulado para definir o espaço – um fato social – parte da visão do sociólogo Durkheim,

para o qual o espaço é uma coisa. Decorrente disso pode ser desdobrada a seguinte consequência:

Segundo a acepção durkheimiana, o espaço é, pois, uma coisa; **ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo**. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas, uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é a sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. Se, como para qualquer outro objeto social, ele pode ser apreendido sob múltiplas pseudoconcreções, isto de nenhuma forma o esvazia de sua realidade objetiva [...] (SANTOS, 2002a, p. 161, grifo nosso).

O espaço para Durkheim então é uma materialidade, ou seja, existe como um ente historicamente produzido, mas independe de como o indivíduo percebe e que, ainda por cima, atua nas determinações do indivíduo ou da sociedade. Esse é, sem dúvida alguma, o primeiro passo. Contudo, cabe ainda destacar que, sendo o espaço uma objetividade anterior à percepção do indivíduo, ele por sua vez é produto de relações também objetivas.

Ao designar o espaço como coisa, como algo que tem uma manifestação além de qualquer percepção individual, cabe trabalhar um pouco mais essa proposta, já que essa forma de entender o espaço pode conduzir a um erro reproduzido pela geografia por anos: o caráter absoluto do tempo e do espaço (SANTOS, 2002a).

Para Karl Marx, o sujeito do destino da sociedade não está fora dela, mas sim dentro dela, pois é a partir da produção da sua própria existência que ela garante sua sobrevivência. Como tal, ele adverte: *"Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma **determinada forma de sociedade** [...]"* (MARX, 2011, p. 43, grifo nosso). Contudo, este último autor adverte que, ao longo do tempo, essa relação de produção vai se tornando estranha aos indivíduos, como mostra:

Quanto mais a produção se desenvolver de tal modo que cada produtor devém dependente do valor de troca de sua mercadoria, *i.e.*, quanto mais o produto efetivamente devém valor de troca e o valor de troca devém o objeto imediato da produção, tanto mais têm de se desenvolver as *relações monetárias* e as contradições que são imanentes à *relação monetária*, à relação do produto consigo mesmo como dinheiro. A necessidade da troca e a transformação do produto consigo em puro valor de troca avançam na mesma medida da divisão do trabalho, *i.e.*, com o

caráter social da produção. Porém, na mesma medida em que cresce este último, cresce o poder do *dinheiro*, *i.e.*, a relação de troca se fixa como um poder externo frente aos produtores e deles independente. O que aparecia originalmente como meio para o fomento da produção converte-se em uma relação estranha aos produtores. Na mesma proporção com que os produtores se tornam dependentes da troca, a troca parece tornar-se independente deles e parece crescer o abismo entre o produto como produto e o produto como valor de troca [...] (MARX, 2011, p. 95. grifos do autor).

Porém, mesmo sendo uma relação abstrata, como pode parecer, essa relação de reprodução da sociedade estabelecida no âmbito dos indivíduos não é subjetiva ou dependente da percepção de cada um. Haja visto que elas são reguladas pela forma de sociedade em que são geradas e construídas.

A dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. A produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros. Os preços são antigos; a troca também; mas a crescente determinação dos primeiros pelos custos da produção, assim como a predominância da última sobre as relações de produção, só se desenvolve completamente, e continuam a desenvolver-se cada vez mais completamente, na sociedade burguesa, a sociedade da livre concorrência. Aquilo que Adam Smith, em autêntico estilo do século XVIII, situa no período pré-histórico, no período que antecede a história, é, ao contrário, um produto da história (MARX, 2011, p. 104).

Essas relações objetivas são, portanto, aquelas que comandam a transformação da natureza que a sociedade interpõe e ficaram conhecidas como modo de produção. Acontece que para Santos (2002a) o ato de transformação da natureza pelo trabalho social é o ato de produção do espaço. Por conseguinte, a natureza transformada é sinônimo de espaço produzido ou espaço geográfico segundo um modo de produção específico. Isso está bem claro nessa passagem:

Nosso enfoque é fundamentalmente baseado no fato de ser o espaço humano reconhecido, tal qual é, em qualquer que seja o período do histórico, como um resultado da produção. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza,

através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio (SANTOS, 2002a, p. 202).

Após fazer essa ponderação sobre a maneira como Marx (2011) entende as relações sociais no âmbito do modo de produção atual, como relações objetivas pautadas numa dada sociedade, retorno a Santos (2002a) para desenvolver o seu segundo postulado do espaço: como um fator social. Por considerá-lo como um fator social, ele vai ter como princípio o de atuação de modos de produção ao longo do processo histórico, tais modos de produção deixam marcas indelévels ao espaço. Essas marcas perduram ao longo do tempo e influenciam na localização de atividades ou processos. Essa influência é exercida pelo que condicionou chamar de rugosidades.

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2002a, p. 173, grifos do autor).

Por fim, sua última característica do espaço a ser desenvolvida é ele enquanto instância social, ou seja, ele sendo uma totalidade que se reproduz.

Ora, o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução (SANTOS, 2002a, 181).

E ele continua argumentando ainda mais nesse sentido assim:

De fato, o espaço não pode ser apenas um reflexo do modo de produção atual porque é a memória dos modos de produção do passado. Ele sobrevive, pelas suas formas, à passagem dos modos de produção ou de seus momentos. [...] As determinações sociais não podem ignorar as condições espaciais concretas preexistentes. Um modo de produção novo, ou um novo momento de um mesmo modo de produção, não pode fazer *tabula rasa* das condições espaciais preexistentes (SANTOS, 2002a, p. 145, grifos do autor).

Com isso, Santos (2002a) vai construindo seu pensamento sobre o espaço como o objeto da geografia. Como isso é uma coisa muito importante para o que pretendo desenvolver, procurei resumir em poucas linhas essa primeira aproximação ao conceito de espaço.

Em síntese, o espaço é aquela totalidade derivada da sociedade que é o objeto da disciplina geográfica, porém, ele é um produto concreto resultado da transformação da natureza pelo trabalho social, baseado em relações objetivas de produção. Por isso, ele passa a ser, ao mesmo tempo, um fato social, um fator social e uma instância da sociedade.

Todavia, mesmo Santos (2002a) deixando uma grande perspectiva para a Geografia, através da sistematização do espaço como seu objeto de estudo no final da década de 1970, mais tarde ele mesmo vai refinar ainda mais a leitura da realidade espacial num livro posterior. Já que nesse primeiro momento da década de 1970 ele procurou dotar o conceito de um conteúdo teórico que o sustentasse cientificamente, mas no nível da operacionalidade do mesmo não houveram avanços significativos, já que não foi explorado esse ponto nessa primeira obra.

Foi com essa preocupação que ele lança, no final da década de 1980, o livro “Metamorfoses do Espaço Habitado”, que se destina a continuar o projeto de renovação da disciplina geográfica começado com o lançamento no final da década de 1970 pela sua obra “Por uma geografia nova”. O contexto desse livro mais recente é quando o mundo observa uma rápida e complexa transformação causada por intensas e profundas mudanças na sociedade.

É por conta desse cenário mais complexo que se faz necessário rediscutir e reforçar alguns aspectos dentro da Geografia, tais como algumas categorias componentes do espaço. Isso porque, para ele: “[...] *Falar simplesmente do **espaço**, sem oferecer categorias de análise e também insuficiente [...]*” (SANTOS, 1988, p. 10, grifos do autor).

Dentre as categorias que ele vai elencar como fundamentais para se entender o espaço está a de configuração territorial. Segundo ele: “[...] *A configuração territorial é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem [...]*” (SANTOS, 1988, p. 75). Com base nesse pequeno trecho, uma tarefa surge desde já, se for um trabalho com base no conceito de espaço, é importante definir pelo menos território e configuração territorial. Lá na frente ele deixa mais claro e exemplifica o que entende por configuração territorial, já que ela é:

[...] formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também dos recursos criados: estrada de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for [...] (SANTOS, 1988, p. 75).

Contudo, por mais que a configuração territorial seja considerada por ele uma totalidade, ela não se confunde com o espaço geográfico, visto que é neste que as relações estão presentes. A configuração territorial é, portanto, *uma totalidade sem as relações sociais que animam o espaço*. No entanto, se Santos (1988) vem enfaticamente advertir que a configuração territorial é desprovida das relações sociais, então, o desafio é de como materializar essas relações sociais a partir da configuração territorial, ou seja, é preciso encontrar uma maneira de trabalhar a configuração territorial juntamente com as relações sociais. Penso que um caminho para trilhar essa resposta está dado no âmbito da apropriação dessa configuração territorial, ou seja, por meio do território. No entanto, antes de trabalhar com este conceito é importante lembrar uma coisa muito importante sobre as relações sociais que já havia dito.

Como procurei argumentar anteriormente, usando Marx (2011), essas relações sociais não são um dado subjetivo, ou mesmo abstrato dentro do nosso cotidiano, mas sim objetivas e que comandam nossa reprodução no âmbito do modo de produção. Entendo que aqui está a linha de interpretação para se entender essa apropriação das configurações territoriais.

Se essas relações pautadas no modo capitalista de produção comandam nossa reprodução social e a produção do espaço geográfico, conseqüentemente, entendo que é imprescindível deixar mais claro como estou interpretando essas relações sociais. Isso porque ao falar das relações objetivas, que comandam a reprodução social, é falar de muitos aspectos da sociedade, sendo, ela merece ser mais delimitada ou amarrada.

É nesse sentido que Lênin (2012) vem contribuir sobremaneira para auxiliar na interpretação dessas relações sociais a partir de um modo de produção. Segundo ele, ainda no início do século XIX, o capitalismo vem tomar forma num próximo *estágio*, o qual ele denomina de imperialismo. Em suas palavras segue a periodização:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) de 1860 a 1870, o grau superior, o ápice de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2) depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda constituem apenas uma exceção, ainda não são sólidos, representando somente um fenômeno passageiro; 3) auge de fins do

século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (LÊNIN, 2012, p. 44)

Por certo que essa nova fase vem sendo construída, ou foi construída, a partir da formação de monopólios, como destacou Lênin (2012). No meu entender, essa categoria vem adicionar uma importante contribuição à realidade na qual estou analisando. Por conta disso gostaria de detalhar alguns pontos dele antes de avançar a outras questões.

Lênin (2012) conseguiu observar que esses monopólios são uma consequência do desenvolvimento do capitalismo, ao ponto de concentrarem o mercado e a produção nas mãos de alguns poucos grupos. Essa tendência de monopolização permite que esses grupos ditem tendências, organizem a produção, estabeleçam taxas de lucros, se “protejam” de crises e restrinja o diálogo a poucos termos. O signo que define o imperialismo em sua fase superior para Lênin (2012) é a **socialização da produção**, já que os capitalistas/produtores passam a ter total domínio das fases da produção e do consumo. Definem desde a matéria-prima até o ritmo de consumo, pois não tem que se preocupar com a concorrência.

O monopólio para Lênin (2012) é uma das consequências do modo de produção capitalista; ele faz parte do seu próprio desenvolvimento. A formação de um monopólio garante à empresa participante o acesso e o controle privilegiado de alguma coisa relacionada à produção e isso muda completamente a concorrência entre as empresas. É, portanto, dessa tendência que o autor vai perceber que o monopólio leva à socialização da produção. Estar fora do monopólio impõe-se as seguintes restrições:

[...] 1) privação de matérias-primas (“...um dos processos mais importantes para se obrigar a entrar no cartel”); 2) privação de mão de obra mediante “alianças” (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas); 3) privação de meios de transporte; 4) privação de possibilidades de venda; 5) acordo com os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os cartéis; 6) diminuição sistemática dos preços (com o objetivo de arruinar os *outsiders*, isto é, as empresas que não se submetem aos monopólios, Durante um certo tempo, gastam-se milhões para vender a preços abaixo do custo: na indústria da gasolina ocorreram casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase metade!); 7) privação de créditos; 8) boicote (LÊNIN, 2012, p. 48, grifos do autor).

Logo, a livre concorrência estabelecida no capitalismo conduz certamente a formação do monopólio, assevera Lênin (2012). Portanto, os monopólios são também uma

tendência das relações sociais na qual Marx (2011) e Santos (2002a), as quais pude anteriormente discutir.

Ademais, há de se destacar que esse capitalismo na fase monopolista surge a partir do crescimento do capital financeiro, que se associa ao capital industrial. Já que: *“O que caracterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital”* (LÊNIN, 2012, p. 93, grifos nossos).

Isso quer dizer que os estágios de amadurecimento do sistema capitalista impõem mudanças estruturais de seu funcionamento. Logo, o que aconteceu com as mercadorias, aconteceu com os capitais, já que:

[...] A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo “amadureceu excessivamente” e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação “lucrativa” (LÊNIN, 2012, p. 94).

Nesta fase do capitalismo, além de exportarem mercadorias, os países onde o sistema capitalista atingiu um patamar de maturidade mais elevado, também exportam capitais aos outros países e continentes. De que forma e por onde esses capitais exportados vão se materializar é que vai variar de país para país, conforme ainda sua atuação no sistema mundial. Outra consequência dessa exportação de capitais, que depende dos termos, são as consequências dessa exportação nos países importadores.

A exportação de capitais influencia o desenvolvimento do capitalismo no interior dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso tem lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo (LÊNIN, 2012, p. 96, grifo nosso).

É um duplo movimento do capitalismo, autodesenvolvimento no seu centro – pois exporta capital retido/inutilizado – para a periferia, mas desenvolve subordinadamente esta periferia – ao estipular os termos desse desenvolvimento com cláusulas de empréstimos. *“[...] É muito frequente que, entre as cláusulas de empréstimos, se estipule que parte do empréstimo concedido seja gasto em compras no país credor, em especial de armamentos, barcos etc [...]”* (LÊNIN, 2012, p. 97).

Nesse sentido que centro e periferia do capitalismo estão em interação constante, dado que para Lênin (2012) o desenvolvimento de ambos depende dessa interação. A premissa é a seguinte: *o surgimento e a consolidação das relações objetivas de produção em qualquer país está dado a partir do desenvolvimento do próprio capitalismo.*

No entanto, no âmbito desse desenvolvimento desigual e combinado, há ainda um aspecto do qual gostaria de levantar, pois como vimos em Lênin (2012): se o monopólio é nada mais que uma tendência gerada a partir da consolidação de um estágio do modo de produção, posso entender, a partir dessa interpretação, que o desenvolvimento do capitalismo não se dá como um bloco sólido ou monolítico, mas sim com fases de desenvolvimentos desiguais. Destarte, com base nesse ponto, não pode haver lugares exatamente iguais e ou rigorosamente com o mesmo estágio de desenvolvimento do modo de produção e das relações sociais.

No seu conjunto, o capitalismo se desenvolve com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este desenvolvimento não só é cada vez mais desigual, em geral, como a desigualdade se manifesta também, em particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra) (LÊNIN, 2012, p. 167).

Essa posição de Lênin (2012), foi mais tarde ratificada por Santos (2002a) em dois momentos de sua obra: quando ele vai falar sobre a noção de tempo, mas também quando ele trata das rugosidades. Sobre o primeiro, o excerto a seguir introduz a discussão:

- a) O tempo não é um conceito absoluto, mas relativo, ele não é o resultado da percepção individual, trata-se de um tempo concreto; ele não é indiferenciado, mas dividido em secções, dotada de características particulares. Somos, desse modo, levados a encontrar uma periodização, baseada em parâmetros capazes de ser empiricizados e a considerar esses parâmetros não como dados individuais mas em sua inter-relações. Seguindo essa linha, chegaremos à identificação de sistemas temporais.
- b) As relações entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas; elas nos revelarão uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história (SANTOS, 2002a, p. 254).

Tempo e espaço são dois pares dialéticos existentes na realidade e a relação entre eles é baseada na prática social. Logo, não se pode estabelecer um tempo único ou uma história uniforme para o mundo inteiro. Essa postura newtoniana de tempo absoluto passou a ser descartada por Santos (2002a) em detrimento de uma relativização do fluxo temporal.

Para reforçar isso ele deixa claro escrevendo que: "[...] como o acontecer sobre o espaço não é homogêneo, a noção de lugar e de área se impõe [...]", por conseguinte, é importante considerar: "[...] a noção de fração de espaço dentro do espaço total [...]" (SANTOS, 2002a, p. 218).

Segundo ele: *"A noção de tempo é inseparável da ideia de sistema. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação de variáveis presentes depende estritamente de condições gerais do sistema em que se situam"* (SANTOS, 2002a, p. 254). Logo, o uso dessas variáveis pode fornecer o entendimento da descontinuidade do fluxo temporal e suas consequências para as transformações espaciais.

Já o outro aspecto dessa relação espaço x tempo proposto por ele são as rugosidades, que é trabalhada quando esse autor vai abordar o processo histórico de superposição espacial. O princípio neste caso é o de atuação de modos de produção ao longo do processo histórico, tais modos de produção deixam marcas indeléveis ao espaço.

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2002a, p. 173, grifos do autor).

A partir desse excerto, dois princípios podem ser destacados: o de processualidade na produção do espaço e a particularização da produção do espaço. No primeiro elemento é evidente que o espaço não pode ser lido sem o componente temporal. Já para o outro, o espaço é uma totalidade, a qual é, por isso, dotado de frações constituintes.

Retomando Lênin (2012) como base para explicar alguns aspectos das relações sociais e mais especificamente o estágio do capitalismo, lembro que ele apresentou em sua obra a partilha do mundo entre grupos monopolistas. Contudo, ele mesmo já advertia que essa partilha se daria pela conexão existente entre os mercados:

Antes de mais anda, é preciso afirmar que **as associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, trustes – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do seu país. Mas sob o regime capitalista, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo.** Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e foram se

alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas, a marcha “natural” das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais (LÊNIN, 2012, p. 188, grifos nosso).

Se esses mercados são ligados por uma produção em escala mundial do capitalismo, há entre eles necessariamente uma divisão intrínseca para funcionar. Para esclarecer um pouco mais essa situação retorno a Lênin (2012, p. 264, grifo nosso):

[...] os monopólios conduziram ao controle, cada vez maior, das mais importantes fontes de **matérias-primas**, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulhífera e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de **matérias-primas** aumentou enormemente o poderio do grande capital e agudizou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

A relação estabelecida, portanto, entre os mercados se dá através, dentre outras formas, do fornecimento de matérias-primas fundamentais à indústria de base ou de transformação. Na Geografia essa relação foi sintetizada numa expressão: Divisão Territorial do Trabalho (DTT). Todavia, a formação dessa DTT ou da produção em escala mundial foi vaticinada por Marx (2011, p. 332) ao mostrar a tendência do capital de sempre criar mais trabalho excedente:

[...] A tendência de criar o *mercado mundial* está imediatamente dada no próprio conceito de capital. Cada limite aparece como barreira a ser superada. De início, o capital tem a tendência de submeter cada momento da própria produção à troca, *i.e.*, justamente a tendência de pôr a produção baseada no capital no lugar de modos de produção anteriores, do seu ponto de vista, espontâneos e naturais. O *comércio* não aparece mais aqui como uma função operando entre as produções autônomas para a troca do seu excedente, mas como pressuposto e momento essencialmente universais da própria produção.

Voltando à importância dos monopólios, eles permitem exercer o controle, tanto do mercado quanto da produção, evitando assim se deparar com aquelas restrições anteriormente citadas. Em suma, o monopólio fornece segurança (sempre temporária, não é demais lembrar) ao grupo dele participante para dominar um mercado ou um processo produtivo.

Para resumir, os elementos propostos por Lênin (2012), lá pelo começo do século XX, quando o capitalismo ainda estava em um período diferente de hoje, que foram

destacados por mim são três: como resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo, a funcionalidade dos monopólios e a apropriação das matérias-primas.

Retomando a corporificação da definição teórica da tese, avanço lembrando que, na análise do espaço, a configuração territorial é um dos itens fundamentais. Sendo que ela consta dos objetos artificiais e sociais nela presentes. Como já me ocupei da configuração territorial resta, por conseguinte, trabalhar a definição de território.

Anteriormente pude argumentar sobre a polissemia da palavra espaço geográfico e suas múltiplas definições. Essa advertência também ronda o conceito de território, já que este tem diversas vertentes nas várias ciências.

Contudo, baseado no esforço feito anteriormente para definir o espaço geográfico, tenho uma direção a seguir que traça um caminho preliminar, isso porque se o espaço geográfico é formado por relações sociais de produção, a definição de território a ser desenvolvida não pode tergiversar dessa orientação, por isso deixo de lado qualquer definição conceitual que aponte para uma naturalização do território por exemplo.

Para argumentar no sentido de um território formado a partir das relações sociais, volto minhas atenções à obra de Saquet (2007), que procurou delinear a renovação da disciplina geográfica na perspectiva desse conceito. Nesse livro estão algumas perspectivas dos estudos sobre território e que podem auxiliar bastante na minha construção.

Segundo Saquet (2007), o conceito tem um momento histórico importante com Maquiavel ao dar subsídios para o representante do Estado fundamentar a manutenção do poder. Por conta disso, esse autor foi responsável também por retirar o caráter divino do poder e introduzir nas ciências as relações de poder socialmente constituídas. Após Maquiavel, surge o alemão Fridrich Ratzel associando sociedade, Estado e território.

Segundo Saquet (2007) esses dois: Maquiavel e Ratzel – são angulares do conceito de território. Contudo, desde que eles contribuíram na objetivação do conceito até o momento presente, já se passaram várias renovações e rupturas, deixando margens para diversos tipos de interpretações, associadas ao andar epistêmico das ciências de maneira em geral.

Há, um elemento importante nessa trajetória o qual preciso destacar, pois até então o território ainda estava muito associado a um só elemento: o Estado, o qual se podia dizer que havia uma espécie de exclusividade do poder. Por isso, no século XX, Michel Foucault faz uma nova reformulação das bases do território e funda uma nova perspectiva de interpretação. O território então, a partir daí, passa a ter uma multidimensionalidade ao

assumir diversos significados. Para Saquet (2007), foi a redescoberta do território com novas leituras e interpretações. O poder, formador basilar do território e suas territorialidades é exercido nas relações sociais independente da classe ou escala.

O mérito de Michel Foucault nesse momento foi ampliar a perspectiva de interpretação do território:

[...] O território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade. E esta é uma questão fundamental, que marcou a *redescoberta* do conceito de território sob *novas* leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder (SAQUET, 2007, p. 33, grifos do autor).

Dando continuidade a renovação do conceito iniciada por Foucault, mais tarde é a vez de Claude Raffestin contribuir com a perspectiva territorial. Para esse autor as relações de poder sociais estão circunscritas num campo de poder especificamente construído a partir dessas relações (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007).

Portanto, a perspectiva de território de Raffestin: “[...] *se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade*” (SAQUET, 2007, p. 33), onde: “[...] *o território é um espaço modificado pelo trabalho e revela **relações de poder*** [...]” (SAQUET, 2007, p. 75).

Ainda nesta obra de Raffestin (1993), o poder foi visto duplamente como: Poder e poder. Como se percebe, o primeiro grafado com letra maiúscula e o outro com minúscula. “[...] *Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e **dominam os recursos*** [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 52, grifo nosso). E o posicionamento dele sobre segundo: “[...] *O poder é parte intrínseca de toda relação* [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Antes de dar prosseguimento é preciso pontuar um distanciamento entre dois autores presentes aqui: Claude Raffestin e Milton Santos, isso porque o que o segundo entende por espaço, Raffestin diz ser o território. Porém, mais adiante retomarei esse ponto estabelecendo um paralelo entre os autores.

Voltando à dualidade da palavra poder, lembro que essa posição é claramente definida por uma forma de interpretar o poder, adotada a partir de Michel Foucault, como bem lembrou Saquet (2007, p. 33):

Claude Raffestin, outro expoente dessa renovação a partir do conceito de poder e com ele, após fazer uma reflexão crítica sobre concepções de poder centradas na atuação do Estado, propugna, tendo como uma de suas principais referências Michel Foucault, em favor de distintas variantes do poder, desde a atuação do Estado como relações que se estabelecem em outras situações da vida cotidiana [...]

Por isso que, para Raffestin (1993, p. 53, grifo nosso):

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças que dispõem os dois parceiros (casos mais simples) criam um campo: o campo do poder. [...].

Para ficar um pouco mais evidente o que destaquei anteriormente, de que o autor faz um esforço para refinar a leitura de poder e território a partir de Michel Foucault, reproduzo o trecho a seguir:

[...] Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações (RAFFESTIN, 1993, p. 53)

O poder também pode ser qualificado segundo uma relação bem simples, mas de difícil quantificação, energia e informação. Segundo Raffestin (1993), a relação entre eles é que permite qualificar o poder, havendo mais dispêndio de energia ou mais presença de informação.

O poder tem uma intencionalidade direcionada para os seres humanos e as coisas, assevera Raffestin (1993). Desse quadro intencional, um tripé se forma para a Geografia Política: população, território e **os recursos** e a relação estabelecida podem privilegiar um destes itens. Para auxiliar a estruturar essa relação, pode ser usado sem limites a informação e a energia.

Não obstante a essa indelével contribuição de Raffestin (1993), a única “restrição” feita por Saquet (2007, p. 75) a este autor é sobre como ele concebe o espaço geográfico: *“Uma limitação está na sua compreensão do conceito de espaço geográfico. Entende o espaço como substrato, palco pré-existente ao território [...]”*.

Aqui cabe a ponderação feita por Santos (2002a), da qual pude desenvolver anteriormente sobre a negligência da Geografia ao espaço, mas que Raffestin (1993) parece ainda ser partidário, pois admite que o espaço não passa de um simples palco, na qual as relações sociais são estabelecidas. Cabe lembrar que, a partir de Santos (2002a), o espaço não é só um fato social, mas um fator, bem como uma instância social, ou seja, tudo ao mesmo tempo e indissociável.

Muito além disso, relembro que Raffestin (1993) rediscute o território no âmbito da Geografia para além da exclusividade do Estado e intrínseco às relações sociais. E como já deixei claro, essas relações sociais estão pautadas no contexto de um modo de produção específico. Logo, o território está sob dupla influência, tanto do espaço geográfico quanto das relações sociais. Portanto, essas relações sociais são resultado das relações sociais com intencionalidades e, como já citei, estão imiscuídas de relações de poder.

Seguindo esse prisma teórico: a atuação no espaço de diversas escalas de poder, o território passa a ser uma fração do espaço geográfico em que se observa a presença de um ou vários sujeitos sociais manipulando/dominando a configuração territorial presente.

Contudo, uma coisa que já venho tentando alertar, mesmo que sutilmente, há nessa relação algumas finalidades, dentre elas a dominação/transformação dos recursos naturais. E essa intencionalidade específica está inscrita numa relação capitalista que Lênin (2012) anteriormente chamou atenção, a dominação das fontes de matérias-primas, mas que Raffestin (1993) também sinalizou mais tarde.

Uma contribuição importante de Raffestin (1993) e pouco trabalhada na geografia (humana) brasileira até o momento, tem relação à consideração da natureza como elemento presente no território. O referido autor sinaliza para essa questão, enfatizando **o uso e a transformação dos recursos naturais como instrumentos de poder** [...] (SAQUET, 2007, p. 77, grifo nosso).

Lembro que para Lênin (2012), o monopólio das fontes de recursos naturais é indispensável na fase de crescimento e expansão monopolista do capitalismo. Por sinal, a convergência da perspectiva territorial nesse ponto, tanto de Lênin (2012) quanto de Raffestin (1993) não pode ser obliterada, já que Vladimir Lênin:

[...] ao tratar do capitalismo monopolista (imperialismo), menciona o território como dominação de áreas a partir da *partilha econômica do mundo*. Esse conceito aparece como área com determinada população, sob influência de certos grupos econômicos ligados à atuação do Estado.

Argumenta em favor da *partilha territorial do mundo* na fase imperialista do capitalismo e evidencia a existência de territórios sem proprietário, o que é, no mínimo, interessante para uma abordagem territorial daquela época (SAQUET, 2007, p. 39, grifos do autor).

Retorno novamente a Lênin (2012), agora para explorar essa senda sugerida por Saquet (2007) e desenvolver um pouco mais essa perspectiva de abordagem territorial presente no primeiro autor.

Na virada dos séculos XIX e XX, quando o capitalismo avançava ao imperialismo, Lênin (2012) chamava a atenção para a necessidade de que tinha o capitalismo de uma expansão, tanto do capital financeiro quando da socialização da produção (monopolização). Primeiramente, o capital financeiro vai se fundir com o capital industrial, como pude argumentar em um momento anterior. E no segundo momento esse capital vai exercer o controle sobre a dinâmica social:

“O monopólio, uma vez constituído e controlando bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em **todos** os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’ [...]” (LÊNIN, 2012, p. 87, grifos do autor).

Contudo, o trecho do livro de Lenin que Saquet (2007) se refere é quando ele dialoga com um geógrafo austríaco Alexander Georg Supan sobre as possessões coloniais das grandes potências:

“O traço característico deste período – conclui o autor – é, conseqüentemente, a partilha da África e da Polinésia”. Como não existem terras desocupadas nem na Ásia nem na América, isto é, que não pertençam a nenhum Estado, há que ampliar a conclusão de Supan e dizer que o traço característico do período em questão é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível *reparti-lo de novo* – ao contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis –, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalista *já completou* a conquista de todas as terras não ocupadas em nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se completamente repartido, de tal modo que, no futuro, *somente* novas partilhas serão possíveis, ou seja, a passagem de territórios de um “proprietário” para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um “dono” (LÊNIN, 2012, p. 110. Grifos do autor).

Como o próprio autor deixa bem claro a importância das fontes de matérias-primas para essa expansão é crucial, essa penetração das relações capitalistas vai acompanhada da efetivação da posse e do controle dessas áreas estratégicas, por meio das relações objetivas

de produção. Os recursos, como são estratégicos do território, passam a ser objetivos das relações de poder no e pelo território.

Por isso, Lênin (2012) afirma que nos primórdios do processo de expansão dessa fase capitalista existiam dois tipos de territórios: os com e os “sem proprietários”. Evidentemente que aqueles que ele se refere sem proprietários não se pode entender literalmente assim, mas apenas no limite de que não foram ainda apropriados ou definitivamente partilhados pelas grandes potências e suas organizações monopolistas. Contudo, esses territórios que não faziam parte ainda daquela partilha capitalista do mundo eram cada vez mais raros em contraste com os que já tinham proprietários.

Com isso, Lênin (2012) quando fala da partilha do mundo estabelece ao mesmo tempo os territórios apropriados: aqueles importantes para consolidar a expansão dessa nova fase capitalista (colônias e os países dependentes); e os sujeitos territoriais: as associações capitalistas e as grandes potências. Nos territórios apropriados uma das coisas fundamentais será a presença de matérias-primas, bem como também de vários outros elementos:

O capital financeiro não está interessado apenas nas fontes de matérias-primas já descobertas, mas também em fontes em potencial, pois, nos nossos dias, a técnica avança com uma rapidez incrível, e as terras não aproveitáveis hoje podem tornar-se terras úteis amanhã, se forem descobertos novos métodos (para tal fim, um grande banco pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro em ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral. Do mesmo modo que os trustes capitalizam os seus bens atribuindo-lhes o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros “possíveis” no futuro (e não os lucros presentes) e os resultados posteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral em se apoderar das maiores extensões de território possíveis, sejam eles quais forem, estejam onde estiverem, por qualquer meio, pensando nas possíveis fontes de matérias-primas e temendo ficar para trás a luta furiosa pelas últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguinte uma nova partilha das já repartidas (LÊNIN, 2012, p. 117-118).

O argumento de Lênin (2012) em favor da apropriação dos territórios, tendo como um dos fundamentos o controle e a posse de matérias-primas por um ou vários sujeitos no âmbito de um contexto é convergente com Raffestin (1993). Para este último autor:

A exploração constitui a fase de demarcação que desemboca no inventário e na medida ou avaliação dos recursos. É evidente que essas etapas prejudiciais não implicam, de forma alguma, uma decisão imediata de exploração. De fato, é preciso considerar as condições e os níveis possíveis dessa exploração, face aos custos e aos benefícios antecipados. A apreciação desses dados se faz sempre, naturalmente, com relação a um contexto e não apresenta nenhum caráter absoluto. **De fato, hoje exploram-se recursos que, embora conhecidos, podiam ser negligenciados há vinte ou trinta anos, simplesmente porque na época existia a possibilidade de se fornecer esta ou aquela matéria em melhores condições. A decisão de explorar ou não se prende a um contexto de redes econômicas e políticas e é relativa a esse contexto. Se a decisão é positiva, há ainda todas as etapas em seu contexto técnico e jurídico¹⁷. Enfim, é uma estratégia técnico-política que se chega. Estratégia sempre complexa que faz intervir, na maioria das vezes, todo um conjunto de atores sintagmáticos que fornecem, uns e outros, os fatores necessários à realização do projeto** (RAFFESTIN, 1993, p. 234, grifo nosso).

Para finalizar esta seção do capítulo vou resumir o que construí teoricamente até aqui, mas antes cabe um reforço a partir das argumentações de Marx (2011). Para esse autor, a relação mundial estabelecida a partir da consolidação do capitalismo está assentada também na circulação de valores, como estes são produtos do trabalho, são, portanto, trabalho cristalizado.

Entretanto, essa circulação de valores não é pressuposta, mas sim parte do processo de produção e reprodução do capital. Um processo que se estabelece para efetivar a apropriação do trabalho cristalizado, ou seja, do valor (MARX, 2011).

Logo, as atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia tratadas aqui serão, nessa hipótese, baseadas em determinações desse processo de produção e reprodução do capital. Entretanto, já retomando meu argumento desenvolvido sobre o espaço, ele não pode ser negligenciado quando se procura entender essas determinações, principalmente no espaço amazônico.

Por isso que o espaço é, ao mesmo tempo: um fato social, um fator social e uma instância social (SANTOS, 2002a). Sendo o mesmo encarado dessa forma tripla, ele condiciona a expansão da reprodução desse capital, de forma a não atingir as áreas uniformemente. Destarte, a expansão, o crescimento e a consolidação desse capital no mundo é combinada e desigual (LÊNIN, 2012).

Como forma de garantir uma estrutura mínima para efetivar a circulação do valor, a partir da exploração do trabalho, a maneira com que esse capitalismo se desenvolve obedece a uma diretriz conjuntural. Porquanto, a apropriação de uma dada configuração

territorial – reunião dos objetos naturais e artificiais do espaço – são o ponto crucial para a reprodução do capital (LÊNIN, 2012; SANTOS, 2002a).

Sendo altamente importantes, a construção do território que se estabelece deve encerrar relações de segurança e controle, logo, a construção de um cenário, em que se priorize a segurança e o controle do território pode ser dado a partir da monopolização. Emergindo desse monopólio que atua num dado território e numa configuração territorial, ainda posso destacar mais um elemento importante para a minha análise, que é a figura do sujeito hegemônico. E tais sujeitos serão entendidos nos limites da reprodução capitalista, pois seu papel estará diretamente ligado a ela, variando conforme varia as determinações dessa reprodução.

Marx (1977) dá um panorama inicial para entender o perfil e o papel deles na reprodução capitalista. Segundo ele, antes dos seres humanos serem destituídos dos meios de produção no capitalismo, eles eram proprietários e se relacionavam com os outros membros da família ou da tribo dessa forma, ou seja, como proprietário das condições objetivas de sua reprodução.

No entanto, ser proprietário dessas condições objetivas tinha um significado particular naquele momento, pois a propriedade significava o pertencimento e a fusão dos seres humanos com suas condições objetivas de reprodução (natureza).

1. A apropriação das condições naturais de trabalho: da *terra* como o instrumento original do trabalho, ao mesmo tempo laboratório e reservatório de matérias primas; entretanto, apropriação que se efetua não por meio do trabalho, mas como condição preliminar do trabalho. O indivíduo, simplesmente, considera as condições objetivas de trabalho como próprias, como a natureza inorgânica de sua subjetividade, que se realiza através delas. A principal condição objetiva de trabalho, em si, não se mostra como o *produto* do trabalho mas ocorre como *natureza*. De um lado, temos o indivíduo vivo, do outro a terra como a condição objetiva de sua reprodução.
2. A *atitude* em relação à terra, à terra como propriedade do indivíduo que trabalha, significa que o homem mostra-se, desde o princípio, como algo mais do que a abstração do “indivíduo que trabalha”, tendo um *modo objetivo de existência* na propriedade da terra, que *antecede* sua atividade e não surge como simples consequência dela, sendo tanto uma pré-condição de sua atividade, como é sua própria pele, como são os seus órgãos sensoriais, pois toda a pele, e todos os órgãos dos sentidos são, também, desenvolvidos, reproduzidos, etc., no processo da vida, quanto pressupostos deste processo de reprodução. A mediação imediata desta atitude é a existência do indivíduo – mais ou menos naturalmente evoluída, mais ou menos historicamente desenvolvida e modificada – como *membro de uma comunidade*; isto é, sua existência natural como parte de uma tribo, etc (MARX, 1977, p. 77-78, grifos do autor).

Logo, para Marx (1977) o termo propriedade não significa simplesmente ter, mas pertencer. A propriedade é mediada, portanto, pela posse da terra, esse meio de produção essencial para a reprodução, mas que depende sumariamente do pertencimento a alguma comunidade. Essa é a condição natural e primordial na qual os seres humanos se deparam antes mesmo de se tornarem indivíduos produtores de valores de uso.

Assim, na aurora da sociedade, os seres humanos eram sujeitos de sua própria reprodução, pois eram proprietários dos meios de produção. É essa fusão que vai ser quebrada pelo modo capitalista de produção ao se desenvolver, separando os seres humanos dos meios de produção, surgindo o proletariado.

E os sujeitos responsáveis por essa expropriação dos meios de produção são primeiramente aqueles detentores do dinheiro proveniente da circulação, ou seja, acumulado no âmbito das grandes navegações:

[...] É, preferencialmente, o dinheiro acumulado pela usura – especialmente a usura relacionada à propriedade da terra – e a riqueza móvel (monetária) acumulada através de lucros mercantis que se transformam em capital no estrito senso, em capital industrial. Teremos ocasião, posteriormente, de tratar de ambas estas formas – isto é, na medida em que elas próprias se mostrarem, não como formas de capital, mas como formas anteriores de riqueza, como pressupostos do capital (MARX, 1977, p. 101).

Mais tarde,

“[...] O capital reúne as massas de mãos e os instrumentos preexistentes. É isto, e somente isto, que o caracteriza. Ele reúne sob seu domínio. Esta é a acumulação real; a acumulação de trabalhadores, com seus instrumentos, em determinados pontos [...]” (MARX, 1977, p. 104, grifos do autor).

Ao surgir e se consolidar, o capital provoca paulatinamente alteração na condição do trabalhador. Pois primeiramente o capitalista põe para trabalhar para si os fiandeiros e artesões, após isso os reúne em um estabelecimento e compra-lhes seus produtos, fazendo-os trabalhar para ele. Em seguida, nem mais a percepção de venda do produto os trabalhadores terão mais, pois os burgueses já arrebatarem seus instrumentos e matérias-primas.

Vemos, pois, que a transformação de dinheiro em capital pressupõe um processo histórico que tenha separado as condições objetivas do trabalho, tornando-as separadas independentes, e as volta contra os trabalhadores. Entretanto, desde que o capital e seu processo existam, conquistam toda a produção e provocam e acentuam, por toda a parte, a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho e as condições objetivas de trabalho. Subseqüente desenvolvimento mostrará²⁶ como o capital destrói o trabalho artesanal, a pequena propriedade de proprietários que trabalham, etc., e até a si mesmo, nas formas em que *não* se mostra em contradição com o trabalho: no *pequeno capital* e nos tipos intermediários ou híbridos, situados entre os modos de produção antigos (ou as formas que estes assumam em função de sua renovação à base de capital) e o modo de produção clássico, adequado do próprio capital²⁷ (MARX, 1977, p. 109, grifos do autor).

O último aspecto está na seguinte frase: “[...] *O conceito de capital contém o capitalista [...]*” (MARX, 1977, p. 110). Essa frase antecede qualquer tentativa de explicação do capital como uma entidade reificada, ou seja, sem uma intencionalidade social, já que “[...] *o conceito de capital implica que as condições objetivas do trabalho – que são o próprio produto do capital – adquirem uma **personalidade** contra o trabalho, ou, o que vem a ser o mesmo, que passem a constituir propriedade alheia, não do trabalhador [...]*” (MARX, 1977, p. 110, grifos do autor).

Após a instauração e consolidação do capital, os sujeitos da reprodução social não são mais os trabalhadores, mas sim uma fração da sociedade que detém os meios de produção. Dessa forma, todos que estão em posse dos meios de produção podem ser considerados como sujeitos a serviço da reprodução do capital: oligarquias, empresas, empresários e etc. Contudo, seu grau de determinação da reprodução do capital é que vai variar conforme seu grau de acumulação de valor.

Esse é sinteticamente o encadeamento teórico construído para esta tese, contendo os conceitos de espaço, território¹⁷ e as categorias configuração territorial e monopólio. A partir deles traço uma definição, mostro os elementos constituintes de cada um e forneço um exemplo didático deles.

Até aqui procurei organizar o pensamento em busca de uma definição de espaço, monopólio, configuração territorial e território que permitisse a operacionalização numa realidade e após termino fazendo uma síntese teórica. Feita esta síntese teórica dos conceitos, na próxima etapa vou relacioná-los com a realidade na qual pretendo estudar,

¹⁷ A perspectiva territorial adotada aqui é claramente a do território zona.

sempre pontuando os elementos empíricos para reforçar a relação entre os conceitos e a realidade.

3.2 A síntese da reprodução capitalista na Amazônia

No item anterior me ocupei mostrando as origens dos conceitos e categoria por mim adotados. Iniciei com o espaço geográfico e dei sequência definindo monopólio, território e a configuração territorial. No entanto, penso que esses conceitos e categorias merecem ser trabalhados um pouco mais detidamente, ou seja, mostrando como eles podem ser aplicados na análise da realidade amazônica.

De antemão, cabe lembrar o caráter altamente particular da formação amazônica, pois a mesma resulta dos processos naturais que atuaram por milhões de anos, que dispuseram uma quantidade de energia e matéria incomum a qualquer outro local. Particularidade também observada por Ab'Saber (2003; 2004), que mostrou que há uma relação peculiar entre sociedade x natureza na Amazônia.

Segundo esse geógrafo, a Amazônia compõe um macrodomínio onde os processos atuantes desencadearam à formação de um clima favorável ao desenvolvimento da biodiversidade e a formação de recursos naturais. Assim, a região forma uma gigantesca área de terras baixas colinosas (tabuleiros, baixos platôs, relevos cuestiformes e colinas ligeiramente mamelonizadas) dominada por florestas. Além disso, é o macro domínio em que a rede de drenagem é a mais extensa e complexa do mundo (AB'SABER, 2003, 2004). Por isso:

Houve um primeiro ciclo, de estilo marcadamente pontual e estratégico, através do qual se esboçou o enquadramento territorial da Amazônia para a dominação portuguesa (séculos XVII e XVIII). Seguiu-se, a partir de meados do século passado, um tipo de ocupação linear, beiradeiro e extrativista, propiciando indiretamente pelas descobertas das propriedades da borracha para o industrialismo inglês (AB'SABER, 2003, p. 76).

E continuou:

Mais recentemente, após o grande período da borracha – com seus sucessos e fracassos – aconteceu uma ocupação desordenada nas bordas da Amazônia oriental e meridional, atingindo o sul do Pará, o norte de Mato Grosso, Rondônia e o Acre sul-oriental. Ao estilo de ocupação e

usos do passado, pontuais ou lineares, sucedeu-se um modelo areolar e metastático de supressão de florestas de terra firme interfluvial para a instalação de monótonas e pouco produtivas agropecuárias. Um ciclo de pastagens desagradáveis, no coração das selvas, a partir de cabeceiras de igarapés e pequenos rios, interferindo na vicinalidade e cultura das comunidades de pequenos cursos d'água regionais (AB'SABER, 2003, p. 77).

Portanto, segundo Ab'Saber (2003; 2004), como consequência dos processos naturais incidentes, compõe o espaço amazônico uma configuração territorial dotada de abundantes recursos naturais, sejam eles conhecidos ou em potencial. Logo, nesse cenário a corrida pela exploração dos recursos naturais se formou desde as primeiras frentes de ocupação europeia, ainda no século XVI, primeiramente em busca do *El Dorado*, em seguida pelas drogas do sertão, após pela borracha e depois por outras coisas. Esse movimento secular de ocupação regional forjou ao longo do tempo os muitos mitos regionais ainda hoje ventilados (MACHADO, 1989).

Por isso que na Amazônia existem territórios onde se pode observar uma configuração territorial voltada a uma finalidade ou a uma intencionalidade produtiva. É o caso do território da mineração, do agronegócio, dos camponeses, da pecuária e etc. Cada uma dessas dinâmicas é capaz de estabelecer um território próprio, a partir de uma configuração territorial ou com base nela, porém, na história amazônica, essa apropriação não ocorreu de maneira pacífica ou totalmente submissa, visto que a presença de forças antagônicas (índios, camponeses, ribeirinhos e etc.) ao hegemônico fez com que o capitalismo só conseguisse se estabelecer por aqui a partir de monopólios de exploração. Sem a constituição de algum tipo de monopólio, isto é, a segregação de forças antagônicas, seja na produção ou na circulação, a reprodução de um espaço produtivo baseado na livre concorrência se tornaria impraticável ou dificultosa.

Nesse processo de ocupação do Domínio Amazônico (AB'SABER, 2003), por determinações históricas (AMARAL, 2004; ARAÚJO, 2003; EMMI, 1999; MACHADO, 1989; MARX, 2011; REIS, 1940; SANTOS, 1980; VELHO, 1981) o espaço geográfico amazônico foi sendo constituído.

Passado esse preâmbulo sobre a formação amazônica, lembro novamente que os monopólios têm também a função de estabilizar e dar segurança à produção. Então, o capitalismo aqui na Amazônia se desenvolveu usando e formando monopólios na constituição dessas atividades econômicas, pois com ele a possibilidade da existência de uma concorrência e de diálogo com outros termos fica restrita na mão de poucos grupos.

Esses monopólios, forjados no espaço amazônico, são determinações com as quais o capital se apropriou do trabalho local. Inegavelmente que esse trabalho amazônico apropriado foi colocado na circulação de valor mundial daquela época, mas que também vem contribuindo atualmente. Para mostrar esse fato usarei três casos: dois já levantados nos capítulos anteriores, devido sua vinculação direta com o objetivo da tese e outro sem vínculo espacial com o estudo, mas que serve para enriquecer a análise. O primeiro caso é a atividade de exploração do caucho, desenvolvida nas primeiras fases de ocupação de Marabá (mapa 04).

Essa atividade econômica do caucho, desenvolvida no início do século até por volta de 1920, foi financiada pelas grandes casas aviadoras de Belém que tinham vinculação direta com os bancos ingleses. Esse financiamento atrelava diretamente o capital financeiro da Inglaterra à exploração do caucho aqui na Amazônia. Por conta dessa vinculação a forma com que foi desenvolvida a exploração aqui estava baseada na monopolização da configuração territorial de exploração do caucho. Como já pude elencar, os elementos presentes nas atividades econômicas nos capítulos 1 e 2, serão retomados para fazer a relação com a construção teórica.

O sistema de aviamento garantia a exploração do trabalho excedente, os aforamentos e arrendamentos garantiam o controle dos espaços da produção e, por fim, os empregados (pistoleiros, jagunços, gerentes e etc.) garantiam a ordem dentro dos seringais (ALMEIDA, 1963; DIAS, 1958; EMMI, 1999; LAGENEST, 1958).

Além do mais, para garantir uma coexistência pacífica, os donos de seringais eram sujeitos hegemônicos, pois tinham um pacto de não empregar aqueles seringueiros que tivessem se envolvido em algum problema com outros patrões: fugas, brigas e roubos. Além de ter estabelecido esse esquema, o controle dos meios de produção garantia também o estabelecimento do monopólio. As embarcações, as ferramentas, os barracões e armazéns de estocagem do caucho, tudo era propriedade das elites agrárias regionais (EMMI, 1999).

Havia também mais um elemento para garantir mais força ao monopólio: o estreito vínculo com os chefes políticos municipais e estaduais. Essas alianças concediam os benefícios legais aos donos dos seringais: aforamentos e arrendamentos. Selar o vínculo com alguém no poder também era uma maneira de garantir a reprodução da estrutura de exploração do caucho montada.

Assentado inicialmente sobre o capital mercantil, o poder dessa oligarquia ira se firmar graças à apropriação progressiva da terra, que sua posição na hierarquia administrativa lhe facilitaria. Exerceria uma dominação que se traduzia em relações de exploração do tipo paternalista sobre os caucheiros, castanheiros, barqueiros, tropeiros e trabalhadores de castanha de um modo geral, que se colocavam em posições diferenciadas na estrutura social local (EMMI, 1999, p. 43).

Na segunda atividade – da castanha (mapa 5), desenvolvida de 1920 até por volta de 1980, a configuração territorial montada para extração do caucho foi amplamente reaproveitada. O aviamento, as alianças políticas, a vigilância e o controle dos meios de produção, tudo foi reaproveitado pela extração da castanha. Aqui o estabelecimento do monopólio ainda contou com uma situação ainda mais particular. No início, havia os castanhais de serventia do povo, que eram áreas destinadas à livre extração, mediante o pagamento de uma taxa ao poder público. Porém, a oligarquia foi paulatinamente extinguindo esse tipo de área e colocando-as sob seus domínios. Além disso, as oligarquias também usavam a servidão por dívida, quando o trabalhador não conseguia saldar o que devia, ele era obrigado a trabalhar no terreno do patrão com serviços: faxina, limpeza dos canais e caminhos, roça e etc. (ALMEIDA, 1963; EMMI, 1999).

Nos anais históricos estão registradas muitas brigas e mortes oriundos desse processo de expropriação dos trabalhadores para a incorporação desses castanhais aos domínios privados. Não é difícil de perceber que tendo alternativa de coleta e extração livre de castanha, os trabalhadores não iriam se submeter a esquema com um patrão enérgico e uma rotina degradante e ainda correndo o risco de ser enganado no final da coleta, pois significava uma verdadeira humilhação e exploração.

Se por um lado essas duas atividades econômicas representaram uma história “bem-sucedida” a partir do estabelecimento de um monopólio, por outro, Fordlândia/PA serve de exemplo de não estabelecimento de monopólio e fracasso na atividade econômica.

Henry Ford Tentando fugir do domínio (monopólio) inglês no fornecimento da borracha, decidiu que iria investir na produção de látex para abastecer suas fábricas de pneus. Foi com esse objetivo que o magnata estadunidense estabeleceu um enorme complexo industrial em plena Amazônia na década de 1930.

A Ford Motor Company do Brasil foi criada para gerir o futuro negócio em terras brasileiras, que começou com recebimento do governo brasileiro uma área com um milhão de hectares, as margens do rio Tocantins, no atual município de Aveiro/PA. Dentro das terras cedidas a Henry Ford a jurisdição e a soberania brasileira não eram respeitadas, ou

seja, o magnata tinha plenos poderes sobre aquelas terras no interior do território brasileiro (COSTA, 2012).

Inicialmente Fordlândia (como ficou conhecida posteriormente essa iniciativa de Ford) estava organizada para trabalhar com 7.293 empregados para cumprir a taxa de implantação de seringais da companhia (3.000 ha por ano), em regime de turnos, com paradas apenas para o almoço. Na verdade, tudo lá era racionalizado e metodicamente contabilizado, criando um nível de padronização nunca visto na Amazônia, mas que era corriqueiro na sociedade estadunidense da época (COSTA, 2012). Por causa desse método altamente produtivista na organização da vida interna do empreendimento, ocorreram muitos problemas e conflitos. Tanto que a mão de obra necessária para a execução do plano, previsto para o pleno funcionamento do empreendimento, nunca foi completamente atingida. No ano de 1931, o máximo que ela conseguiu incorporar foram 3.100 trabalhadores e os motivos foram os seguintes:

Ao lado da empresa capitalista que não conseguia se estruturar por falta de trabalhadores, multiplicava-se a pequena produção familiar, o campesinato agrícola. Os estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares, que em 1920, no Pará, eram 19.752, passaram a somar em 1940, 50.188 – a área média desses estabelecimentos passa de 27,9 ha em 1920 para 19,8 hectares em 1940. A área cultivada com arroz, milho, algodão, fumo, cana de açúcar e café, em 1920, era de 91.477 ha. Em 1940, as lavouras temporárias ocupavam uma área de 275.007 hectares e as culturas permanentes 218.110 hectares (COSTA, 2012, p. 103).

Nem a noção, mais tarde amplamente difundida, de vazio demográfico poderia servir como desculpa para o fracasso, que aliás os próprios estadunidenses nem consideraram tal fato antes da instalação:

Inúmeros dados contrariam essa noção. O relatório da “missão americana” (1923/24), ver Cap. 6) já indicavam que, num cálculo que se entendia como pessimista, 30.000 homens poderiam ser arregimentados para plantações de borracha (força de trabalho que, de resto, teria sido suficiente para o ritmo da implantação pretendido pela Companhia, com base no programa Johnston, a partir de 1932 –, ver Cap. 9.5). O citado relatório se referia também ao fato de, no Estado do Pará, relativamente aos outros Estados da região Norte, ser abundante o número de trabalhadores. De fato, o Pará tinha, em 1920, um contingente de 240.049 pessoas em atividades agrícolas, pecuárias e de caça e pesca – 57% da Região Norte do Brasil⁸¹. Esta população sofre um pequeno acréscimo até 1940, passando a 248.313 pessoas⁸² (COSTA, 2012, p. 103).

Portanto, o grande problema de Fordlândia para Costa (2012) foi a falta de controle ao acesso à terra (meios de produção) nos redores do empreendimento. Se no interior de Fordlândia havia um monopólio¹⁸, ao redor da mesma os empregados, que eram trazidos para trabalhar para a empresa e não se adaptavam às condições impostas, constituíram inúmeras posses e lavouras. Logo, segundo o autor, o fato de não conseguir recrutar a mão de obra, mínima necessária para fazer funcionar a fábrica e a coleta da borracha, serviu como fator decisivo para o fracasso de Fordlândia.

Sendo as três atividades bastante próximas no tempo, algumas conclusões podem ser levantadas (quadro 07). Por que o empreendimento, constituído por Henri Ford dentro da Amazônia contando com os padrões de produção e reprodução mais avançados até então, não conseguiu lograr êxito tal qual as outras duas: caucho e castanha? Em minha avaliação a explicação para o “sucesso e o fracasso” só pode ser dada a partir da constituição dos monopólios.

Quadro 07: Síntese teórica das atividades do caucho, castanha e Fordlândia.

Recorte	Atividade Econômica	Configuração Territorial	Relações de Poder	Território
Amazônia	Caucho	- Barracões; - Regatões; Pentas, Voadeiras, Batelões; - Materiais para exploração (bacia, facão, espingarda, munição e etc); - Terras (seringais ou castanhais)	- Aviamento e Aforamentos; - Arrendamentos; - Vigilância; - Alianças Políticas; - Pacto entre os donos; - Controle dos Meios de Produção	Bacia hidrográfica do Itacaiúnas
	Castanha		- Servidão por dívida	Polígono dos Castanhais
	Borracha	- Serraria; Casas; Usina; Igreja; Refeitório	- Controle da mão de obra; - Controle dos meios de produção	Fordlândia

Fonte: Condreau (1980); Costa (2012); Dias (1958); Emmi (1999); Lagenest (1958). Org. própria.

A ausência de mecanismos que prendessem o camponês em Fordlândia provocou uma concorrência entre o trabalho altamente racionalizado e burocratizado dentro da cidade de Ford e a livre extração, coleta e colheita aos arredores da mesma. Mas, tanto no

¹⁸ Costa (2012) ao estudar Fordlândia mostrou que o governo brasileiro cedeu completamente as terras ao magnata estadunidense e sua empresa. Nessas terras ele tinha total domínio de controle, político e judicial, ou seja, era soberano, já que isso foi também renunciado pelo Brasil.

caucho quanto na castanha essa alternativa da extração livre foram reguladas e até em dado momento suprimidas.

As três atividades instaladas na Amazônia constituíram uma estrutura sistêmica de exploração da mão de obra. Porém, elas se defrontaram com igual problema na configuração territorial amazônica: a grande disponibilidade de acesso à terra como meio de produção. Enquanto a atividade do caucho e da castanha conseguiram mobilizar elementos para criar um monopólio na exploração e no comércio, Fordlândia não conseguiu esse intento.

As possibilidades de acesso à terra na Amazônia eram grandes naquela época, logo para impedir que os trabalhadores fugissem ou tivessem possibilidades de reprodução além da atividade de extração do caucho ou da castanha, as elites agrárias formaram um território a partir da configuração territorial que impunha um verdadeiro monopólio ao resto da população. Com isso, eles coercitivamente obrigavam os trabalhadores a se submeterem a degradante e humilhante extração desses produtos.

Já em Fordlândia esse esquema exterior de coerção não existia e permitia aos trabalhadores alternativas de reprodução. Isso então foi decisivo para impor dificuldades para recrutar a mão de obra necessária ao funcionamento do empreendimento, pois os camponeses arregimentados simplesmente não se submetiam ao trabalho na fábrica e ao plantio da árvore, preferindo constituir propriedades ao redor das terras cedidas a Ford.

Portanto, a diferença entre o “sucesso” e o “fracasso”¹⁹ dessas atividades está na impossibilidade de montar uma configuração territorial baseada num monopólio. Tarefa empreendida pela extração do caucho e da castanha, mas fracassada em Fordlândia. Nesse sentido que a Amazônia é um fato social indispensável para a reprodução do capitalismo, pois nela está presente uma configuração territorial com grande presença de recursos naturais.

Em seguida, já diante do espaço amazônico como um fator social, ou seja, resultado de tempos pretéritos, o Governo Federal passou a modificar as relações de poder vigentes no espaço amazônico, após 1940, para incorporá-lo ainda mais à reprodução capitalista. Nesse sentido, por ser subordinado, mas também, ao mesmo tempo, subordinante, que entendendo o espaço amazônico como uma instância social, ou uma totalidade social. O traço dominante da subordinação/determinação passa a ser o capitalismo, mas sua configuração

¹⁹ As palavras sucesso e fracasso foram grafadas entre aspas mesmo, pois não quero passar a ideia de que elas foram vitoriosas e romantizar a história amazônica. Já que o “sucesso” da exploração da castanha e do caucho foi conseguido à custa de pesada exploração de trabalhadores e milhares de mortes.

territorial e as relações de poder nele estabelecidas são também subordinantes da ação do capital.

Assim, as intervenções do Estado, pós-1940, acontecem no sentido de ampliar a reprodução capitalista na Amazônia e instalar uma malha técnico-política (BECKER, 1991) com: estradas, hidrelétricas, portos, linhas de energia e etc. (configuração territorial) e mercado de trabalho, federalização das terras, incentivos fiscais e latifundização.

No que tange a apropriação dessa configuração territorial, quiçá, do território, lembro que ela é feita por aqueles sujeitos que estão sob os auspícios da reprodução capitalista. Fora esse fato, ou seja, deles estarem diretamente ligados à reprodução capitalista, os sujeitos hegemônicos atuantes na Amazônia não têm um perfil claramente definido, pois foram se modificando ao longo do tempo.

Num primeiro momento esses sujeitos hegemônicos foram a oligarquia, depois os novos fazendeiros sulistas, os profissionais liberais, as grandes empresas capitalistas e o Estado e ou as estatais. A grande modificação substancial notada ao longo dessa tese foi o grau de determinação com que cada um desses sujeitos está associado a reprodução capitalista. Em dado momento mais regional, como foi o caso das oligarquias, ou atualmente a completa determinação capitalista na Amazônia: a Vale.

Nesse capítulo, além de sistematizar o referencial teórico na qual está ancorada esta tese, rediscuti os apontamentos históricos apresentados nos dois primeiros capítulos. No próximo, baseado nessa perspectiva teórica aqui apresentada, procurarei fazer a reflexão sobre o período mais recente para mostrar como vem se dando a reprodução capitalista, mas a partir das transformações nas determinações do capital no tempo presente.

CAPÍTULO 4 – OS NEXOS DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA: PECUÁRIA, EXTRAÇÃO MADEIREIRA E MINERAÇÃO, SUAS CONEXÕES, SEUS DESDOBRAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DELAS PARA O SUDESTE PARAENSE MAIS RECENTEMENTE

No capítulo anterior meu esforço foi mostrar como entendo a articulação teórica com a realidade a partir de um referencial. Em seguida os capítulos 1 e 2 foram brevemente rediscutidos a luz desse referencial teórico apresentado (capítulo 3) como forma de introduzir as discussões abordadas agora.

Aqui neste capítulo estarão as reflexões das atividades principais: atividade mineral, a pecuária e a madeireira, ou seja, da década de 1990 até mais recentemente. Usando informações de natureza primária e secundária, procurarei mostrar a importância de cada uma na dinâmica econômica regional atualmente. Contudo, como ficará claro ao longo do capítulo, a atividade mineral é a mais importante da economia regional, justamente porque ela é desenvolvida a partir do monopólio do território e da configuração territorial. Ao final do capítulo dialogarei com algumas informações para mostrar quais os desdobramentos a sociedade dessas atividades econômicas.

4.1 A caracterização da pecuária e madeira: o binômio da fronteira

Como expus nos capítulos 1 e 2, a atividade pecuária ganhou um forte impulso com o re-avanço da fronteira, proporcionado pela FBC e pela SUDAM, transformando a paisagem paraense e contribuindo para desarticular a economia tradicional da castanha. Nesses dois capítulos em questão também apresentei rapidamente como a oligarquia e sua atividade dominante foram sumariamente desarticuladas, mas que não deixaram de ser relevantes.

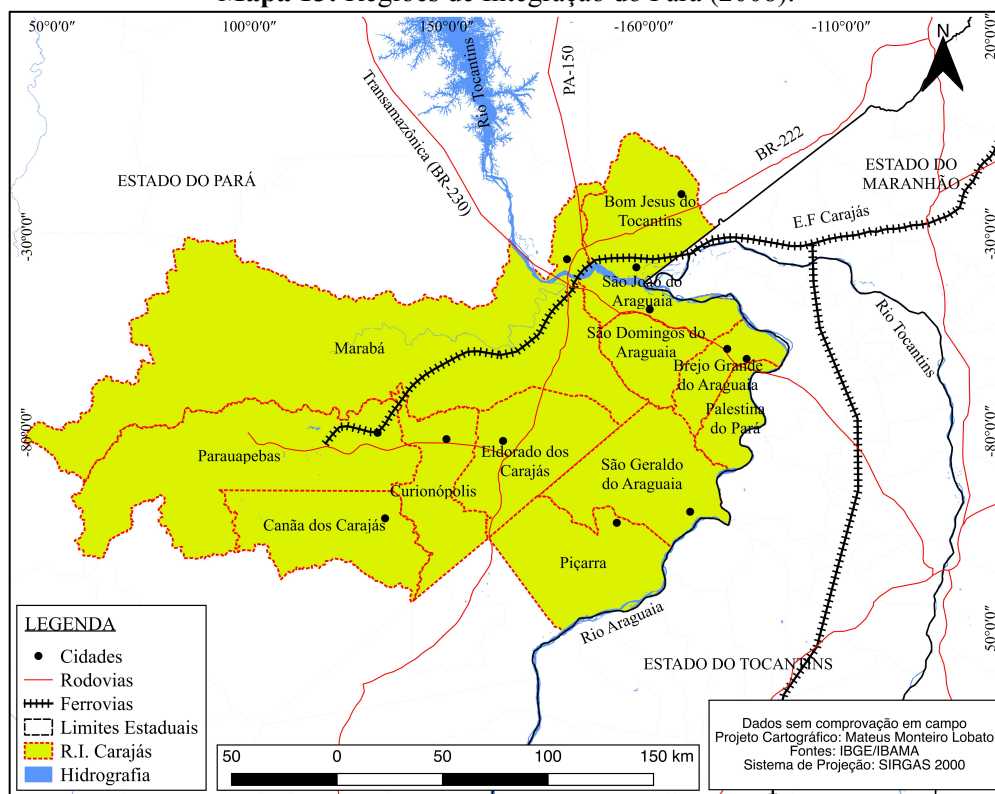
Contudo, o processo de desespecialização da fronteira, ou seja, a desarticulação da atividade principal e da oligarquia concernente a essa atividade, contou em princípio com as atividades madeireira, pecuária e em seguida a mineral, as quais passaram a representar a composição econômica principal de 1970 até hoje.

Primeiramente, para ratificar esse crescimento da pecuária na fronteira amazônica, apresento o relatório do IDESP/ADEPARÁ (2012) com os dados do crescimento por regiões do Brasil. Segundo este relatório para a região Sul o crescimento foi de 0,46%,

Nordeste 0,83%, Sudeste 0,27%, e Centro-Oeste com 2,32%, todos ao ano desde 1990 até 2010. A região Norte, cresceu 6,18% ao ano, no mesmo período de análise das outras regiões, ou seja, bem acima da média nacional e corroborando o avanço da pecuária na fronteira amazônica.

De maneira mais setorizada, o mesmo relatório apresenta o crescimento anual para cada estado da federação no mesmo período destacado anteriormente. Os quatro maiores crescimentos foram Rondônia, com 11,90% de crescimento ao ano, o Acre, com 9,70%, o Pará e o Mato Grosso com 6,20% de crescimento ao ano da atividade pecuária. Essas taxas de crescimento modificaram a participação da atividade pecuária da região Norte de 12,53% do total brasileiro para 37,15% do rebanho nacional (IDESP/ADEPARÁ, 2012).

Mapa 13: Regiões de Integração do Pará (2008).



Nessa escalada de crescimento do rebanho bovino, o Pará que em 1990, ocupava o 9º lugar, passou a ter o 5º maior rebanho do país e os motivos para esse crescimento pós-1990 são explicados da seguinte maneira:

Aumentos das taxas de crescimento do rebanho da Amazônia foram devidos: a criação de gado caminha em direção das regiões norte e nordeste, em virtude da lavoura está tomando lugar das pastagens do Sul e Sudeste do país; as terras disponíveis têm os preços mais acessíveis do

que as da região Sul; o clima favorece a utilização das pastagens praticamente durante o ano inteiro, na região não tem problemas de temperatura para o desenvolvimento das forrageiras e linhas de créditos de fácil acesso aos produtores (IDESP/ADEPARÁ, 2012, p. 17).

Então, internamente no Estado do Pará, o crescimento mais vigoroso da atividade pecuária se deu nas regiões do Lago de Tucuruí, do Tapajós, do Xingu, de Carajás e do Araguaia. O mapa 10 mostra as regiões de integração e sua relação com a dinâmica de expansão da fronteira a qual trabalho. Dessas regiões de integração que tiveram maior crescimento do rebanho bovino, quatro estão na área de influência da frente de expansão da fronteira pós-1960.

Tabela 16: Rebanho Bovino dos Municípios desmembrados de Marabá (1991-2013).

Ano/Município	Água Azul do Norte	Canaã dos Carajás	Curionópolis	Eldorado dos Carajás	Marabá	Parauapebas
1991	-	-	72.800	-	70.500	81.000
1992	-	-	75.400	-	74.500	85.800
1993	40.000	-	44.000	36.000	80.000	50.000
1994	52.000	-	46.000	37.100	84.000	55.000
1995	57.200	-	48.300	38.600	88.500	59.100
1996	189.545	-	150.000	71.000	188.400	200.000
1997	197.683	168.000	148.000	73.200	183.600	42.000
1998	237.220	175.000	155.000	77.000	192.000	44.000
1999	260.942	180.000	150.000	80.000	193.500	45.000
2000	342.093	176.000	143.000	84.000	195.000	47.500
2001	536.803	181.000	141.000	88.600	196.500	48.900
2002	551.497	235.500	156.000	125.000	315.000	79.200
2003	563.594	239.000	160.200	133.000	375.000	90.100
2004	587.216	305.294	286.438	271.113	816.738	257.992
2005	575.520	269.864	290.159	303.018	759.651	284.751
2006	581.758	228.000	276.900	227.900	645.700	247.700
2007	409.909	225.000	258.400	265.000	430.300	129.500
2008	436.678	230.500	255.300	250.600	478.100	136.800
2009	453.885	160.000	256.000	210.000	510.000	182.000
2010	564.356	181.000	280.000	230.000	600.000	158.000
2011	545.819	175.000	290.000	234.000	675.000	141.000
2012	556.735	180.000	246.000	194.000	660.000	128.000
2013	564.582	190.000	262.000	220.000	705.000	119.000

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário/Adaptado pelo autor.

Para entender um pouco mais a participação das regiões de integração e os municípios, procurei desmembrar o crescimento da atividade pecuária da RI Carajás em alguns municípios, como observado na tabela 16. As taxas nominais de crescimento do

rebanho bovino, observadas no já citado período são de: 1.311% em Água Azul do Norte, 13% em Canãa dos Carajás, 259,8% em Curionópolis, 511,1% em Eldorado dos Carajás, 900% em Marabá e 46,9% em Parauapebas.

No entanto, alguns problemas podem surgir desse cálculo simples, mascarando a análise, porque alguns municípios surgem após outros e, em alguns deles, esse crescimento não foi uniforme no decorrer dos anos, alguns chegando até a reduzir o rebanho bovino, como é o caso de Canãa dos Carajás, por exemplo.

Para mensurar melhor esse movimento do rebanho bovino nos municípios, procurei calcular a taxa de crescimento anual de cada um, para discriminar o crescimento, segundo o período considerado a cada município, até o ano de 2010 (IDESP/ADEPARÁ, 2012). Nesse caso, temos Água Azul do Norte que cresceu 13,43% ao ano, Canãa dos Carajás 0,72% a.a., Curionópolis 5,72% a.a., Eldorado dos Carajás 9% a.a., Marabá 10,5% e Parauapebas 1,68% a.a..

Como se pode facilmente depreender, partindo das informações disponíveis, o período pós-1980 foi, portanto, de expansão da atividade pecuária no Estado do Pará, destacando os municípios que compõe a área de influência da frente de expansão da fronteira agropecuária de 1960. Para identificar quais os beneficiados desse crescimento do rebanho bovino regional, ou mesmo para enumerar quais sujeitos estão envolvidos com esse crescimento, a seguir fala do interlocutor 1, pode ajudar quando indagado sobre a queda da pecuária em Marabá:

É na realidade tem mesmo essa queda aí, principalmente do gado. Como dizia antes se tinha o, os financiamentos geralmente era pra gado. Né o PRONAF A, hoje esse PRONAF é até suspenso. Tá isento em Marabá essa questão é inadimplente. [...] é tá inadimplente pro PRONAF A que é um PRONAF pro gado, mas destinado ao gado né. [...] Uma grande queda. Até tem uns, uns quase dois anos que tá. O, inclusive o nível médio é só abaixando baixando. Todo tempo uma queda grande nesse sentido aí (Informação Verbal)²⁰.

Portanto, o rebanho bovino em crescimento, visto pela fala do entrevistado, não é exatamente o rebanho dos agricultores representados pelo sindicato, já que os mesmos estão passando por problemas com inadimplência e não estão conseguindo assim

²⁰ Entrevista concedida pelo interlocutor 1, secretário agrícola e de meio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar de Marabá, agosto de 2015.

financiamentos junto aos bancos para investir na criação de gado, como mostra esse outro trecho do mesmo autor:

É caiu o PRONAF A, foi suspenso. Não só aqui no município de Marabá mas noutros municípios. Tudo foram suspenso pelo BASA. O BASA e os banco grande num tão pagando mais PRONAF A por causa da inadimplência (Informação Verbal)²¹.

O interlocutor 2, sinaliza na mesma direção, ou seja, não corroborando o crescimento de fato e as dificuldades na aquisição de financiamentos para a criação de gado:

Essa, nessa atualidade que nos estamos, acho que não é que decresceu muito o gado do município. Marabá não decresceu na verdade, o que foi o acesso ao para a agricultura familiar, o acesso aos projeto pra se, de aumentar né pra se aumentar outros cliente da reforma agrária que é o nosso caso aqui se contemplado com o [...] Com compra de rebanho novo, mas assim o município ele durante uns oitos anos mais ou menos, ele teve um crescimento muito grande. De rebanho da agricultura familiar muito muito grande. De uns seis anos pra cá o acesso, o acesso dos projetos, financiamento público tem diminuído. Tem o caso do PRONAF A aí o rebanho não aumentou, mas assim o tamanho do rebanho ele continua, deveria estar maior. Isso ele pode ter diminuído se você levar em conta o aumento da população né. Mas assim foram formados assentamento com cem, duzentas famílias. Até num havia gado na região e dessas duzentas as vezes duzentas moradores que iam 150 hoje tem gado, então teve um aumento durante oito anos assim. É esse rebanho ele não diminui, ele só não aumentou, por conta da via... Dos recursos públicos. Mas o município de Marabá, nos os assentamentos tem bastante rebanho de gado bovino, de outro não, mas de gado bovino bastante. E de gado, de gado caprino muito pouco, de ovino muito poquinho, mas o o bovino num muito pequeno, ele só não cresceu, mas ele não cresceu em relação ao número de habitantes que cresceu muito a cidade cresce. Essa é uma cidade que cresce em torno de quinze vinte por cento ao ano o número de habitantes (Informação Verbal)²².

As falas não permitem identificar claramente o crescimento da pecuária nos assentamentos, mas, apontam certamente para um problema na aquisição de financiamentos, junto ao Estado, que os pequenos agricultores tiveram. No entanto, como

²¹ Entrevista concedida pelo interlocutor 1, secretário agrícola e de meio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar de Marabá, agosto de 2015.

²² Entrevista concedida pelo interlocutor 2, diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar de Marabá, agosto de 2015.

mostrei anteriormente, só no município de Marabá, o crescimento do rebanho bovino na época considerada, foi de 46%. Ao cruzar essas informações posso conjecturar que esse crescimento da pecuária foi, principalmente, nas grandes propriedades dos grandes fazendeiros, porém farei uma ponderação mais a frente.

Essa hipótese auxiliar pode ser reforçada retomando algumas discussões feitas por Magulis (2003), que fez um minucioso estudo sobre a atividade pecuária e madeireira na Amazônia. Para ele, ambas formam um par indissociável, franqueando o crescimento uma da outra, porém as duas envolvem grandes fazendeiros e grandes grileiros. Esse autor também pode auxiliar na explicação do porquê da atividade madeireira não ter o mesmo comportamento da pecuária como mostrarei a seguir, já que ambas formam um consórcio altamente rentável.

A atividade madeireira, também foi imensamente importante após a década de 1960 obtendo crescimento considerável ao longo desse período.

No capítulo 2 apresentei alguns dados sobre o comportamento dessa atividade após a reestruturação da fronteira e pude constatar que ela apresentou um crescimento considerável ao longo desse tempo.

Contudo a partir da década de 2000 ela não têm o mesmo comportamento de seu par (a pecuária). É nesse sentido que os argumentos de Margulis (2003), sobre o binômio madeira/gado, as pressões da opinião pública nacional e internacional, da sociedade civil e parte das empresas privadas são essenciais para entender o comportamento da atividade madeireira na década de 2000.

Sem levantar um estudo pormenorizado dos motivos, posso inferir que a atividade madeireira no Pará foi associada, sumariamente, ao avanço do desmatamento, que fez passar momentos difíceis nessa década, como é o caso do endurecimento das legislações, aumento das fiscalizações, operações e etc. Como ela é o principal flanco da pecuária na floresta, ou seja, ela funciona como a frente pioneira da pecuária, isso fez com que a extração madeireira se restringisse muito mais a simples coadjuvante da pecuária. Daí porque os números oficiais mostrarem decréscimo da atividade ao longo dessa década. Além do mais, a extração madeireira no sul e sudeste do Pará representa em torno de 1% da produção da Amazônia Legal. Sendo de longe ultrapassada pela zona madeireira do Leste do Pará (21%) e Estuário do Pará (13%), ambas de maior importância na produção madeireira na Amazônia (SFB/IMAZON, 2010).

As tabelas 17, 18, 19, 20, 21 e 22 a seguir mostram a produção relacionada a atividade madeireira desde 1990 até 2013, municipalmente. As variáveis são carvão vegetal, lenha e madeira em tora, agrupadas por quantidade produzida, valor da produção e valor do percentual total do município. Em Água Azul do Norte a produção de carvão vegetal oscilou bastante, mas nunca chegou a dois dígitos durante o período. Oscilação verificada também nos itens lenha e madeira em tora, sendo a segunda a que mais diminuiu ao longo do período. Por isso, esse município não pode ser considerado de grande relevância na produção madeireira regional, tão pouco, estadual, já que não conseguiu ser um fornecedor estável nesse período.

Tabela 17: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Água Azul do Norte (PA) (1991-2013).

Ano	Quantidade produzida na extração vegetal			Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)			Valor da produção na extração vegetal - percentual do total geral		
	Carvão vegetal (t)	Lenha (m3)	Madeira em tora (m3)	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
1990	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1991	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1992	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1993	8	1000	10000	27	157	23904	0,1	0,61	92,95
1994	4	1000	10000	0	4	480	0	0,82	98,36
1995	4	1000	8000	0	2	138	0	1,38	95,17
1996	3	800	6400	0	2	96	0	1,77	84,96
1997	2	477	1688	0	3	93	0	2,78	86,11
1998	2	382	1013	0	3	61	0	4,69	95,31
1999	1	344	810	0	3	65	0	4,41	95,59
2000	1	340	3100	0	3	217	0	1,36	98,64
2001	1	306	2790	0	4	251	0	1,57	98,43
2002	1	275	2232	0	9	190	0	4,52	95,48
2003	1	206	1450	0	7	133	0	5	95
2004	1	181	1885	0	6	173	0	3,14	90,58
2005	1	8640	942	0	285	198	0	57,69	40,08
2006	1	8208	885	0	279	186	0	58,74	39,16
2007	1	6156	620	0	222	133	0	60,66	36,34
2008	1	5848	589	0	211	127	0	60,46	36,39
2009	1	5355	589	0	193	70	0	70,18	25,45
2010	-	4712	530	-	170	63	-	69,39	25,71
2011	-	4429	503	-	159	59	-	64,63	23,98
2012	-	4163	498	-	161	80	-	59,19	29,41
2013	-	4079	483	-	159	80	-	59,11	29,74

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

A próxima tabela mostra as informações de Canaã dos Carajás, com registro apenas a partir de 1997. O carvão vegetal aparece com uma produção bastante modesta, mas a partir de 2005 aumenta consideravelmente para decrescer de 2008 em diante. Comportamento esse um pouco diferente das duas outras variáveis: lenha e madeira em tora, que começam razoavelmente altas, mas vão decrescendo ao longo do tempo. No valor da produção a melhor marca foi do carvão vegetal em 2006, que decresceu consideravelmente a partir daí. Aqui o mesmo comentário sobre a importância de Água Azul é válido para Canaã dos Carajás, ou seja, sua relevância para a atividade madeireira não é alta.

Tabela 18: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Canaã dos Carajás (PA) (1991-2013).

Ano	Quantidade produzida na extração vegetal			Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)			Valor da produção na extração vegetal - percentual do total geral		
	Carvão vegetal (t)	Lenha (m3)	Madeira em tora (m3)	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
1990	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1991	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1992	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1993	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1994	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1995	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1996	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1997	8	2000	10000	1	3	100	0,92	2,75	91,74
1998	9	2000	11000	1	3	132	0,7	2,11	92,96
1999	10	3000	12000	1	3	228	0,42	1,26	95,4
2000	11	3200	11800	1	3	236	0,4	1,21	95,16
2001	12	3300	11200	1	33	280	0,31	10,15	86,15
2002	20	3400	11300	2	5	339	0,56	1,4	95,22
2003	25	3000	9000	2	6	360	0,53	1,6	95,74
2004	25	3000	9000	3	9	585	0,5	1,49	96,69
2005	4926	2500	5000	985	9	450	67,93	0,62	31,03
2006	5123	2300	4300	1281	9	473	72,29	0,51	26,69
2007	5500	2100	4000	825	21	540	59,22	1,51	38,77
2008	2640	2300	3150	396	25	441	45,62	2,88	50,81
2009	2500	2100	3000	250	25	450	34,2	3,42	61,56
2010	2200	2200	2500	440	28	400	50,34	3,2	45,77
2011	1700	2000	2200	255	26	385	37,95	3,87	57,29
2012	1175	1500	1500	529	24	275	63,2	2,87	32,86
2013	1060	1550	1350	477	28	257	61,87	3,63	33,33

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

O carvão vegetal mostra um comportamento relativamente estável em Curionópolis até 2004, mas em 2005, 2006 e 2007 crescimento e depois queda. A produção de lenha se mantém estável até 2006, mas daí em diante decresce consideravelmente. A madeira em tora também mostra comportamento parecido com o produto anterior, decrescendo de 2004 em diante.

Tabela 19: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Curionópolis (PA) (1991-2013).

Ano	Quantidade produzida na extração vegetal			Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)			Valor da produção na extração vegetal - percentual do total geral		
	Carvão vegetal (t)	Lenha (m3)	Madeira em tora (m3)	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
1990	32	5000	25000	109	750	36850	0,27	1,85	90,97
1991	25	4500	26000	332	2880	195000	0,13	1,16	78,72
1992	20	4000	25000	2540	12920	950000	0,21	1,08	79,68
1993	5	2000	8000	17	314	19124	0,07	1,35	82,23
1994	6	2000	8500	0	1	74	0	0,81	60,16
1995	10	3000	10000	2	3	120	1,14	1,71	68,57
1996	20	5000	12000	4	33	180	1,48	12,22	66,67
1997	20	6000	10000	2	9	100	1,19	5,36	59,52
1998	20	5000	10000	2	8	120	0,99	3,96	59,41
1999	22	6000	12000	2	6	228	0,63	1,89	71,92
2000	24	5500	11000	2	6	220	0,63	1,9	69,62
2001	27	5000	10500	3	50	263	0,69	11,49	60,46
2002	37	5500	12500	4	9	375	0,82	1,86	77,32
2003	40	5000	12000	3	10	480	0,52	1,74	83,62
2004	45	5000	10000	6	15	650	0,77	1,92	83,01
2005	3600	5000	8000	720	18	720	47,46	1,19	47,46
2006	3672	4800	7200	918	19	792	50,55	1,05	43,61
2007	3800	4500	7000	570	45	945	35,06	2,77	58,12
2008	2050	4100	6000	308	45	840	24,56	3,59	66,99
2009	2000	4000	5000	200	48	750	19,08	4,58	71,56
2010	1900	4200	4400	380	53	704	31,99	4,46	59,26
2011	1500	3500	3900	225	46	683	22,06	4,51	66,96
2012	900	2900	3200	405	46	586	36,32	4,13	52,56
2013	805	3000	2900	362	54	551	34,67	5,17	52,78

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Todos os três itens do valor da produção mostra queda considerável entre 1994 e 2004, voltando a crescer levemente, bem aquém do que ocorreu no início, mas voltando a caindo novamente. Nesse grupo deste município é que mostra uma considerável diferença entre o período inicial para o final, em que a diferença é notavelmente grande.

Em Eldorado dos Carajás a produção de carvão começa modesta mas apresenta crescimento uniforme até 2002, decrescendo por dois anos e em seguida apresentando uma expansão expressiva de 2005 a 2007 para voltar a cair novamente. A produção de lenha e madeira em tora acompanha de certa forma o movimento da produção de carvão, ou seja, apresentando crescimento discreto até 2004, de 2005 a 2007 expansão rápida e queda (tabela 20).

Tabela 20: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Eldorado dos Carajás (PA) (1991-2013).

Ano	Quantidade produzida na extração vegetal			Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)			Valor da produção na extração vegetal - percentual do total geral		
	Carvão vegetal (t)	Lenha (m3)	Madeira em tora (m3)	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
1990	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1991	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1992	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1993	20	3000	15000	68	471	35857	0,16	1,12	85,18
1994	25	4000	20000	1	2	173	0,39	0,78	67,58
1995	40	5000	30000	8	5	360	1,79	1,12	80,36
1996	60	5000	35000	12	33	525	1,85	5,08	80,77
1997	60	6000	33000	6	9	330	1,38	2,07	75,86
1998	62	5000	33000	6	8	396	1,15	1,53	75,86
1999	65	6000	35000	5	6	665	0,62	0,75	82,71
2000	90	6500	37000	6	7	740	0,67	0,78	82,68
2001	95	6000	34000	10	60	850	0,9	5,4	76,44
2002	100	7000	35000	11	11	1050	0,9	0,9	85,64
2003	13	6000	37000	1	12	1480	0,06	0,74	91,19
2004	33	9000	42000	4	27	2730	0,14	0,92	92,98
2005	21979	10000	45000	4396	35	4050	51,18	0,41	47,15
2006	22850	9000	41000	5713	36	4510	54,83	0,35	43,28
2007	23050	8500	4500	3458	85	608	80,74	1,98	14,2
2008	9220	6700	4300	1383	74	602	63,18	3,38	27,5
2009	9170	6500	4000	917	78	600	53,63	4,56	35,09
2010	8980	6400	3800	1796	80	608	68,94	3,07	23,34
2011	8900	6500	4000	1335	85	700	58,81	3,74	30,84
2012	6700	5500	3500	3015	88	641	76,83	2,24	16,34
2013	6050	6000	3150	2723	108	599	75,43	2,99	16,59

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

A partir desse município é necessário introduzir uma discussão mais profunda sobre essa oscilação na produção da atividade madeireira, mas farei após mostrar o cenário do município marabaense.

Marabá merece um comentário mais detalhado a cerca da produção de derivados da atividade madeireira, visto que no município já existia um polo industrial especializado na produção de ferro gusa. Inclusive é a partir do caso de Marabá que posso explicar o crescimento visível e expressivo dos outros municípios – com exceção de Água Azul do Norte, nos períodos de 2005 em diante (tabela 21).

Tabela 21: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Marabá (PA) (1991-2013).

Ano	Quantidade produzida na extração vegetal			Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)			Valor da produção na extração vegetal - percentual do total geral		
	Carvão vegetal (t)	Lenha (m3)	Madeira em tora (m3)	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
1990	42	6000	55000	143	900	81070	0,17	1,06	95,25
1991	38	6000	50000	504	3840	375000	0,11	0,87	85,26
1992	35	5000	45000	4445	16150	1710000	0,22	0,8	85,05
1993	32	5200	40000	108	816	95618	0,1	0,75	87,92
1994	30	5000	34000	2	3	295	0,43	0,64	63,03
1995	60	5000	28000	12	5	336	3,23	1,34	90,32
1996	70	10000	30000	14	65	450	2,55	11,84	81,97
1997	70	12000	32000	7	18	320	1,89	4,86	86,49
1998	75	12000	33000	8	18	396	1,76	3,96	87,22
1999	80	15000	35000	6	15	665	0,83	2,07	91,85
2000	85	16000	33000	6	16	660	0,83	2,21	91,03
2001	94	18000	35000	9	180	875	0,8	16,07	78,13
2002	115	20000	38000	13	32	1140	1,06	2,6	92,61
2003	140	25000	35000	10	50	1400	0,67	3,34	93,4
2004	190	23000	34000	25	69	2210	1,06	2,93	93,76
2005	47369	33000	36000	9474	116	3240	73,66	0,9	25,19
2006	50211	30000	35000	12553	120	3850	75,76	0,72	23,24
2007	50400	28000	33000	7560	280	4455	61,29	2,27	36,12
2008	21160	30000	30000	3174	330	4200	41	4,26	54,26
2009	22000	30000	29000	2200	360	4350	31,68	5,18	62,63
2010	24000	32000	28000	4800	400	4480	49,39	4,12	46,1
2011	2500	34000	29000	375	476	5075	6,28	7,97	84,92
2012	2000	30000	20000	900	480	3660	17,65	9,41	71,76
2013	1900	31500	18400	855	567	3496	17,17	11,38	70,19

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

O principal combustível das guseiras é o carvão, que, no caso das localizadas em Marabá e entorno, tem origem eminentemente vegetal. Portanto, a produção de carvão de Marabá e do entorno está intimamente ligada com a situação das guseiras instaladas no polo industrial marabaense.

A década de 2000, foi de intensivo crescimento do PIB regional em todos os setores econômicos: indústria, agropecuária e serviços. Esse crescimento alimentou uma euforia tão intensa nas elites regionais que rebateu inclusive no movimento de redefinição territorial, em que as mesmas forjaram um discurso de criação do Estado de Carajás, com sede no município de Marabá.

Evidentemente que de 2000 em diante, as propostas de expansão da atividade industrial marabaense foram colocadas a reboque dessa euforia econômica, vivenciada em boa parte dessa década, onde a instalação das guseiras no polo industrial fez parte. Por outro lado, as dificuldades de instalação e funcionamento das mesmas no Estado de Minas Gerais promoveu ainda mais a instalação de guseiras em Marabá, que no auge contou com 11 empreendimentos desse tipo.

Porém, a crise econômica mundial (que projetou para baixo o preço do ferro gusa), o endurecimento da legislação ambiental e o aperto na fiscalização foram fundamentais para desarticular sumariamente as guseiras do Polo Industrial de Marabá, pois tais empreendimentos funcionavam em sua grande maioria usando carvão de originados de floresta nativa e processados a partir do trabalho escravo.

O auge das guseiras do polo marabaense está colocado entre os anos de 2004 e 2009, coincidentemente, portanto, com a expansão da produção de carvão vegetal dos municípios em questão, onde Marabá também não foge a regra. Como se pode observar na tabela 21, em 2006 Marabá atinge o auge da produção de carvão vegetal, que foi de 50.400 toneladas.

As variáveis lenha e madeira em tora também podem ser explicadas pelo contexto acima descrito. Com o aumento da lenha, que serve como insumo para criação do carvão, a quantidade de madeira em tora será reduzida em virtude do interesse maior na produção de ferro gusa. Em Marabá essa situação é muito emblemática, pois a madeira amazônica tem alta demanda internacional. Contudo, a partir de 2005, ou seja, com a possibilidade de modificação da estrutura produtiva regional, o percentual da produção de madeira em tora decresce de níveis acima de 90%, para patamares próximos a 30%.

Em Parauapebas o comportamento da produção madeireira é semelhante aos outros municípios destacados. Crescimento modesto até a metade da década de 2000, expansão forte e novamente retração (tabela 22). Porém nesse município dois detalhes podem modificar um pouco a situação: suas áreas protegidas formam grande parte da área desse município, já que nele está boa parte da maior reserva mineral do planeta: a Serra dos

Carajás. Por outro lado, por conta disso Parauapebas tem recursos oriundos dos projetos de exploração mineral instalados em seu território.

Tabela 22: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo do município de Parauapebas (PA) (1991-2013).

Ano	Quantidade produzida na extração vegetal			Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)			Valor da produção na extração vegetal - percentual do total geral		
	Carvão vegetal (t)	Lenha (m3)	Madeira em tora (m3)	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
1990	25	3000	20000	85	450	29480	0,27	1,41	92,15
1991	20	3000	22000	265	1920	165000	0,13	0,94	80,87
1992	18	2000	20000	2286	6460	760000	0,24	0,68	80,17
1993	12	2000	12000	41	314	28685	0,12	0,91	82,89
1994	10	2000	10000	1	1	87	0,61	0,61	52,73
1995	30	5000	20000	6	5	240	1,81	1,51	72,51
1996	40	6000	22000	8	39	330	2,07	10,1	85,49
1997	30	4500	14500	3	7	145	1,85	4,32	89,51
1998	30	5000	15000	3	8	180	1,51	4,02	90,45
1999	30	6000	20000	2	6	380	0,5	1,51	95,48
2000	37	7500	12000	3	8	240	1,15	3,07	91,95
2001	40	7000	13000	4	70	325	0,97	16,95	78,69
2002	55	9000	15000	6	14	450	1,24	2,9	93,36
2003	58	10000	25000	4	20	1000	0,39	1,93	96,53
2004	55	10000	20000	7	30	1300	0,52	2,22	96,15
2005	12884	10000	16000	2577	35	1440	63,47	0,86	35,47
2006	14700	8000	14000	3675	32	1540	69,89	0,61	29,29
2007	15100	8500	15000	2265	85	2025	51,64	1,94	46,17
2008	6350	8000	13000	953	88	1820	33,19	3,07	63,39
2009	6300	7000	10000	630	84	1500	28,33	3,78	67,45
2010	6400	8000	9500	1280	100	1520	43,99	3,44	52,23
2011	6000	6500	7500	900	85	1313	38,96	3,68	56,84
2012	4500	5800	6000	2025	99	1098	62,6	3,06	33,94
2013	4400	5600	5600	1980	101	1064	62,68	3,2	33,68

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Esses recursos garantem, por um lado, a “independência” sobre essas atividades derivadas da madeireira. Entretanto, como poderei mostrar mais adiante, mesmo auferindo compensações financeiras por esses projetos minerais, as condições gerais da população não acompanham o crescimento econômico do município.

Explicar a situação da atividade madeireira no sudeste do Pará requer entender os rebatimentos que o crescimento econômico da década de 2000 e posteriormente a crise

nessa mesma década atingiram esse setor, além de relacioná-los à atividade mineral, tão forte na RI de Carajás.

Talvez em nenhuma outra atividade, seja na pecuária ou na mineração, as condicionantes ambientais atuaram tão fortemente como foi na atividade madeireira. Passando de uma expansão considerável depois de 1960, ela passou a reduções sucessivas ao longo das décadas de 1990 e 2000.

Contudo, não se pode dizer o mesmo dos sujeitos hegemônicos que atuaram nessa ou a partir dessa atividade. Mesmo deixando de ser centrais, eles não perderam a importância. Como bem mostrou Emmi (1999), as elites oligarcas da castanha tiveram que se rearticular em face da perda da hegemonia do bloco de poder regional, após o declínio da atividade de exploração da castanha. Agora, as elites ligadas a essa atividade também procuraram se rearticular no sentido de continuarem presentes no bloco de poder, muito embora não serem mais hegemônicas. As estratégias foram diversas, tais como: investimento na educação dos filhos, para que eles se tornassem personalidades políticas e econômicas, migração para outras atividades, articulações com outros sujeitos de outras atividades e etc.

No que tange à pecuária, é preciso lembrar que mesmo mostrando uma evolução significativa, a ponto de suplantando áreas tradicionais do estado, ela ainda tem problemas sérios na sua reprodução. E esses problemas ficam evidentes se observados a partir da comparação com o tamanho do rebanho e a taxa de abate (MONTEIRO, 2012).

Isso porque:

Na pecuária, a taxa de abate constitui um dos mais relevantes indicadores da evolução do rebanho. Elevadas taxas de abate acompanhadas de baixa produtividade ou de estagnação dos níveis de importação de gado resultam, com o tempo, em queda gradual do rebanho. Por outro lado, baixas taxas de abate de animais refletem não só a baixa produtividade da pecuária, mas também afetam no nível de atividade da indústria, uma vez que comprometem o aproveitamento da capacidade de abate dos frigoríficos. No Brasil, as taxas de abate são historicamente baixas, quando comparadas com outros países, mostrando ainda grande potencial de avanço da produtividade da pecuária nacional, sendo que as do Pará situam-se ainda bem abaixo da taxa nacional [...] (MONTEIRO, 2012, p. 60).

Tendo a taxa de abate do Pará girando em torno de 10 a 20%, dependendo das fontes utilizadas, Monteiro (2012) apresenta duas considerações a cerca do rebanho bovino do estado. A primeira é referente ao destino do gado, demonstrado pelo aumento da

exportação dele vivo para outros países. A segunda pode ser uma estratégia de segurar a taxa para aumentar o preço da arroba do boi. E ambas parece ir de encontro a disputa entre pecuaristas e frigoríficos instalados no sudeste paraense ao entorno de Marabá.

Juntamente com o crescimento do rebanho bovino do sudeste do Pará, também ocorreu a expansão dos frigoríficos. A partir de 1996 até 2005, oito frigoríficos se instalaram no sudeste paraense: um em Redenção, um em Santana do Araguaia, dois em Xinguara, um em Rio Maria, um em Eldorado dos Carajás, um em Marabá e um em Tucumã. E a partir de 2005 mais dois surgem, um em Redenção e um em Tucumã (MONTEIRO, 2012).

Após 2007, ocorreu a fusão de unidades frigoríficas, fazendo com que dos dez, três estivessem sob o controle do mesmo grupo. Esse processo de concentração da capacidade de abate é um dos motivos de conflitos entre pecuaristas e donos de frigoríficos, e se mostra importante no desdobramento do abate clandestino e na exportação de boi vivo a países como Venezuela e Líbano (MONTEIRO, 2012).

Portanto, seja na atividade madeireira, ou na pecuária, a situação ora apresentada indica uma contradição, pendendo para a expansão de ambas, mas também para o conflito interno. No item a seguir apresentarei dados da mineração para mostrar que, além de principal atividade regional, ela ainda é desenvolvida por um sujeito hegemônico a nível internacional que estabelece relações totalmente diferentes no e pelo território.

4.2 A atividade de exploração mineral (minério de ferro): o dínamo da fronteira

Se no âmbito da reprodução das duas atividades, acima abordadas, as condições não podem ser de total euforia, na atividade mineral essa situação foi um pouco diferente. Sucessivos recordes foram batidos pela exploração mineral a partir da extração do minério de ferro da Serra dos Carajás.

Na tabela 23 está a produção mineral do Estado do Pará e do Brasil, desde os anos 1996 até 2012. Contendo a produção bruta, os valores da produção, investimentos e empregos para o Estado do Pará e para o Brasil.

Ao final do ano de 1990, a produção mineral no Estado do Pará representava algo em torno de 20% da brasileira e a de Minas Gerais 25%. Em 1996 a participação da produção paraense retrai para 19,64%. Contudo, em 2012 cresce para 26,24% do total nacional, um avanço de pouco mais de seis pontos percentuais para 1996 e a média de

participação ao longo do período. Esse recuo pode ser explicado pela privatização da companhia que falarei mais a frente.

Tabela 23: Produção de minério de Ferro do Pará e do Brasil (1996-2012).

Ano	Pará				Brasil	
	Produção Bruta (t)	Valor da Produção (Reais)	Investimentos (Reais)	Empregos	Produção Bruta (t)	Valor da Produção (Reais)
2012	117.923.564	17.988.395.799			400.627.000 ²	55.400.000.000
2011	119.766.220	20.002.844.967			398.130.813 ²	64.700.000.000
2010	111.349.148	14.097.152.280			509.753.502	81.160.609.000
2009	92.953.675	8.062.718.387	290.552.783	3.533	406.933.947	25.554.874.286
2008	118.895.205	8.048.680.979	292.483.904	3.067	486.499.405	27.901.166.081
2007	107.239.432	5.145.014.553	459.573.280	2.848	463.895.037	19.653.029.268
2006	90.711.726	4.840.602.392	965.577.000	2.083	413.014.282	20.721.038.174
2005	82.892.320	3.975.274.992	805.281.000	1.288	376.195.336	15.518.926.198
2004	79.644.657	2.889.190.847	472.687.499	1.090	346.655.421	7.259.584.317
2003	67.388.903	2.435.819.593	750.853.059	848	310.781.916	10.142.785.471
2002 ¹	12.852	336.956	-	6	222.060.932	5.083.218.352
2001	60.819.837	1.665.732.345	15.198.760	901	267.759.089	5.203.187.357
2000	55.946.723	1.351.246.492	73.339	465	274.135.731	4.501.400.890
1999	51.897.879	1.159.681.252	16.800	439	261.871.582	3.687.366.44
1998	55.949.306	863.426.705	109.446	851	257.219.922	2.699.853.618
1997	54.258.741	776.670.732	39.066	901	257.878.109	2.713.420.375
1996	51.151.544	677.757.980	44.434	1190	260.444.268	2.205.141.916

Fonte: IBGE/DNPM/Adaptado pelo autor.

1 Os números desse ano divergem bastante para os outros, mas foram retirados diretamente do Anuário Mineral Brasileiro. Uma possível explicação para essa enorme discrepância pode ser dada pela ação dos movimentos sociais, que nesse ano realizaram várias ações em face da eleição de Lula nesse mesmo ano. Daí, a Vale como forma de pressionar pode ter subdimensionado as informações. Contudo, qualquer explicação aqui não passa de pura especulação.

2. Produção beneficiada.

No entanto, além disso vale ressaltar na verdade algumas coisas, a primeira delas são os investimentos feitos na exploração do minério de ferro ao longo desse período. Que salta de modestos 44 mil reais, em 1996, para mais de 805 milhões de reais, em 2005. É um acumulado de 4.052.490.370,00 de reais, onde boa parte, 4.052.406.870,00 de reais, foram aportados após sua privatização. Essa escalada dos investimentos feitos na exploração de minério de ferro evidencia a passagem da empresa do domínio público para o privado e o caráter por ela assumido.

Essa passagem também deixou sequelas no quadro de funcionários da empresa nos anos de 1996 até 2000. Com a privatização foi lançada uma campanha de demissões, onde vários funcionários aderiram espontaneamente ou forçadamente (TEIXEIRA; BEISIEGEL, 2006).

Avançando mais nas informações disponíveis na tabela 23 gostaria de comentar sobre o crescimento do valor da produção mineral paraense, que começa em “modestos” 677.757.980,00 reais, e salta para 8.062.718.387,00 reais em 14 anos de atividade. Um crescimento de 1089,6% nesse espaço de tempo, sendo que boa parte do tempo foi dado quando ela passou à iniciativa privada, acumulado um total de investimento foi 41.892.154.205,00 reais em 14 anos de operações.

Todos os crescimentos – da produção bruta, no valor da produção e nos investimentos, podem ajudar a entender duas coisas: primeiro o papel da exploração mineral da economia regional, bem como da estadual. Além de poder permitir inferir o caráter capitalista que a empresa vem mostrando quando desenvolve suas atividades.

Tabela 24: Valores concedidos pelo BNDS para empresas atuantes no sudeste paraense (2008-2014).

Ano	Cliente	CNPJ	UF	Valor Contratado
2014	VALE S/A	33592510000154	PA	2.527.103.000,01
2013	MBAC FERTILIZANTES LTDA.	13971723000180	PA	17.933.000
2012	ATLANTICO - CONCESS TRANSMISSAO ENERGIA DO BRASIL LTDA	12402255000160	PA	42.254.999,99
2011	VALE	33592510000154	PA	776.684.215,69
	FASE FEDERACAO DE ORGAOS P/ ASSIST SOCIAL E EDUCACIONAL	33700956000155	PA	9.347.384
2010	VALE S/A	33592510000154	PA	175.882.585,5
	VALE S/A	33592510000154	PA	85.971.308
	VALE S/A	33592510000154	PA	175.882.585,5
	VALE S/A	33592510000154	PA	85.971.308
2009	VALE S/A	33592510000154	PA	1.127.598.171
2008	MC LOG S/A LOGISTICA E TRANSPORTE	7521328000100	PA	496.248
	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	33592510000154	PA	1.484.498.876

Fonte: BNDES/Adaptado pelo autor.

Ainda sobre os investimentos aportados na exploração mineral, apresento a tabela 24 mostrando alguns números dos financiamentos concedidos pelo BNDES ao estado. Infelizmente a página do banco não disponibiliza informações de anos anteriores a 2002, mas, pelos registros, a Vale só começa a constar a partir de 2008.

Somando apenas os financiamentos que tiveram alguma rubrica específica para a exploração de minério de ferro, tais como aquisição de vagões ou equipamentos para a mina de Carajás, em Parauapebas, por exemplo, a empresa recebeu 6.439.592.049,7 reais de financiamento do BNDES, só para investir especificamente na exploração do minério de ferro de Carajás. No período de 2002 a 2014, a Vale recebeu mais dinheiro do BNDS que qualquer outra empresa no Estado do Pará.

A soma de dinheiro em questão só corrobora o caráter que essa atividade tem, tanto para a empresa, quanto para a região. Antes de avançar nessa ideia, quero mostrar algumas informações relacionadas à atividade mineral, que vão de encontro a importância que ela tem. Contudo, será preciso ampliar um pouco mais a discussão que estava a nível do setor industrial.

A situação do setor industrial no Pará foi objeto de reflexão de Monteiro; Cruz (2012). Para fazer as análises os dois autores trabalharam com dados do IBGE entre os anos de 1996 a 2000. A conclusão dos autores diz que a indústria extrativa estava em franco crescimento da sua participação na economia regional, enquanto que a de transformação passaria por diminuição de seu peso na economia.

Apesar de tratar uniformemente a indústria do extrativismo, não se pode esquecer de destacar que esse crescimento da indústria extrativa se deve em grande parte a extração mineral e, particularmente, a extração do minério de ferro (MONTEIRO; CRUZ, 2012).

Portanto, a discussão posta pelos autores supracitados corrobora os números da exploração do minério de ferro que mostrei. Por exemplo, esse montante de investimentos na extração mineral (ora da própria empresa, ora do BNDES) promoveu um aumento considerável tanto na produção quanto nos postos de trabalho. Para os empregos ligados à atividade, o crescimento foi de: 439 postos diretos ligados exclusivamente à extração de minério de ferro em 1999, para 3.533 em 2009 (tabela 23).

A importância da extração do minério de ferro também pode ser vista pela contribuição à região, que representa 70% da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e para o município de Parauapebas com quase 24% desse montante.

Reforçando ainda mais minha posição sobre a importância da atividade mineral na região, apresento o PIB regional. Para facilitar a aquisição dos dados, uso agora o recorte da Região de Integração de Carajás²³, que é um pouco maior que o recorte proposto no

²³ Para mais detalhes ver comentário sobre a RI Carajás feito na introdução e os mapas 02 e 14.

trabalho, mas não afetarão as análises, pois os municípios que entrarão não são mais expressivos nos setores elencados.

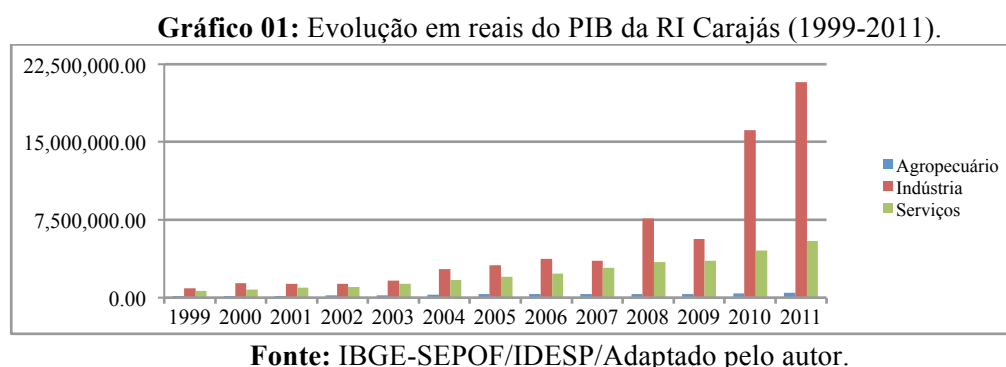
Tabela 25: Valor Adicionado Agropecuário, Indústria e Serviços (R\$ 1.000,00) segundo Região de integração Carajás (1999-2011)

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	Total
1999	141.359,00	917.841,00	674.244,00	1.733.444,00
2000	147.249,00	1.399.322,00	769.693,00	2.316.264,00
2001	172.330,00	1.315.156,00	949.022,00	2.436.508,00
2002	202.494,00	1.321.371,00	1.020.404,00	2.544.269,00
2003	246.285,00	1.666.092,00	1.308.033,00	3.220.410,00
2004	286.724,00	2.726.442,00	1.691.978,00	4.705.144,00
2005	324.245,00	3.130.370,00	1.984.642,00	5.439.257,00
2006	366.777,00	3.704.441,00	2.310.133,00	6.381.351,00
2007	357.170,00	3.578.281,00	2.887.538,00	6.822.989,00
2008	347.677,03	7.610.529,45	3.404.158,50	11.362.364,98
2009	319.524,05	5.672.038,25	3.542.677,01	9.534.239,31
2010	404.441,00	16.133.100,00	4.541.066,00	21.078.607,00
2011	453.866,89	20.766.242,22	5.432.986,95	26.653.096,06

Fonte: IBGE-SEPOF/IDESP/Adaptado pelo autor.

A tabela 25 mostra o PIB da região de 1999 até 2011, discriminado por setores econômicos. Pela tabela é possível perceber claramente a diferença entre a agropecuária, a indústria e os serviços.

O resultado dos investimentos e do volume de produção são traduzidos nas diferenças de crescimento entre os setores. Enquanto o crescimento anual da agropecuária está em torno de 9,38% a.a. e o de serviços 17,41% a.a., o da indústria foi de 27,11% a.a.. Sendo que, ao final do período, em 2011, a diferença se mostra enorme, chegando a agropecuária e os serviços juntos representarem pouco mais que um quarto da indústria, que cresceu a taxas bem maiores. Para ajudar visualizar melhor essa diferença, compilei um gráfico com os valores de cada um dos setores por ano (gráfico 01).



Lembrando rapidamente que Monteiro; Cruz (2012) diferenciam a indústria extrativa da de transformação, e que no caso específico da RI Carajás, a primeira tem o crescimento muito mais elevado que a segunda. Posso garantir que nesse PIB a importância da extração mineral, principalmente do minério de ferro que é explícita.

A partir de agora gostaria de retomar os diálogos que tracei no capítulo 3 para dar sequência à pesquisa. Em tempo, lá no capítulo 3 procurei argumentar que a produção do espaço na fronteira se dá a partir das determinações capitalistas, onde o monopólio do território e da configuração territorial garantem a máxima exploração.

Na fronteira amazônica, definida no sistema mundo internacional como fornecedora de produtos primários, tais como a soja, a madeira, o gado e os minérios, quanto mais a reprodução capitalista está próxima das determinações globais, ou seja, daquilo que Marx (2011, p. 170) chamou de “mercado mundial”, mais necessário é esse monopólio, já que é uma forma de garantir menos trabalho necessário.

As duas primeiras atividades que apresentei nesse capítulo (a pecuária e a madeireira), por mais que hajam determinações para além da escala regional, pois tanto a madeira quanto o gado amazônicos são mercadorias vendidas para o exterior, elas não são desenvolvidas a partir do monopólio do território e da configuração territorial. Ambas atividades contam com pressões da opinião pública nacional e internacional, são alvos de ações dos movimentos sociais: como o MST, por exemplo, e de disputas internamente nos setores, como os pecuaristas e os donos de frigoríficos e são conflitos inerentes à reprodução capitalista, os quais poderei desenvolver mais adiante, pautado numa lógica capitalista de exploração do valor.

Conflitos esses que, na mineração, parecem não existir, pelo contrário, parece haver um consenso que a exploração mineral, onde o minério de ferro cumpre papel importante, é uma atividade da maior importância para a população. Chegando ao ponto de passar a impressão que sem a Vale, os municípios com projetos minerais, passariam por grandes problemas financeiros.

Tal impressão pode ser vista num trecho da entrevista com o interlocutor 3 ao se referir à situação econômica do município:

[...] Eu acho que nós estamos empatados. Eu acho que o município, tem normativas, tem qualificação técnica hoje pra buscar alternativa mesmo no momento de crise. É de inovações elementos motivadores pra

transformar essa realidade, eu acho também que falta pouca, falta é olhares pra esse seguimento, como eu vinha dizendo, porque como eu falei, capacidade técnica tem, os recursos estão aí postos e as possibilidades e potencialidades elas também estão aí postas. **Eu acho que a gente, e aí eu penso que o nosso pior mal, tô falando como como Marabá, como marabaense é entender que só existe uma potencialidade econômica a ser explorada no município, que é a questão da mineração. A gente não tem percebido ou não tem procurado perceber que existem tantas outras alternativas.** Marabá não era pra tá nessa situação que está de forma nenhuma alguma e a região também. Porque nós temos outras vocações econômicas que nós não exploramos. Aquilo que eu te falei, que pra mim é um pecado enorme é um erro grotesco da questão de ter a terra. Ter o produtor rural, ter o recurso, ter o mais importante, como eu digo, o mercado consumidor, ou seja, nós íamos vender pra nós mesmo: pras escolas, pelas delegacias, pros presídios, pros hospitais, né?! E nós não fazemos usos disso! Como é que uma região tem oitenta e oito assentamentos e ela não é uma referencia? Né, na produção agrícola da agricultura, da agricultura familiar? [...] (Informação Verbal)²⁴.

Apesar de bastante esclarecedor, lembro que o município de Marabá não tem os maiores projetos de exploração mineral, por isso sua dependência a eles é bem menor em relação a Parauapebas, por exemplo.

A Vale parece ter conseguido construir um monopólio que vai além da configuração territorial e se apresenta no e pelo território. Decerto que ela pode ser considerada perfeitamente como um sujeito hegemônico que está sob as determinações diretas da reprodução capitalista.

Assim como no passado, as oligarquias do caucho e da castanha conseguiram constituir um monopólio do território e da configuração territorial, a Companhia Vale, com a mineração, também conseguiu consolidar o seu monopólio.

Nos dias atuais o território constituído pela Companhia Vale se estende por todo o sudeste paraense, incluindo os municípios que foram um dia desmembrados de Marabá, que também são envolvidos direta ou indiretamente com a exploração mineral desenvolvida por essa empresa.

Para Palheta da Silva (2004) a Vale se constitui num sujeito hegemônico no território do sudeste paraense, pois até mesmo o Estado do Pará não tem condições de dialogar com ela de igual para igual. Os municípios e seus arranjos políticos locais têm pouco diálogo com a companhia, pois os mesmos dependem diretamente das atividades da mineradora, alguns mais outros menos.

²⁴ Entrevista concedida pelo interlocutor 3, titular da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de Marabá, agosto de 2015 (grifos nosso).

Conjuntamente observando os municípios, o autor conclui que apenas dois deles – Parauapebas e Marabá – conseguem se sustentar sem os repasses governamentais, os outros municípios dependem imensamente desse mecanismo de inversão de impostos. E esses municípios, os quais o principal empregador é a prefeitura, ainda oneram de outra forma os outros dois, pois a maioria dos problemas que deveriam ser resolvidos por eles são repassados para Marabá ou Parauapebas.

[...] A realidade com os processos de poder que vieram junto com os interesses de um grande grupo de mineração, a Companhia Vale do Rio Doce, aos poucos suplantou o poder do Estado paraense e até mesmo o nacional. A CVRD multifacetou e criou sua hegemonia no território que ela domina em Carajás, direcionando seus interesses muito diferentes dos interesses do Estado do Pará (PALHETA DA SILVA, 2004, p. 185).

Para Palheta da Silva (2004) e Monteiro (2005) é preciso repensar então o papel da Companhia Vale e a mineração no que tange ao desenvolvimento local, pois em todos esses anos de extração mineral ela ainda não foi capaz de dar uma resposta convincente do seu papel como geradora de desenvolvimento social.

A configuração territorial envolvida nesse território está, obviamente, voltada para garantir a reprodução capitalista da empresa a partir da atividade em questão: extração de minério de ferro. Por isso, ela conta basicamente com: os recursos naturais (minério de ferro); a floresta nacional de Carajás; o Núcleo Urbano de Carajás; a ferrovia; os trens; e os navios (mosaicos 01, 02, 03 e 04).

A estrada de ferro de Carajás é operada e administrada pela Vale e foi considerada a mais eficiente do país. Os argumentos para atingir esse mérito, segundo a empresa, é que: a ferrovia tem apenas 27% de seu trajeto feito em curvas, ocorrem poucos acidentes e tem uma velocidade média de 40 km/h.

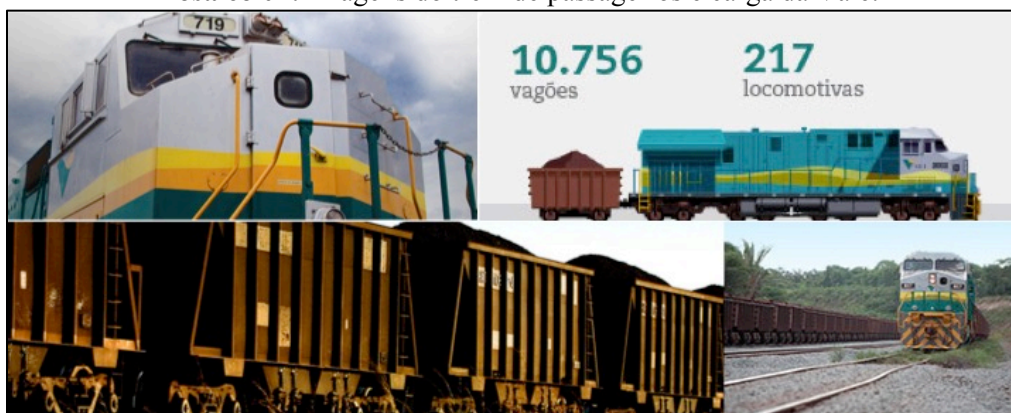
Porém existem outras coisas envolvidas em relação a essa ferrovia que merecem ser destacadas. Primeiramente os maquinistas passam regularmente por treinamento em simuladores adaptados para as características da estrada de ferro de Carajás. Existe um sistema de atrelamento dinâmico, por sinal a *laser*, que permite unir locomotivas sem a necessidade de parar a composição e, por fim, um Centro de Controle de Operações que monitora 35 composições ao longo dos quase 900 km de ferrovia, a partir de um sistema em tempo real (VALE, 2017).

Mosaico 01: Imagens do trem de passageiros e carga da Vale.



Fonte: Material publicitário da Vale/Adaptado pelo autor. **Disponível em:**
<<http://www.vale.com/brasil/PT/business/logistics/railways/Passenger-Train-Service-Carajas/Paginas/new-efc-train.aspx>>.

Mosaico 02: Imagens do trem de passageiros e carga da Vale.



Fonte: Material publicitário da Vale/Adaptado pelo autor. **Disponível em:**
<<http://www.vale.com/brasil/pt/initiatives/innovation/carajas-railway/Paginas/default.aspx>>.

Sobre a logística dos navios, a Vale constrói, em alguns estaleiro da China e da Coreia do Sul, navios para transportar o minério de ferro até Omã, Itália, Holanda, Coreia do Sul, Japão e Filipinas. Segundo ela, esses navios fundaram uma nova categoria de navios cargueiros: os minereiros, denominados de Vale Max. Esses navios têm 362 metros de comprimento, 65 metros de largura, capacidade de carregar 400 mil toneladas, são operados por 22 tripulantes, usam a mais moderna tecnologia naval e viajam a uma velocidade média de 28 km/h.

Mosaico 03: Imagens do navio mineraleiro da Vale.



Fonte: Material publicitário da Vale/Adaptado pelo autor. **Disponível em:**
<http://www.vale.com/PT/initiatives/innovation/valemax/Documents/valemax/_pdf/VAL_VALEMAX_single.pdf>.

Mosaico 04: Imagens das atividades na mina de ferro da Vale.



Fonte: Material publicitário da Vale/Adaptado pelo autor. **Disponível em:**
<<http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/iron-ore-pellets/Paginas/default.aspx>>.

Como se pode perceber, a exploração mineral tem larga vantagem na rentabilidade econômica em detrimento das outras atividades econômicas regionais, as quais eram outrora tradicionais: extração de madeira e pecuária. Porém, como é possível explicar o

esse desnível econômico entre tais atividades? Em minha opinião um dos motivos é o monopólio da exploração desse recurso.

Entretanto, ao longo do capítulo surgiu a seguinte questão: se todas essas atividades são mais ou menos voltadas ao mercado externo, como é possível diferenciá-las e distinguir os sujeitos nelas envolvidos? No próximo capítulo, procurarei fazer uma reflexão teórica sobre o período atual e tratar dessa questão, mas, antes, continuarei desenvolvendo aqui os desdobramentos das atividades acima mencionadas para o sudeste do Pará, observando do ponto de vista da sociedade em geral.

4.3 As atividades e seus “benefícios” à sociedade

Ao longo dos itens anteriores desenvolvi um quadro analítico para mostrar a importância de cada atividade para a economia regional do sudeste paraense. Agora meu esforço é mostrar quais os desdobramentos dessas atividades para a sociedade desse recorte espacial, principalmente a mineração. Como já ficou claro ao longo desse capítulo, a mineração é de longe a que tem maior participação no PIB regional. Contudo, um dos primeiros aspectos que gostaria de destacar é a sua participação nos vínculos empregatícios dessa atividade, sintetizados na tabela 26.

Apesar do crescimento significativo entre o período destacado na tabela, nem de longe os empregos ligados à extração mineral são maioria, pois setores como a construção civil, comércio, serviços e administração pública empregam muito mais pessoas que essa atividade. Essa observação é importante para dar pistas de como a mineração não tem tanta capacidade de gerar o tão falado desenvolvimento social, como afirma a companhia e os setores sociais ligados a ela. No entanto, penso que apenas mostrar os vínculos empregatícios das atividades em questão também não é suficiente para concluir enfaticamente a capacidade dessa atividade de gerar benefícios sociais.

Por conta disso, uma análise da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) pode acrescentar mais luz à questão. Na tabela 27 estão os números dessa arrecadação somente para o minério de ferro, extraído do município de Parauapebas.

Ao longo do período mostrado na tabela, o município foi recebendo evolutivamente os royalties da exploração mineral, saindo de pouco mais de 6 milhões de reais em 1996 para 409 milhões em 2012. O crescimento da CFEM ao longo desses 17 anos foi de

6.614%, convertidos apenas pela exploração do minério de ferro ao município de Parauapebas.

Tabela 26: Vínculos empregatícios da RI Carajás (2000-2012)

Ano	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	Ignorado	Total
2000	1.061	2.521	272	1.407	4.319	6.086	3.880	682	3	20.231
2001	1.206	2.802	314	1.902	6.804	6.658	5.724	1.216	0	26.626
2002	1.355	3.545	307	2.271	7.858	8.379	8.269	1.491	0	33.475
2003	2.041	4.429	465	3.150	7.622	6.132	10.135	2.581	0	36.555
2004	2.018	5.956	580	4.807	9.253	7.924	12.227	3.619	0	46.384
2005	2.602	6.733	699	4.541	10.708	8.588	15.230	3.475	0	52.576
2006	4.539	7.597	723	4.064	12.608	11.084	15.298	3.504	0	59.417
2007	5.304	8.443	1.000	5.841	14.881	12.456	16.084	4.206	0	68.215
2008	6.343	8.714	690	11.173	16.037	13.612	18.762	3.898	0	79.229
2009	7.193	8.688	921	12.734	17.120	13.517	21.778	3.944	0	85.895
2010	7.939	9.925	913	14.651	19.081	17.795	21.533	4.039	0	95.876
2011	9.732	9.544	245	18.539	21.324	19.880	24.210	3.861	0	107.335
2012	12.070	9.362	336	22.106	23.111	22.330	18.204	3.588	0	111.107

Fonte: MTE/RAIS/IDESP

Tabela 27: CFEM de Parauapebas a partir do Minério de Ferro (1996-2012).

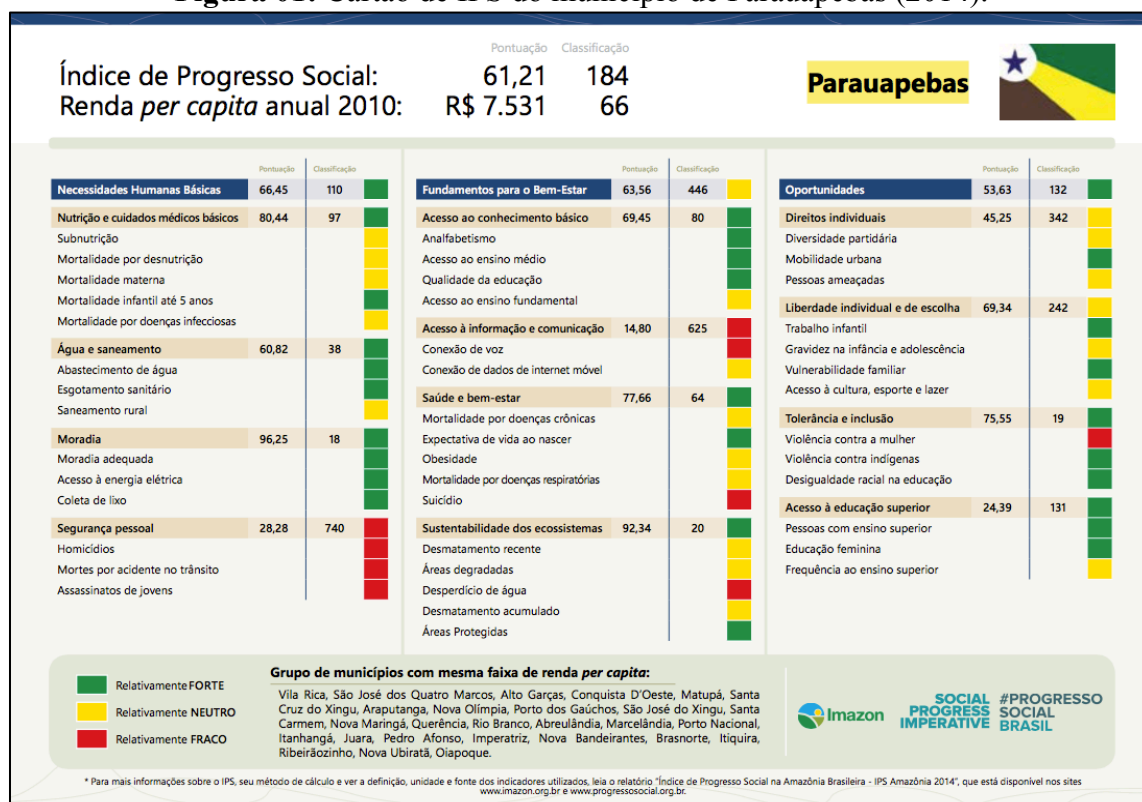
Ano	Quantidade Repassada (Reais)
1996	6.098.187,00
1997	9.278.566,70
1998	11.623.930,23
1999	17.550.144,74
2000	19.064.913,98
2001	22.685.000,00
2002	32.006.000,00
2003	39.385.000,00
2004	43.718.100,51
2005	58.335.087,33
2006	73.559.009,09
2007	81.488.818,52
2008	134.295.157,93
2009	150.646.773,78
2010	218.860.030,96
2011	359.324.606,37
2012	409.435.135,08

Fonte: DNPM/Adaptado pelo autor

Ainda sobre a CFEM, em 2012 o município de Parauapebas foi responsável por quase 80% da arrecadação de CFEM do Pará e 24% do Brasil, só com a exploração do minério de ferro. Evidentemente que vale lembrar a existência de uma divisão dessa compensação entre o município o Estado e a União, onde o primeiro retém 65% e remete o resto ao Estado e à União.

Mesmo assim, ainda detendo 65% dessa compensação, vale observar como o município está situado no Índice de Progresso Social (IPS) do Imazon, que relativiza as variáveis econômicas na condição de reprodução da sociedade. Para tanto, a figura 01 mostra o cartão de pontuação de Parauapebas do índice calculado pelo Imazon no ano de 2014.

Figura 01: Cartão de IPS do município de Parauapebas (2014).



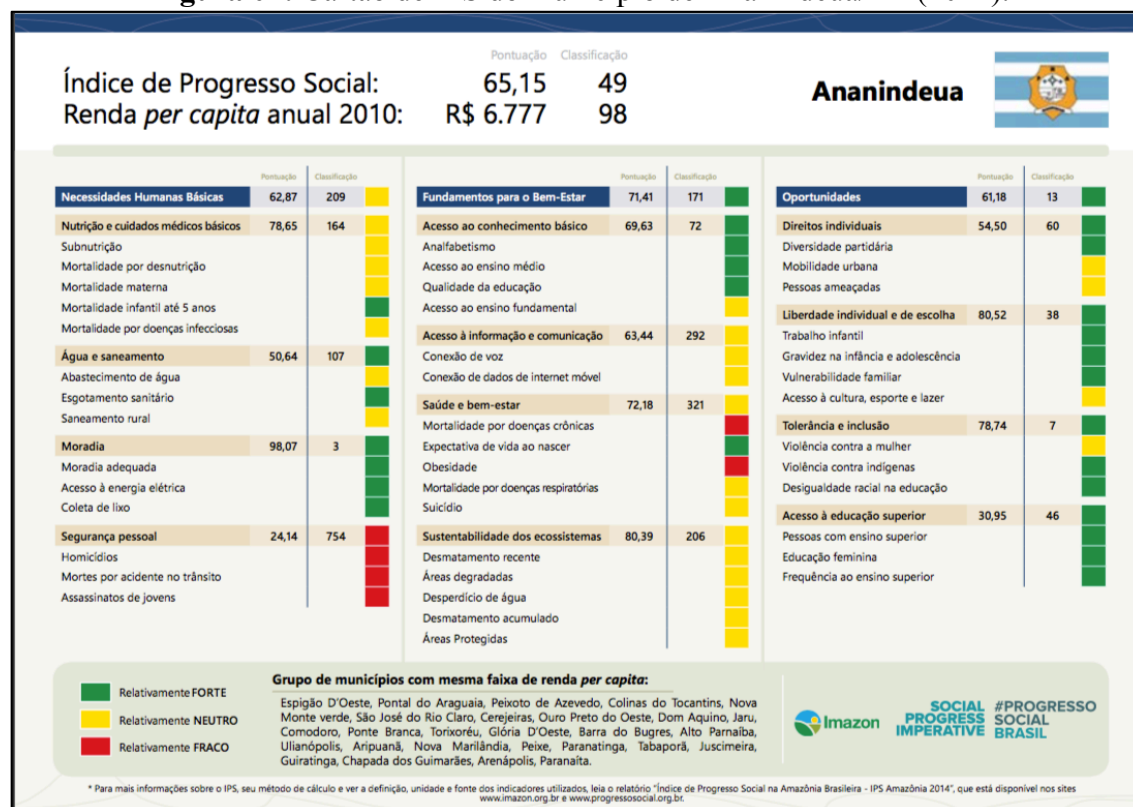
Primeiramente, mesmo recebendo todo esse dinheiro da CFEM, Parauapebas está apenas em 182º de 772 municípios analisados pelo IPS. Ele está atrás até de municípios que tem o PIB e a renda per capita inferiores, como Santa Cruz do Arari/PA (61º) e Magalhães Barata/PA (81º). Mas também está atrás de municípios com economia bem

dinâmica, como: Ananindeua (49º), Belém (4º), Santarém (66º) e Soure (114º), como mostrado nas figuras 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.

Com exceção de Belém, que mostrou um PIB de 28.706.165 reais e um PIB *per capita* de 20.034 reais em 2014, o PIB de Parauapebas 15.568.461 reais e o PIB *per capita* 84.910 reais são muito superiores aos dos outros municípios: Ananindeua 5.777.643 reais e 11.560 reais; Santarém 3.789.328 reais e 13.043 reais; Magalhães Barata 55.159 reais e 6.678 reais; Santa Cruz do Arari 53.094 reais e 5.777 reais, Soure 146.969 reais e 6.104 reais, PIB e PIB *per capita* respectivamente (IBGE, 2014).

Confirmando a afirmação do Imazon (2014) de que a correlação entre os indicadores exclusivamente econômicos e as condições sociais não são diretas. Pois, mesmo Parauapebas sendo o segundo maior PIB e o primeiro PIB *per capita* do Pará, ele se apresenta como o 182º na classificação do IPS (IPS, 2014).

Figura 02: Cartão de IPS do município de Ananindeua/PA (2014).



Contudo, ainda existem outros aspectos do índice que precisam ser comentados e relacionados com a condição social do município de Parauapebas e os outros da Amazônia Legal avaliados.

Figura 03: Cartão de IPS do município de Belém/PA (2014).

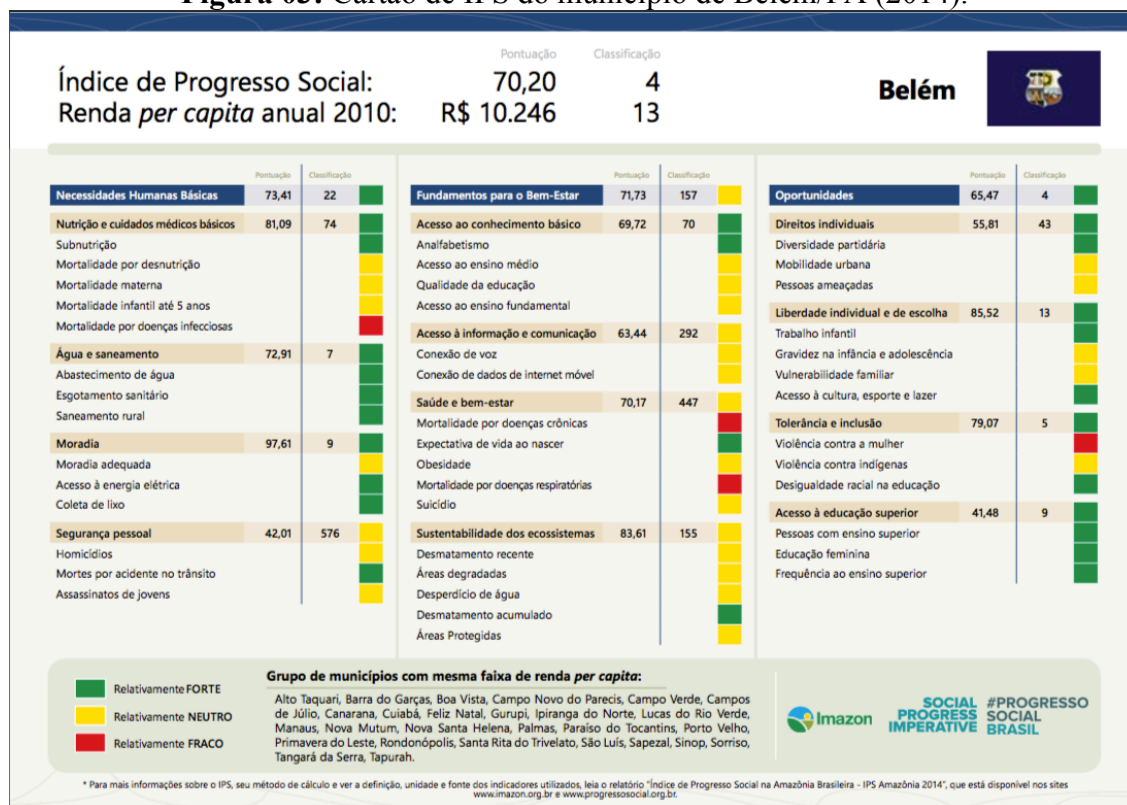


Figura 04: Cartão de IPS do município de Magalhães Barata/PA (2014).

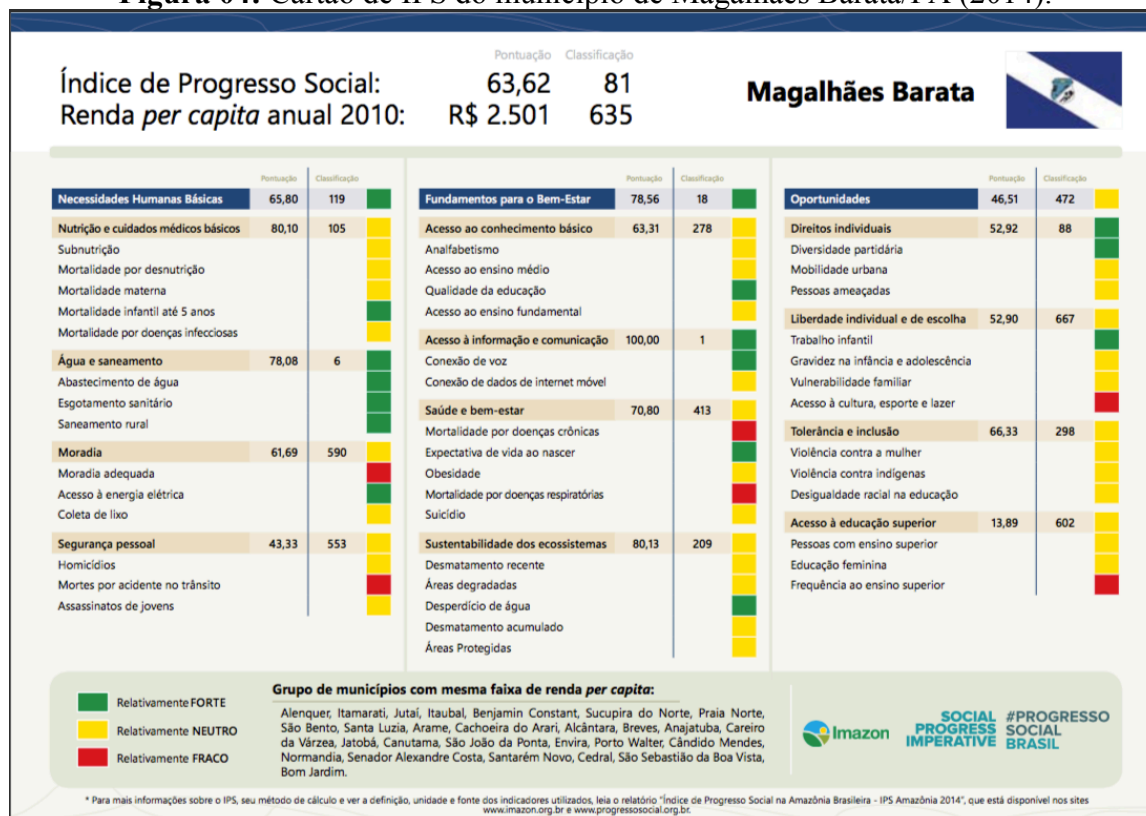


Figura 05: Cartão de IPS do município de Santa Cruz do Arari/PA (2014).

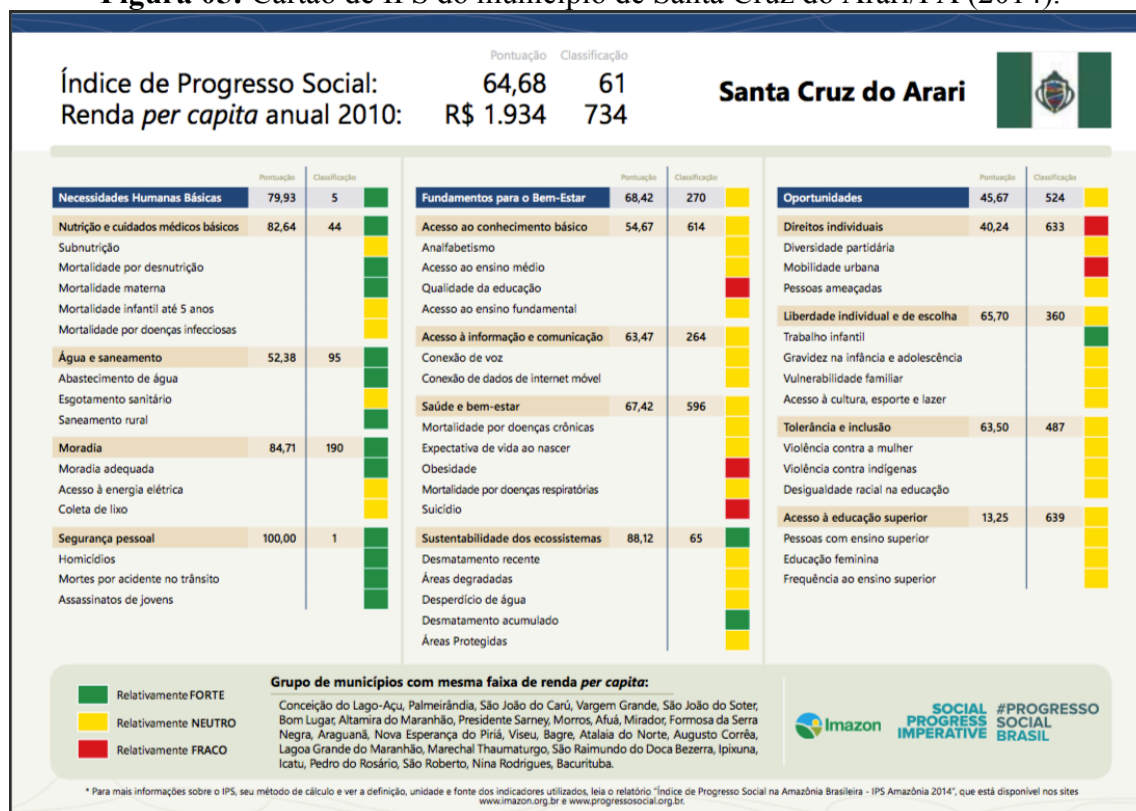


Figura 06: Cartão de IPS do município de Santarém/PA (2014).

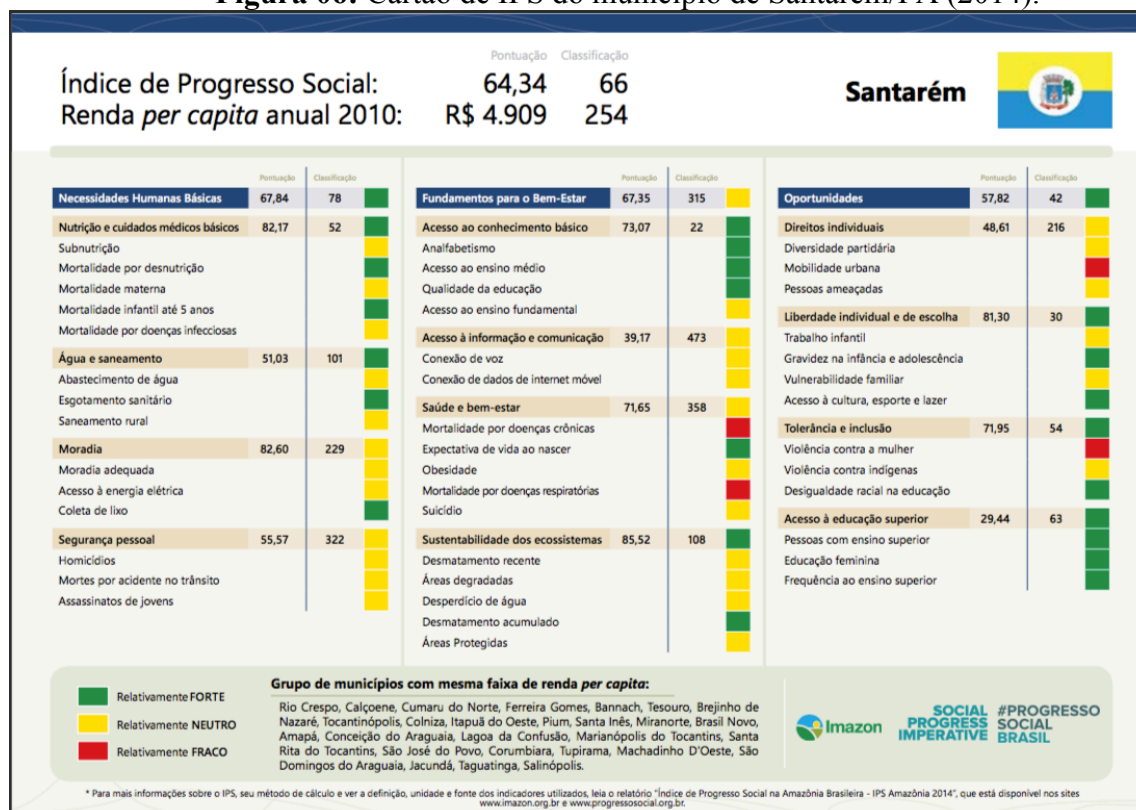
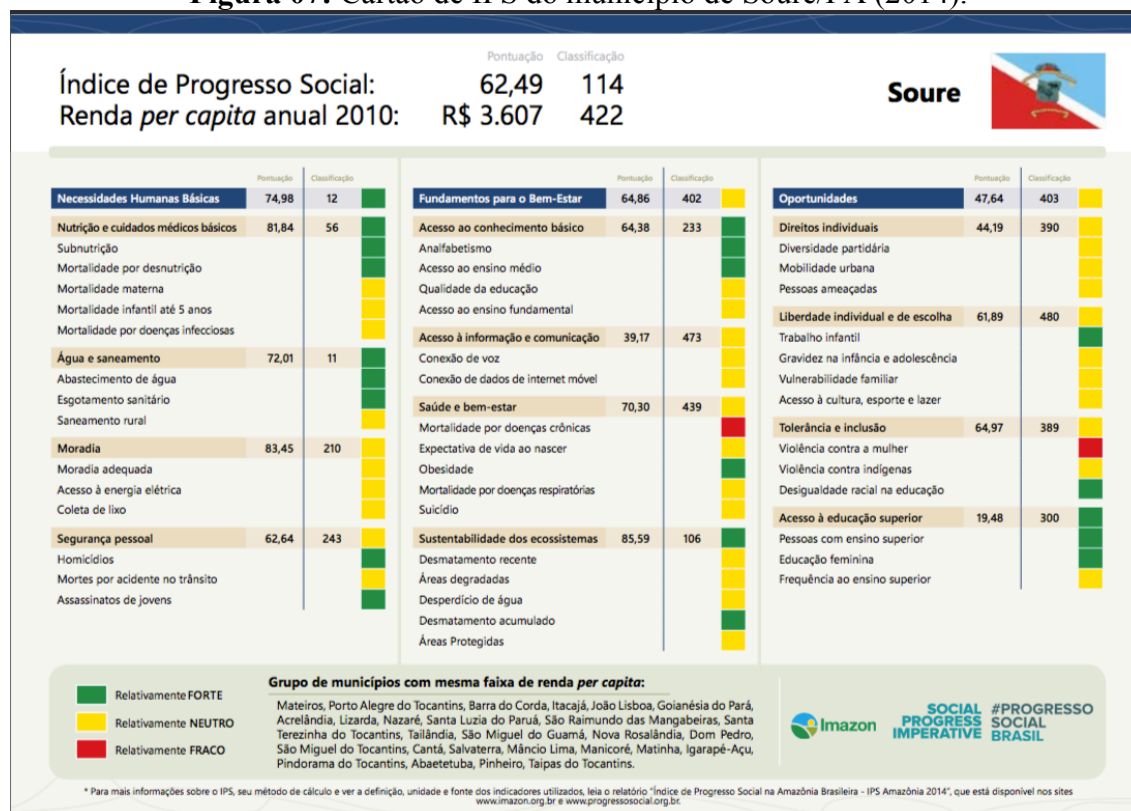


Figura 07: Cartão de IPS do município de Soure/PA (2014).

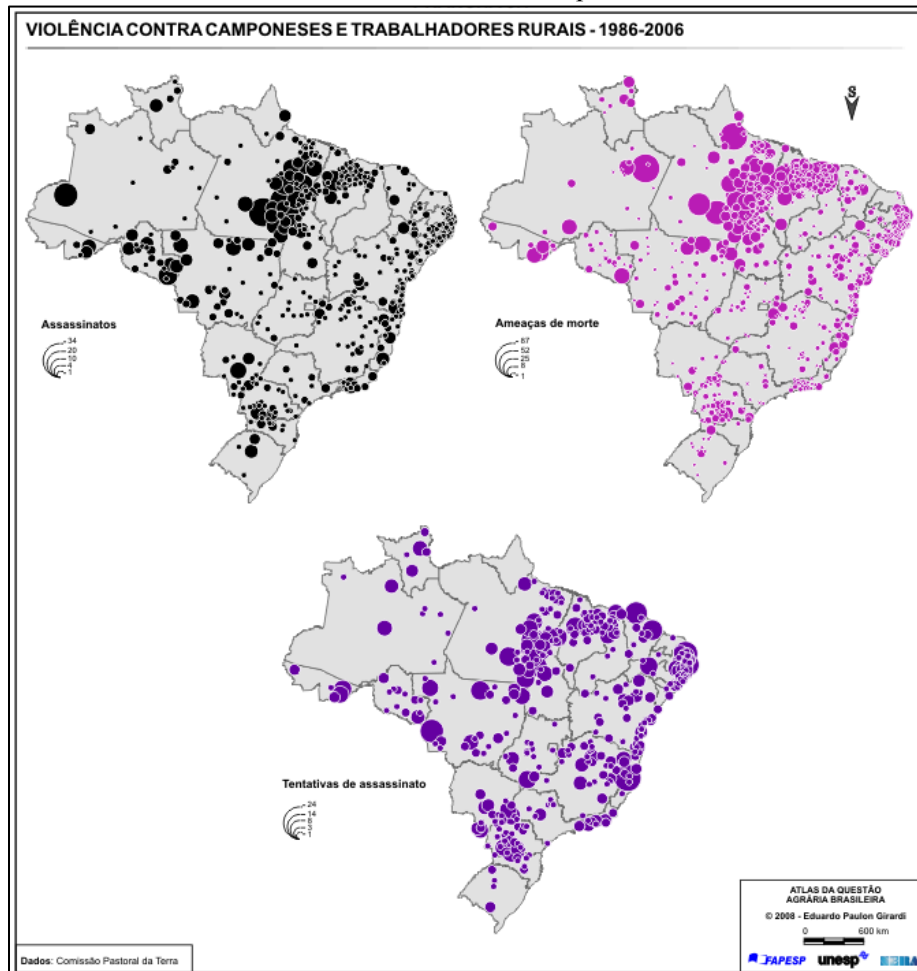


Na Dimensão 1, Necessidades Básicas Humanas, o município ocupa a 97^o posição no componente nutrição e cuidados médicos básicos e 740^o posição no componente segurança pessoal. Na Dimensão 2, Fundamentos para o bem-estar, no componente acesso à informação Parauapebas ocupa o 625^o lugar. Na Dimensão 3, Oportunidades, no componente direitos individuais ele é o 342^o colocado, em liberdade individual e de escolha o 242^o colocado e em acesso à educação superior ele é o 131^o colocado. Isso relacionado com os outros 772 municípios avaliados pelo índice compilado pelo Imazon.

Obviamente que para cada um dos componentes e suas subdivisões haveria de ser feita uma ponderação mais detida, como por exemplo o componente moradia, já que no município de Parauapebas está situado o Núcleo Urbano de Carajás, vila planejada para os funcionários da Vale. Nesse caso, haveria a necessidade de constatar qual a distorção feita pela presença de Carajás, no componente do município como um todo, onde as condições de moradia no núcleo são flagrantemente diferentes do restante do município.

Um item merece ser destrinchado: o componente segurança pessoal, já que ele tem relação direta com o histórico de conflitos sociais da Amazônia Oriental. Os mapas do Atlas da Questão Agrária Brasileira (2008) na prancha 06 podem fornecer importantes conclusões sobre esse componente do IPS.

Prancha 06: Violência no campo no Brasil.



Essa prancha mostra três variáveis: assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinatos. Pela observação direta é possível perceber que aconteceram várias ocorrências dessas três variáveis no sudeste do Pará, especificamente no município de Parauapebas. Evidentemente esses conflitos sociais são uma péssima herança dos processos de ocupação da Amazônia, mas agravados partir da década de 1960, com o planejamento estratégico feito pelo Estado.

Sequela deixada pelo crescimento econômico dito lá atrás, no período do planejamento estratégico. Mesmo hoje, diante dos montantes financeiros gerados pela exploração mineral, pois a violência no campo não deixou de existir, porque a concentração fundiária ainda é muito grande. Fato fácil de perceber pelos outros cartões de pontuação dos municípios de Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Marabá, figuras 08, 09, 10 e 11, respectivamente.

Figura 08: Cartão de IPS do município de Canaã dos Carajás (2014).

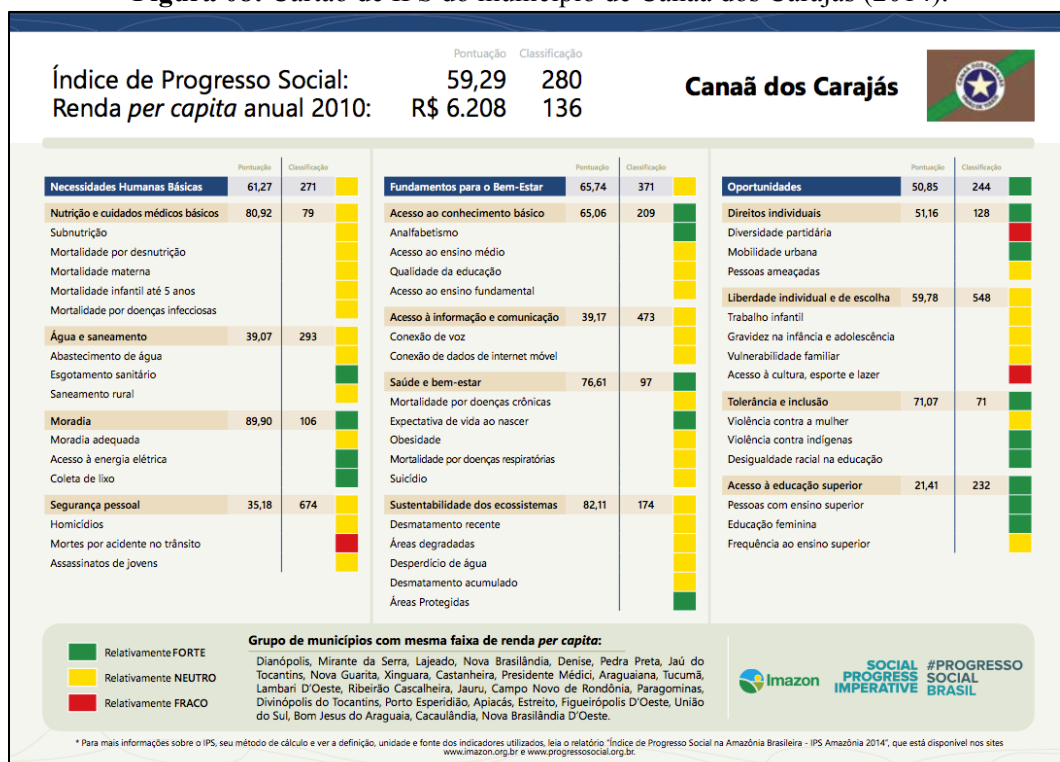
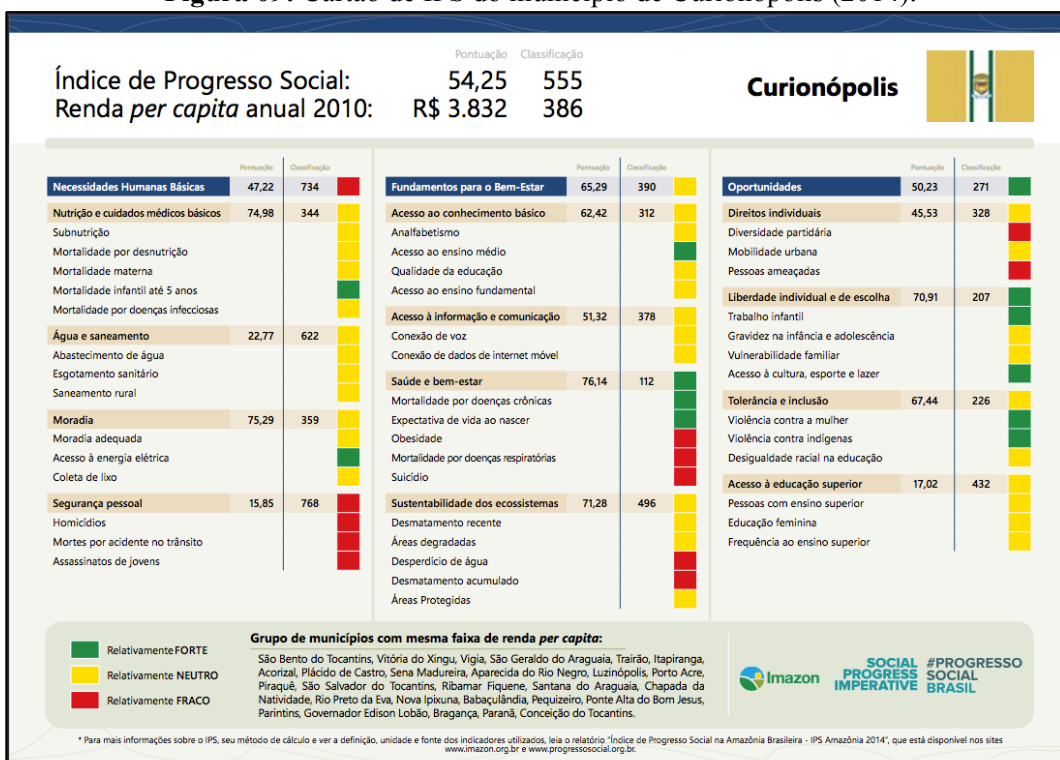


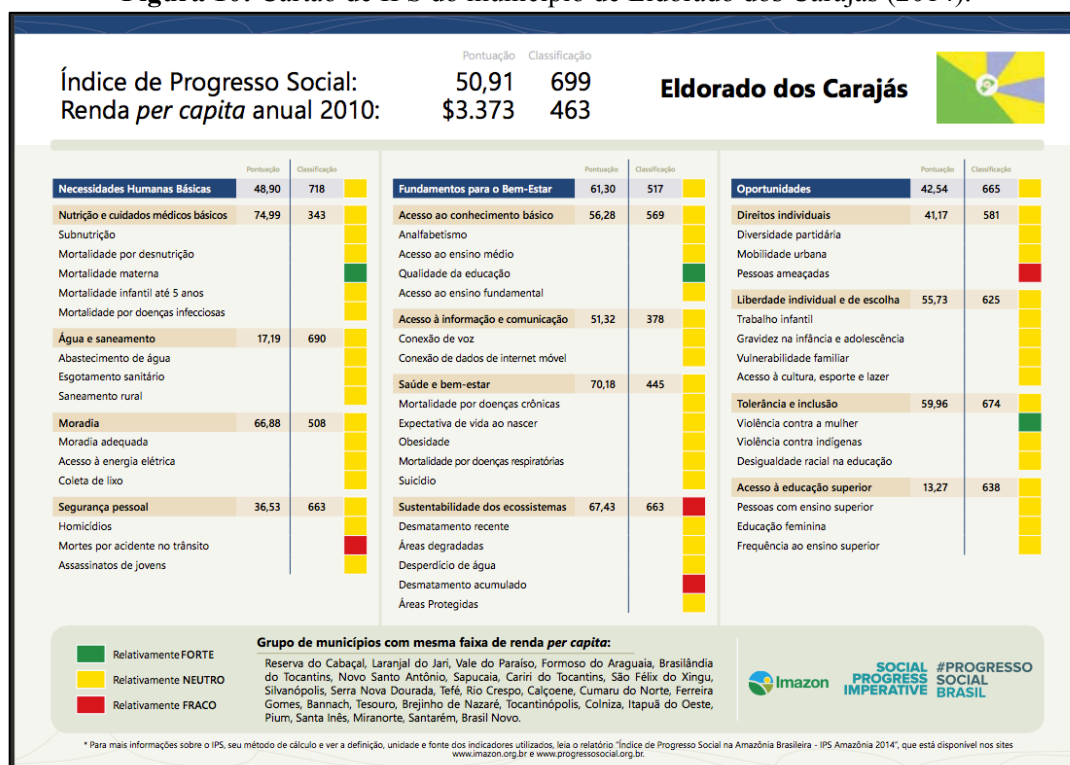
Figura 09: Cartão de IPS do município de Curionópolis (2014).



Pela observação das figuras, nota-se que dois municípios – Curionópolis e Marabá, têm o componente segurança pessoal em vermelho. E ficam posicionados respectivamente

em 768º e 749º posições, nesse componente, em relação aos outros municípios da Amazônia Legal. Já Canaã dos Carajás e Eldorado dos Carajás têm amarelo o componente da segurança pessoal, mas ocupam a 674º e 663º posições no universo em questão.

Figura 10: Cartão de IPS do município de Eldorado dos Carajás (2014).



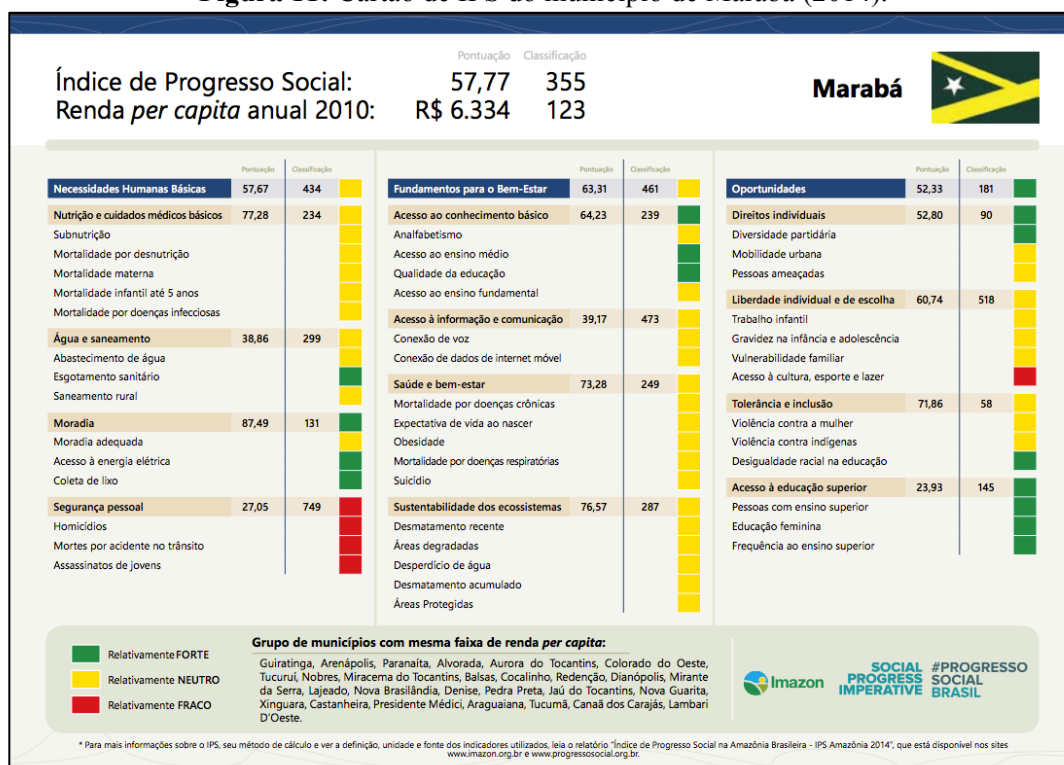
Tais componentes corroboram, de certa maneira, os mapas do Atlas da Questão Agrária sobre a violência no campo, evidenciando uma ocupação violenta desencadeada ao longo da história, principalmente os processos voltados à expansão da fronteira agrícola que enfatizei ao longo dos capítulos 1 e 2.

Segue-se disso que: o crescimento econômico não se traduz em desenvolvimento social (IPS, 2014), principalmente se a realidade for o município de Parauapebas, que recebe um montante considerável da CFEM. Justamente nele em que o monopólio de exploração da Vale está mais latente, essa equação crescimento econômico x desenvolvimento social não está funcionando.

Como se percebe, não há desenvolvimento social concreto nas áreas onde esse monopólio se instala. Segundo Palheta da Silva (2004; 2014), existem poucas iniciativas que contrapõem à Vale: a primeira é do jornalista independente Lúcio Flávio Pinto, que periodicamente aborda as atividades e estratégias da companhia em seu Jornal Pessoa, de

tiragem quinzenal e em sua página da internet, a outra é o MST, que procura se contrapor ao projeto de ocupação proposto pela companhia e, por fim, os índios reivindicando alguma demanda com protestos de ocupação dos trilhos da ferrovia, por exemplo.

Figura 11: Cartão de IPS do município de Marabá (2014).



A questão do MST com a Vale remonta desde a década de 1980, quando ocorreu uma das maiores chacinas do país: o massacre da Curva do “S”, em Eldorado dos Carajás, resultando na morte de 17 trabalhadores rurais. Tal chacina não ocorreu explicitamente a mando da companhia, mas foi desencadeada a partir de conflitos entre a Vale e os garimpeiros de Serra Pelada/PA (TEIXEIRA; BEISIEGUEL, 2006).

Neste capítulo fiz um panorama da situação das três atividades principais do sudeste paraense: extração madeireira, pecuária e exploração mineral (minério de ferro) e tentei evidenciar que há um desnivelamento considerável entre elas no que tange a sua importância econômica.

Ainda neste capítulo mostrei que essas atividades econômicas, por mais fortes economicamente que sejam, não conseguiram impactar diretamente na melhoria das condições sociais de alguns municípios. Com o destaque para a mineração no município de

Parauapebas, onde nem mesmo com o enorme montante de impostos arrecadados com a mineração conseguiram se materializar completamente na e pela sociedade.

Mas, como adiantei, nesta parte do trabalho deixei uma perspectiva para ampliar a discussão e explicar a diferença das atividades e dos sujeitos envolvidos. No próximo capítulo procurarei estabelecer uma reflexão sobre esses elementos empíricos que possibilite distinguir essas três atividades econômicas. Isso me permitirá sistematizar a realidade e possibilitará elaborar uma explicação coerente dos próximos elementos do trabalho.

CAPÍTULO 5 – A ERA DA GLOBALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: TÉCNICA, NEOLIBERALISMO E TERRITORIALIDADE A PARTIR DE MARABÁ

No capítulo 3 elaborei uma síntese do pensamento que me permitiu sair de uma representação caótica da realidade para um concreto com múltiplas determinações (MARX, 2011). Essa síntese, portanto, me permitiu apreender a realidade abstrata, transformá-la numa realidade com múltiplas determinações e foi essencial para eu dar conta de explicar o processo de ocupação em sua generalidade. Contudo, ao longo do capítulo anterior surgiu uma inquietação que culminou numa dúvida muito forte a partir da exposição dos fatos: todas as atividades detalhadas tinham vinculação direta com o mercado externo. Fato logicamente evidente, dado o novo perfil que assume a fronteira Amazônica no final da década de 1990, ou seja, a de fornecedora de produtos naturais com vinculação direta nas bolsas de valores mundiais.

Outra questão é como diferenciar os sujeitos econômicos envolvidos nas principais atividades regionais, principalmente em relação à atuação da Vale e dos outros sujeitos ligados a pecuária e a exploração madeireira? Para responder a essa pergunta é preciso retomar alguns pontos que já abordei anteriormente, mas ampliando ainda mais a discussão para dar cabo dessa questão. Por isso, a seguir procurarei levantar alguns argumentos para definir o estágio atual do capitalismo, os quais servirão para entender o período atual e também relacioná-lo com a tese aqui defendida.

5.1 A reprodução do modo capitalista no tempo presente e a globalização

Marx (2011) afirmou que o capitalismo, por ser um sistema baseado na produção sempre ampliada de valor, ele tem a tendência de sempre criar trabalho excedente. Uma das formas de criar trabalho excedente pode ser pela diminuição do trabalho necessário individualmente, coisa que é dada também pelo desenvolvimento das forças produtivas:

[...] Com o desenvolvimento das forças produtivas, o tempo de trabalho necessário diminui e, com isso, aumenta o tempo excedente. Ou, também, um indivíduo pode trabalhar por dois etc. (“*Riqueza é tempo disponível e mais nada*”, Se todo o trabalho de um país só fosse suficiente ¹para prover o sustento de toda a população, não haveria nenhum trabalho *excedente*¹, e, conseqüentemente, ¹nada que pudesse ser acumulado como capital¹. [...] Uma nação é verdadeiramente rica quando não existe *nenhum juro*, ou quando se trabalha 6 horas em lugar de 12. [...] ¹O que quer que possa

ser *devido* ao capitalista, ele só pode receber o *trabalho excedente* do trabalhador; porque o trabalhador tem de viverⁱ [...] (MARX, 2011, p. 321, grifos do autor).

Um dilema do capital é resolver a equação trabalho excedente x trabalho necessário, intrínseca a seu próprio desenvolvimento. Esse dilema impõe ao capital um desafio de superação, de quebrar as barreiras para efetivar essa diminuição do trabalho necessário.

Arrighi (1997) procurou elaborar um quadro teórico a partir dos ciclos de Kondratieff, de ondas longas, intermediados por crises e inovações para explicar esse processo de expansão e crise do capitalismo. Tais ciclos são dispostos a partir de fases: A e B, onde uma representa estagnação e outra inovação, na medida que as inovações são dadas para superar os impasses.

Voltando a Marx (2011), da resolução do dilema do capital é que vem a força “civilizatória” imponente que tem o capital, algo que já pude levantar no capítulo 3, mas faltou complementar dizendo que a valorização do capital não é imediata, ou seja, no ato da produção, mas só se realiza o valor na circulação, na troca.

O que importa aqui – onde é considerado o conceito geral do capital – é que ele não é **essa unidade de produção e valorização** de maneira **imediata**, mas só como um **processo** ligado a condições que, como vimos, são condições **externas**” (MARX, 2011, p. 331, grifos do autor).

Logo, a força civilizadora do capital nada mais é que, por um lado, a ampliação do seu próprio círculo de reprodução e por outro, a diminuição do tempo necessário para a sua valorização. Algo que Harvey (2005) também apontou mais tarde, chamando essa “força civilizadora” do capital de impulso para acumulação. Santos (2008) preferiu chamar essa força de aceleração contemporânea, que é um momento na história onde há culminância e sinergia de várias forças: do conhecimento, da técnica, da ciência, da sociedade e etc. Arelado à aceleração contemporânea estão o tempo-mundo e o espaço-mundo, que colocam a hegemonia em todos os lugares e a todas as pessoas. Além do mais, esse espaço é construído com uma racionalidade direcionada para a fluidez e para a competitividade.

Então, a aceleração contemporânea (SANTOS, 2008), ou o impulso para a acumulação (HARVEY, 2005) ou a “força civilizadora” do capital (MARX, 2011), para agirem, devem incidir diretamente no espaço, visto que o espaço é a dimensão da circulação. Entretanto, já pude mostrar que o espaço é um fato, um fator e uma instância da

sociedade, por isso, é subordinado e subordinante das determinações do capital (SANTOS, 2002a; MARX, 2011).

Um exemplo de expansão dos limites da circulação já foi visto quando o capital amplia a nível do mercado mundial, o ciclo da circulação de mercadorias (HOBSBAWM, 2016). Nesse momento, ele vai tender a destruir ou a desestruturar qualquer modo de produção alheio a si.

Naturalmenteⁱ, toda produção direcionada ao valor de uso imediato reduz tanto o número dos trocadores quanto a soma dos valores de troca que são lançados na circulação e, sobretudo, a produção de valores excedentes. ^lDaí a tendência do capital 1) de ampliar continuamente a periferia da circulação; 2) de transformá-la em todos os pontos em produção executada pelo capital^l (MARX, 2011, p. 332).

Esse trecho permite refletir a condição tripla do espaço, onde o capital é por natureza expansivo. Essa expansão inicial se defronta com outros modos de produção e outras civilizações, que são paulatinamente incorporadas ao modo de produção capitalista, mas essa expansão não se dá sem resistências, algo que pude desenvolver nos dois primeiros capítulos, por exemplo. Esse estágio do capital de formação do mercado mundial já foi atingido, mas me servirá lá na frente para dialogar com outros pontos em comum. No mais, retomarei o esforço de construção dos elementos para interpretar o período atual.

Entendo que Santos (2008) mostra que a fluidez é a pista fundamental para definir o mundo atual. Logo, a “força civilizadora” do capital, no momento, se dirige para a fluidez (dos fluxos) pelo espaço. Essa fluidez aponta para um elemento fundante na reprodução do capital, seja a diminuição do tempo de realização do valor ou a diminuição no tempo de circulação desse valor, que por sua vez aponta para o desenvolvimento das forças produtivas como a forma de diminuir o tempo de trabalho excedente.

Nesse processo a técnica desempenha um papel fundamental, pois ela é o elemento intermediador entre os seres humanos e a natureza e também a empiria do tempo. “*As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação*” (SANTOS, 2006, p. 34). Então, para entender o período atual é necessário apreender o estado, a difusão da técnica e o papel que elas desempenham nesse momento.

O princípio básico de difusão das técnicas é que elas não se dispersam homogeneamente pelo espaço, mas repercutem as determinações do capital (SANTOS, 2002b; 2006; 2008) e são responsáveis dentre outras coisas pela:

[...] aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho, e a dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões [...] (SANTOS, 2008, p. 47).

Essa citação serve para retornar a um ponto crucial, proposto anteriormente, a relação entre técnica x fluidez. Como se pode ver, Santos (2006) mostra perfeitamente que o papel da técnica está vinculado ao estabelecimento da fluidez da circulação. Por conseguinte, a relação técnica, fluidez e circulação é uma fórmula chave da “força civilizadora” do capital, tomada pela perspectiva geográfica.

Nessa perspectiva apresentada, a difusão da técnica garante a reprodução do capital (a partir da diminuição do trabalho excedente), pois diminui o tempo de realização do valor (no momento da venda). Ainda nessa perspectiva posso argumentar que uma das faces (a geográfica) da “força civilizadora” do capital é justamente a difusão da técnica, lembrando que é uma difusão desigual estabelecida pelas determinações do capital (SANTOS, 2002b).

A difusão da técnica, tal qual uma face da “força civilizadora” do capital, é o signo do período atual, contudo isso ainda não ajuda a deslindar as características do tempo presente, muito menos diferenciá-lo do passado, já que a história do capitalismo se passa com base, mais ou menos, nessa difusão.

Por conta dessa constatação, é interessante notar que até aqui, todos os autores elencados apontam para um debate sobre o período atual para além da invenção de um novo sistema técnico, evidentemente que existe um sistema técnico que está na vanguarda social, mas na verdade, o que vai interessar aqui, para definir o tempo presente, é o estado das técnicas (SANTOS, 2002b).

O ponto fulcral do debate só pode estar na maneira como essa difusão está sendo colocada, ou no aspecto qualitativo e quantitativo dessa difusão. Para entender isso, a citação a seguir introduz a ideia:

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar

em conta: o estado das técnicas e o estado da política (SANTOS, 2002b, p. 23).

Depois disso ele aponta quatro elementos fundantes para entender o período atual, que ele chama de globalização: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, cognoscibilidade do planeta e motor único. Cada um deles merece uma breve explanação, sobre a unicidade da técnica temos que:

[...] Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico (SANTOS, 2002b, p. 25).

É fácil perceber no texto acima uma conclusão imediata: os próximos elementos são derivados da unicidade da técnica. Contudo, continuando o raciocínio sobre esses tais elementos temos:

A unicidade do tempo não é apenas o resultado de que, no mais diversos lugares, a hora do relógio é a mesma. Não é somente isso. Se a hora é a mesma, convergem, também, os momentos vividos. Há uma confluência dos momentos como resposta àquilo que, do ponto de vista da física, chama-se de tempo real e, do ponto de vista histórico, será chamado de interdependência e solidariedade do acontecer. Tomada como fenômeno físico, a percepção do tempo não só quer dizer que a hora dos relógios é a mesma, mas que podemos usar esses relógios múltiplos de maneira uniforme. Resultado do progresso científico e técnico, cuja busca se acelerou com a Segunda Guerra, a operação planetária das grandes empresas globais vai revolucionar o mundo das finanças, permitindo ao respectivo mercado que funcione em diversos lugares durante o dia inteiro [...] (SANTOS, 2002b, p. 27-28).

Portanto, para Santos (2002b), a unicidade da técnica permite que o acontecer do tempo social convirja para um único momento. Mas não é qualquer momento, é o momento de reprodução do capital em escala planetária.

E se a reprodução do capital se dá a nível mundial, até porque não há como pensar diferente, pois já abordei essa característica anteriormente, consequentemente as determinações serão para manter a produção de valor a partir da exploração do trabalho, tal

qual é feita sob o capitalismo, isto é, a produção crescente de trabalho excedente. Santos (2002b) chama esse processo de produção de trabalho excedente de mais-valia²⁵ universal ou motor único.

Encetada a difusão de um único sistema técnico, a convergência dos momentos e o motor único, o mundo caminhou para a cognoscibilidade do planeta como pondera Santos (2002b). O tempo presente permite ao capital conhecer todos os espaços, todas as sociedades, todos os ambientes, todas as matérias primas e etc, e disponibilizá-los a sua própria reprodução, que não é demais lembrar é a criação de mais trabalho excedente.

Em suma: o tempo presente é marcado pela difusão de um único sistema de técnicas, que serve para acelerar a circulação do capital e garantir a realização do valor extraído do trabalho alheio. Logicamente essa difusão obedece a racionalidade da reprodução do capital a nível planetário, ou seja, o motor único universal, por conseguinte: *“Estariamos diante de um determinismo de um tipo novo, de um neodeterminismo do espaço artificial, e isso tanto mais quanto a produção considerada é moderna”* (SANTOS, 2008, p. 49).

Para encerrar esse item trago a baila Fernandes (2009) que ajuda a esclarecer mais o território nesse período de globalização. Essa nova abordagem permite esclarecer os aspectos conflitantes dos projetos de desenvolvimento tocados pelos sujeitos em disputa.

Segundo Fernandes (2009) está em questão no período do avanço da doutrina neoliberal uma disputa entre projetos que tem como base o território. De um lado, o que ele chama de “território uno”, aquele *“[...] compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar [...]”* (FERNANDES, 2009, p. 200), e *“[...] outros tipos de territórios fixos e fluxos, materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais [...]”* (FERNANDES, 2009, p. 201).

Decerto que para ele, nesse processo de reprodução social, existem diferentes tipos de territórios:

Nesta proposição, trabalhamos com as duas formas de territórios: material e imaterial. Os territórios materiais são fixos e fluxos. Santos (1978 e 1996) trabalhou com essas referências, discutindo os elementos do espaço e o território. Os territórios fixos e fluxos são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que

²⁵ O termo mais-valia foi sumariamente difundido pela literatura brasileira a partir das primeiras traduções das obras de Marx. Contudo, as novas traduções, sobretudo a do Grundrisse, mostram que o termo mais apropriado para essa categoria marxista é mais valor. Tendo em vista essa readaptação da tradução, a qual concordo plenamente, prefiro o termo mais valor.

possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais. A interdependência entre espaços de governança, propriedades e espaço relacional é compreendida pela indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais. Para compreender melhor os movimentos das relações pelas classes sociais na produção de diversos territórios, propomos as seguintes denominações de ordem dos territórios: espaços de governança como primeiro território; propriedades como segundo território e os espaços relacionais como terceiro território (FERNANDES, 2009, p. 205-206).

Onde que:

A idéia de fixo e fluxo está relacionada com todas as ordens e todos os tipos de territórios. O primeiro e o segundo território são fixos ou são fluxos, já o terceiro território contém a qualidade de ser fixo e fluxo. Os espaços de governança são territórios fixos e fluxos, por exemplo: o território da nação, os palácios dos presidentes e governadores, seus aviões, carros e navios. Da mesma forma podemos nos referir às propriedades fixas e móveis. O terceiro território é formado pelas multiterritorialidades do segundo no primeiro território ou pode ir além da escala nacional, como é o caso dos transterritórios. É importante destacar que não compreendemos o primeiro território como espaço absoluto, na acepção unidimensional. Reafirmamos: compreendemos o espaço de governança como o território da nação, gerador de multiterritorialidades por conter todos os outros tipos de territórios. O segundo território ou território – propriedade é compreendido pela diversidade e possibilidade dos tipos de propriedades, é construído pelas diferentes relações sociais praticadas pelas classes sociais [...] (FERNANDES, 2009, p. 205-206).

O primeiro tipo de territórios (os da governança) são, portanto, territórios mais amplos e gerais onde os outros estão contidos. Esses tipos de territórios são forjados pelas relações institucionais e a reprodução capitalista.

Essa reprodução capitalista se dá por meio da expansão do modelo de desenvolvimento, baseado na produção de *commodities*: soja, minérios e laranja, por exemplo. Tal modelo se apropria do primeiro tipo de território e constrói o segundo, o privado, mas, ao fazer isso, desterritorializa os movimentos camponeses e indígenas, por exemplo.

Para definir esse primeiro tipo de território, o autor vai dizer o seguinte:

O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Os estados, províncias, departamentos, municípios são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas dos espaços de governança. As propriedades

também são frações do primeiro, mas compõem o segundo território. Esta classificação tem como referências as relações praticadas pelas classes sociais. Elas produzem e organizam diversos territórios configurando o primeiro território. A eliminação da propriedade privada não elimina o segundo território. Mesmo em países onde as propriedades individuais – familiares pertencem ao Estado, há um território – propriedade. A relação entre primeiro e segundo território é intrínseca (FERNANDES, 2009, p. 207).

O segundo tipo é formado pelos espaços de vida, seja ela particular ou comunitária, mas também pelo movimento de territorialização do capital. Dessa forma, nas relações capital x trabalho, índios x brancos, campo x cidade, tem territórios e territorialidades específicos.

Por fim, a última tipologia estabelece uma relação entre as outras, ou seja, “[...] é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios [...]”. A terceira tipologia não se confunde com a segunda, porque “[...] a idéia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinado a ela [...]”. Então, esse território dessa tipologia “[...] está relacionado às formas de uso dos territórios; portanto, às suas territorialidades [...]” (FERNANDES, 2009, p. 210).

Esses são, na minha análise, os fundamentos do tempo presente, que é o ápice da internacionalização das determinações capitalistas, denominada de globalização (SANTOS, 2002b). Todavia, falta estabelecer um elo de ligação com essa reflexão e a proposta desenvolvida nesta tese, de analisar a reprodução capitalista na Amazônia e os sujeitos hegemônicos que nela atuam. Por isso, no tópico seguinte procurarei dialogar com essa reflexão elaborada e a realidade em questão.

5.2 A globalização na Amazônia

Um esforço digno de menção que procura entender a Amazônia nessa conjuntura atual são as obras de Bertha Becker. Uma coisa interessante construída por essa autora foi o conceito de capitalismo histórico. Penso ser algo muito congruente com a perspectiva do espaço em três instâncias.

Segundo Becker; Egler (2010) esse conceito indica que apesar de ser único no mundo, o capitalismo é assentado numa multiplicidade de estados nacionais. Entretanto,

existe uma ausência de um espaço geográfico determinado, positivista; além de que eles destacam a presença, nesse sistema, de diferentes culturas.

Até aqui, nada muito diferente ou inovador do que já elaborei a partir da perspectiva de Santos (2002a), Lênin (2012) e Marx (2011), sobre um espaço com três vertentes, mas, o avanço desses autores mencionados se dirige em pensar o caso específico da América Latina, do Brasil e da Amazônia, por isso eles desenvolvem uma argumentação no sentido da Semiperiferia:

A semiperiferia é a síntese das contradições do capitalismo histórico dentro de uma mesma economia nacional. É o *locus* da profunda heterogeneidade estrutural acumulada pelo capitalismo na sua longa história, do qual o Brasil é um magnífico exemplo (BECKER; EGLER, 2010, p. 29, grifos do autor).

Ora, se o capitalismo, mesmo sendo único no mundo, tem diferenças significativas dentro de uma mesma economia nacional, válido a perspectiva de que o espaço é uma realidade objetiva, resultado do processo histórico, que funciona como uma instância da sociedade, influenciando o desenvolvimento da reprodução capitalista. Assim retorno as minhas primeiras reflexões a partir de Santos (2002a), Lênin (2012) e Marx (2011). Contudo, preciso voltar a explanação de Becker; Egler (2010) sobre o capitalismo histórico e a formação da semiperiferia para desenvolvê-la.

No processo de criação desse sistema mundo a América Latina é uma das periferias mais antigas, pois contribuiu para o crescimento das nações europeias e dos EUA, além de ter sido moldada em grande parte por tais culturas. No entanto, por mais imprescindível que seja esse processo de incorporação, não se pode negligenciar as internalidades do continente e dos países nesse processo. Por meio desse par dialético – internalidades x externalidades, eles propõem analisar o caso brasileiro:

[...] A tarefa é de descrever e analisar o processo de inserção do Brasil na economia-mundo capitalista, desde suas origens como colônia portuguesa até sua condição de potência regional. Trata-se de um processo que manifesta um duplo movimento: de um lado os efeitos da dinâmica do sistema capitalista mundial sobre sua formação sócio-espacial e de outro as componentes locais que influem nesta formação e no desenho das suas regiões [...] (BECKER; EGLER, 2010, p. 36).

Diante dessa linha de raciocínio, os autores desenvolvem um corpo explicativo para mostrar as fases históricas da produção do espaço ao longo desse período elencado. Aqui

interessa se deter na fase republicana, principalmente do século XX em diante, pois é nesse período que está inserido o estudo desenvolvido neste trabalho.

Para recapitular, comecei a desenvolvendo esse raciocínio, que na Amazônia começa desde o estabelecimento da economia de extração do látex da seringueira. Ali, naquele momento, usei Lênin (2012) para mostrar como o desenvolvimento do capitalismo na fase imperialista – exportação de capitais – foi capturando paulatinamente a economia regional amazônica.

Para ampliar a reflexão dessa incorporação em nível nacional, uma proposição do estudo de Becker; Egler (2010) é trabalhar com fases de incorporação do Brasil, onde a última das três é chamada por eles de industrialização periférica. Nesta fase é que vai se consolidar e ampliar a inserção do Brasil na expansão do capitalismo mundial, anteriormente discutida, até como “força civilizadora” do capital.

Essa fase vai ser o início do processo de industrialização brasileira, assentada a partir da configuração territorial deixada pelo café e tendo a burguesia urbano mercantil como sujeito hegemônico do processo. Nesse golpe (de 1930) há uma reformulação do papel do Estado, em virtude da parca infraestrutura nacional, daí em diante o Estado passa a ser o empreendedor das novas bases produtivas:

Ao Estado coube, pois, papel de relevo no alargamento das bases produtivas quer como empresário na indústria de base, quer rompendo os pontos de estrangulamento em energia e transporte, e extração mineral, quer como regulador do mercado de trabalho através de uma complexa legislação trabalhista. Mas a industrialização continuou restrita pela capacidade de importar da nação (BECKER, EGLER, 2010, p. 77).

Esse papel de relevo do Estado requereu um aparelhamento técnico, burocrático e repressor para ser tocado. Assim, Getúlio Vargas vai desenvolver tanto uma estrutura estatal que dará suporte ao estado, bem como também uma ideologia de coalização nacional. A face mais conhecida desse processo foi o planejamento do desenvolvimento (DINIZ, 2001), que delegou papéis aos setores sociais. A divisão ficou da seguinte maneira: “[...] o capital privado nacional produzindo bens não duráveis, o capital estrangeiro dominando a produção de bens duráveis, e o capital estatal operando na esfera dos bens de produção [...]” (BECKER; EGLER, 2010, p. 83).

Por isso a ação incisiva na Amazônia de criar uma malha de duplo controle: técnico e político dado a partir de duas fases: estudo e ação (BECKER, 1990; 2004). Por certo que

a “força civilizadora” do capital na Amazônia se fez a partir peremptoriamente do Estado, onde: SUDAM, eixos de circulação, projetos de colonização, GETAT, Grandes Projetos e etc., são alguns exemplos se restringirmos a escala da Amazônia da atuação estatal nesse período. Se esse é o signo desse período, ou seja, do Estado empreendedor preocupado em dotar a configuração territorial para garantir a reprodução do capital, o próximo porém não terá mais o Estado como centro, pois seu papel inicial já fora executado.

Santos (2005) ao falar do período atual e do território coloca uma periodização muito interessante:

Antes, era o Estado, afinal, que definia os lugares – de Colbert a Golbery – os dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação, e ao mesmo tempo o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (SANTOS, 2005, p. 138).

Penso que a ideia de Santos (2005) de territórios estatizados e territórios transnacionalizados é fundamental para consolidar as reflexões que venho desenvolvendo ao longo dessa tese, pois ela me permite entender como é feita a transição na Amazônia do período anterior ao atual, a globalização. Se no passado tanto a configuração territorial, quanto o próprio território não estavam organizados para garantir a reprodução ampliada do capital. O novo período vai ser justamente nesse sentido, de modernizar o território a partir da malha dupla de Becker (1991).

O primeiro momento de inserção da Amazônia, no capitalismo mundial, se deu a partir de simples fornecedor de matérias primas e consumidor de produtos industrializados europeus e estadunidenses. Papel que era desempenhado sem estabelecer uma configuração territorial modernizada ou relações de poder a partir do trabalho assalariado, tanto que o sistema técnico de retirada, processamento e transporte da borracha e da castanha eram os mais rudimentares existentes e a relação de poder da oligarquia com a mão de obra era o aviamento.

Parece contraditório entender o estabelecimento do capitalismo na Amazônia a partir de formas pretéritas de produção ou técnicas antigas, mas Marx (2011, p. 409) fornece uma valiosa ajuda para desanuvier esse problema, pois:

[...] Para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas só o trabalho. Se ele puder realizá-lo por meio de máquinas ou até por meio da água, do ar, ¹ tanto melhor^f. E o capital não se apropria do trabalhador, mas do seu trabalho – não diretamente, mas pela mediação da troca.

Como se nota, o capital é um sistema de produção que explora o valor produzido pelo trabalho, portanto, para entender o capitalismo na Amazônia na época de exploração da borracha, é preciso partir de uma subsunção formal, mas ainda não da real. Mais tarde, na década de 1980, com o território e a configuração territorial da Amazônia já modificada pelo Estado, Becker (2004) vai chamar atenção para o esgotamento do planejamento estatal, mas na minha opinião, esse esgotamento não ficou apenas atrelado à crise financeira da década de 1980 ou a crise ambiental, mas sim ao fim do esforço essencial de dotar a Amazônia de fluidez e das relações de poder, tão caros ao capitalismo nessa fase atual.

Aqui quero estabelecer um arco com o que tentei construir no primeiro tópico desse capítulo. Para aumentar a exploração na Amazônia o capitalismo necessitava de uma configuração territorial preta de fluidez, que garantiria o estabelecimento de um sistema técnico único na Amazônia.

Após a fase de planejamento estatal, que Becker (1991; 2004) chama de construção da malha de duplo controle, a Amazônia passa da fase de subsunção formal para a subsunção real ao capital. É nesse sentido que entendo a atuação da Vale como um sujeito hegemônico do capital na Amazônia no período em questão. Uma lógica dotada dos mais avançados padrões técnicos vigentes, ou seja, a reprodução capitalista na Amazônia pode se estabelecer a partir de sua técnica hegemônica. Dessa forma, entendo que a diferença fundamental dos períodos precedentes na Amazônia se dá com a presença desse sistema hegemônico de técnicas. Aliás, aqui posso fazer um diálogo com o capítulo 3 para reforçar alguns pontos.

Naquela ocasião argumentei sobre a experiência da Ford na Amazônia e seu fracasso no estabelecimento de Fordlândia, mostrando que as relações de poder não conseguiram estabelecer um monopólio. Fordlândia foi concebida a partir do mais alto padrão técnico vigente: sua serraria, sua estrada de ferro e seus procedimentos administrativos (COSTA, 2012).

Mesmo sendo concebido a partir de um sistema técnico hegemônico, faltou a Fordlândia a modernização do território, empreendida mais tarde pelo Estado. O fracasso da experiência da Ford, em realizar o valor, se consubstanciou no ponto de partida para o

estabelecimento de uma configuração territorial e de um território voltados à racionalidade da reprodução capitalista, elementos fundantes no tempo presente.

Atualmente a Companhia Vale incorpora no território a mais alta tecnologia para realizar a exploração do minério de ferro de Carajás, que se constituiu no maior projeto de exploração mineral do mundo, utilizando as melhores técnicas e procedimentos de gestão direcionados para viabilizar esse processo de exploração mineral, que vão desde a esteira transportadora até o navio que distribui o minério pelo mundo, como fiz questão de apontar no capítulo 4 (PINTO, 2017; PORTAL CANAÃ, 2017; VALE, 2017a; 2017b).

Então o território da Vale é a sua propriedade mas transcende-a, ou seja, ela tem um território do segundo e do terceiro tipo. O segundo tipo de território está representado pelas suas propriedades e o terceiro pela sua territorialidade.

As suas propriedades são a configuração territorial, que juridicamente a pertence, como por exemplo: a mina, o núcleo urbano e a estrada de ferro. Entretanto, o terceiro território, da sua atuação e prática logística e comercial, se estende por praticamente toda a Região de Integração de Carajás.

Antes de terminar a reflexão desse capítulo gostaria de retomar dois pontos: o espaço e suas três instâncias, a “força civilizadora do capital” e as reflexões mais gerais sobre a Amazônia. A formação histórica da Amazônia, quer seja, seus processos naturais e sociais, conformaram no espaço uma configuração territorial particular. No caso de Marabá, alguns elementos dessa configuração territorial se destacam: justamente àquelas originárias dos processos naturais, como os recursos naturais. Por isso, ao longo da formação marabaense, os territórios foram sendo construídos e forjados, englobando essas configurações territoriais de origem natural e social. Mas esses territórios estiveram e ainda estão voltados à reprodução capitalista.

No capítulo subsequente, o último, partirei para a construção de uma cartografia da fronteira, a partir da modelização gráfica, para especializar essas discussões até aqui travadas. Esse esforço final ainda vai me permitir realizar uma breve reflexão da literatura e propor uma nova perspectiva de interpretação da fronteira.

CAPÍTULO 6 – A MODELIZAÇÃO GRÁFICA DA AMAZÔNIA E UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DA FRONTEIRA

Ao longo dos cinco capítulos anteriores fiz uma síntese da reprodução capitalista na Amazônia e no Sudeste Paraense, mostrando as determinações que moldaram a dinâmica socioespacial de ambas (quadro 01). Neste capítulo, à luz dessas determinações da reprodução do capital, procurarei discutir essas dinâmicas socioespaciais a partir do território, mas usando uma linguagem cartográfica.

Compreendendo que é importante não obliterar que qualquer dinâmica socioespacial recorrente no Sudeste Paraense só pode ser entendida enquanto parte integrante das determinações mais gerais da reprodução capitalista, pois isso é a hipótese que ilumina não só esse capítulo em questão mas esta tese. Tão logo observada essa advertência, entendo que os territórios e a dinâmica territorial, aqui neste capítulo expressadas, vão ao encontro dessa hipótese.

Contudo, para embarcar na modelização gráfica, lembro que, ao longo dos capítulos anteriores, mostrei as principais atividades econômicas incidentes em Marabá e suas relações com as determinações gerais da reprodução capitalista. Nesse sentido que temporalmente o caucho, a castanha, a extração madeireira, a pecuária e a mineração foram produtos dessas determinações. Então, cada uma delas, seguindo evidentemente essas determinações mais gerais, forja no âmbito da sua própria reprodução um território, uma dinâmica territorial e uma configuração territorial.

Logo, para mostrar essas relações proponho partir de uma perspectiva cartográfica diferente daquela tradicional. Essa perspectiva procurará ir além dos mapas mais burocráticos ou formais²⁶ elaborados majoritariamente ao longo do tempo (GIRARDI, 2008; HARLEY, 1989; THÉRY, 2004).

6.1 Modelização gráfica da Amazônia

Os modelos gráficos seguem a divisão dos períodos propostos no início da tese, a saber: da colonização até o início da exploração do caucho; a atividade do caucho e a atividade da castanha; a pecuária juntamente com a extração madeireira e a mineração

²⁶ Lembro que ser burocrático ou formal não coloca nenhum demérito no mapa e na cartografia, mas apenas limita algumas perspectivas de representação, leitura e interpretação.

(quadro 01). Isso significa que em algum desses modelos pode ocorrer a coexistência de elementos que não são necessariamente do mesmo período temporal. Dessa forma, cada modelo representará um período desses e para cada um adicionarei uma explicação das relações e dos processos observados.

6.1.1 Modelização gráfica do primeiro período: Colônia/República (até o final do século XIX e início do século XX)

Esse primeiro modelo (figura 12) mostra as principais atividades vigente até o momento em questão: extração da borracha (principal), cacau, algodão, agricultura camponesa e coleta de drogas do sertão. Como já adverti, todas essas atividades não coexistiram no tempo, mas representam os vetores de ocupação da fronteira e formação inicial do território.

Após o declínio do comércio de especiarias, na Amazônia, denominado de Drogas do Sertão, a monarquia lusitana, para tentar dinamizar a economia regional, criou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que foi a principal responsável pela introdução e fomento do cultivo do arroz e do algodão no Maranhão, elevando essa província a uma referência nacional na produção desses gêneros agrícolas.

Esta Companhia também agiu de maneira importante para incentivar o cultivo e a coleta do cacau, vetor inicial de expansão do povoamento pelo baixo rio Tocantins até mais ou menos a capitania de Cametá.

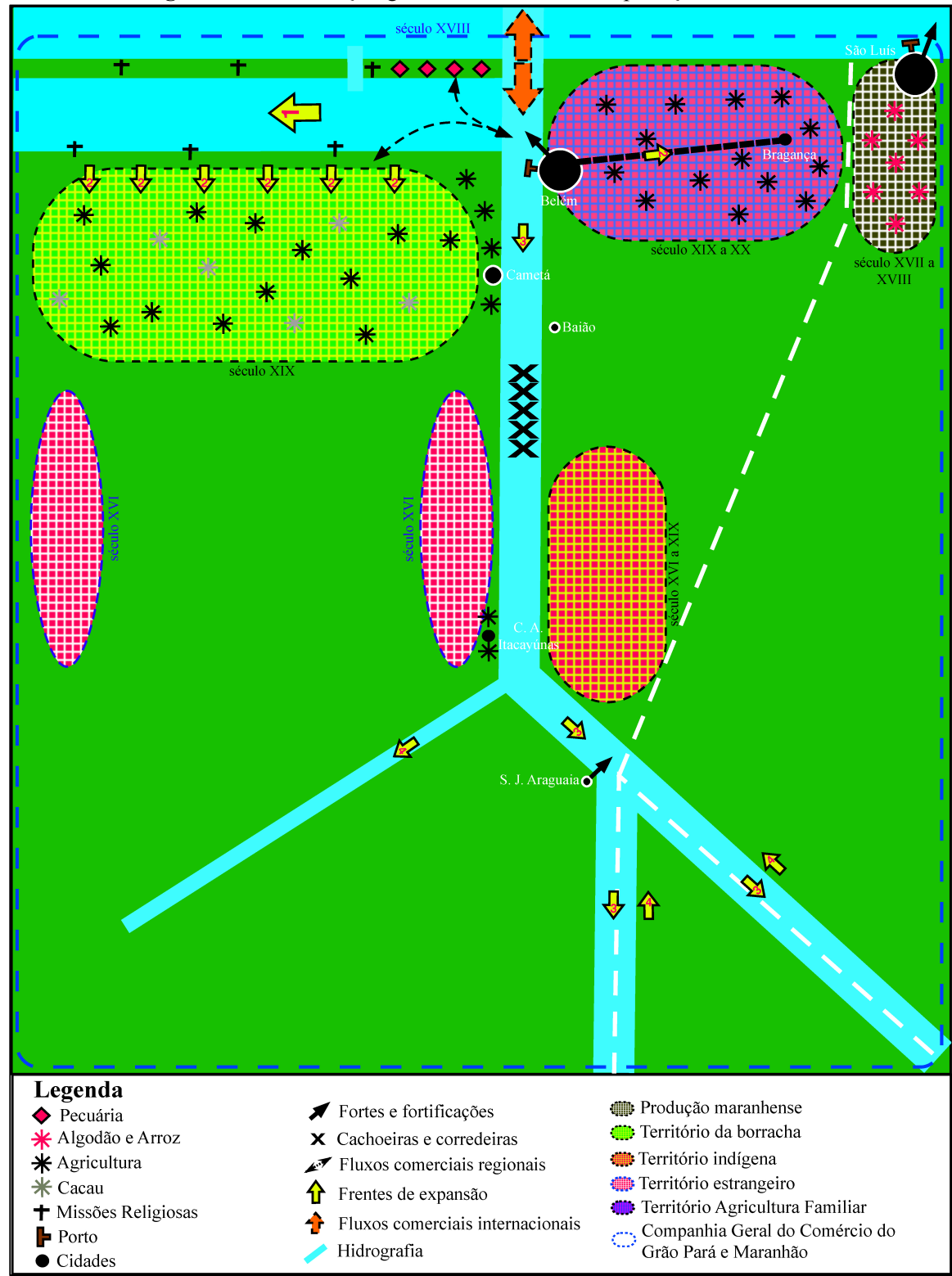
A rede urbana contava com duas cidades importantes, que não exerceram papéis concomitantes. Primeiramente São Luís, capital do Governo Geral e depois Belém, cidade primaz da economia gomífera.

São Luís foi em princípio a capital geral, mas perdeu seu posto para sua vizinha Belém, que esteve associada primordialmente a cultura do arroz, algodão e aos grandes engenhos de cana, esta de maneira secundária. Belém voltava sua influência para o resto da Amazônia por causa da economia da borracha do século XIX e início do XX. Esta cidade também tinha sua complementação e rivalidade com Manaus, importante polo da economia gomífera.

A rede de circulação era a bacia hidrográfica, onde o rio Amazonas era o principal eixo de circulação e seus tributários eram os eixos que exerciam a capilarização pelo território. Foi pelo Amazonas também que se instituiu a principal frente de ocupação da

fronteira e dele também foram se dispersando alguns fluxos secundários pelo território, tais como o do Rio Tocantins.

Figura 12: Modelização gráfica até o início da exploração do caucho.



Excepcionalmente, houve a ocorrência da circulação pela estrada de ferro Belém-Bragança, ligando as localidades do Nordeste Paraense. Essa estrada de ferro foi resultado da política de colonização empreendida pelo Estado e tinha o papel de suprir a capital de gêneros agrícolas dentro do “pacto regional estabelecido” na economia da borracha (AMARAL, 2010).

Dentre os fluxos secundários pelo território pude observar as incursões na área onde está situado hoje o município de Marabá. Essas incursões foram responsáveis por fazer o levantamento inicial dos recursos disponíveis, mas também dotar de infraestrutura básica, como por exemplo: a cidade de São João do Araguaia, posto de controle.

Do ponto de vista da dinâmica territorial três coisas são destaques: o território de atuação da Companhia Geral, já comentado; o território da exploração seringueira e os territórios indígenas, na margem direita do Tocantins.

O território da borracha vai ser, no início dessa atividade, circunscrito ao baixo Amazonas e parte da foz do Tocantins. Só bem depois, já na virada do século XIX para o XX, que ele se espalha pela Amazônia, pela face ocidental até o Acre e pela face sul até a bacia do Itacaiúnas.

Os indígenas, como primeiros habitantes, defendiam seu território das ameaças de outras tribos e principalmente dos estrangeiros colonizadores. Por essa situação que, na margem direita do Tocantins, se firmou o mito da poderosa tribo dos índios Gavião, de pouquíssimo contato com outros povos (COUNDREAU, 1980).

Já na dinâmica da fronteira o destaque são as frentes constituídas nesse período, divididas em quatro ordens: principal, secundárias, terciárias e quaternárias.

A frente principal corresponde ao fluxo de extração e comercialização das Drogas do Sertão e da Borracha. Esses dois produtos constituíram a frente que percorreu o Rio Amazonas e alguns dos seus afluentes da margem direita: Tapajós, Xingú e parte do Tocantins, por exemplo.

As frentes secundárias estiveram atreladas às atividades econômicas vigentes e percorreram os rios, mas também a estrada de ferro Belém-Bragança. Essas frentes secundárias foram responsáveis pela interiorização do povoamento no Nordeste do Pará, a partir da dinâmica da exploração do látex da seringueira pelos afluentes do Amazonas e com o estabelecimento de propriedades rurais ao longo da ferrovia.

As terciárias são vetores de exploração que estiveram vinculadas a outras dinâmicas ou ao Estado. Tinham as mais variadas finalidades, serviram para estabelecer

limites, levantamentos de campo, exploração e outras diretrizes. Naturalistas, missões religiosas, expedições oficiais do reino ou da nova república são as principais faces dessas frentes.

O último tipo de frente foram aquelas de iniciativas isoladas, ou bem distantes dos interesses nacionais ou também a expansão de uma atividade que não era endêmica da região, como foi o caso da frente pecuária do nordeste e norte de Goiás. Às frentes isoladas coube grande parte aos franceses que circularam pelo Tocantins, tais como Daniel de La Touche e o seu companheiro La Planque, que percorreu e permaneceu por um bom tempo no Itacaiúnas (VELHO, 1981).

No tipo três e quatro, com exceção do posto de controle de São João do Araguaia, essas frentes não chegaram a consolidar uma dinâmica econômica nem tão pouco um núcleo de povoamento de papel importante na rede urbana aqui estudada. O que ocorrerá mais tarde, quando começa a exploração do caucho, objeto de análise do próximo modelo.

Em termos produtivos, portanto, a economia regional se resumia em três fases: a primeira das drogas do sertão no baixo Amazonas e foz do Tocantins, a segunda do arroz e algodão na baixada maranhense e a última da Borracha no baixo Amazonas.

A coleta das drogas do sertão foi uma atividade estabelecida a partir das missões religiosas com trabalho eminentemente indígena voltada para o mercado externo: a Europa. Sua espacialização foi feita ao longo dos cursos d'água: Amazonas e seus tributários, sendo o primeiro vetor de dispersão pelo território e principal frente da fronteira.

O arroz e o algodão foi desenvolvido na baixada maranhense e tinha como mercado consumidor a neonata nação estadunidense. Essa atividade se estabeleceu sob os auspícios da Companhia e sua territorialização se deu no vale do rio Mearim (SIMONSEN, 2016).

A extração do látex da borracha foi a última atividade em questão, sendo desenvolvida nas margens do Amazonas. Dado o seu caráter estratégico para a expansão da economia mundial, ela contou com uma organização produtiva elaborada, resultado da articulação que o capital desenvolve para garantir sua reprodução.

Primeiramente a ilha do Marajó servirá como área estratégica de fornecimento de carne e couros. O município de Soure foi um importante fornecedor desses produtos. No nordeste do estado se desenvolveu a agricultura que abastecia a capital Belém, a qual se voltava para o controle da produção da borracha. Para tal, a estrada de ferro funcionou duplamente: como elemento de vasão do capital inglês e como eixo de articulação e penetração do território.

Observando o modelo, rapidamente se concluiu que todas essas atividades estavam concentradas basicamente ao norte do Estado do Pará, isto é, mais próximo ao litoral, deixando a parte sul parcamente inserida na dinâmica regional.

6.1.2 Modelização gráfica da exploração do caucho (do início do século XX até por volta de 1920)

Como mostrei nos capítulos 1 e 2, a atividade da borracha/caucho foi a primeira de vulto e relevância no sudeste paraense, inclusive é responsável pela consolidação da cidade de Marabá, que esteve ligada ao mercado internacional da borracha fomentado pela industrialização dos países centrais. Determinações estas que estão ligadas diretamente à expansão da indústria automobilística mundial.

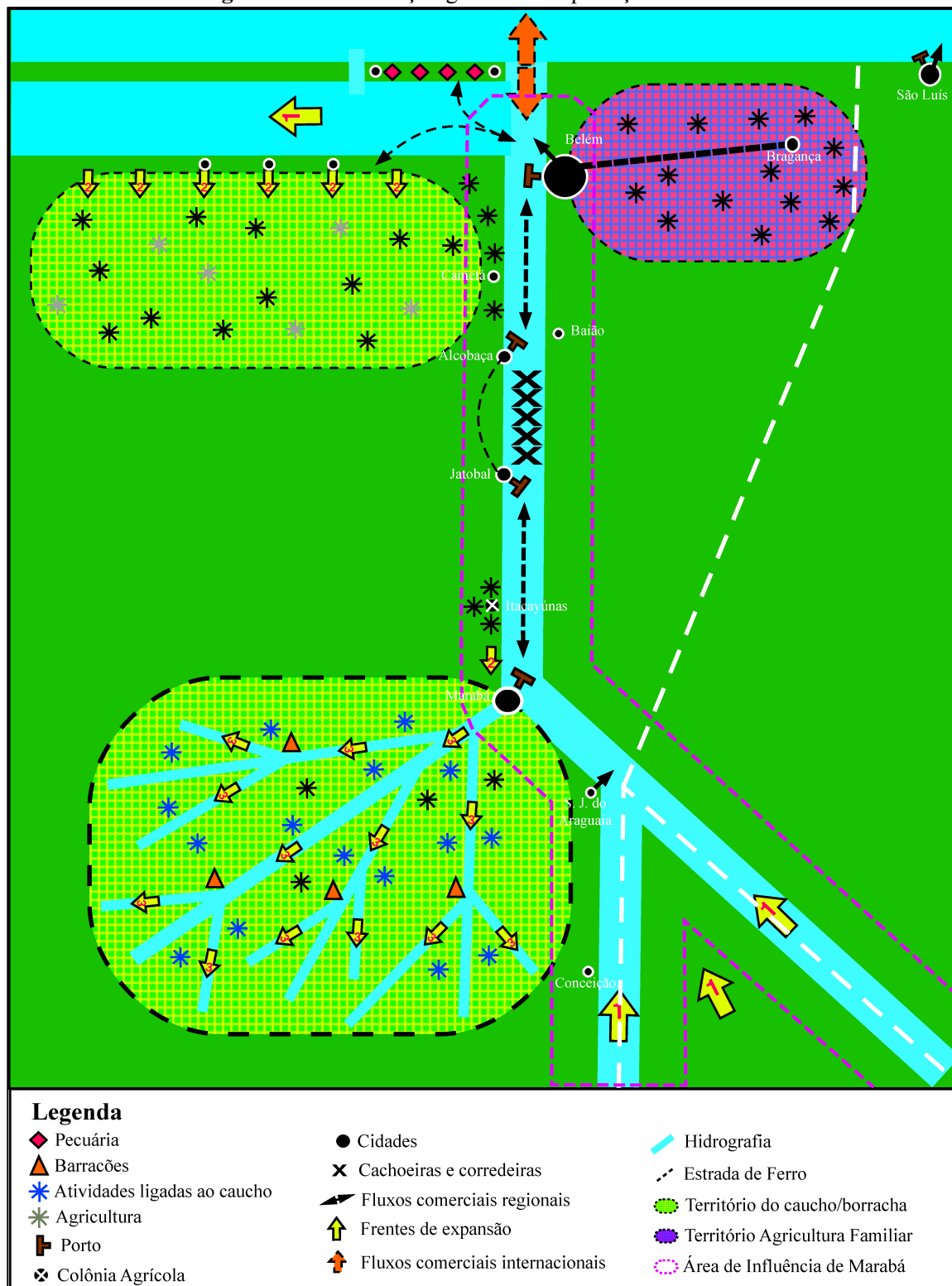
Na figura 13 está a modelização dos processos e relações socioespaciais observadas a partir da extração do caucho. Lembrando o item anterior, antes do caucho o que havia no espaço regional eram apenas focos pontuais de ocupação.

Primeiro elemento a destacar são os rios como eixos de articulação dos processos e do território. Esses eixos serviram para a circulação de produtos, pessoas e capitais no e pelo território: migrantes, caucho, produtos para abastecer os regatões, dinheiro, artigos de luxo e etc, tudo isso era transportado pelos rios.

Logicamente que é possível apontar uma hierarquia dentro dessa bacia hidrográfica, onde o eixo Araguaia-Tocantins seria o principal, pois funcionou como linha de integração geral de todos esses fluxos entre Belém e Marabá. O Itacaiúnas secundariamente funcionou como eixo principal de penetração, no interior do território caueiro pelos trabalhadores e os seus tributários serviam à capilaridade desse território. Os rios serviam também para delimitar o espaço da produção do caucho, que era a bacia hidrográfica do Itacaiúnas e o território da oligarquia.

Em relação a rede urbana, duas cidades funcionavam como centros principais da economia caueira: Belém e Marabá, com exceção de Manaus, que estava mais ligada à borracha. A primeira – Belém – era sede de todos os bancos e casas aviadoras que atuavam na Amazônia, desta cidade é que partiam as mercadorias e os produtos que iam abastecer Marabá, centro de articulação do território caueiro e o resto da rede urbana, e sede imediata dos oligarcas. Isso produz uma área de influência, que se mostra particularmente ao longo dos rios, nos dois estados vizinhos.

Figura 13: Modelização gráfica da exploração do caucho.



Hierarquicamente abaixo dessas duas cidades haviam dois entrepostos importantes para a circulação no eixo fluvial principal: Alcobaça e Jatobal, pontos de transposição das

corredeiras do Itaboca, trecho encachoeirado do Tocantins que dificultava a navegação entre Marabá e Belém. Para desempenhar esse papel de ligação foi montado um esquema que contava com barcos de diferentes tamanhos e calados, portos, comércios e uma estrada de ferro.

Outros pontos nessa rede urbana são as cidade de São João do Araguaia e Conceição do Araguaia e a antiga colônia agrícola de Itacaiúnas. Os dois primeiros eram apenas ponto de apoio aos migrantes que vinham a Marabá e o segundo – que teve existência muito curta, mas ainda chegou a fomentar uma incipiente agricultura – o foco de dispersão inicial do povoamento da fronteira.

No âmbito direto da produção, o território era uma articulação da configuração territorial – delimitada pela bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas –, dos trabalhadores e da oligarquia. Os rios tributários do Itacaiúnas eram os corredores por onde circulava o caucho bruto, os trabalhadores que extraíam esse caucho, além das mercadorias. Os barracões estavam situados estrategicamente no entroncamento desses rios tributários, pois funcionavam como ponto de controle do território.

Para garantir a reprodução social regional era praticada uma incipiente agricultura camponesa, que fornecia produtos de primeira necessidade como: mandioca, feijão, tomate e etc, além disso, alguns outros serviços adicionais também eram praticados: movelaria, construção naval, pecuária e outros. Contudo, não é demais lembrar que todas essas atividades eram secundárias e tinham seu auge nos períodos de baixa produção do caucho.

O último elemento do modelo a ser destacado é a articulação e mobilidade da fronteira. O sentido da frente é sul/sudeste-noroeste. O flanco sudeste partiu dos Estados da Bahia e Pernambuco, estruturada como frente pecuária (de caráter econômica) e do flanco sul do Estado de Goiás, baseada num elemento de colonização (de caráter político).

Já na área da cidade de Marabá essa frente tem três estágios: o primeiro é pelo Tocantins até a Colônia Agrícola. O segundo acontece com a descoberta do caucho, momento em que essa atividade sobe o rio Tocantins até a confluência com o Itacaiúnas. Daí desse ponto ela se espalha pela bacia hidrográfica deste último rio, mas também pelo Tocantins abaixo para fundar algumas cidades: Itupiranga, por exemplo.

O caucho, portanto, não foi o elemento inicial da fronteira nessa área, pois esse papel coube à pecuária e à preocupação com a demarcação das fronteiras estaduais, mas ele funcionou mais tarde como primeiro vetor concreto de ocupação e articulação do espaço, além de também servir como eixo de ligação entre as determinações gerais do

capital e a expansão e ocupação da fronteira. Após sua decadência, o caucho deixa um “legado” à próxima atividade em três dimensões: na infraestrutura, nas relações de produção e na política.

6.1.3 Modelização gráfica da castanha (1920-1960)

Como adiantei, o caucho serve como prelúdio à atividade castanheira, e esta, por sua vez, vai se constituir no auge de Marabá. A figura 14 é a modelização gráfica construída a partir da exploração dessa atividade.

Até esse período, o eixo de circulação ainda continua sendo o sistema hidrográfico: Araguaia/Tocantins, Itacaiúnas e os seus afluentes. Contudo, nesse momento, o sistema hidrográfico não serve mais como delimitador da configuração territorial e nem do território, o elemento agora é a dispersão das árvores de caucho: o polígono dos castanhais. A partir dessa atividade já se nota a presença de dois eixos de circulação diferentes dos rios: as rodovias, ainda com papel secundário no processo de circulação, e o aéreo, como suporte mais pontual e ligando Marabá a Belém e ao Rio de Janeiro.

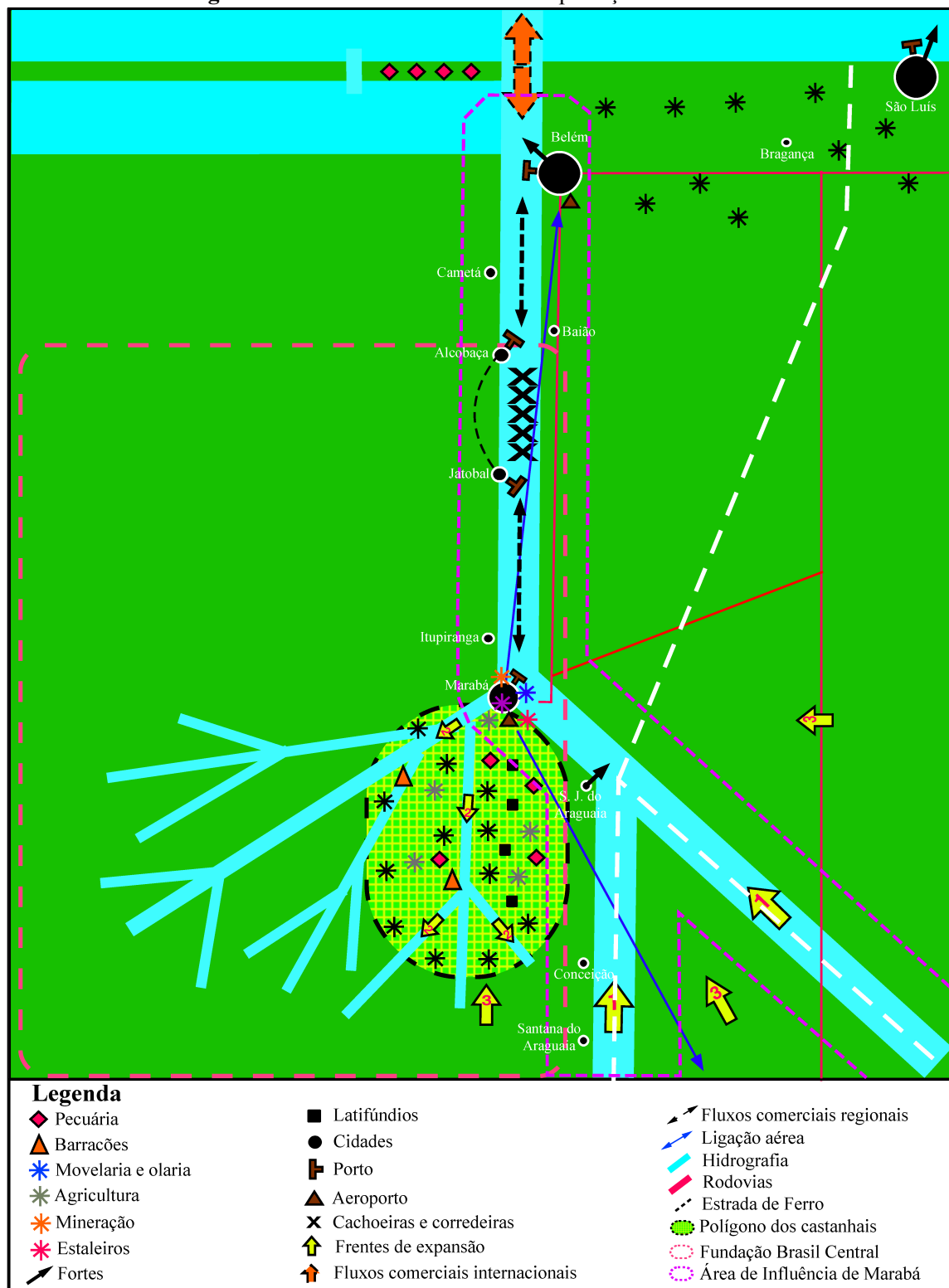
Agora o território passa a ser travado diretamente no âmbito da esfera política, observando a alternância de poder entre os oligarcas. Os dispositivos legais: aforamentos e arrendamentos eram as ferramentas jurídicas para complementar a posse dos territórios.

No quesito rede urbana nada de fundamental se modifica com a transição das duas atividades. Apenas acrescento dois pontos: 1) o surgimento de duas novas cidades: Santana do Araguaia e Itupiranga, esta fruto da extração do caucho e também da dinâmica da estrada de ferro Tocantins; 2) o início da ligação com o resto do Brasil por via aérea e rodoviária.

Entretanto, apesar de Belém continuar tendo primazia na rede urbana da atividade castanheira, o conteúdo dessa relação se modifica. Porque Belém não serve apenas como ponto central da economia, mas também como entreposto de estocagem e transformação da castanha a partir de algumas fábricas.

A produção agora passa a ser complementada por atividades acessórias, tais como a mineração e os serviços adicionais nos castanhais: faxina, limpeza de canais, abertura e manutenção de estradas de circulação dos castanheiros e outros.

Figura 14: Modelo da dinâmica de exploração da Castanha.



A análise territorial aponta para a existência do polígono dos castanhais, espacialmente delimitado pela presença dessas árvores. Contudo, já se constitui nos

interstícios do poder da oligarquia o território que irá contribuir para sua decadência: o território destinado a atuação da FBC.

Em relação a dinâmica da fronteira os novos processos de ocupação já induzem outras frentes. Primeiramente com a FBC surgem: uma frente vinda pelo sul, composta de pecuaristas e fazendeiros e outro flanco surge do leste, composta basicamente de trabalhadores nordestinos atraídos pela abertura das estradas.

A nova frente também trouxe novos trabalhadores rurais para Marabá, que passaram a contestar o poder da oligarquia. Esses trabalhadores foram constituindo suas posses nos interstícios do Polígono dos Castanhais.

6.1.4 Modelização gráfica da pecuária e da extração madeireira (1960-1980)

Na modelização das duas atividades seguintes (figura 15), algumas coisas serão destacadas por serem muito importantes.

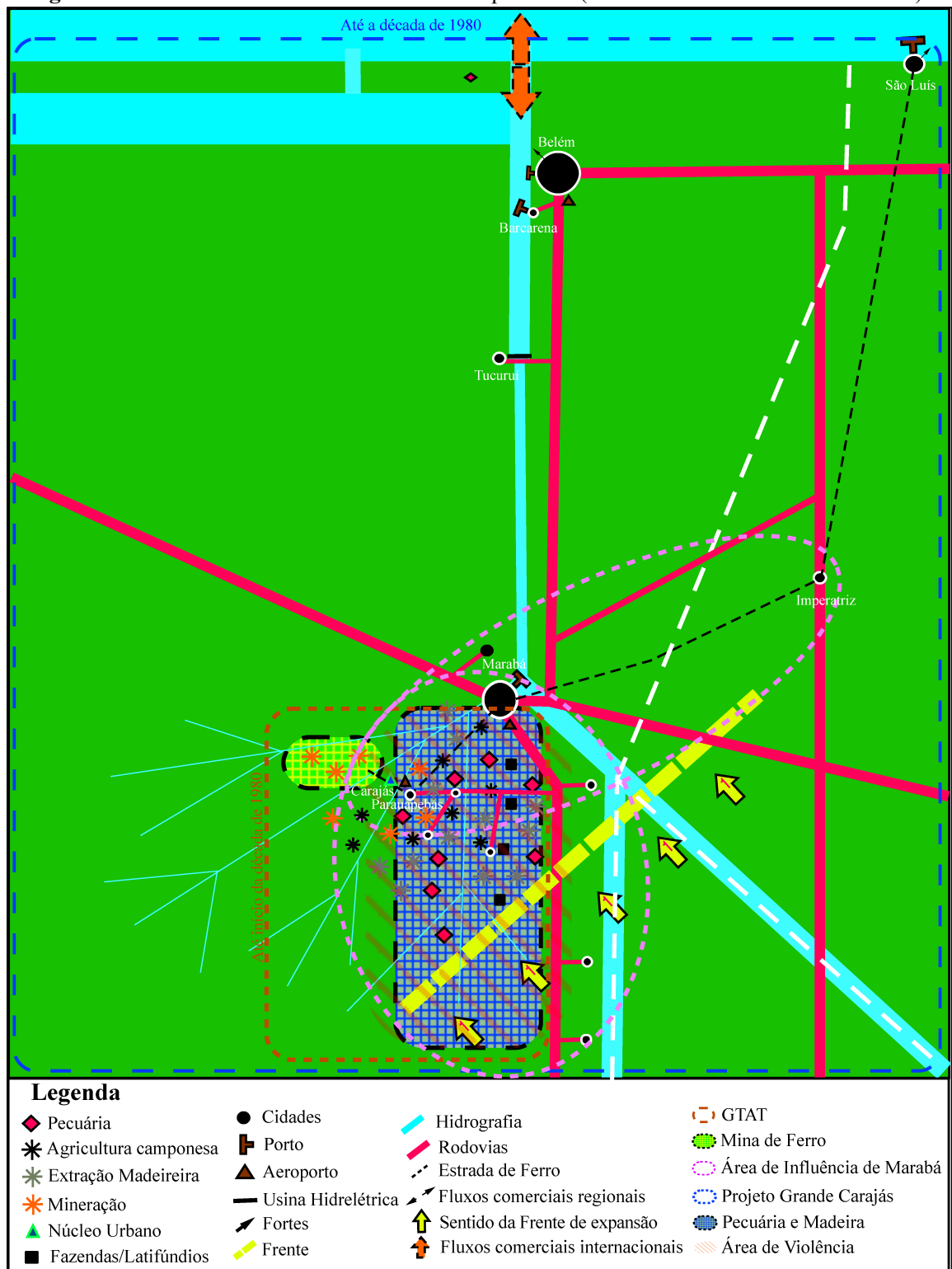
Em princípio há a mudança radical no padrão de circulação principal, que deixa de ser a rede hidrográfica e passa a ser as estradas. Os rios ainda são usados, mas de forma bastante limitada, para deslocamentos curtos e com embarcações pequenas, principalmente nos trechos no entorno de Marabá.

O modal aeroviário não deixa de existir, mas sua importância passa a ser muito restrita, apenas em alguns casos específicos, como o garimpo, a mineração e viagens para alguma finalidade particular. Além das estradas e dos rios surge o modal ferroviário, ligando a mina de ferro em Carajás ao porto de Itaqui em São Luís no Maranhão.

Essa mudança no padrão de circulação foi fundamental para consolidar novos fluxos migratórios na fronteira. Se antes o perfil dos migrantes era eminentemente nordestino, nesse momento o sul e sudeste do Brasil passam a ser pontos importantes de emigração.

No âmbito da rede urbana surgem novas cidades e um núcleo urbano, especificamente dedicado a exploração mineral: Carajás. Dentre as novas cidades duas serão muito importantes: Parauapebas/PA e Imperatriz/MA, a primeira ligada diretamente à exploração mineral – agregando as atividades, serviços e pessoas envolvidas nessa atividade – e a segunda como cidade de apoio à migração para a fronteira. As outras cidades apesar de se desmembrarem algumas de Marabá, ainda terão pouca relevância na rede urbana regional.

Figura 15: Modelo das atividades madeireira e pecuária (1960 até finais da década de 1980).



A análise da dinâmica territorial mostra que existem cinco territorialidades perfeitamente definidas: os territórios de ação estatal direta: PGC e GTAT; os territórios

estatais mas onde a ação se faz via Vale: a mina e a floresta; o território dos pecuaristas e madeireiros e os territórios de resistência ao capital.

Nesse momento, o monopólio territorial não está totalmente estabelecido, mas o Estado logicamente se aproxima bastante desse estágio. Aqui a territorialidade passa a ser mais complexa, pois já é possível observar a atuação para além da simples propriedade, como por exemplo a área de violência no campo impingida pelos latifundiários e grileiros.

Por fim, na dinâmica da fronteira, gostaria de destacar novamente a modificação no sentido do fluxo, apesar de ainda acompanhar a rede rodoviária, que se faz agora de fato por uma frente no sentido sudeste-noroeste. Esse movimento é conduzido, em parte, pelo avanço da pecuária e da extração madeireira, primeiramente, e pela exploração mineral. Todos esses contribuindo para o polêmico arco do desmatamento debatido por Becker (2005).

Entretanto, esse avanço da frente baseada, na pecuária e na extração madeireira, aconteceu às custas da escalada dos conflitos sociais, onde a pistolagem e os assassinatos eram tão frequentes que esse momento marca a fronteira com o signo da luta pela terra, onde os camponeses resistiram bravamente para não serem sumariamente eliminados.

6.1.5 Modelização gráfica da exploração mineral a partir do minério de ferro (1990 até recentemente)

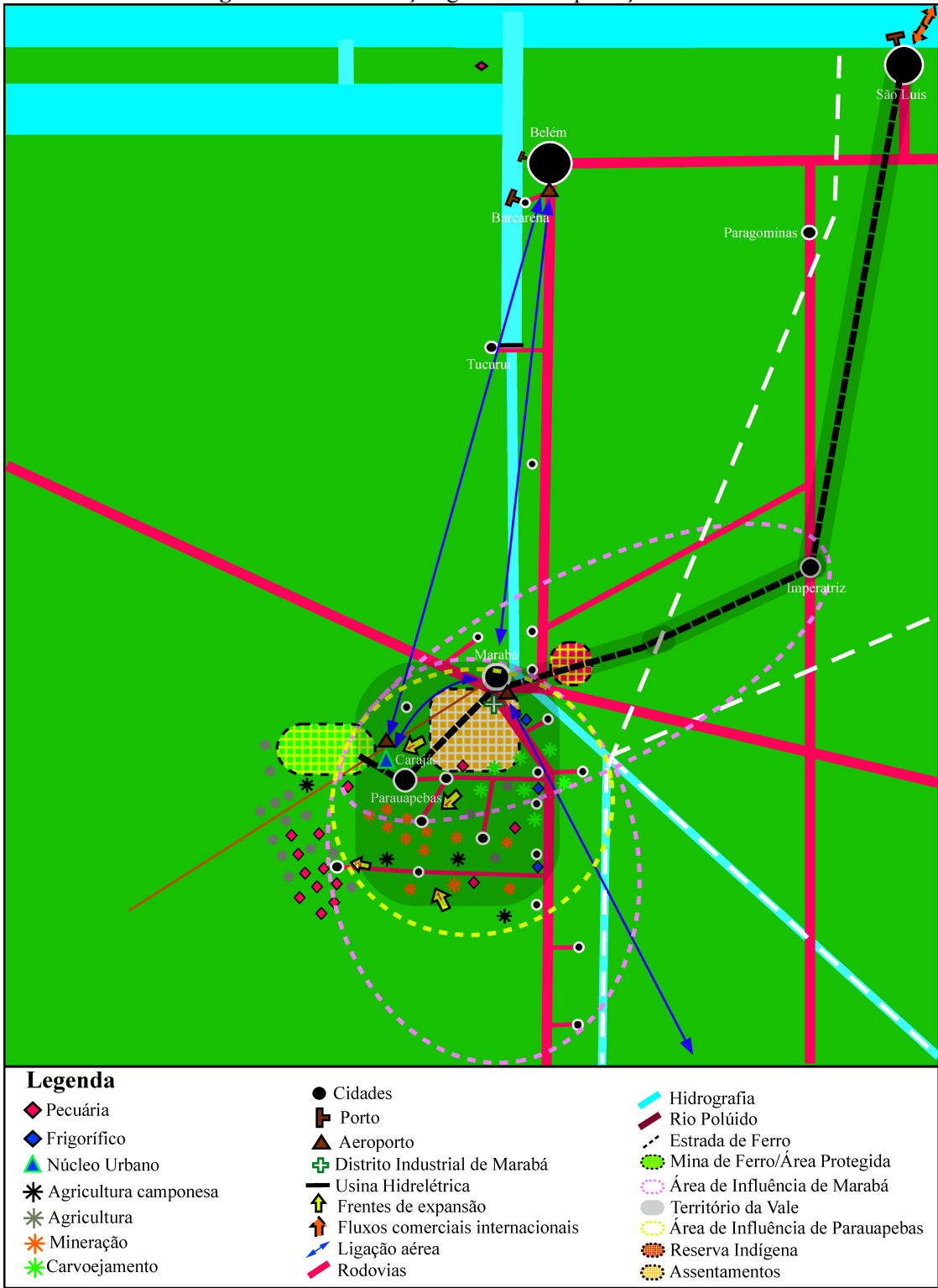
Nesse último modelo (figura 16) trago ao debate o período mais recente, em que a Vale extraí o minério de ferro de Carajás e passa a dominar a dinâmica socioespacial regional a partir de então.

Em se tratando de rede de circulação, as estradas passaram a dominar cabalmente os fluxos de pessoas e de mercadorias pelo território. Contudo, elas não são mais exclusivamente o único modal de circulação para algumas finalidades, como, por exemplo, na atividade mineral, ela perde importância para a ferrovia Carajás-Itaquí. Na circulação de pessoal qualificado ou de mercadorias e produtos de alta densidade técnica, ela cede lugar à ligação aérea.

Em relação ao modal aéreo, algo importante a destacar por isso merece um comentário. A localização do aeroporto que serve à mina de ferro, não fica na cidade de Parauapebas, como se poderia imediatamente supor, mas sim no interior da reserva, ao

lado do núcleo urbano de Carajás. Para ter acesso a ele é necessário passar pela guarita que existe na entrada da reserva e da mina.

Figura 16: Modelização gráfica da exploração mineral.



A rede urbana desse modelo ganha elementos que impõem uma complexificação das relações socioespaciais. Primeiro surgem novas cidades, que emulam com Marabá no âmbito regional, dentre elas Parauapebas, exercendo influência imediatamente no sudeste até em Marabá (LIMA, 1993).

Mas além de surgirem novas cidades, algumas que já existiam, passar a ter importância maior na dinâmica mineral, como é o caso de Imperatriz/MA e São Luís/MA. A primeira é o ponto de convergência de migrantes nordestinos que se destinam à fronteira. Já São Luís é o centro logístico da exploração mineral, onde estão as principais estruturas logísticas da extração do minério de ferro.

A resistência camponesa, ao longo da década de 1970 e 1980, conseguiu consolidar a criação de assentamentos, onde a agricultura de base familiar pode se reproduzir. Inegavelmente a criação desses assentamentos não basta para afirmar categoricamente a vitória completa do campesinato sobre a expropriação capitalista, pois as condições estruturais e políticas da sua reprodução ainda não são ideais.

O território indígena também merece destaque, principalmente porque os índios são uma das poucas forças que se opõem à Vale. Principalmente aqueles que tiveram sua reserva cortada pela estrada de ferro, como os índios da etnia Gavião.

No quesito estrutura produtiva, a pecuária e a extração madeireira já avançaram em direção oeste, próximo ao município de São Félix do Xingu/PA. Os frigoríficos surgem ao longo das estradas, principalmente a BR-155, para absorver parte desse gado regional. A atividade de carvoejamento também se difunde ao longo dessa área mas associada a sérios problemas ambientais. Tem também o Distrito Industrial de Marabá, que hoje abriga a importante siderúrgica Sinobrás. E, por fim, os outros projetos minerários dispostos ao longo dos municípios de Canãa dos Carajás/PA, Curionópolis/PA, Água Azul do Norte/PA e outros.

A rede hidrográfica ganha novos conteúdos e relativizam sobremaneira os resquícios de tempos antigos, agora tem sua importância muito mais voltado ao pictórico e ao lazer/turístico: o Tocantins (defronte de Marabá na estiagem) e nas cidades às margens do Araguaia. O Itacaiúnas se destaca pelo incipiente debate ambiental que se forma a partir dele, levantando questionamentos sobre a poluição e a degradação social das famílias que moram às margens dele.

Nesse modelo já se vê o grande monopólio que a Vale conseguiu constituir na Amazônia a partir da exploração mineral. Os territórios da companhia são definidos a

partir da proposta de Fernandes (2009), tanto com suas propriedades legalmente consolidadas quanto pela sua atuação.

Por último, a dinâmica da fronteira, nesse modelo, mostra novamente uma separação da frente em duas. A primeira está ligada a exploração mineral: minério de ferro, manganês, cobre, ouro, níquel e outros. Já a segunda frente se vincula às atividades agropecuárias: extração madeireira e pecuária.

Para facilitar a leitura dos processos, os cinco modelos foram alinhados na prancha 07 para dar uma visão ampla e mais integrada do movimento de ocupação da fronteira Amazônica ao longo do tempo.

6.2 A dinâmica da fronteira amazônica

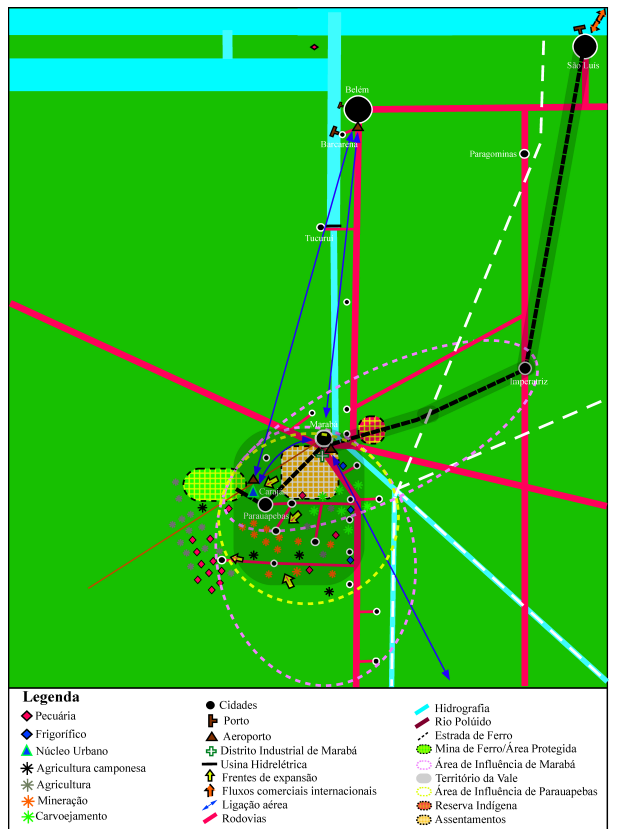
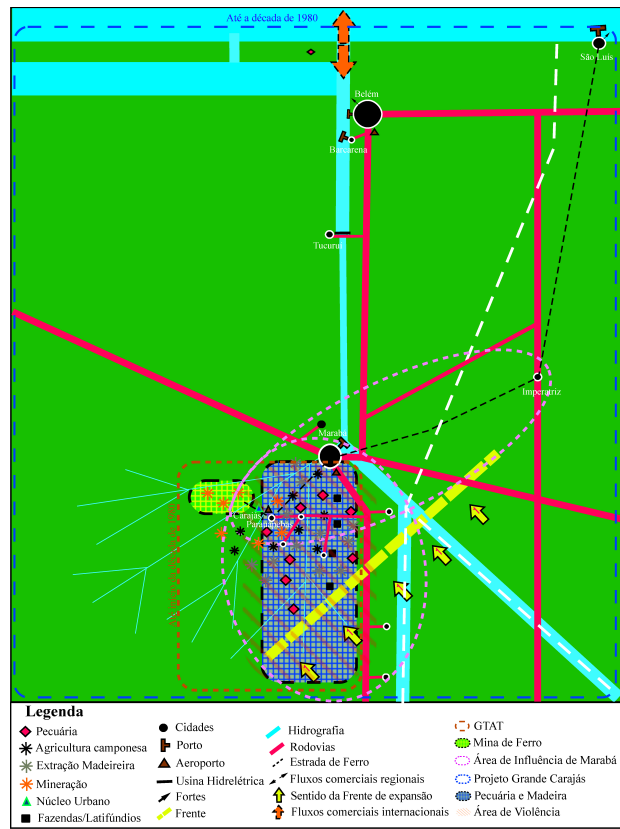
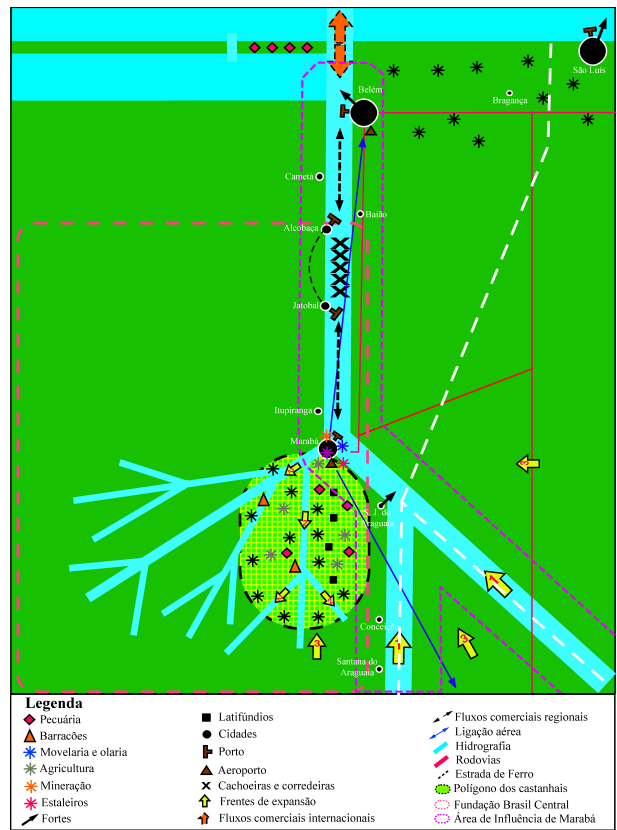
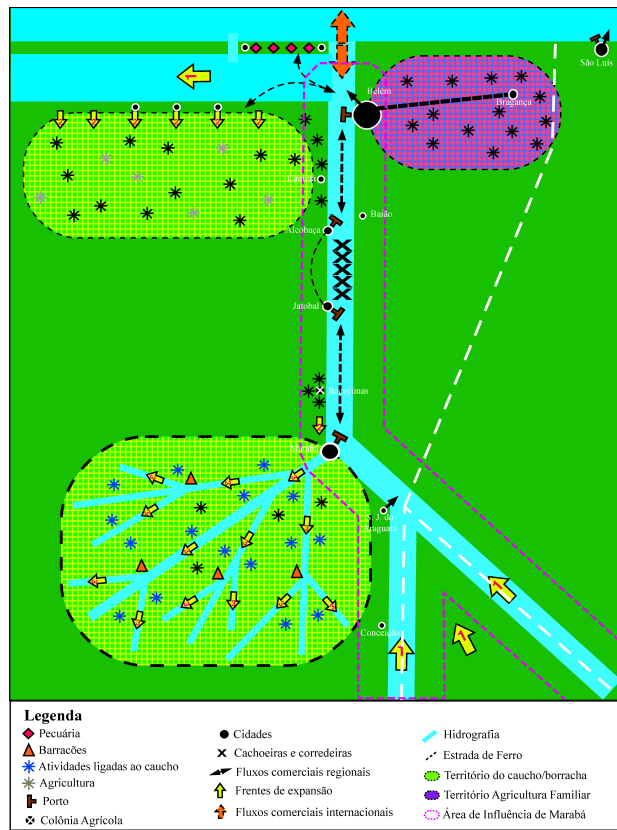
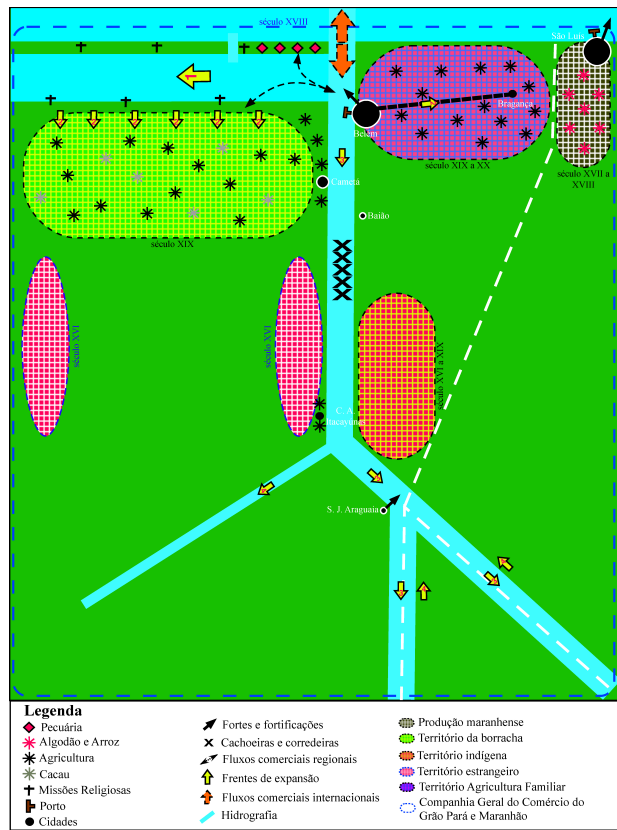
Em linhas anteriores minha argumentação foi direcionada em mostrar a dinâmica territorial incidente na fronteira. Contudo, guiado por um método de análise e interpretação, fundado a partir de Marx, pude inferir, no momento da modelização, alguns pontos sobre a fronteira, além da própria dinâmica territorial que ela gera. Entretanto, para compreender melhor esses pontos será necessário uma digressão rápida às bases conceituais da fronteira.

Nesse sentido discutirei um pouco sobre a fronteira e sua dinâmica e mostrarei que existem três pontos fundamentais sobre a fronteira que balizam o pensamento brasileiro nesse assunto: as determinações gerais, o caráter dual e os estágios de ocupação da fronteira.

6.2.1 A tese da fronteira e seus desdobramentos no Brasil

Um debate mais profundo sobre a fronteira requer entendê-la à luz dos escritos que Turner elabora no contexto da expansão territorial estadunidense. Segundo Nogueira (2013), Turner vai pensar a expansão para oeste da fronteira norte-americana aliado à conjuntura que se encontra o país. Só que essa expansão seria responsável por gerar uma tese da fronteira, que ligaria o processo de expansão à formação das instituições, do caráter e do espírito do povo do estadunidense.

Prancha 07: Periodização da Fronteira a partir dos modelos gráficos.



Essa tese proposta por Turner vai balizar os debates ao redor do mundo, em especial no Brasil, com Pierre Monbeig, por exemplo. Para este autor, a fronteira no Brasil só pode ser entendida a partir da sua funcionalidade para a conjuntura social, política e econômica do país (LIRA, 2017; MONBEIG, 1984; NOGUEIRA, 2013; THÉRY, 2006).

Monbeig (1984) conseguiu entender que a expansão da fronteira paulista, baseada na agricultura cafeeira, só faria fazer sentido se fosse observada à luz da demanda internacional desse produto. Segundo ele, era a alta demanda internacional do café que impulsionava a expansão da lavoura cafeeira em direção ao oeste paulista, daí a necessidade de incorporação de novas áreas ao cultivo cafeeiro.

Mesma linha de raciocínio tem Reboratti (1990), o qual aponta que a fronteira e sua dinâmica estão vinculadas ao desenvolvimento social e às forças produtivas. De forma geral, a fronteira para ele é um espaço relacional, onde suas características são definidas por um sistema de organização social a nível mundial. Essa tese permite entender a fronteira a partir de uma gradação. Então, segundo esta tese, existiria um espaço inicial, um intermediário e o outro final, sendo que esse espaço intermediário é a fronteira de fato. Dentro desse intermediário teremos ainda: a abertura da fronteira, a expansão e a integração.

O princípio disso é porque a fronteira é móvel, pois suas características estão “[...] atreladas a fenômenos móveis e a mudanças, são dinâmicas e nem sempre resultam de forças claramente definidas dentro ou fora de si mesmas”²⁷ (REBORATTI, 1990, não paginado, tradução nossa).

Outros dois autores seminais nos debates sobre fronteira são Octávio Velho e José de Souza Martins. Velho (1984) vai ser um dos pioneiros a fazer menção do papel do capitalismo na estruturação da dinâmica de fronteira. Para ele na fronteira surge uma nova lógica de apropriação da terra, pois a mesma passa a ser vista como uma mercadoria.

Já Martins (1999) também entende a fronteira como um fenômeno ligado ao capitalismo, mas suas reflexões apontam uma direção que difere das de Velho (1984) porque ele trabalha com a noção de tempo e temporalidade da fronteira.

Mas ambos, tanto Velho (1984) quanto Martins (1999), trabalham na perspectiva de expansão do capitalismo como dínamo na dinâmica da fronteira, encetando particularidades na composição do campesinato, já que os dois:

²⁷ “[...] atadas a fenómenos móviles y cambiantes, son dinámicas y no siempre resultan de fuerzas claramente definidas dentro o fuera de sí mismas” (REBORATTI, 1990, não paginado).

[...] alertam para o fato de o processo de consolidação do capitalismo ter sido impulsionado por um movimento expansivo que, em sua incessante dinâmica de incorporação de novas terras na esfera do espaço econômico nacional, ia colocando cada vez mais áreas do território brasileiro na órbita de influência de um sistema econômico internacionalizado. Tanto no caso de José de Souza Martins quanto na argumentação de Otávio Guilherme Velho, o realce dado à exploração da força de trabalho camponesa, com amplo uso de formas de remuneração não especificamente capitalistas, como a peonagem e os distintos tipos de parceria, e, mais importante, a referência à subordinação dos camponeses ao capital no processo de formação das fazendas – as etapas do desmatamento, preparação e cultivo das unidades de produção agropecuárias, identificadas como um momento da acumulação primitiva (a formação do capital), e não como parte da reprodução ampliada do capital –, é um ponto de fundamental relevância na análise da via trilhada pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e aspecto absolutamente fundamental para se compreender como o processo de expansão territorial do capital encontra-se mediado por um movimento de incorporação de terras e produção de mercadorias que nem sempre é executado a partir de relações de produção especificamente capitalistas [...] (NOGUEIRA, 2013, p. 34).

Léna (1988) também faz parte dos autores que a provocam do debate sob os auspícios do contexto. Só que a sua perspectiva introduz um termo mais suave para trabalhar o esquema de Turner, fronteira x contexto do país: a história do Brasil.

Outros autores, não menos importantes, é bem verdade, também trabalharam nessa relação entre interpolação de escalas geográficas: local/regional x nacional/global, são eles Becker, Egler (2010), Becker; Miranda, Machado (1990), Costa (2000), Machado (1995), Martine (1987), Sawyer (1984; 1986) e Waibel (1955).

Com esse quadro teórico, até aqui, posso resumir os termos do debate que mostram o primeiro ponto em comum das reflexões a cerca do conceito de fronteira: sua vinculação com determinações gerais. Entretanto, em minha opinião, essas determinações só fazem sentido à luz do modo capitalista de produção, que uns citam tacitamente, como Velho (1984) e Martins (1999), já outros como Léna (1988), Monbeig (1984) e Reboratti (1990) não exploram a fundo esse caminho, apenas deixam implícitos.

Agora, noutro plano do debate, temos alguns autores que argumentaram em favor do caráter dual da fronteira. Becker (1974) é uma importante referência, pois para ela este espaço especial vem subsumido em várias relações, tais como a do centro x periferia:

Quanto ao sistema espacial, um balanço da fase de substituição das importações revela a elaboração de uma estrutura espacial do tipo centro-

periferia em que, sob o comando do centro dinâmico, articula-se o território nacional, ao mesmo tempo em que grandes disparidades regionais se elaboram: o Sul com periferia dinâmica, o Nordeste como periferia deprimida e a Amazônia como periferia não integrada, as duas últimas constituindo regiões-problemas (BECKER, 1974, p. 9).

Obviamente que a Amazônia, enquanto periferia, é entendida do ponto de vista de suas potencialidades, as quais são vinculadas aos seus recursos naturais (BECKER, 1974). Segundo ela, principalmente a partir da metade do século XX ocorre a integração da Amazônia – periferia, ao Sul e Sudeste do Brasil – centro.

Becker (1985) também pensou a fronteira a partir do binômio urbano x rural, sendo que nesse artigo sua tese aponta que o fenômeno da fronteira é a outra face da urbanização da Amazônia. Particularmente o termo rural não está em questão nas obras da autora, mas sua menção está chancelada pela presença de seu congênere: o urbano.

Segundo ela, a primazia do urbano se dá sobre o território no momento em que as cidades ou núcleos urbanos passam a se constituir em os centros logísticos do ordenamento territorial ocorrido na fronteira. Para corroborar isso são levantados três argumentos: o núcleo urbano é a base de organização do mercado de trabalho; o núcleo urbano tem importante função política-ideológica e eles são o centro difusor da mudança.

Assim, se por um lado os núcleos urbanos são ponta de lança para a ocupação do território como *locus* da circulação passam a ser, *em si, um fator de mudança*, adquirindo embrionariamente possibilidades de crescimento autônomo e de influir na transformação regional [...] (BECKER, 1985, p. 368, grifos do autor).

Dando continuidade, a autora vai refinar mais sua leitura sobre fronteira, apontando elementos além do local. Percebo nesse momento que ela começa a construir um raciocínio crítico em relação aos posicionamentos teóricos sobre a fronteira. Segundo a mesma, não se pode mais pensar a fronteira sem a articulação estreita entre global e local e também sem a revolução tecnológica da eletrônica e da comunicação. Para ela, o papel do Estado está no meio dessa relação “*para assegurar as condições da reprodução das relações de dominação inerentes à hierarquia dos grupos e dos lugares*” (BECKER, 1988, p. 66).

Becker (1988) está tentando articular as escalas no seio da dinâmica da fronteira, tentando mostrar que o conflito passa a se dar entre duas matrizes de desenvolvimento: uma matriz de base local e outra nacional/global. O espaço da fronteira amazônica é aberto à incorporação internacional (mas também nacional), com a conivência do Estado, pois

segundo sua hipótese: “[...] *a fronteira constitui um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado* [...]” (BECKER, 1984 apud BECKER, 1988, p. 67, grifos do autor).

Já Soares (1948) e Waibel (1955) embasam sua visão dualística da fronteira no critério demográfico. O primeiro, ao estipular a zona de atuação do planejamento estatal escolhe o limite da frente de povoamento, ou seja, a fronteira começa onde se observa uma transição para uma baixa densidade demográfica (mapas 07, 08, 09 e 10).

Portanto, todo e qualquer plano de valorização da Amazônia, pela repercussão e povoamento, deve cuidar de maneira inteligente e intensiva, primeiramente para realizar a ocupação da “terra-de-ninguém” que separa a atual faixa pioneira do Planalto Central, da linha de penetração mais meridional das populações amazônicas (SOARES, 1948, p. 20).

E Waibel (1955) usa dados estatísticos para sustentar sua tese de pouca povoação do Brasil. Segundo sua conclusão, quase 77% do território nacional “*ou não são economicamente utilizados, não são utilizáveis, ou então estão na mão de ‘intrusos’, que escapam ao levantamento estatístico*” (WAIBEL, 1955, p. 3).

Numa leitura mais detida desse artigo, da década de 1950, é possível concluir que Waibel (1955) estava claramente designando uma zona pioneira usando o critério de presença de atividades econômicas, as quais geravam alterações profundas nas paisagens ocasionadas pelo dinamismo que possuíam. E nas zonas pioneiras segundo ele observou o crescimento da população e paralelamente a expansão da área destinada a agricultura.

Velho (1984) também utiliza o critério demográfico para iniciar seus estudos à cerca da fronteira. Por mais que ele mesmo admoeste sobre o caráter frágil desse argumento, ele acaba por partir seu estudo desse caminho quando aponta a ocorrência de várias áreas dessas:

Diversas dessas zonas fisiográficas, mesmo em 1960, possuíam uma densidade demográfica muito baixa, o que distorce o significado do incremento demográfico. Isso torna necessária, a fim de efetivamente se saber se essas zonas estavam sujeitas à ação de frentes, a continuação da sua observação em momentos seguintes. O alto incremento demográfico nesses casos constitui apenas o indício de uma tendência possível, dado um mínimo de condições para o prosseguimento de sua ocupação. Arbitrando uma exigência mínima de 0,1 hab./km² para 1960, a fim de se ter uma certa segurança quanto à natureza do fenômeno, ficariam excluídas provisoriamente da relação a zona do Catrimani (Roraima) e a de Aripuanã (Mato Grosso).

O tempo e a temporalidade são um dos fundamentos que definem o caráter da fronteira para Martins (1999). De um lado o tempo do capital, hegemônico e erigido no âmbito das relações capitalistas e do outro o tempo hegemônico, gerado a partir de relações sociais locais e regionais.

Já Sawyer (1984; 1986), também utiliza o argumento demográfico para trabalhar com a fronteira. Contudo, seu esquema reflexivo é um pouco mais elaborado, o que inclusive me servirá mais a frente para propor algumas coisas.

Segundo Sawyer (1984; 1986), obviamente de maneira simplificada, o crescimento econômico gera atração populacional em determinada área e o excedente, não absorvido, é direcionado para a ocupação da fronteira. Uma gama de fatores internos e externos contribuiu para aumentar a população excedente aqui no Brasil e serviu para uma dupla função:

Em conjunto, essas tendências econômicas, demográficas e políticas levaram ao crescimento da população excedente no Brasil e à sua progressiva incorporação no processo de desenvolvimento capitalista. Em vez de expansão de fronteiras, como no período primário-exportador, esse desenvolvimento passou a concentrar-se em pólos localizados nos grandes centros urbanos. Esse tipo de desenvolvimento, entretanto, não absorveu toda a população excedente, parte da qual se dedicou à ocupação de novas fronteiras no vasto interior do país. As fronteiras do período urbano-industrial, diferente das do período primário-exportador, não eram centrais no processo de acumulação, mas periféricas, tanto econômica quanto espacialmente (SAWYER, 1984, p. 10).

E ele reforça sua argumentação em favor da densidade demográfica mostrando a importância da grande disponibilidade de terras:

Assim, a existência de terras não ocupadas²⁸ foi, certamente, uma condição fundamental, até mesmo *sine qua non*, para a expansão da fronteira através da migração de população excedente. O Estado chegou a promover, em certos pontos e em certos momentos, a ocupação de terras, através da distribuição de pequenos lotes, o que estimulou ainda mais a procura. Há que se ponderar, entretanto, que a distribuição de terras em grandes propriedades e a atuação no sentido de proteger o monopólio da terra, inclusive através de distribuição controlada de um número reduzido de lotes menores, definiram um padrão de ocupação francamente

²⁸ Não é demais lembrar que essa expressão usada pelo autor: “a existência de terras não ocupadas” não pode ser tomada totalmente em seu sentido literal, pois se sabe que os índios já habitavam todo o vale amazônico, mesmo não sendo o tipo de ocupação intensiva do espaço desenvolvida por nós atualmente. E nem tão pouco no período a qual faz referência o autor, pois já haviam posseiros ocupando boa parte dessas “terras não ocupadas”.

desfavorável à absorção da população excedente do resto do país. A colonização oficial deve ser vista mais como uma conquista dessa população do que um incentivo oferecido pelo Estado ou uma necessidade do capital.

Théry (2006) também faz um balanço sobre o debate, para ele entender a fronteira requer admitir que existe uma relação intrínseca entre terras de densidade populacional alta e baixa, e a mesma é mediada pelo progresso técnico. Isso quer dizer que a técnica e a ocupação de novas franjas pioneiras têm uma estreita relação:

Essa coabitação entre zonas populosas e zonas quase vazias durou séculos, mas a aparição de novas técnicas, ao menos a possibilidade de coloca-las e concretiza-las, permitiu que esse movimento de conquista continuasse com um novo vigor [...] ²⁹ (THÉRY, 2006, p. 7, tradução nossa).

E, segundo o autor, existem muitos casos de incremento técnico e ocupação de novas franjas pioneiras, como o sudeste do Pará e a extração mineral na Serra dos Carajás, de onde sai uma ferrovia construída exclusivamente para escoar a produção mineral dessa província mineral (THÉRY, 2006). Mas, como se percebe, ele também faz alusão ao argumento da densidade demográfica, tal qual os outros autores supramencionados para definir o que entende por fronteira.

Sem alongar demasiadamente o texto, posso destacar o segundo ponto sobre o debate da fronteira: a ocorrência nela de uma espécie de dualidade. Essa dualidade pode ocorrer a partir de vários termos: rural x urbano, alta x baixa densidade, ausência x presença de atividades econômicas, tempo hegemônico x tempo hegemonizado.

Por fim, subjacente a esse segundo, surge o terceiro e último ponto estruturante do debate da fronteira: o caráter evolutivo da mesma. Geralmente esse entendimento propõe um andamento temporal, uma sequência sucessiva de estágios onde a fronteira seria o espaço rústico, não plenamente ocupado ou desestruturado e a não fronteira o seu incongênere, estruturado, ocupado, urbanizado ou civilizado até.

Segundo Soares (1948), as tentativas de povoamento da Amazônia não deram certo porque se basearam quase que exclusivamente no extrativismo vegetal. Para ele é certo que haveriam dois problemas a serem atacados numa bem sucedida ocupação e colonização da

²⁹ Cette cohabitation entre zones peuplées et zones presque vides a duré des siècles, mais l'apparition nouvelles techniques, ou du moins la possibilité concrète de les mettre en oeuvre massivement, a permis que le mouvement de conquête reprenne avec une nouvelle vigueur [...] (THÉRY, 2006, p. 7).

Amazônia, a baixa e precária agricultura (sic) praticada na região e o esparso povoamento da região.

Portanto, todo e qualquer plano de valorização da Amazônia, pela repercussão e povoamento, deve cuidar de maneira inteligente e intensiva, primeiramente para realizar a ocupação da “terra-de-ninguém” que separa a atual faixa pioneira do Planalto Central, da linha de penetração mais meridional das populações amazônicas (SOARES, 1948, p. 20).

Basicamente a mesma linha de raciocínio de Waibel (1955), que diz poder distinguir no âmbito da fronteira os estágios “pré-pioneiro” e post-pioneiro, o primeiro tem duas características fundamentais: a presença de floresta (matas para ele) e a ocorrência de imensos latifúndios.

Da mesma forma que se pode distinguir um estágio pré-pioneiro é possível fazer referência a um estágio post-pioneiro. Este começa quando toda a terra já foi ocupada e a mata praticamente já desapareceu. Mas, ainda restam em pé nas lavouras e nos pastos troncos carbonizados, e árvores derrubadas há tempos ainda seguem para as serrarias que também no estágio post-pioneiro são características (WAIBEL, 1955, p. 22).

Para o autor, a significância do avanço das frentes pioneiras era o progresso ou mesmo a chegada da civilização naquela área do sertão. Nitidamente existia para ele uma alteridade entre selvageria e civilização, barbaridade e humanidade.

Léna (1988, p. 125) também marca sua contribuição para a solidificação do elemento evolutivo:

A realização das infra-estruturas, o aproveitamento do solo e a demanda permanente de terras acarretam a valorização diferencial do fundiário, verdadeiro motor da “fronteira em movimento”, segundo a feliz expressão de Turner. Esta valorização leva à substituição dos colonos e, com frequência, dos sistemas de produção. A partir do momento em que o solo assume um valor mercantil, deixa de ser acessível aos mais desfavorecidos dentre os excluídos do processo de modernização. À medida que o valor da terra aumenta, grupos de camponeses cada vez mais abastados vêm proibir-se-lhes o acesso à terra. *A única solução é então buscar, sempre mais longe, espaços não-estruturados e não-valorizados.* A vida é aí particularmente difícil, mas é o preço a pagar para ter acesso à propriedade. Níveis diferentes de valorização podem ser observados em curtas distâncias, principalmente em Rondônia. Mas, neste caso, a evolução e a sucessão de diferentes fases são em geral extremamente rápidas. Atualmente a saída “lógica” da fronteira de

Rondônia (praticamente saturada e, em todo caso, cada vez mais dificilmente acessível ao camponês sem terra) é Roraima.

Reboratti (1990) também entende a fronteira evolutivamente ao elaborar tipologias para ela, que levam em consideração a dinâmica espaço-temporal presente na fronteira, como por exemplo, a de primária e secundária:

As fronteiras chamadas primárias são na verdade uma questão do passado: a formação das nações com um perfil territorial definitivo terminou com este mecanismo de expansão, menos aos seguidores do pensamento geopolítico haushoferiano.

As fronteiras secundárias são internas aos estados, são produzidas dentro de um continente político-territorial dado. Se originam do fato de que, em muitos casos, os processos de consolidação territorial estão acontecendo dentro de áreas mais amplas com escassa ou nula densidade populacional, ou ocupados por grupos indígenas. Quando o estado consolida seu território, justamente é o momento em que começa a voltar-se para dentro, e dão lugar, com maior ou menor rapidez, a processos de valorização territorial de áreas só ocupadas até o momento apenas do ponto de vista político. No caso do Brasil a partir do varguismo é um bom exemplo destas fronteiras, as quais nos referimos com particular atenção neste trabalho³⁰ (REBORATTI, 1990, não paginado, tradução nossa).

Já a partir da década de 1990 Bertha Becker vai incorporar a questão ambiental nos debates e reflexões da fronteira, por esse motivo muitos elementos desse paradigma ambiental aparecem nas obras dela sobre esse tema.

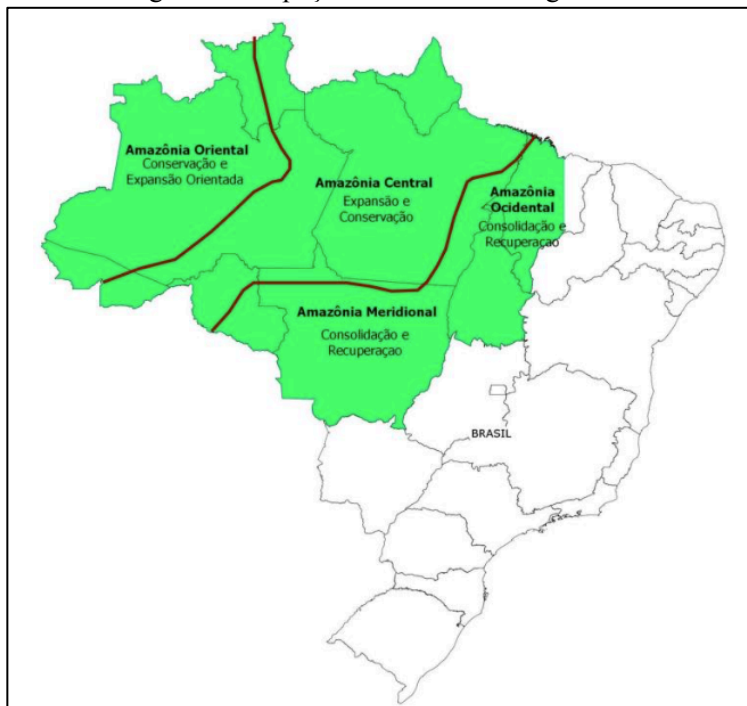
Segundo ela, as ações desenvolvimentistas ao longo do tempo (BECKER, EGLER, 2010), incidentes no momento da ocupação pretérita da Amazônia, deixaram um rastro de destruição, que possibilitam o desenvolvimento social (BECKER 2001; 2004). Só que esse desenvolvimento só pode ser atingido se duas condições básicas forem observadas: aliança entre os vetores endógenos e exógenos e as adaptações em face dos cenários criados pelo processo de ocupação amazônica (BECKER, 2001).

³⁰ Las fronteras llamadas primarias son en verdad una cuestión del pasado: la formación de las naciones con un perfil territorial definitivo terminó con este mecanismo de expansión, mal que les pese a los seguidores del pensamiento geopolítico haushoferiano.

Las fronteras secundarias son internas a los estados, se producen dentro de un continente político-territorial dado. Se originan en el hecho de que, en muchos casos, los procesos de consolidación territorial dejan incluidos dentro de los estados amplias áreas con escasa o nula densidad de población, u ocupados por grupos indígenas. Cuando el estado consolida su territorio, justamente es el momento en que comienzan a mirar hacia adentro, y dan lugar, con mayor o menor rapidez, a procesos de valorización territorial de áreas sólo ocupadas hasta el momento desde el punto de vista político. El caso del Brasil a partir del varguismo, es un muy buen ejemplo de estas fronteras, a las cuales nos referiremos con particular atención en este trabajo (REBORATTI, 1990, n.p.).

A fundamentação para definir tais cenários se dá com base no grau que se encontra a dinâmica socioespacial. Dessa forma, a fronteira se dividiria em três partes: Amazônia Oriental/Meridional, Central e Ocidental, como mostra a figura 17 (BECKER, 2001).

Figura 17: Estágios da ocupação da Amazônia segundo Bertha Becker.



Fonte: Becker (2001)/adaptado pelo autor.

Para Machado (1995), a relação cidade/campo na fronteira tem dois aspectos muito importantes para a reprodução da fronteira. Primeiro, a necessidade de mão de obra obriga que existam excedentes populacionais, esses excedentes vem (possivelmente) expulsos do campo e se dirigem para a cidade. Esse aspecto faz crescer núcleos urbanos ao longo da faixa de ocupação da fronteira e fora dela.

Segundo, dado o caráter extremamente provisório de algumas atividades desenvolvidas na fronteira, aparecem diversos povoados ou aglomerações urbanas que são altamente provisórios, dos quais ao findar a atividade exploratória que dá suporte a esses núcleos, também chegam ao fim a existência desses núcleos. Então, um corolário do pensamento de Machado (1995) é que na fronteira predominam os núcleos urbanos e povoações provisórias.

Théry (1995), num interessante e didático artigo sobre a fronteira brasileira, mostra através da cartografia o avanço das culturas agrícolas pelo país. Segundo ele, dado o perfil agrário do Brasil, é possível observar um movimento evolutivo dos produtos agrícolas ao

longo do território. Para tanto, ele faz uso da cartografia onde indica os sentidos dos movimentos de cada uma das culturas analisadas por ele.

Logicamente existem muito mais contribuições ao pensamento científico da fronteira que não estão presentes aqui. Contudo, as exploradas nesta tese podem representar muito bem boa parte do estado da arte desse tema, pois são resultados de esforços de grandes baluartes nesse tema.

Por certo que tenho condições de apontar que nesses pensadores da fronteira estão colocados aqueles três elementos supracitados, a saber: interpolação de escalas geográficas, dualidade e evolução. Lembrando que não existe qualquer tipo de demérito ou degradação nesses pontos que possa invalidar as análises desses autores.

No entanto, em minha análise, esses elementos por si sós não são completamente suficientes para entender o que aconteceu no recorte espacial estudado aqui nessa tese, principalmente em relação ao avanço do movimento da frente. Logo, para mim há a necessidade de ir um pouco além desse esquema tripolar para analisar a fronteira do sudeste paraense e entender esse movimento diferente que já foi mostrado no item 6.2, coisa que procurarei fazer nas páginas seguintes.

6.2.2 O movimento da fronteira sob as determinações do capital

Em face dos debates apontados no tópico 6.2, procurei realizar no 6.2.1 um rápido périplo sobre o estado da arte do pensamento da fronteira aqui no Brasil para mostrar alguns elementos corriqueiros nesse debate. Com o intuito de tentar avançar nas reflexões comecei o debate trazendo a baila alguns autores que propuseram visões diferentes da dinâmica da fronteira, após isso apresentarei minha perspectiva de interpretação particular da fronteira.

Para adiantar, meu olhar sobre a fronteira se forma a partir das determinações do capital. Logo, a fronteira não é apenas um espaço onde ocorre baixa densidade demográfica, ausência de atividades ou desenvolvimento, mas um espaço destinado à produção do valor mais elementar ao capital, ou seja, aqueles valores produzidos com pouco trabalho cristalizado que servem de matérias primas para outras atividades ou processos.

O primeiro autor que trago a baila é Donald Rolf Sawyer, um sociólogo que fala sobre fronteira, o qual já apresentei anteriormente. Para ele um cuidado inicial que

deveríamos ter, ao abordar o fenômeno da fronteira, é com generalizações. Além disso, ele procura construir uma abordagem para escapar da dualidade fronteira x frente (SAWYER, 1984).

É importante notar também que ele dá a possibilidade de pensarmos em processos descontínuos de avanço da fronteira e não simplesmente como uma frente uniforme de avanço pelo espaço. Há, portanto, várias condições e possibilidades de dinâmicas presentes ou ausentes na fronteira, endógenas ou exógenas a ela, das quais podem inferir em fronteira ou antifronteira:

Está implícito, no que foi dito até agora, que nossa formulação de fronteira (ou de seu contrário) refere-se a potencialidades, e não aos resultados concretos. Assim, poderia ser útil aproveitar a existência de duas palavras em Português, “fronteira” e “frente”, reservando-se à primeira o sentido de condições, de potencial, e à segunda o sentido de atividades concretas, com toda sua diversidade. De acordo com esta distinção, uma frente seria um conjunto de atividades – uma combinação concreta de forças produtivas e relações de produção – que se introduz em uma área de fronteira. Pode ser caracterizada de acordo com sua forma específica de organização econômica, por exemplo, frente camponesa mercantil, frente garimpeira, frente capitalista agropastoril, etc., como veremos mais adiante (SAWYER, 1984, p. 7. Grifos do autor).

Essa situação possibilitou a existência de vários tipos de frente: garimpeira, mercantil ou agropecuária, por exemplo. Essas frentes não seriam mecanicamente associadas umas às outras na fronteira, mas poderiam estar desconexas ou desarticuladas no espaço fronteiriço.

Interessante notar também nesse trecho que Sawyer (1984) ao distinguir na fronteira potencialidades e resultados concretos, está procurando se distanciar de uma prática bastante corriqueira entre os geógrafos: definir o espaço a partir dos elementos visíveis da paisagem.

Dois anos depois desse artigo, ele elaborou outro contendo uma reflexão mais profunda sobre a bibliografia de fronteira. Este trabalho procura fazer uma revisão crítica das discussões sobre fronteira. Uma das primeiras incursões que ele fez nessa obra é na distinção clássica instituída pelos geógrafos: frente demográfica e frente econômica. Nesse texto Sawyer (1986) faz a grafia dessas palavras (demográfica e econômica) com aspas, pois sua análise é crítica quanto ao alcance empírico de ambas.

Em seguida, mais dois termos entram na revisão: frentes camponesas e frentes especulativas. Ambas são usadas para designar a dinâmica social presente ou principal na

fronteira. A camponesa se refere ao agente presente com sua unidade familiar de produção e a especulativa se refere ao regime na qual as terras amazônicas foram submetidas (SAWYER, 1986).

Para as visões que entendem a fronteira a partir da expansão e estagnação da fronteira, Sawyer (1986) analisa alguns produtos. Sua conclusão, sobre as tendências mostradas por ele é que não é possível cravar a tendência geral para toda a fronteira (estagnação ou expansão). A fronteira está inserida na reestruturação macroestrutural brasileira, isto é, voltamos necessariamente ao ponto em que as frentes podem estar desvinculadas na fronteira.

A ocupação da fronteira, assevera Sawyer (1986), havia sido feita com a esperança de crescimento e desenvolvimento baseada nas alternativas tecnológicas. No entanto, pela análise do autor, vários problemas ocorreram em decorrência do uso dessas alternativas tecnológicas. Além de que essas alternativas influenciaram negativamente na ocupação e nos fatores naturais da Amazônia.

Então, para efetivar a ocupação sem requerer o uso da tecnologia avançada, os empresários e fazendeiros usavam intensivamente a mão de obra, recrutando vários trabalhadores por diversos meios (gatos, aviamento e etc) porém, os custos para aumentar o número de trabalhadores se tornou elevado, causando várias desistências aos investimentos.

Dessa forma, Sawyer (1986) diz que a fronteira agrícola amazônica faz parte de um sistema macroestrutural nacional, onde o avanço ou o recuo da produção capitalista na Amazônia não depende exclusivamente das alternativas tecnológicas ou da mão de obra que tenham dado certo por aqui, mas sim da relação com os espaços pioneiros no Brasil, onde a agricultura está muito mais desenvolvida, fazendo com que a relação entre agricultura e indústria sejam mais fortes. Trocando em outros termos, enquanto as condições favoráveis continuarem no centro-sul do Brasil, a agricultura amazônica será meramente especulativa.

Muito interessante perceber, já na década de 1980, este sociólogo estadunidense chamando a atenção para o movimento relativo que se processava na fronteira. Segundo ele, o avanço e o recuo são possibilidades concretas na dinâmica da fronteira, já que são ligadas à produção de forma geral, não aos elementos concretos da fronteira.

Mesma advertência fez Léna (1988), ao dizer que não é possível entender a fronteira como um ciclo evolutivo linear, que simplesmente consolida as relações e as dinâmicas socioespaciais.

A noção de “fronteira” se confunde com a história do Brasil. É a progressão contínua da ocupação demográfica e econômica do território, entrecortada de pausas e saltos para frente, de “ciclos econômicos”, baseados numa atividade ou num produto. Um novo ciclo pode integrar, dinamizar ou fazer recuar o povoamento, “reliquia” deixada pelo ciclo precedente, valorizando espaços que até então haviam sido deixados de lado, ou então estender-se a regiões ainda não ocupadas ou fracamente povoadas por populações ameríndias (LÉNA, 1988, p. 92).

Essa definição do termo fronteira chama bastante atenção pela possibilidade de entendê-la de maneira não evolutiva ou linear, mas, sobretudo, permeada por movimentos de avanço ou recuo das frentes.

Vale destacar nesse artigo o potencial analítico que deixado como legado para se estudar a fronteira. Já que ao dividir a fronteira em quatro áreas, demonstra-se primeiro que não há uma linha espacial coerente para se delimitar a fronteira, pois o fenômeno “Fronteira” está disperso pela Amazônia como um todo. Segundo que ao fazer essa distinção, queda claro que não existe um só movimento ou dinâmica na fronteira, uma só direção da evolução. Pois existem várias fronteiras, com várias dinâmicas e vários processos em curso (LOBATO; SOARES, 2017, p. 49).

Outra perspectiva um tanto incomum de fronteira vem também do alemão Thomas Hurtienne. Em seus primeiros anos aqui no Brasil esse sociólogo procurou refutar as leituras conservadoras sobre o ciclo de fronteira baseadas na agricultura camponesa migratória, principalmente àquelas que usavam o corte e a queima da mata (HURTIENNE, 2005).

Havia na literatura dessa época uma conclusão de que o desmatamento era causado entre outros fatores pelo avanço da agricultura familiar migratória de corte e queima. Para parte da bibliografia corrente na época esse tipo de atividade agrícola era responsável pelo avanço da fronteira ao adotar a agricultura rudimentar de corte e queima.

Segundo Hurtienne (2005), não era possível afirmar categoricamente essa associação, entre desmatamento, avanço da fronteira e agricultura de corte e queima. Ao contrário, para ele as trajetórias camponesas observadas, principalmente no Pará, não

permitiam entender dessa forma, já que eles usavam a estratégia de estabilização da ocupação por meio da complexificação das culturas.

Portanto, o que Hurtienne (2005) tentou mostrar é que era impossível observar perfeitamente o avanço da frente impingida pelos camponeses da agricultura migratória, pois eles adotavam estratégias de complexificação das suas práticas justamente para evitar o deslocamento.

Martine (1987) também contribui imensamente com as leituras de fronteira ao associá-la ao contexto dado. *“Inicialmente, é importante observar que a distribuição espacial da população numa sociedade reflete as formas de organização da sua produção num determinado momento histórico”* (MARTINE, 1987, p. 59).

Isso então remete a uma discussão já levantada por mim, sobre a fronteira baseada num contexto e numa perspectiva social. Esses contextos e perspectivas em questão priorizam o “avanço”, o “desenvolvimento” ou o “progresso”, mas escamoteiam ou não priorizam o debate dos “recuados”, dos “subdesenvolvidos” ou dos “atrasados” (LOBATO; SOARES, 2017).

Baseado nesses autores, gostaria de trabalhar a proposição de que não existe essa tendência inexorável da frente sempre avançar. O que ocorre no sudeste paraense são movimentos de avanços e ou de recuos, conforme determinações gerais da reprodução do capital. Além do mais, pude visualizar que não há necessariamente uma solda econômica ligando as frente do sudeste: a pecuarista e madeireira com a mineral.

Em minha interpretação a função da fronteira é produzir valores a partir do trabalho, os quais serão apropriados nas diversas escalas produtivas do capitalismo. Logo, a quantidade de trabalho cristalizado nesses valores produzidos na fronteira é menor dentro do circuito inteiro do capital (MARX, 2011).

Sendo o capital um sistema que se apropria do trabalho do trabalhador por meio da troca, isso acontece:

Quando consideramos a troca entre capital e trabalho, descobrimos que ela se decompõe em dois processos não apenas formal, mas qualitativamente diferentes, e até mesmo opostos:

- 1) O trabalhador troca sua mercadoria, o trabalho, o valor de uso que como mercadoria, também tem um *preço*, como todas as outras mercadorias, por uma determinada soma de valores de troca, determinada soma de dinheiro que o capital lhe cede.
- 2) O capitalista recebe em troca o próprio trabalho, o trabalho como atividade que põe valor, como trabalho produtivo; *i.e.*, recebe a força produtiva que conserva e multiplica o capital e que, com isso, devém

força produtiva e força reprodutiva do capital, uma força pertencente ao próprio capital (MARX, 2011, p. 213. Gritos do autor).

Portanto, a fronteira é, dentro do mercado mundial formado pelo capital, a ponta da geração de valor, onde os valores produzidos serão adicionados mais tarde a mais trabalho cristalizado em outras partes do mundo.

No entanto, esses valores produzidos pelo trabalho são definidos conforme as determinações gerais vigentes em cada período: caucho, castanha, pecuária/madeira e minérios. Para além dessas determinações, ou seja, na ausência dessas determinações diretas o que sobra à fronteira é simplesmente a reprodução das relações de produção já estabelecidas.

É exatamente por isso que, em minha opinião, a forma imediata ou a paisagem que está descrita na fronteira não serve para defini-la, pois basta que ela cumpra sua função de produzir valores. Logo, se ela cumpre seu papel, a partir do aviamento ou do trabalho escravo, por exemplo, pouco importa, basta que o trabalho crie os valores para serem apropriados pelo capital no seu circuito ampliado.

Lógico que o importante nesse processo de leitura da fronteira é não esquecer as determinações que estão por detrás. No exemplo da castanha, em que ela é um valor acessório ou supérfluo na reprodução do capital, a forma de geração do valor não vem ao caso, mas quando se trata de um valor diretamente ligado à reprodução ampliada do capital, tal como o minério de ferro, que é base para milhares de construções ou produtos ao redor do mundo, essa forma de geração do valor importa, pois as formas do trabalho presentes na fronteira não podem quebrar o ciclo de valorização do capital.

Nesse sentido que a mineração conta atualmente com alta densidade técnica do trabalho. Por isso também que a borracha amazônica foi substituída pelas do sudeste asiático, já que sua incapacidade de manter um fornecimento estável comprometia totalmente a reprodução ampliada do capital.

O esquema da dinâmica que se processa na fronteira é estabelecido nos seguintes termos: em primeiro lugar ocorre a produção de valores, em seguida, quando esgota essa determinação de produção, a dinâmica da fronteira se transforma apenas em reprodução das relações de produção.

Esse estágio de reprodução das relações de produção não é supérfluo ou menos importante, pois custaria ainda mais ao capital retomar novamente as formas produtivas disponíveis na fronteira para recomençar um ciclo de produção de valor.

Quadro 08: Esquema da Reprodução do capital na Fronteira		
"Estágio"		Situação da Fronteira
Produção de valor	Caucho; Castanha; Pecuária/Madeira e Minérios	"Avança"
Apenas reprodução das relações de produção	Agricultura familiar; Serviços básicos; Funcionalismo Público; Mercado informal e etc.	"Estagnada"
Fonte: Elaboração própria.		

Mais tarde, incidindo outras determinações aquela área, que era apenas reprodução das relações de produção, volta novamente à produção de valores, conforme o esquema do quadro 08. Por essa razão é muito importante manter a fronteira como reprodução das relações de produção, para que não seja necessário novamente o esforço inicial de dotação dessas formas. Por isso que no estágio de “estagnação” da fronteira é possível observar o crescimento das outras formas produtivas.

Logo, as setas representadas nas figuras 12, 13, 14, 15 e 16, são baseadas nesse esquema acima proposto. E demonstram que as “fases” que se sucedem na fronteira são produção de valor e apenas reprodução das relações de produção.

Para a determinação que incide em dado território, estabelecendo a produção de valores, como: o caucho, a castanha, a pecuária/madeira e os minérios, a fronteira se encontra em processo de avanço, porém, quando essa produção de valores não ocorre, o que predomina é a reprodução das relações de produção, a partir de atividades econômicas: agricultura familiar, comércio, mercado informal e outras.

Por isso que nas fases de produção de valor ocorre na fronteira o aumento da população (migrações) e da densidade demográfica, o surgimento de novos núcleos urbanos (que servem como difusão das relações de produção capitalistas), a modificação intensa da paisagem além de outras manifestações típicas dos espaços em estruturação, ou seja, a fronteira. Mas na sua fase de “estagnação”, o refluxo ou o desaparecimento de algumas formas é observado. Nessa fase algumas consequências são visíveis: estagnação ou desaparecimento de núcleos urbanos, diminuição da população, desemprego e outras formas.

Com o fim da produção daquele valor específico, a fronteira refluí a níveis próximos aos anteriores, mas, evidentemente ela refluí conservando as relações de

produção já estabelecidas, ou seja, a reprodução das relações de produção. Já que essa conservação das relações de produção garante que não seja necessário novamente o esforço de criá-las.

Como já disse, essa definição não se amarra diretamente à forma visível da fronteira, mas sim a sua função e a determinação que está posta a ela. A produção e a reprodução das relações de produção são a face invisível da fronteira a qual estrutura sua forma.

Essas foram as reflexões que fiz sobre da fronteira sob determinações gerais que procurei desenvolver. Na parte seguinte retomarei todas às discussões anteriores levantadas ao longo de todo o trabalho colocando para pontuar algumas considerações e vários questionamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho, procurarei retomar algumas reflexões deliberadamente propostas e ou espontaneamente surgidas durante esta tese. Em princípio, a primeira parte é destinada a discutir o que foi proposto, em seguida faço breves comentários em relação às dificuldades encontradas durante a pesquisa e, por fim, apontarei elementos que estão além da hipótese e dos objetivos traçados, ou seja, farei uma reflexão mais de fundo pontuando algumas limitações, questionamentos e dúvidas.

Como se viu, ao longo de todo o texto, o trabalho ganhou novos elementos e outras perspectivas, por isso a hipótese proposta no início – *os sujeitos hegemônicos do capital presentes na região sudeste paraense (produtores de commodities do agronegócio, pecuaristas, madeireiros e empresas ligadas à mineração) podem ser considerados sujeitos integrantes ou à serviço do capital mundializado, que se materializam na fronteira amazônica. Neste espaço geográfico, esses sujeitos criam seus territórios de forma conflituosa e direcionam os processos da fronteira agropecuária, de maneira que toda a dinâmica da fronteira e os sujeitos não hegemônicos estão submissos à lógica dos sujeitos capitalistas hegemônicos* – ganhou alguns acordos e desacordos.

Autores como Friedrich Hegel, Vladimir Lenin e até Antônio Gramsci, não foram abordados ou nem sequer citadas suas reflexões sobre tal tema. Contudo, tentei suprir essa falta teórica argumentando que essa discussão demandaria um esforço considerável diante das mudanças qualitativa e quantitativa desses sujeitos que atuaram e atuam no âmbito regional. Ora se comportando como subsumidos à lógica do capital, ou seja, não submetendo nem determinando a reprodução capitalista, ora sendo a própria determinação do capital na Amazônia.

Além disso, guiado pela hipótese, em princípio tratei a participação dos sujeitos hegemônicos como um bloco monolítico. Coisa que a condução da pesquisa evidenciou existirem graus de subordinação desses sujeitos, não sendo possível tratá-los como um único bloco. Enquanto a oligarquia, por exemplo, detinha o controle real da produção do espaço regional, ela não submetia nem determinava a reprodução capitalista. Por outro lado, a Vale, nos tempos mais recentes, pode ser considerada como uma determinação direta da reprodução capitalista, pois além de determinar a produção do espaço em escala regional, determina a reprodução capitalista de maneira geral.

Por mais que a expressão “*à serviço do capital*”, presente na hipótese, lembre vagamente essas questões levantadas, em minha opinião ela carece de potencial heurístico pois não destaca de fato os termos dessa submissão ao capital.

Mesmo com esses problemas teóricos e metodológicos procurei elencar quem foram esses sujeitos hegemônicos atuantes. Em princípio esses sujeitos se agrupavam em torno dos Impérios, em seguida em uma oligarquia caucheira/castanheira, depois, essa oligarquia foi sendo confrontada por fazendeiros vindo do centro-sul e grandes empresas capitalistas, pelo Estado com suas estatais e instituições e, por fim, a poderosa Vale.

Cada um desses, em seu período histórico de predomínio, exerceu influência sobremaneira no território e na configuração territorial, onde observei que a ferramenta mais importante dessa dominação foram os monopólios territoriais.

Tais monopólios resultaram da atuação do poder desses sujeitos hegemônicos no âmbito espacial amazônico e que nem sempre esse poder esteve unidirecionalmente colocado no território. O resultado foram territórios que divergiram na configuração territorial que foi apropriada.

No caso específico do sudeste paraense a oligarquia foi, sem dúvida, a que se destacou primeiro. Sua atuação forjou um território onde a dominação da produção, da circulação, do comércio e da política regional estiveram presentes.

Contudo, após as transformações na escala mundial, as determinações capitalistas modificaram o perfil do espaço amazônico, que saiu de um simples fornecedor de matérias-primas para a função de reserva de valor ou potencial gerador de valor a partir do trabalho.

Nesse momento as oligarquias deixam de ter importância regional cedendo lugar aos novos fazendeiros vindos do centro-sul do Brasil e as grandes empresas capitalistas. Para “apaziguar os ânimos” na fronteira o Estado vai entrar em cena com suas estatais e suas instituições tecno-burocráticas.

Na fase de incorporação capitalista, a fronteira cumpriu duplo papel: para a oligarquia continuava a ser produção de valor, mas para as grandes empresas e os fazendeiros do sul e sudeste ela passou a ser reserva de valor.

A partir de então, as atividades que serviram de ponta de lança da reocupação da fronteira foram a pecuária e a extração madeireira. Esse consórcio permitiu expandir a ocupação a partir de uma expropriação geral da população amazônica. É neste momento

que a fronteira foi marcada pela violência e pelo conflito social entre sujeitos sociais: camponeses, índios, caboclos, trabalhadores liberais e estrangeiros.

Para realizar essa expansão, o capital contou com as mãos firmes do Estado que tomou para si o espaço num monopólio territorial e saiu varrendo os obstáculos a sua frente. Os instrumentos dispostos ali foram seus órgãos e estatais (GETAT, SUDAM, VALE e FCB, pro exemplo) que atuaram firmemente na redefinição da fronteira.

Se de um lado o Estado foi crucial para que esses novos sujeitos pudessem se inserir na fronteira, do outro esse momento foi de instalação da malha de duplo controle na Amazônia (BECKER, 1990).

Instalada a malha, que permitiu a reprodução do capital, a Amazônia se inseriu num novo estágio do circuito do capital com o fornecimento de matérias primas essenciais à reprodução capitalista: gado, madeira e minério, especificamente falando da região em destaque. E é evidente que essa nova fase da ocupação da fronteira tem como atividades principais as acima mencionadas. Por essa razão que os sujeitos hegemônicos estão diretamente ligados às determinações gerais do capital.

Nesta tese consegui identificar um desses sujeitos hegemônicos: a mineradora Vale. Tal sujeito tem acesso aos financiamentos e ao mais alto padrão técnico, por isso está atrelada à reprodução do capital diretamente. Dessa forma, ela pode atuar como sujeito hegemônico no e pelo território construindo o seu monopólio.

Tal forma de atuação permite à companhia burlar as discussões e críticas das questões socioambientais candentes. Coisa mais difícil para os outros sujeitos ligados às outras atividades da fronteira: a pecuária e a madeira.

Sendo atividades ligadas à reprodução do capital, era de se supor que seu potencial de retorno à sociedade amazônica fosse baixo, pois a lógica desse sistema é justamente a exploração do trabalho alheio. Isso foi debatido e aventado por mim, ao longo de toda tese, mas com argumentos mais consistentes no capítulo quatro, quando usei o Índice de Progresso Social fornecido pelo IMAZON.

Pude lá mostrar que por mais que a atividade mineral tenha uma dimensão econômica enorme, seu retorno social é ínfimo se comparado a isso. Para explicar isso temos o município de Parauapebas com vários problemas estruturais e se encontra bem abaixo de municípios que não tem sua dinâmica econômica.

Voltando aos desacordos, outro ponto divergente da hipótese com o trabalho foi a definição do processo em curso, que na hipótese denomino como mundialização, expressão

vista em Chesnais (1996). Devido as fontes usadas e consultadas, achei por bem priorizar o uso do termo globalização, pois esse é o ápice da internacionalização do capitalismo, que se estabelece a partir de um sistema técnico hegemônico, um tempo único e hegemônico ao resto do planeta (SANTOS, 2002b).

E a leitura da difusão desse sistema técnico pelo globo foi componente fundamental para entender alguns aspectos da lógica expressa pela Vale. Portanto, o olhar de Milton Santos foi fundamental para desvelar essa lógica capitalista da empresa aqui na Amazônia.

Porém a hipótese me permitiu entender que a fronteira é um espaço sob as determinações do capital, onde suas formas e transformações são resultantes dele. Seja indireta ou diretamente, a fronteira não pode ser entendida fora ou apartada das determinações imposta pela reprodução do capital.

Desde a fase de exploração da borracha, ainda no século XIX até mais recentemente, a fronteira serviu de espaço para a produção de valores (borracha; caucho; castanha; gado; madeira; e minérios). Esses valores serviram, cada um a seu tempo, à reprodução do capital de maneira ampliada, variando constantemente sua função, ora de forma importante ora de forma secundária.

Exercer esse papel na divisão do trabalho global requereu modificações na forma e no conteúdo da fronteira. Desde sua fase no século XIX, onde as formas e o conteúdo eram alheios às determinações gerais, por isso que existiam formas e conteúdos não pertencentes ao trabalho assalariado e à geração de valor estritamente capitalistas. Contudo, em face da inserção pesada da Amazônia à reprodução ampliada do capital, algumas formas e conteúdos não podiam mais ser avulsos à dinâmica do capital. Por essa razão que o Estado e sua legitimidade foram cruciais para modificar esse perfil pré-capitalista da Amazônia.

Por isso que, em alguns casos, o atual e o atrasado coabitam na Amazônia, carvoejamento e mina de ferro, por exemplo. Essas são duas manifestações da mesma atividade na fronteira, que exemplificam que não importa a forma física como esse valor é gerado, mas apenas que são gerados e servem à reprodução ampliada. Então, a forma e a manifestação da geração do valor são dependentes diretas da vinculação com a reprodução ampliada. Se esse valor é a chave para os processos e produtos, a forma é dotada da vanguarda do desenvolvimento tecnológico.

Logo, como o trabalho e o trabalhador não são necessários à reprodução do capital, essa vinculação entre forma e conteúdo permitiu entender porque existiram e ainda existem formas de geração do valor tão atrasadas na Amazônia. É nesse sentido que a definição da

fronteira a partir da forma, como fizeram alguns autores, não foi o caminho trilhado por mim ao debater esse assunto. Procurei elaborar um esforço contrário, definindo a fronteira a partir do conteúdo – determinações gerais do capital – para em seguida observar a forma.

A vinculação forma x conteúdo, na fronteira, também me possibilitou visualizar que a fronteira não é um bloco em movimento, mas sim composta de franjas de tempos, direções e formas diferentes. Se referindo ao que foi trabalhado nesta tese, ficou claro a desvinculação das atividades econômicas na fronteira, pois a frente pecuária e madeireira estão desassociadas espacialmente da frente mineral.

É lógico que os meus argumentos levantados não produzem uma explicação da fronteira que seja incólume a críticas, mas acredito que as bases do debate foram lançadas e novas críticas gerarão outras discussões para enriquecer essa minha proposta.

Ainda no âmbito dos desacordos com a hipótese inicial do trabalho, é preciso destacar a resistência e a luta que os camponeses, os índios, os seringueiros, os castanheiros, os caboclos e os diversos sujeitos sociais presentes na fronteira têm desenvolvido na ocupação da Amazônia, demonstrando que, diferente da hipótese inicial, os sujeitos não hegemônicos não são totalmente submissos, embora de forma geral sejam subordinados ao capital mundializado através da ação dos sujeitos hegemônicos que atuam na fronteira. A submissão não é total porque a resistência desses sujeitos existe e foi cabalmente mostrada ao longo do trabalho, seja nas lutas camponesas, nas ocupações indígenas, nas denúncias ou em vários outros episódios.

A partir da reflexão crítica até aqui apontada a hipótese foi reformulada e passa a dar lugar a seguinte tese: *os sujeitos hegemônicos do capital presentes na região sudeste paraense (produtores de commodities do agronegócio, pecuaristas, madeireiros e empresas ligadas à mineração) podem ser considerados sujeitos integrantes ou à serviço do capital mundializado, que se materializa na fronteira amazônica. Neste espaço geográfico, esses sujeitos criam seus territórios de forma conflituosa e direcionam os processos da fronteira agropecuária, de maneira que toda a dinâmica da fronteira e os sujeitos não hegemônicos, embora lutem e resistam, estão subordinados à lógica dos sujeitos capitalistas hegemônicos.*

Em se tratando de dúvidas e questionamentos, posso levantar basicamente duas coisas, relacionadas com a minha vivência no campo. Primeiramente: em face da pouca capacidade de gerar desenvolvimento social que a Vale tem com sua atuação em Carajás,

qual serão os resultados práticos e concretos da exploração mineral quando essa atividade se encerrar?

A resposta para mim é muito clara, pois meu raciocínio se baseia na história da mineração da Amazônia. Buracos, problemas ambientais, desemprego, violência... é o que restará à grande maioria da população amazônica.

Outra pergunta candente é sobre a situação de Marabá dentro da sua função na rede urbana regional: qual será seu papel diante do crescimento exponencial de Parauapebas? Por mais que se argumente que há uma forte centralidade daquela cidade ao longo da região, é visível a perda de influência de Marabá, não só para Parauapebas mas também a outras cidades como: Imperatriz/MA, Estreito/MA e Canãa dos Carajás/PA. Tais cidades são as bases para os novos projetos e investimentos dos sujeitos hegemônicos que estão atuando na fronteira.

Dentro do andamento da pesquisa ocorreram várias vezes problemas de toda a sorte, alguns sem grandes impactos, que apenas consumiram algum tempo para serem contornados, outros merecem ser destacados aqui nas considerações finais pois foram norteadores do produto final apresentado.

O primeiro sobressalto a destacar ocorreu na atividades de campo no segundo momento, no ano de 2016. Após realizar as tarefas propostas no último dia de permanência no campo de pesquisa, resolvi conversar informalmente sobre a realidade local com um amigo morador de Marabá.

Essa conversa se desdobrou num assunto que poderia ser abordado nesta tese: os constantes roubos de carregamento de minérios. Como esse problema vem sendo enfrentado incisivamente pela Vale, penso que as iniciativas mereceriam uma análise cuidadosa.

Um segundo problema é a desconfiança inata da população de uma região, marcadamente violenta, contra as insurreições populares. Essa desconfiança parte, lógico, das pessoas que convivem diariamente com esse problema, mas também, sobretudo, das empresas que lá atuam. Esse é um dos motivos que fizeram com que meus pedidos de acesso ao banco de dados da Vale e da Sinobrás fossem sumariamente negados pela assessoria de imprensa de ambas, as quais se limitaram a dizer que: “tudo que você precisar estará na página virtual da empresa”.

Essa desconfiança fica mais acirrada com a população ao mencionar o teor da pesquisa empreendida e também que será feito o registro audiofônico das conversas

travadas. Esses entraves foram sendo contornados, parcialmente, com as amizades construídas nesses vários anos de contato pelo campo de pesquisa.

Essas são as considerações acerca do que foi proposto nesta tese e que esteve sendo debatido ao longo desses seis capítulos. Mas com o esforço de reflexão desse trabalho surgiram alguns pontos que ficaram para além dos meus argumentos, minhas propostas e minha capacidade intelectual/física.

O primeiro deles foi a impossibilidade de gerar uma cartografia do mais valor produzido na Amazônia por essas atividades econômicas. Por causa do perfil seguido aqui nessa tese, o da teoria do valor de Marx, me ocorreu de tentar cartografar esse mais valor gerado pelas atividades econômicas debatidas ao longo do trabalho. Até tentei esboçar algo nesse sentido quando trouxe à luz as discussões no final do capítulo quarto, mas usei dados que não puderam representar esse mais valor.

Esse esforço se seguiu infrutífero porque duas coisas se impuseram: primeiramente os dados acessados são baseados na forma, ou seja, nos aspectos visíveis da forma. Para Marx (2011), o mais valor gerado é resultado de um processo intrínseco à valorização do capital. Logo, não posso partir do aspecto já dado, porque a produção de mais valor faz parte do processo de valorização do capital como um todo.

Marx (2011, p. 291-292, grifos do autor) explica a geração do mais valor:

Por conseguinte, fica patente que, por meio do processo de troca com o trabalhador, o capitalista – pagando efetivamente ao trabalhador um equivalente pelos custos de produção contidos em sua capacidade de trabalho, *i.e.*, dando-lhes os meios para conservar sua capacidade de trabalho, mas apropriando-se do trabalho vivo – recebe grátis duas coisas, primeiro, o trabalho excedente, que aumenta o valor do seu capital; segundo, e ao mesmo tempo, a qualidade do trabalho vivo que conserva o trabalho passado materializado nos componentes do capital e, dessa maneira, conserva o valor do capital antes existente. No entanto, essa conservação não se dá porque o trabalho vivo *aumenta a quantidade do trabalho objetivado*, pois cria valor, mas simplesmente porque o trabalho, ao adicionar novo *quantum* de trabalho, existe como trabalho vivo na relação imanente com o material e o instrumento de trabalho posta pelo processo de produção; portanto, por sua *qualidade* como trabalho vivo. Mas, na condição de tal qualidade, ele próprio é um momento do processo de produção simples e custa muito pouco ao capitalista, da mesma maneira que pouco lhe custam, excetuados seus preços, o fio e os fusos⁸⁷, visto que são igualmente momentos do processo de produção

Como se vê, se o trabalho tem a propriedade de conservar o valor passado, então o mais valor contido num único produto é resultado dos outros trabalhos cristalizados. Logo,

para calcular o mais valor que serviria de base ao produto cartográfico seria necessário saber a quantidade de trabalho excedente contido em cada produto.

Sendo assim, para gerar a cartografia do mais valor produzido na atividade pecuária seria necessário buscar todos os trabalhos cristalizados no produto final para identificar o mais valor de cada um. Então para calcular o mais valor da produção pecuária eu deveria buscar o mais valor extraído da atividade do peão, do veterinário da fazenda, do vendedor do trator e assim sucessivamente.

Daí então ser algo totalmente impossível de se realizar em uma tese de doutorado, com um tempo restrito para a conclusão e sobretudo para mim, que me encontro num estágio embrionário da pesquisa científica e acadêmica.

Outro problema decorrente no andar desse trabalho foi identificado mais tarde: a inversão, comumente feita na geografia, das atividades como protagonistas do processo de reprodução social, algo que Lacoste (1993) chamou de geografismos.

Para Marx (2011) a força de trabalho é o componente fundamental das forças produtivas iminentes da sociedade. Tão certo que qualquer transformação social só pode ser derivada única e exclusivamente do trabalho social.

Portanto, só o trabalho é, de fato, o que produz valor, nada é capaz de produzir valor a não ser por meio do trabalho. Se o valor é fruto do trabalho, subentende-se que o espaço, que é produto do trabalho social, também é valor (MARX, 2011).

Argumentando nessa voga Lacoste (1993) vai criticar uma parte do legado de Vidal La Blache que contribuiu para formar a região-personalidade, fonte originária de grande parte dos geografismos que se reproduzem no e do discurso geográfico de lá até mais recentemente. *“Por ‘geografismos’ eu entendo as metáforas que transformaram em forças políticas, em atores ou heróis da história, porções do espaço terrestre ou, mais exatamente, os nomes dados (pelos geógrafos) a territórios mais ou menos extensos [...]”* (LACOSTE, 1993, p. 65).

A crítica desse geógrafo francês é certa ao denunciar o discurso despolitizado que escamoteou a luta travada no seio da sociedade, quiçá, do espaço. Coisa que segundo ele foi sendo incorporada apenas com a introdução gradual da perspectiva marxista dentro da geografia pós-1950.

Certeiro também teria sido Lacoste (1993) se tivesse lido essa tese, já que facilmente notaria o geografismo presente em todo esse trabalho. Conduzido por uma “perspectiva vidalina”, parafraseado Yves Lacoste, inverti inconscientemente – ou quem

sabe conscientemente, os protagonistas do processo. Transformei as atividades econômicas: caucho, castanha, madeira, pecuária e mineração nos protagonistas da história espacial do sudeste paraense em detrimento dos reais produtores: o trabalho social.

Essa inversão, que chamarei de metonímia antimarxista, ou seja, inversão do todo (trabalho humano) pela parte (atividade resultante do trabalho humano) acabou por transformar os verdadeiros protagonistas da história e do espaço em coadjuvantes. Uma verdadeira atitude antimarxista de despolitização do discurso geográfico, pior, de uma dialética burguesa de origem hegeliana.

Os camponeses, os índios, o proletariado urbano ou quaisquer outros sujeitos que tem seu trabalho alienado não foram considerados como sujeitos protagonistas. Essas últimas palavras servem como um acerto de contas para com essa falha gravíssima do ponto de vista da economia política marxista.

Contudo, não há absolutamente nenhuma penitência a pagar por essa falha, porque a frase colocada na introdução serviu de prelúdio para entender este trabalho, já que ele foi sendo amadurecido, construído e criticado no momento que era realizado. Então, nada mais alinhado aos princípios marxistas do que a tomar consciência com a prática.

“Cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas [...]” (MARX, 2011, p. 20)!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza do Brasil:** potencialidades paisagísticas. 3 ed. São Paulo: Ateliê, 2003, 159 p.

_____. **Amazônia:** do discurso à práxis. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004, 319 p.

ALMEIDA, Carlos Pinto de. **Castanha do Pará:** sua exportação e importação na economia amazônica. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1963, 86 p.

AMARAL, José Ribeiro do. **Fundação de Belém do Pará:** jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco em 1616. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004, 108 p.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais:** a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP). 347 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARAÚJO, Renata. A razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. **Camões.** Revista de Letras e Cultura Lusófona, n. 15/16. Lisboa, jan/jun. 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1997, 371 p.

BECKER, Bertha Koiffmann. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, ano 36, n. 2, pp. 3-36, abr./jun. 1974.

_____. **Amazônia.** São Paulo: Editora Ática, 1990, 112 p.

_____. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamound, 2004, 172 p.

_____. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 53, n. 3, pp. 169-182, jul./set., 1991.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>>. Acesso em: 12 set 2016.

_____. Fronteira e urbanização repensada. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, ano 47, n. 3 e 4, pp. 357-371, jul./dez. 1985.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia, é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001, p. 135 – 139. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/pe_12.pdf>. Acessado em: 23/03/2014.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 1988, pp. 60-89.

_____. EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 268 p.

_____. MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990, 219 p.

BENCHIMOL, Samuel Isaac. **Estrutura geo-social e econômica da Amazônia**. 1º volume. Manaus: E.G.E.A, 1966, 186 p.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.799, 5 de agosto de 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1799.htm>. Acessado em: 7 jan. 2015.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário mineral 2013**. DNPM, 2013, 137 f.

BRAUDEL, Fernand. Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, (abr.-jun., 2015), p. 612-636.

BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THÉRY, Hervé. **Les mot de la géographie: dictionnaire critique**. Montpeiller/Paris: Reclus/La Documentation Française, 1992, 470 p.

BUNKER, Stephen G. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**. v. 6, n. 2 – p. 5-38 dez. 2003.

CASTRO, Therezinha de. **África: geo-história, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981, 204 p.

CAPEL, Horácio Sáez. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía**. Barcelona: Barcanova, 1981, 509 p.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açaí, 2010, 207 p.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, pp. 143-159, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 15-47.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000, 355 p.

_____. **Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós**. Belém: NAEA, 2012. 160 p.

_____. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 167-206, jan./abr., 2010.

COUDREAU, Henri. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. São Paulo: EdUSP, 1980, 178 p.

D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org.). **As instituições brasileiras na era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ e Fundação Getúlio Vargas, 1999, 212 p.

DIAS, Catharina Vergolino. Marabá: Centro Comercial da Castanha. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 20, n.4, out./dez, 1958.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas regionais no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001, 19 p.

DROULERS, Martine. **Brésil: une géohistoire**. Paris: Press Universitaire de France, 2001, 306 p.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais**. 2 ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015 680 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 197-227.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de terra: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR**. Belém: NAEA/UFPA, 1999, 187 p.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A construção de uma cartografia geográfica crítica. **Revista Geográfica da América Central**. Número especial EGAL, 2011, Costa Rica. II Semestre. pp. 1-17.

_____. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>. Acesso em: 25 de jul 2013.

_____. **Proposta teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008.

HARLEY, John Brian. Deconstructing the map. **Cartographica**. v. 26, n. 2, Toronto: University of Toronto Press, 1989, p. 1-20.

_____. A nova história da cartografia. In: UNESCO. **Correio da UNESCO**. Ano 19, n. 8., Paris: UNESCO, 1991, pp. 4-9.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005, 252 p.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. 303 p. v. 2.

HOBBSBAWM, Eric John. **A era das revoluções, 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, 513 p.

HURTIENNE, Thomas Peter. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 8, n. 1, pp. 19-71, 2005.

IDESP/ADEPARÁ – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ/AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ. Dinâmica pecuária bovina e bubalina no estado do Pará: 1990-2010. Belém: IDESP/ADEPARÁ, 2012, 259 p.

Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2014. Belém: Imazon/Social Progress Imperative, 2014, 104 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB por municípios do Brasil (2014)**. [on line] Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2014/base/base_de_dados_2010_2014.xls>. Acessado em: 03 jan. 2017.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, 309 p.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1993, 263 p.

LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá: cidade do diamante e da castanha**. São Paulo: Anhambi, 1958. 106 p.

LÉNA, Philippe. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, Catherine. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 1988, pp. 90-129.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 176 p.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. **Fragmentação política e territorial em Carajás**. Rio de Janeiro, 1993. 328 f. Dissertação (mestrado em geografia) – Pos-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LIRA, Larissa Alves de. **Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários, “tentação à ação” e sistematização do método (1925-1957)**. São Paulo, 2017. 418 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOBATO, Mateus Monteiro. **Migração na fronteira: pelos caminhos do migrante até Marabá-Pa**. Belém, 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____; SOARES, Daniel Araújo Sombra. Fronteira na ciência geográfica: um conceito e dois contextos. In: SILVA, Christian Nunes; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; SILVA, João Márcio Palheta da. **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, pp. 35-58.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira: no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Barcelona, 1989. 519 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana – Universitat de Barcelona. 1989.

_____. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio; BECKER, Bertha Koiffmann; DAVIDOVICH, Fany; GEIGER, Pedro Pinchas. (Orgs.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995, pp. 181-217.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no centro-oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

MARGULIS, Sérgio. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira**. Brasília, DF: Banco Mundial, 2003. 100 p. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/arquivos/79104.pdf>>. Acesso em: 30 ago 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 288 p.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012, 140 p.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977, 136 p.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011, 788 p.

_____. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012, 192 p.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011, 176 p.

MARRE, Jacques. **A construção do objeto na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 1991. (Digitado)

MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: HUCITEC, 1987, pp. 59-79.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: o retorno a controvérsia do tempo da fronteira. In: _____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 145 – 203.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do governador e capitão-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. v. 1. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, 546 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Castanha do Brasil**: levantamento preliminar. Belém: 1976, 69 p.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade Silva. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984. 392 p.

MONTEIRO, Hélio Ferreira. **A concentração da indústria de frigoríficos e a crise da pecuária na região sudeste do Pará**: uma abordagem multifacetada. Belém, 2012. 263 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; CRUZ, Adejard Gaia. A superioridade do desempenho da indústria extrativa mineral sobre a transformação na região norte: 1996-2000. **Papers do NAEA**, n. 291, Belém, 2012, 29 p. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/60>>. Acessado em: 23 jun 2015.

_____. Meio século de mineração na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 53, pp. 187-207, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10 fev. 2017.

MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a S. João do Araguaia**: vale do Tocantins. Belém: SECULT; Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1989, 376 p.

NOGUEIRA, Carlos Eugênio. **O lugar da fronteira na Geografia de Pierre Monbeig**. São Paulo, 2013. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. USP: **Estudos Avançados**, 7 (18), 1993, pp. 43 – 63.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. **Poder, governo e território em Carajás**. Presidente Prudente, 2004. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

_____; MEDEIROS, Gláucia Rodrigues Nascimento. Geografia econômica e mineração no Pará: (des)ordenamento territorial em Carajás. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, n. 1, v. 01, pp. 170-185, jan./jun. 2014.

PETIT, Pere. **O chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003, 352 p.

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Março Zero e Editora Studio Alfa, 1982, 140 p.

_____. **SD11 começou.** Disponível em: <<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2016/12/17/s11d-comecou/>>. Acessado em: 02 jan. 2017.

PORTAL CANAÃ. **Vale inaugurou o maior projeto da história da mineração.** Disponível em: <<http://portalcanaa.com.br/site/canaa-dos-carajas/vale-inaugurou-o-maior-projeto-da-historia-da-mineracao/>>. Acessado em: 02 jan. 2017.

QUEIROZ FILHO, Edir Santana Pereira de. **Análise da indústria de beneficiamento primário de madeira do estado do Pará.** 1983. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 161 p.

REBORATTI, Carlos Eduardo. **Fronteiras Agrárias em América Latina.** Barcelona: Cuardenos Críticos de Geografía Humana. 1990, n.p.

REIS, Arthur César Ferreira. **A política de Portugal no vale amazônico.** Belém: S.E., 1940, 179 p.

ROCHA, Gilberto de Miranda. A dinâmica territorial da malha político-administrativa municipal da região norte do Brasil (1988-2010). **Novos Cadernos NAEA.** v. 16, n. 1, pp. 211-228. jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/570/1772>>. Acessado em: 25 set 2014.

_____. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia brasileira. In: ARAGÓN, Luis Eduardo. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia.** Belém: NAEA, 2005. p. 141-152.

_____; LIMA, Ailton Pires de. A criação de novos municípios e o ordenamento territorial no estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; TEISSERENC, Pierre. (Orgs.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas.** Belém: EDUFPA, 2009, pp. 209-230.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá: centralidade de uma cidade média.** Belém, 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. **Revista Estudos Avançados,** v. 16, n. 45, mai-ago, 2002. pp.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 384 p.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 176 p.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a, 285 p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002b, 174 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988, 124 p.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 176 p.

SANTOS, Reginaldo Gouveia. **Impactos sócio-ambientais à margem do rio São Francisco: um estudo de caso**. São Paulo, 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, 358 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 200 p.

SAWYER, Donald Rolfe. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 1, n. 1/2, ABEP, Campinas, SP, 1984.

_____. A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica. In: ARAGÓN, Luís; MOUGEOT, Luc. (Org.). Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas, **Cadernos NAEA**, Belém: UFPA; NAEA; CNPQ, 1986, pp. 54-90.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO; INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados**. Belém: Serviço Florestal Brasileiro (SFB)/Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2010, 20 p.

SILVA, Arão Marques da. **Amazônia oriental: a criação do burgo agrícola do Itacaiúnas (atual cidade de Marabá)**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/amazonia-oriental-e-a-criacao-do-burgo-agricola-do-itacaiunas-atual-cidade-de-maraba/31986/>>. Acessado em: 15 jun 2016.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2016, 604 p.

SOARES, Lúcio de Castro. Delimitação da Amazônia para fins de planejamento econômico. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 2, pp. 2-52, abr./jun. 1948.

TEIXEIRA, João Batista Guimarães; BEISIEGEL, Vanderlei de Rui (orgs.). **Carajás: geologia e ocupação humana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, 470 p.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto; HESPAHOL, Antônio Nivaldo. A trajetória da pecuária bovina brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 36, v. 1, p. 26-38, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2672>>. Acessado em: 29 jun 2015.

THÉRY, Hervé. Brésil: franges pionnières d'hier et d'aujourd'hui. Polymnia Zagefka. Amérique latine 2006, **La Documentation française**, pp.113-129, 2006.

_____. Des “frontières” agricoles en marche. In: DROULES, Martine (Coord.). Brésil. Observations des dynamiques territoriales. **Cahiers des Amériques Latines**, I.H.E.A.L, Paris, 1995, pp. 99-111.

_____. Modelização gráfica para análise regional: um método. **Revista GEOUSP**. n.15. São Paulo, 2004. p.179-188.

VALE. **Complexo S11D Eliezer Batista**. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/s11d/Paginas/default.aspx>>. Acessado em: 02 jan. 2017a.

_____. **Estrada de Ferro Carajás: o caminho onde passa a nossa riqueza**. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/initiatives/innovation/carajas-railway/Paginas/default.aspx>>. Acessado em: 6 jan. 2017b.

VELHO, Octávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração de uma área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 178 p.

WAIBEL, Leo Heinrich. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 4, pp. 3-36, out./dez. 1955.